



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Direito

Táisa Regina Rodrigues

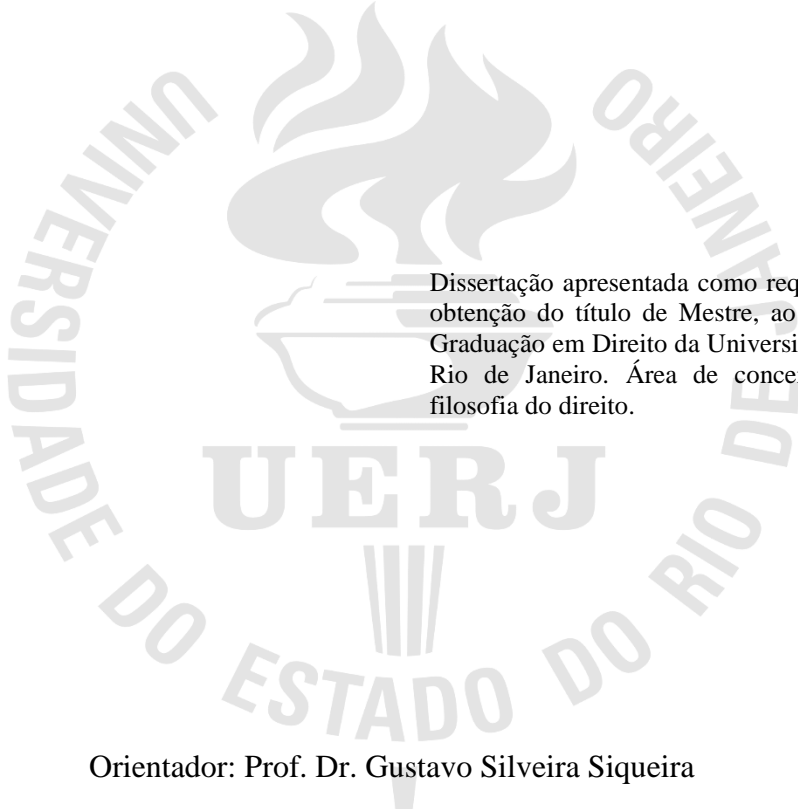
**Às vésperas da Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1934:
uma história da eugenia e sua posituação constitucional**

Rio de Janeiro

2017

Taísa Regina Rodrigues

**Às vésperas da Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1934: uma história
da eugenia e sua positivação constitucional**



Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós Graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Teoria e filosofia do direito.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Silveira Siqueira

Rio de Janeiro

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CCS/C

R696

Rodrigues, Taísa Regina.

Às vésperas da Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1934: uma história da heugenia e sua positivação constitucional / Taísa Regina Rodrigues. - 2017.

206 f.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Silveira Siqueira.

Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Direito.

1.Eugenia - Teses. 2.Brasil. [Constituição (1934)] –Teses. 3. Conceitos – Teses. I.Siqueira, Gustavo Silveira. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Direito. III. Título.

CDU 342.4(73)

Bibliotecária: Marcela Rodrigues de Souza CRB7/5906

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Taísa Regina Rodrigues

**Às vésperas da Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1934: uma história
da eugenia e sua positivação constitucional**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós
Graduação em Direito da Universidade do Estado do
Rio de Janeiro. Área de concentração: Teoria e
filosofia do direito.

Aprovada em: 3 de abril de 2017.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Gustavo Silveira Siqueira (Orientador)
Faculdade de Direito– UERJ

Prof. Dr. Christian Edward Cyril Lynch
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca
Universidade Federal do Paraná

Rio de Janeiro

2017

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao café nosso de cada dia pela elaboração desta dissertação. O sentimento de gratidão que aqui me proponho a esboçar alguns, certamente insuficientes, traços, se iniciou com a oportunidade de fazer mestrado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

O entusiasmo com a pesquisa desenvolvida foi se corporificando ao longo do caminho de sua execução, e com cada escolha, cada passo percorrido, somavam-se a este sentimento, na medida em que colaboraram com o desvelar de cada detalhe que ao final vieram a compor a entrega desta dissertação. Entrega, a qual, realizada de forma plena: estou inteira nela. E porque inteira, divido-me na vastidão de muitos obrigadas que devo a cada um que cuidou de mim nesses tempos de mestranda.

Começo agradecendo ao meu pai, Ademir, pelo amor, dedicação e apoio por todo o mestrado. Obrigada por ser o maior incentivador dos meus sonhos. À minha mãe, Elaigne, exemplo de pessoa e grande incentivadora deste trabalho. Vocês são fundamentais em minha vida, as palavras mais bonitas seriam insuficientes para agradecê-los por tudo que fazem e representam para mim.

Uma das pessoas essenciais não apenas para a edificação desta dissertação, mas que foi importante por todo mestrado, sempre deixou claro que tarefa dada é tarefa cumprida, obrigada Gustavo Silveira Siqueira, por ter me convidado a integrar o grupo de pesquisa de História do Direito. A apresentação às ferramentas de pesquisa desta disciplina e o convite ao debate foram fundamentais à delimitação do tema a que me propus. Obrigada pela orientação e paciência ao longo desta trajetória.

Minha gratidão ao professor Marco Aurélio Marrafon, por ser um dos responsáveis pelo despertar do interesse por este mestrado. Agradeço por estar presente ao longo de minha caminhada acadêmica desde 2014, ocasião em que me orientou na especialização de Direito Constitucional na Academia Brasileira de Direito Constitucional. Obrigada pela amizade, orientação, e direcionamento profissional, foram essenciais para minha vida.

Agradeço ao professor Ricardo Marcelo Fonseca, que aos primeiros sinais de meu interesse pelos estudos de História do Direito, gentilmente me presenteou com livros, os quais foram determinantes para o desencadear desta trajetória. Obrigada por sua disponibilidade a compor a banca de mestrado, e também por todas as oportunidades que sempre prontamente me permitiu acompanhar seu trabalho. Tanto nas aulas da pós-graduação da Universidade

Federal do Paraná quanto nas demais ocasiões, sua forma crítica e inteligente de arguição são uma das minhas fontes de admiração e inspiração.

Ao professor Christian Edward Lynch, por estar presente nos momentos fundamentais de avaliação deste trabalho de conclusão de mestrado. Além da disponibilidade, gostaria também de agradecer à gentileza e paciência com a qual sempre responde minhas dúvidas. Pela leitura atenta, pela indicação de bibliografias, pela recepção em sua disciplina e grupo de estudos no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro [IESP]. Meu sincero obrigada pelo acolhimento, atenção e por proporcionar um ambiente acadêmico aberto ao pensamento crítico.

Agradeço aos colegas de turma que me acompanharam durante este caminho, principalmente Bruna Mariz, Jonathas Ferreira, Júlia Rodrigues, Laércio Martins, e colegas do Grupo de pesquisa de História do Direito, obrigada por terem trazido alegria e leveza à minha trajetória acadêmica.

Eini Rovenia Dias merece um parágrafo à parte. Agradeço a sorte de ter compartilhado a experiência deste mestrado ao seu lado. Obrigada pela amizade, pelas inúmeras risadas e histórias para contar.

Agradeço as velhas e sempre amigas, Lísia Hosp, Amanda Sabino Ferreira, Beatriz Yasuda, Isabella Busnardo.

Agradeço aos novos amigos, especialmente Leonam Liziero, pelo apoio incondicional desde o processo seletivo do mestrado em teoria e filosofia do direito da UERJ e por me ensinar que o amor constrói e o ódio destrói.

Meus agradecimentos aos professores da linha de Teoria e Filosofia do Direito, Ricardo Nery Falbo, Alexandre Mendes, Bethania Assy e Guilherme Leite. O professor José Ricardo Cunha agradeço ao mesmo tempo em que agradeço à equipe da revista Direito e Práxis, colegas que tenho a alegria de conviver pelos últimos dois anos.

Não se curem além da conta. Gente curada demais é gente chata. Todo mundo tem um pouco de loucura. Vou lhes fazer um pedido: vivam a imaginação, pois ela é a nossa realidade mais profunda. Felizmente, eu nunca convivi com pessoas muito ajuizadas. Nise da Silveira.

RESUMO

RODRIGUES, T.R. **Às vésperas da Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1934: uma história da eugenia e sua positivação constitucional.** 2017. 206 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

O texto da Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1934, no corpo do artigo 138, alínea “b”, que estabeleceu que seria competência dos entes federados estimular a educação eugênica. O principal objetivo deste trabalho é demonstrar a trajetória percorrida entre a recepção e apropriação da teoria da eugenia no Brasil, partindo da análise de fontes primárias como os Anais da Assembleia Constituinte de 1933-1934, jornais em circulação no Rio de Janeiro e Anais da Colônia de Engenho de Dentro, sob o recorte temporal dos anos 1920-1934 e delimitado geograficamente à capital do Brasil República do período, Rio de Janeiro. Para viabilizar esta tarefa o exame das fontes documentais será feito segundo a metodologia proposta por Reinhart Koselleck acerca da história dos conceitos, o que auxiliará na tarefa de mapear as singularidades das formas discursivas que compuseram o tema em tela, verificando ao final se houve um processo de percepção da aceleração do tempo histórico. Assim, este trabalho se trata da tentativa de localizar a estrutura linguística dos contemporâneos em seu próprio tempo, o que corroborará para o delineamento de alguns ângulos das práticas discursivas que conduziram a positivação da teoria da eugenia em uma Constituição Federal do Brasil. O auxílio de Koselleck se dará principalmente ao final do trabalho, quando se procurará demonstrar se o conceito de eugenia poderia se enquadrar como um conceito de movimento histórico, ou seja, um conceito que permite transparecer a percepção da aceleração do tempo histórico, fenômeno conhecido como temporalização, vislumbrado pelo historiador.

Palavras-chave: Eugenia. Constituição de 1934. Temporalização de conceitos.

ABSTRACT

RODRIGUES, T.R. **On the eve of the 1934 Constitution of the United States of Brazil**
: a history of eugenics and its constitutional positivation . 2017. 206 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

The text of the Constitution of the United States of Brazil of 1934, in article 138, subparagraph "b", which established that it would be the responsibility of the federated entities to stimulate Eugenic education. The main objective of this work is to demonstrate the trajectory covered between the reception and appropriation of the theory of eugenics in Brazil, starting from the analysis of primary sources such as the Annals of the Constituent Assembly of 1933-1934, newspapers in circulation in Rio de Janeiro and Annals of the Colony Of Engenho de Dentro, under the temporal cut of the years 1920-1934 and geographically delimited to the capital of Brazil Republic of the period, Rio de Janeiro. In order to make this task feasible, the examination of the documentary sources will be done according to the methodology proposed by Reinhart Koselleck on the history of the concepts, which will help in the task of mapping the singularities of the discursive forms that composed the theme on screen, verifying in the end if there was a process of the acceleration of historical time. Thus, this work attempts to locate the linguistic structure of contemporaries in their own time, which will corroborate the delineation of some angles of the discursive practices that led to the positivation of the theory of eugenics in a Federal Constitution of Brazil. Koselleck's assistance will be mainly at the end of the work, when it will be tried to demonstrate if the concept of eugenics could be framed as a concept of historical movement, that is, a concept that allows to perceive the acceleration of historical time, a phenomenon known as temporalisation of concepts, envisioned by the historian.

Keywords: Eugenia. Constitution of 1934. Temporalisation of concepts.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	10
1	A EUGENIA EM	20
1.1	MOVIMENTO.....	
	Ambiência da recepção da eugenia na conjuntura	20
1.2	brasileira.....	25
1.3	A eugenia impressa nos periódicos	35
1.3.1	35
1.3.2	Institucionalização da eugenia.....	
	<u>A Liga Brasileira de Higiene</u>	41
1.3.3	<u>Mental.....</u>	
	<u>A luta pela salvação do brasileiro nos Arquivos brasileiros de Higiene</u>	63
1.4	<u>Mental.....</u>	
	<u>A amnésia das práticas eugênicas dos corredores do hospital psiquiátrico de</u>	81
1.4.1	<u>Engenho de Dentro.....</u>	
	Enquetes do periódico “O Globo”: ações de eugenia em disputa no meio	81
1.4.2	social.....	
	<u>Campanha pela implementação do exame pré-</u>	93
2	<u>nupcial.....</u>	
	<u>Devem ser esterilizados enfermos</u>	102
2.1	<u>incuráveis?.....</u>	
	NOS BASTIDORES DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 16 DE	102
2.2	JULHO DE	
	1934.....	105
2.3	Ambiência da instauração da Assembleia Constituinte de 1933-	
	1934.....	136
2.4	Eugenia em disputa na Assembleia Constituinte de 1933-	173
	1934.....	191
	As vozes por trás da Constituição brasileira de 16 de julho de	194
	1934.....	
	Eugenia como conceito de	

movimento.....

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....

REFERÊNCIAS.....

INTRODUÇÃO

A eugenia é uma teoria científica edificada no final do século XIX, precisamente no ano de 1883, na Inglaterra, por Francis Galton¹, que combinava o conhecimento biológico com premissas estatísticas, com o fim de elaborar uma ciência que se dedicasse ao aperfeiçoamento da raça humana. Possui vínculo estreito com a emergência da biologia moderna, e fora difundida e apropriada por distintos países, a qual foi instrumentalizada de modo a se tornar uma nova possibilidade, um novo argumento em benefício da subjugação humana.

O final do século XIX e as primeiras décadas do século XX foram palco de efervescências sociais fomentadas por conturbadas questões como: a revolução industrial [em um contexto nacional pós-abolicionista]; a urbanização [simbioticamente interligada ao fenômeno de industrialização]; o movimento de imigração; em um período em que os intelectuais, de forma majoritária, acreditavam na neutralidade da ciência.²

Foi principalmente a partir do ano de 1870, que o Brasil vivenciou um dos períodos de maior recepção da produção intelectual de outros países, o qual fora marcadamente caracterizado como um dos mais ricos da história das ideias do país, que se ilustrou, por exemplo, pela apropriação das teorias biológicas e positivistas, as quais transmitiam a mensagem acerca do triunfo do pensamento mecanicista.³

Ou seja, em uma época em que se celebrava a infalibilidade do método científico, e a vitória da tecnociência, o progresso do incipiente republicanismo brasileiro passou a ser entendida cada vez mais como factível a partir da aplicação do conhecimento científico moderno em meio aos debates políticos.

¹ Francis Galton, nascido na cidade de Birmingham na Inglaterra, seus estudos voltavam-se em maior parte ao estudo de técnicas biométricas para melhoria da raça humana. STEPAN, Nancy Leys. **“A hora da eugenia”**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p.9.

² COSTA, Jurandir Freire. **História da Psiquiatria no Brasil**: um corte ideológico. 3 ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p. 44-46.

³ SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.p.14

Sob a bandeira do progresso da nação, ciência e técnica passaram a se infiltrar em meios aos debates políticos que orientariam a alteração das estruturas sociais do país, principalmente em matérias atinentes à formação da raça, saúde e educação.⁴

Assim, a teoria da eugenia é um tema que causa desconforto a muitas pessoas, talvez por associarem imediatamente às fatalidades cometidas pelo nazismo na segunda guerra mundial. Todavia, deve ser estudada de forma neutra. Não revisitar sua história e não adentrar em novos possíveis caminhos ainda não percorridos — talvez por conta do esquecimento voluntário produzido historicamente, talvez pelo incômodo decorrente das atrocidades a que inevitavelmente se ~~relaciona-relaciona~~ — é obstaculizar a construção crítica da história humana.

A eugenia ultrapassou os limites territoriais do espaço geográfico em que foi criada e sua lógica do aperfeiçoamento humano adentrou as esferas do debate intelectual e político de diversos outros países, os quais a apropriaram de forma distinta. Ou seja, a trajetória da aplicação da eugenia tem suas peculiaridades e uma conjuntura histórica própria, vinculada a cada localidade espacial em que se tornou objeto de disputa no campo sócio-político.

Isto posto, o interesse pelo estudo da eugenia no Brasil ocorreu quando se verificou a positivação da concepção eugênica no texto da Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1934, no corpo do artigo 138, alínea “b”, o qual estabeleceu que seria competência de os entes federados estimular a educação eugênica.⁵

Assim, fora iniciada uma pesquisa voltada à tentativa de compreender como a teoria da eugenia foi recepcionada pelo texto de uma Constituição Federal brasileira. Um dos primeiros passos tomados para a execução desta tarefa foi fazer o mapeamento das menções ao vocábulo “eugenia” e seus desdobramentos [como “eugênica”], em meio aos debates constituintes que deram origem à Constituição de 16 de julho de 1934. Estes estão organizados em 22 [vinte e dois] volumes, que somados totalizam mais de 12.000 [doze] mil páginas. Ao mesmo tempo, realizou-se pesquisa em meio ao acervo da Hemeroteca Digital Brasileira acerca dos periódicos de maior circulação à época. Neste momento, procedeu-se o primeiro recorte metodológico da pesquisa em andamento: a delimitação espacial.

A pesquisa ao acervo da Hemeroteca Digital foi feita sob o recorte geográfico da capital do país nas primeiras décadas do Brasil republicano, Rio de Janeiro, uma vez que por

⁴Ibid., p.11 et seq.

⁵ Art. 138 - Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas: [...] b) estimular a educação eugênica; [...]. BRASIL, Constituição. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil-16 de julho de 1934**. Brasília, DF: Fundação Projeto Rondon-Minter, 1986.

ser o centro do comando político do país à época, parte-se da premissa deste ser o maior polo não apenas de recepção de influências teóricas de ultramar, como também por ser o local em que se veiculavam as decisões políticas que determinariam os rumos da nação brasileira então em formação.

Inicialmente, foi principalmente através das informações extraídas dos jornais que o trabalho começou a corporificar-se. Vestígios de eugenia foram observados em fragmentos jornalísticos relacionados aos leprosários, hospitais psiquiátricos e educandários da capital brasileira ou localizados próximos a ela.

O próximo passo perquirido foi quando se verificou a expressão “educação eugênica” em meio a um excerto jornalístico cuja matéria se referia à inauguração do Ambulatório Ridavia Correia, anexo à Colônia de Alienados de Engenho de Dentro, em 14 de junho de 1920. A expressão foi utilizada por Gustavo Riedel, médico psiquiatra, diretor daquela instituição, o qual conta como um dos destaques de sua breve carreira com a organização de um centro de ações voltadas à eugenia.⁶

Em pesquisa ao acervo em comento, não se verificou o emprego da expressão em momento anterior a este, o que conduziu o segundo e último recorte metodológico da pesquisa em andamento: o temporal. Estabeleceu-se que a pesquisa seria realizada a partir do ano de 1920, data em que se verificou a primeira menção à educação eugênica nas fontes primárias em análise e teria seu término no ano de 1934, ano em que foi promulgada a Constituição dos Estados Unidos do Brasil que positivou a teoria da eugenia em seu texto.

Em visita ao acervo da antiga Colônia de Alienados de Engenho de Dentro, atualmente conhecido como Instituto Municipal Nise da Silveira, o objetivo era consultar a ficha de pacientes internados no local dos anos estabelecidos no recorte temporal da pesquisa em andamento [1920-1934]. Entretanto, de acordo com as regras do Ministério da Saúde, estão disponíveis para consulta apenas as fichas dos pacientes cuja data da internação ocorreu há 100 [cem] anos, ou seja, a data limite ao momento da consulta seriam as fichas de 1916, o que não atenderia aos propósitos do estudo.

A pesquisa dos documentos dentro do recorte temporal proposto poderia ser autorizada mediante procedimento junto ao Conselho Nacional de Saúde [CONEP], órgão vinculado ao Ministério da Saúde, o que seria submetido a um processo de aprovação no lapso de alguns meses. Cientes do curto prazo proposto para a execução da pesquisa em sede de mestrado, foi preciso mudar de estratégia.

⁶ AMBULATORIO RIDAVIA Correia. **O paiz**. Rio de Janeiro, ano XXXVI, n. 13.031, p.3,14 de junho de 1920.

A biblioteca do Instituto Municipal Nise da Silveira autorizou a livre consulta aos documentos administrativos da instituição na data solicitada. Encontrou-se livros que retratavam parte da rotina da Colônia de Alienados, com pesquisas, artigos, fluxo financeiro, dados numéricos acerca das entradas, saídas e procedimentos cirúrgicos que os pacientes eram submetidos.

Com base nestas três fontes primárias [Anais da Assembleia Constituinte de 1933-1934, jornais em circulação no Rio de Janeiro e Anais da Colônia de Engenho de Dentro] a perquirição da trajetória da eugenia no Brasil até sua recepção no texto constitucional de 1934 encetou-se, cujo deslinde foi trazendo à tona novas fontes primárias que contribuiram para a realização da pesquisa planeada.

Assim, um dos objetivos deste trabalho é demonstrar o caminho percorrido pela recepção e apropriação desta teoria no cenário nacional, a qual se viu entrecortada pela transição entre o regime político monárquico transcorrido e o início do republicanismo, uma fase em que os discursos científicos exerciam e sofriam influência recíproca na edificação das [estruturas-modificações](#) políticas. Mais que isso, apontar que o termo elaborado por Galton não é estanque e adquiriu um significado próprio no Brasil, mediante a análise de periódicos, dicionários, livros e arquivos médicos.

Sabendo que “[...] não há aproximação a um objeto do saber sem o uso de um instrumental teórico-metodológico [...]”⁷, esclarece-se que, para viabilizar a execução deste trabalho, adotar-se-á como norte teórico a lição de Reinhart Koselleck acerca da história dos conceitos, cientes de que a opção feita pela teoria implica não apenas no caminho a ser percorrido, como também implicará diretamente na formação de seu resultado.

Nesse sentido, explica Ricardo Marcelo Fonseca:

Se o cientista (pintor), diante de seu objeto (paisagem), necessita de uma teoria (observatório) sem o qual seu trabalho não pode se desenvolver, há que se colocar logicamente a conclusão de que a escolha da teoria irá implicar não só na escolha de um determinado caminho, mas também no atingimento de um resultado diverso.

Partindo da premissa que a história do direito é local, a busca pela contextualização dos argumentos em disputa estará presente em todo o percurso de edificação deste trabalho. A contribuição da metodologia proposta por Koselleck é fundamental para a formação de juristas, uma vez que propõe que produções endógenas do corpo social se constituem em fonte que complexificam a história do direito.

⁷ FONSECA, Ricardo Marcelo. **Introdução teórica à História do Direito**. 1ª ed. Curitiba: Juruá, 2012. p. 26-27.

Sendo que “na exegese do texto, o interesse especial pelo emprego dos conceitos político-sociais e a análise de suas significações ganham, portanto, uma importância de caráter social e histórico.”⁸ A ferramenta metodológica que elaborou se presta na lapidação de um fazer histórico muito mais rico do que o ditado pela historiografia tradicional novecentista [positivismo histórico].⁹

Procurando compreender o que era tempo histórico, Koselleck, no prefácio da obra de sua autoria, “Futuro passado”, sustentou que as fontes do passado eficientemente proporcionam a concepção dos fatos e ideias, dos projetos e ocorrências, mas são incapazes de situar o tempo histórico em si. Desde o princípio alertou que o tempo histórico é estranho à cronologia, sendo que quem ambiciona alcançá-lo deve “[...]contemplar as rugas no rosto de um homem, ou então as cicatrizes nas quais se delineiam as marcas de um destino já vivido.

”¹⁰

Ao longo de toda sua obra Koselleck buscou apontar as características que fazem o tempo histórico ser um tempo distinto, analisando a singularidade linguística de experiências históricas, porém esclareceu que sua empreitada não seria possível sem o emprego das medidas e datas extraídas do conhecimento físico-matemático da natureza, do tempo natural e mensurável.¹¹

Deixando claro que sua investigação se acometia detidamente sobre um certo presente e sobre o tempo que então lhe exprimia como futuro, sendo este já decorrido para o pesquisador, declarou que sua metodologia se daria “ na semântica dos conceitos fundamentais que plasmaram a experiência histórica do tempo.”¹²

Foi por meio de seu estudo de conceito de história [*Geschichte*], iniciado em seu recorte temporal do século XVIII, que propiciou ilustrar que mecanismos e experiências apenas emergiram após o entendimento desta história [*Geschichte*] como um tempo novo.

⁸ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006. p.109.

⁹ Entendemos positivismo histórico conforme lecionado por Ricardo Marcelo Fonseca, sendo uma de suas características o estudo do direito somente mediante análise das fontes oficiais. Para o autor “[...] será uma história centrada sobre os fatos, e, dentre esses fatos, serão os eventos políticos, militares e diplomáticos aqueles considerados com efetiva ‘dignidade histórica’. Daqui deriva a grande tendência dessa forma de fazer a história a privilegiar os grandes eventos do passado e os grandes personagens do passado [...]” FONSECA, Ricardo Marcelo. **Introdução teórica à História do Direito**. 1ª ed. Curitiba: Juruá, 2012. p.57.

¹⁰ KOSELLECK, Reinhart. ~~Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC Rio, 2006. Op. Cit., p.13.~~

¹¹ Ibid., p.14-15.

¹² Ibid., p.16.

Frisou que o conceito moderno de história foi fruto da concepção iluminista sobre a progressiva dificuldade da “história de fato” ou da “história em si” [*“Geschichte überhaupt”*], “na qual os pressupostos e condições da experiência escapam, de forma crescente, a essa mesma experiência.”¹³ Isto se aplicaria para as duas perspectivas de história decorrentes de seu conceito moderno [“história de fato” e “história em si”], “quanto para a perspectiva temporal na qual passado e futuro realinham-se recíproca e alternadamente, de maneira contínua. Esta última tese, disseminada ao longo de todo o livro, constitui o objetivo final da categoria de temporalização.”¹⁴

Isto posto, o exame das fontes documentais será feito segundo a metodologia proposta por Koselleck, o que auxiliará na tarefa de mapear as singularidades das formas discursivas que compuseram o tema em tela, verificando ao final se houve um processo de percepção da aceleração do tempo histórico.

Dito de outra forma, diante do cenário nacional do início do século XX, todo o trabalho será feito sob a motivação de uma tentativa de contextualizar vocábulos e expressões utilizadas pelos atores sociais da época, que, em sua análise ampla, podem situar a representação de determinada aceleração de um tempo histórico.

Mais do que isso, a tentativa de localizar a estrutura linguística dos contemporâneos em seu próprio tempo, corroborará para o delineamento de alguns ângulos das práticas discursivas que conduziram a positivação da teoria da eugenia em uma Constituição Federal do Brasil, demonstrando se o conceito de eugenia é ou não um conceito de movimento histórico, ou seja, um conceito que permite transparecer a percepção da aceleração do tempo histórico, fenômeno conhecido como temporalização, vislumbrado por Koselleck.

Assim, um dos passos que adotaremos para a perquirição da tarefa proposta será a análise das fontes [que a frente serão elencadas] com auxílio dos dicionários contemporâneos à época em estudo. Isto se deve pelo fato de que, termos como “higiene social”, “eugênica”, “venenos sociais”, termos frequentemente utilizados pelas fontes examinadas, têm um significado que só podem ser compreendidos à luz do tempo em que foram elaborados.

Nesse caminho, paralelamente ao entendimento que o tempo histórico é único¹⁵, depreende-se que a história é objeto de luta política e disputa, sendo que o entendimento contextualizado proposto por este historiador alemão não se presta ao simples deslinde da

¹³ Ibid., p.16-17.

¹⁴ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006. p.17.

¹⁵ FONSECA, Ricardo Marcelo. **Introdução teórica à História do Direito**. 1ª ed. Curitiba: Juruá, 2012.p. 14.

apreensão semântica, mas se volta à equiparação de uma teoria da história, em que se insurge reflexão hermenêutica dos sujeitos históricos com vistas à compreensão da própria existência.¹⁶

Quebrando-se o clichê da unicidade dos conceitos, sendo os mesmos colocados sob um caleidoscópio que o decompõe em múltiplas facetas, o trabalho do historiador passa a ser de criação. Este precisa selecionar os fatos, a perspectiva sob a qual debruçará sua análise, as fontes documentais que serão examinadas, sendo a história edificada no cômputo da experiência subjetiva do historiador. Assim, a história do direito é a história que se faz do direito.¹⁷

Na imersão na diversidade de fontes que não estão no centro da história, como jornais e arquivos institucionais, em uma tentativa de apreender a multiplicidade de motivos que conduzem a determinadas ocorrências, se depreendem vestígios de uma história que muitas vezes estão esquecidos. Outrossim, no deslinde dos traços caracteristicamente impressos na história do direito, esta se constitui inevitavelmente interdisciplinar. Nessa seara, remontando à lição de Gustavo Siqueira, este trabalho se trata da “[...] tentativa, mais uma vez, é problematizar a história, procurando questionamentos, dúvidas, contradições e tensões contra uma visão simplista, reta, correta da história.”¹⁸

Estabelecidos estes primeiros apontamentos, explica-se a organização desta dissertação. O primeiro capítulo se inicia realizando a ambiência com a qual a eugenia adentrou ao cenário nacional, para então apresentar o resultado das pesquisas efetuadas em sede dos periódicos, veiculados ao recorte temporal e geográfico delimitados, acerca do uso do vocábulo “eugenia” e seus desdobramentos gráficos, pontos que ocuparão os dois primeiros subtópicos do capítulo.

Em seguida, serão analisadas fontes primárias que desvelem como a eugenia foi institucionalizada na paisagem da capital nacional do início do século XX. Como será explicado, pouco após às primeiras iniciativas de Gustavo Riedel unindo psiquiatria e eugenia, o mesmo fundou a Liga Brasileira de Higiene Mental, uma liga composta por médicos psiquiatras unidos pelo desejo de transformação e salvação do brasileiro, em benefício do progresso da nação. Os arquivos produzidos por esta liga divulgavam suas ideias

¹⁶ Id.

¹⁷ SIQUEIRA, Gustavo Silveira. **História do direito pelos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Lúmem Iuris, 2014. p. 19.

¹⁸ Ibid., p.51.

e eram disponibilizados ao corpo social, sendo um dos veículos de propaganda eugênica que serão examinados.

A terceira divisão do primeiro capítulo se encerra com a exposição não apenas dos Anais da Colônia de Alienados de Engenho de Dentro, como também com a exposição de duas teses encontradas nos arquivos da instituição e vinculadas ao tema em estudo.

Por fim, o primeiro capítulo se encerra ao retratar duas enquetes realizadas pelo periódico “O Globo” com matérias a respeito da eugenia e a opinião de intelectuais a respeito de sua recepção nas legislações brasileiras. Em que pese não ser um jornal de grande circulação dentro do marco temporal proposto [1920-1934], suas ações em torno do tema em comento não apenas foram expressivas, como fomentaram o debate e tentativas de alterações sociais do país, mediante apelo à tutela legislativa.

Assim, no primeiro capítulo se optou por expor todas as fontes primárias de origem não oficial. De toda sorte, o segundo capítulo foi estruturado para apresentar os documentos oficiais, ou seja, textos produzidos em meio ao aparelhamento estatal, sendo a principal fonte utilizada, os Anais da Assembleia Constituinte de 1933-1934. A edificação do estudo que consagra a instrumentalização do vocábulo “eugenia”, “eugênica” em meio aos debates constituintes foi feita sob duas diferentes acepções.

O primeiro subtópico estabelece a conjuntura política que antecede os trabalhos atinentes à organização da Assembleia Constituinte. Após, procede-se à exposição dos fragmentos constituintes que refletem as vozes dos constituintes no uso dado por estes a respeito da teoria da eugenia.

Na tentativa de verificar o conteúdo da discussão, observou-se que os membros da assembleia constituinte de 1933-1934 dedicaram vários momentos à argumentação dos ideais eugênicos em diversas temáticas. O que no final foi consagrado em apenas um único dispositivo, foi resultado de um prolixo processo.

As concepções eugênicas foram amplamente debatidas quando tratavam sobre as questões imigratórias, da educação sexual, em que os assuntos se davam em torno da obrigatoriedade de exame médico pré-nupcial, na questão da saúde e higiene com finalidade do combate às doenças venéreas e preservação da família.

O teor do que tange à implementação destas medidas é diverso, mas o que parece unísono é o desejo pela homogeneização e aprimoramento da raça nacional, mediante o aperfeiçoamento tanto hereditário – tendo como exemplo a proibição de miscigenação daqueles considerados geneticamente superiores – quanto à educação e higiene.

Além disso, ao final do tópico se esclarece que não foi apenas o art. 138 e sua determinação acerca do estímulo à educação eugênica que foi resultado da apropriação política da teoria galtoniana, ocasião em que se pontua os demais artigos que sofreram influência desta concepção e que ao final foram corporificados em meio ao texto da Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1934, tarefa que se realizará com auxílio da inteligência de Pontes de Miranda e Pedro Calmon.

A exposição dos fragmentos constituintes não se esgotam neste primeiro momento, o subtópico seguinte se dedica não apenas a ilustrar os excertos constituintes que usam como ferramenta a eugenia para alcance de seus propósitos políticos, como também os que o fazem utilizando em seus discursos alguns intelectuais para enrobustecer suas vozes na tribuna constituinte, como por exemplo, Monteiro Lobato e Renato Kehl. Ressalva-se que a análise dos autores citados não se propõe a sistematizar suas obras, mas apenas mostrar aspectos gerais das mesmas.

O segundo capítulo se encerra mediante a exposição da metodologia que viabilizou a execução deste trabalho, a de Reinhart Koselleck e seus possíveis desdobramentos aplicados ao tema em estudo.

Não apenas para auxiliar a ambientar a temática da eugenia, mas também como contribuição por todo o deslinde do trabalho, foram utilizados a título de referências bibliográficas livros como: “A Hora da Eugenia” de Nancy Stepan.¹⁹ A autora efetuou amplo estudo da eugenia na América Latina e traz lições importantes sobre a temática no período desejado.

A obra “Raça Pura. Uma história da eugenia no Brasil e no mundo”²⁰, de Pietra Diwan e “História da Psiquiatria brasileira”²¹ de Jurandir Freire Costa, também serão utilizadas na tarefa de revelar a abrangência dos espaços institucionais em que as concepções se confundiam em meio as ações organizadas em instituições, como as da Liga Brasileira de Higiene Mental.

¹⁹ STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

²⁰ DIWAN, Pietra. **Raça Pura. Uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2015.

²¹ COSTA, Jurandir Freire. **História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. 3 ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

A leitura da obra “A Era do Saneamento” de Gilberto Hochman²² foi importante não apenas para compreender o cenário nacional e os personagens do período, como também para entender influências, como as da literatura, da transformação da doença que afetava os indivíduos do interior brasileiro, em problema político.

Outras obras serão empregadas, conforme expostas ao longo da execução do trabalho. Em relação as fontes que compõe o estudo, os periódicos em circulação no Rio de Janeiro, marcadamente os publicados entre os anos de 1920 até 1934; Os Arquivos Brasileiros de Higiene Mental, produzidos pela Liga Brasileira de Higiene Mental; Os Anais da Colônia de Psicopatas de Engenho de Dentro; Teses acadêmicas; Os Anais da Assembleia Nacional Constituinte e o anteprojeto que lhe encetou o debate; Decretos; Dicionários da linguagem corrente e da também específicos à seara médica.

Deste modo, a estratégia escolhida para operar os cortes metodológicos, apreender e se aproximar do legado extraído dos vestígios das fontes, são importantes para auxiliar na compreensão da conjuntura com a qual o vocábulo eugenia foi recepcionado e ressignificado no Brasil e sofreu a alteração de seus contornos, trazendo à tona alguns aspectos da singularidade discursiva que envolve o tema no panorama nacional. Este trabalho de dissertação se propõe a perquirir a trajetória da eugenia sob viés histórico, historicizando seu conceito, a partir de 1920, percorrendo os anos que se seguem até o fim da elaboração do texto constitucional que lhe consagrou.

²² HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil**. São Paulo, Hucitec/Anpocs, 1998.

1. AS VOZES DE UM PASSADO QUE NÃO PASSA, A EUGENIA EM MOVIMENTO

1.

1.1 Ambiência da recepção da eugenia na conjuntura brasileira

1.4

A eugenia foi um artifício a serviço da hierarquização social, operada como uma teoria que combinava a biologia com métodos de estatística para aperfeiçoamento da raça humana. O termo fora estipulado em 1883, na Inglaterra, por Francis Galton²³, consistindo em novo método de seleção humana e diferenciação entre classes sociais, possuindo uma característica singular que a destaca na história, a eugenia era dotada de status científico.²⁴

Foi no final do século XIX e início do século XX — época em que o movimento científico acreditava-se neutro — que se verificou o aparecimento de referências ou indícios de teorias biológicas em meio aos debates políticos. O cenário nacional deste período, principalmente a década de 1870, corresponde a um dos mais ricos e prolixos na história das ideias, ante a recepção de novas teorias biológicas e positivistas em um contexto do incipiente republicanismo brasileiro.²⁵

Assim, os discursos de superioridade humana adquiriram uma nova faceta: a ciência. A emergência dessa nova linguagem científica, cujos preceitos encontravam justificativa na

²³ Francis Galton, nascido na cidade de Birmingham na Inglaterra, sua biografia voltava-se em maior parte ao estudo de técnicas biométricas para melhoria da raça humana. STEPAN, Nancy Leys. **“A hora da eugenia”**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p.9.

²⁴ Id.

²⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz, **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.p.14

experiência empírica e com resultados demonstrados não qualitativamente, mas quantitativamente, deram a emergência há uma nova forma de poder e controle.

É preciso aclarar que a eugenia foi recebida com entusiasmo em diversos países de governos democráticos. O Estados Unidos foi o primeiro país a elaborar uma legislação para a esterilização de degenerados ~~no ano de~~ 1907, ~~a qual~~ conferiu status de legitimidade a muitas esterilizações acobertadas pelo discurso de melhoria racial.²⁶

A eugenia se propagou em diversos países, e em cada um deles se manifestou de forma singular. Entretanto, o que passou a ecoar de forma indistinta foi a onda de “hereditariedade” dos comportamentos considerados nocivos, indesejáveis ao corpo social. Neste caminho, biólogos de diversos países assumiram a responsabilidade de sanar as perturbações sociais através dos usos do ideário eugênico.²⁷

É importante notabilizar que o estudo da eugenia no Brasil, ou em qualquer outra parte do mundo em que foi acolhida, tem suas peculiaridades e uma conjuntura histórica própria. Um dos objetivos deste trabalho é demonstrar a trajetória de como a eugenia incorporou-se como teoria no cenário nacional, sendo aceita não somente por diversos círculos intelectuais, como também fora incorporada pelo Estado.

O recorte temporal deste estudo inicia-se na década de 1920 e seu término coincide com o fim do Governo Provisório, ou seja, se percorrerá os anos de 1920 até 1934. Assim, com intuito de compreender como o tema da eugenia gravitou no meio social e adentrou nos debates da política nacional deste período, diversas fontes serão examinadas com o fito de expor a conjuntura e as variáveis envolvidas.

Como ficará claro, havia uma plurivocidade semântica em torno da eugenia. O uso dado pelos distintos atores sociais a configuraram como uma teoria mutável, servil aos interesses de cada um de seus interlocutores e que funcionou como legítima chave discursiva, por meio da qual divergentes acepções podem ser avocadas.

Uma das ferramentas que aqui serão utilizadas para uma tentativa de visualização dos diálogos em torno desta teoria científica será a análise de periódicos da época. Estes serão manuseados para que se torne possível cooptar os sentidos que transitavam entre a tríade da dualidade, volatilidade e estabilidade destes, até propiciar o alcance das expectativas geradas em torno da transformação social.

²⁶ DIWAN, Pietra. Raça Pura. **Uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2015. p.47.

²⁷ DIWAN, Pietra. Raça Pura. **Uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2015. p.46.

Antes de adentrarmos no exame dos fragmentos jornalísticos do período, uma breve aclimatação do pano de fundo em que a teoria da eugenia fora emergida se faz necessária. Esta chega ao Brasil entrecortada pela transição do regime político monárquico e com o início do republicanismo, uma fase em que os discursos científicos eram influenciados e influenciavam simbioticamente as ~~estruturas-modificações~~ políticas.

É no âmago da efervescência das turbulências políticas das primeiras décadas do século XX que a eugenia se inseria como discurso científico no delineamento de práticas para a formatação de uma nova nação. O aporte de um novo ideário científico no cenário nacional, caracterizado por teorias de matizes evolucionistas e positivistas, proporcionaram que se erigisse um novo tom crítico na intelectualidade.²⁸

Pietra Diwan apontou que as teorias biológicas foram trazidas ao Brasil através dos filhos da elite republicana que estudavam na Europa, somadas também às expedições científicas de europeus ocorridas no território brasileiro no final do século XIX e início do século XX. Nestas últimas foram realizados muitos relatórios a respeito da composição étnica brasileira, produzidos sob o ponto focal da relação entre cruzamento de raças e os destinos da nação, em que o pessimismo estava umbilicalmente interligado ao fator de miscigenação racial, obstruindo um projeto nacional de progresso ao país.²⁹

Diwan leciona que Gustave Le Bon, Arthur de Gobineau e Louis Agassiz foram alguns dos europeus que ~~vincularam-relacionaram~~ o pessimismo brasileiro ~~relacionado~~ ao fator da mestiçagem e ~~seu atrelamento~~ sua relação com ao atraso nacional, para os autores o progresso estava ligado ~~as~~ sociedades de constituição racial puras. “Para eles, a hibridização resultava sempre na permanência do gene mais fraco, menos apto e na potencialização dos defeitos e imperfeições, de geração em geração.”³⁰

Apenas para ilustrar esta situação, o conde Arthur de Gobineau, que foi ministro diplomático da França no Brasil em 1876, ~~e~~ Em seu livro “Essai sur l’inégalité des races humaines” fez críticas à miscigenação, apontando a superioridade da raça branca. “Trata-se de uma população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia”.³¹

Gobineau afirmava que as pessoas não possuíam livre-arbítrio e estavam permanentemente à mercê das vontades e políticas da sociedade, assim “essa regra aplicada

²⁸ DIWAN, Pietra. Raça Pura. **Uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2015. p.38.

²⁹ Ibid., p.88.

³⁰ Ibid., p.89.

³¹ GOBINEAU apud DIWAN, Pietra. Op.Cit., p.13.

significava a hierarquização das raças e a segregação racial para impedir a hibridização entre tipos humanos diferentes, a fim de evitar a degeneração.”³²

~~Diwan expõe que a concepção eugênica no Brasil já era presente no final do século XIX de acordo com conferência realizada pelo médico Agostinho de Souza Lima, intitulada “Exame Pré-nupcial”, na Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, em que este pleiteou uma lei que estabelecesse a obrigatoriedade tanto do exame médico pré-nupcial quanto a proscrição dos casamentos com pessoas com tuberculose e sífilis.~~³³

Em 1912, Belissário Penna e Arthur Neiva lideraram uma expedição de cunho médico-científica para o interior do Brasil com intuito de constatar as epidemias e apontar as medidas profiláticas necessárias. Os relatórios passam a questionar os determinismos raciais e as teorias climatéricas, tidos como regra até então quando da análise da população brasileira.³⁴

A publicação dos relatórios ocorreu em 1916 e alcançou grande repercussão, o diagnóstico contido nestes documentos fomentaram o envolvimento de grande parte dos intelectuais na seara da saúde brasileira, qual seja: o Brasil estava doente.³⁵

Em 1914 o termo “eugenia” consolidou-se gramaticalmente em detrimento do termo “eugênica” pelo trabalho do filólogo João Ribeiro. No mesmo ano, Alexandre Tepedino, apresentou tese na faculdade de medicina intitulada “Eugenia”.³⁶

Além das teorias biológicas, o republicanismo brasileiro recepcionou a filosofia de Comte. Em palavras simples, esta teoria previa o funcionamento do corpo social como se máquina fosse, imbuída de racionalidade. Os detentores do poder que estavam com a responsabilidade de constituir uma nova nação, sob novo regime político, englobados na onda da cientificidade e do positivismo, consolidaram a máxima da “ordem e progresso”. Para Diwan “-o positivismo inaugurou a República brasileira com uma visão laica, disciplinar e anticlerical.”³⁷

O Brasil, sendo uma república incipiente passou a ser visto pelos eugenistas como uma nação sem povo. Era preciso criar um povo brasileiro. O desafio estava posto para a reduzida

³² Id.

³³ [Ibid., p.95](#)

³⁴ Id.

³⁵ DIWAN, Pietra. **Raça Pura. Uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2015. p.13.

³⁶ Id.

³⁷ [Ibid., p.91](#).

elite pensante nacional, que não apenas consumiu as novas literaturas então publicadas, como também as empregaram de forma diferente das adotadas por outros países.³⁸

A emergência dos problemas decorrentes da recém proclamada república e também do recente fim da escravidão — como a substituição da mão-de-obra e a conservação da hierarquia social rígida — demandava que se elaborasse um novo projeto de reestruturação do país, constituindo o que seria o povo brasileiro, traçando ditames em prol da ordem e progresso da nação. No imbróglio do jogo de interesses então erigido, as teorias raciais com status de disciplina científica eram um modelo teórico factível.^{39,40}

Neste caminho, em um primeiro momento, foi o tema racial que ditou o ritmo e concebeu-se como o argumento vencedor para a caracterização e hierarquização das diferenças sociais. Porém, ao mesmo tempo em que se estabelecia o pessimismo da mestiçagem, prontamente abraçadas por parte da elite intelectual brasileira, surgiu o discurso que este mesmo pessimismo inviabilizaria o projeto de construção de uma nação.

É diante deste impasse que os homens de ciência se destacaram pela solução original encontrada: “ do darwinismo social adotou-se o suposto da diferença entre as raças e sua natural hierarquia, sem que se problematizassem as implicações negativas da miscigenação.

”⁴¹

De toda sorte, as soluções apontadas pelos intelectuais desrespeitavam os ideais democráticos apregoados pelo regime republicano. Na defesa por uma democracia de faixada, plástica, aparente, que se moldava de acordo com os interesses individuais da pequena elite detentora do poder, uma democracia que fora instaurada sob o manto da promoção da igualdade entre as pessoas, se homologava a desigualdade.⁴²

Dessa forma, é necessário resgatar a originalidade do pensamento racial brasileiro, não consistindo em mera importação de teorias que não se encaixavam no cenário nacional. A intelectualidade brasileira assumiu a difícil tarefa de recepcionar e atualizar o que era cabível

³⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz, **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.18-19.

³⁹ Id.

⁴⁰ COSTA, Jurandir Freire. **História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. 3 ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p. 31.

⁴¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.18.

⁴² COSTA, Jurandir Freire. **História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. 3 ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p. 31.

das teorias raciais de ultramar, desconsiderando o que obstaculizava a questão da formação da raça, do povo brasileiro.⁴³

Nas linhas que se seguem, procuraremos deslindar os traços caracteristicamente impressos da eugenia na conjuntura nacional. Uma vez que, sob ótica de sua significação original, se tratava de um método de seleção humana acobertada por roupagem científica, somada à conjuntura de uma ciência que se pretendia neutra, intentaremos um caminho de compreensão de como esta teoria baseada em premissas biológicas aclimatou-se no Brasil, localizando-a no momento singular em que se constituiu, enfatizando sua recepção e usos pela elite pensante nacional.

Ao entrecruzarmos os diversos discursos dos atores sociais, revelando suas continuidades e descontinuidades de suas mudanças e aplicações, trabalharemos na direção de responder perguntas que já em um primeiro momento insurgem, tais como: No Brasil, a teoria da eugenia operou como ferramenta de controle da vida social? Em caso positivo, de que forma? Houve união entre o movimento científico e o poder estatal na criação de políticas travestidas de discursos de inferioridade biológica?

Não pretendemos proceder uma história absoluta, completa, da eugenia, mas constituir um novo olhar, revelando as contingências entre a coalizão não somente entre esfera pública e privada, como também a originada das relações entre profissionais de diversas áreas, como médicos e juristas.

As fontes primárias que utilizaremos não somente neste capítulo, mas também na maior parte desta dissertação, estão condicionadas a um recorte geográfico específico: o Rio de Janeiro. Tal recorte se deve ao fato do Rio de Janeiro ter sido a capital do Brasil república no período do enfoque temporal deste estudo, e, sendo a capital do país no momento de transição de regime político, foi o principal polo de recepção e aplicação das teorias europeias atreladas ao tema em comentoem que nos debruçamos.

1.2 A eugenia impressa nos periódicos

Realizar exercício de memória ante uma faceta específica da história de um país é tarefa difícil, não apenas pela sinuosidade de seus muitos caminhos, como também pela responsabilidade ante a delimitação do objeto e das fontes pelas quais o analisará, pois estas

⁴³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. Cit., p.19.

implicação não apenas na rota a ser percorrida, como também culminará o deslinde de seu resultado final.

Uma das trajetórias que foram escolhidas para cumprir a tarefa proposta nesta pesquisa foi o exame dos periódicos, os quais funcionavam como veículo de externalização das ambições dos sujeitos do corpo social. A circulação dos jornais alçou expressiva notabilidade no meio social, estampando, como exemplo, as regras de higiene públicas e privadas para o controle de doenças e de comportamentos considerados nocivos à sociedade,⁴⁴ —e que afloravam em um território de clima variável e composto por uma população multiétnica.

O exame dos jornais dentro do recorte temporal proposto auxiliam na ambientação da emergência do discurso eugênico, em que este não se ancorou sob balizas absolutas e atemporais, mas resultou da percepção cognitiva da intelectualidade em relação às características geográficas e étnicas nacionais.

Nesta direção, para entende-se a eugenia no Brasil o primeiro passo será investigar o alcance de seu conceito, para isto empregar-se-á ferramenta deduzida da metodologia proposta por Koselleck, a qual se constrói em torno da história dos conceitos. Para o autor, só se compreende a real existência de determinado conceito quando este é situado em seu tempo, ou seja, os conceitos têm um significado cerrado ao período em que foram proferidos.⁴⁵

Além disso, é ~~de capital importância~~ essencial a análise do vocábulo em fontes distintas, pois em meio a miríade de significações atribuídas pelos atores sociais que dele se apropriam, viabiliza-se a emergência da faceta comum presente em seu cerne substancial.

Assim, a transcendência das marcas temporais em determinado conceito se viabiliza através da metodologia de Koselleck. A partir desta se entende que um conceito não se atrela aos matizes político-ideológicos, mas, se situa acima destes. Para conceber adequadamente um conceito, é preciso lançar-se no resgate existente nas divergências presentes nas ~~das~~ entrelinhas dos discursos proferidos pelos atores sociais de origem distintas, porém que se unem pela comunhão da mesma linguagem.

Para Koselleck, o historiador que pretende fazer história social não pode dispensar o subsídio fornecido pelas inferências histórico-críticas decorrentes da história dos conceitos.⁴⁶

⁴⁴ ~~Como a vacinação obrigatória e a separação de determinados indivíduos considerados inferiores por suas moléstias em sanatórios e preventórios.~~

⁴⁵ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006. p. 103.

⁴⁶ Id.

Esta parte da pesquisa foi viabilizada pelo acervo dos períodos disponíveis na Hemeroteca Digital. Os textos selecionados não correspondem somente às passagens em que o conceito se torna presente, mas também passagens textuais que traduzem o conceito em comentário.⁴⁷

Ao se realizar a pesquisa, quando fora digitado “eugenia” o número de resultados da pesquisa foi altíssimo, devido à confusão entre Eugenia, como nome próprio e eugenia, como teoria científica. Como o texto da Constituição Brasileira de 1934 consagrou a expressão “educação eugênica”, se decidiu analisar o vocábulo “eugênica”.

Mencionemos algumas cautelas metodológicas. Primeiramente, os fragmentos jornalísticos foram selecionados de acordo com a variedade de seu conteúdo. Ou seja, não apresentaremos matérias cujo tema já fora abordado por outra, o propósito é mostrar o emprego do vocábulo em contextos distintos. Outro ponto é que os jornais que serão objetos da análise que se segue foram indicados com base no maior número de ocorrências do termo estudado dentro do recorte temporal proposto. Ademais, todos os jornais mencionados foram apreciados dentro do recorte temporal e geográfico já delimitado, sendo o critério da diversidade de conteúdo o principal norte para a confecção deste ponto.

O primeiro periódico analisado foi o jornal “O paiz”⁴⁸, sob o recorte temporal de 1920-1934. Em 27 de Setembro de 1920, o jornal traz matéria sobre conferência de Belisário Penna, em que este sanitarista delineou questões que obstaculizavam o projeto de futuro da nação, ocasião em que e apontou soluções para os mesmos, colocando como obra máxima a ser realizada pelo corpo científico nacional.⁴⁹

Belisário alertou que os aspectos da questão social se sintetizam no aperfeiçoamento biológico do homem, ou seja, a solução aos problemas sociais deveria caminhar em direção à edificação de uma raça mais forte, saudável, com aptidão de se adquirir robustez cultural e beleza.⁵⁰

⁴⁷ Disponível em: << <http://hemerotecadigital.bn.br/>>> Acesso em: 12/09/16

⁴⁸ “O paiz” foi um jornal do Rio de Janeiro, de publicação diária, cuja fundação fora datada de 1º de outubro de 1884 e perdurou até 18 de novembro de 1934. Fora destaque por sua participação nas campanhas abolicionistas e republicanas, tendo como primeiro redator-chefe Rui Barbosa. Sua filiação com toda a estrutura política da República Velha motivou afrontas à sede após a vitória da Revolução de 1930. LEAL, Carlos Eduardo. Disponível em: << <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PA%C3%8DS,%20O.pdf>>> Acesso em: 12/09/16.

⁴⁹ O SANEAMENTO. **O paiz**. Rio de Janeiro, ano XXXVI, n. 13.126, p.3, 27 set. 1920.

⁵⁰ Id.

Belisário Penna era defensor da concepção de que “nenhum problema brasileiro pode ser comparado à questão eugênica”⁵¹, nesta senda, argumentouapontou que tanto os problemas econômicos – como melhoria das condições do trabalho, reajustamento econômico entre as esferas sociais —; quanto os jurídicos, ficavam relegados em segundo plano, pois o problema primeiro “do grande processo eugênico”⁵² a ser resolvido era a questão do levantamento biológico das populações afetadas pelas endemias, como a sífilis e alcoolismo.⁵³

Motivado pelos discursos da “regeneração eugênica”⁵⁴ como projeto de reformulação nacional, apontava a inferioridade biológica da raça como principal fator de atraso nacional:

Todos os nossos sonhos de grandeza, todas as inúmeras possibilidades latentes do nosso território e da nossa gente, serão irrealizáveis, se não soubermos libertar o brasileiro da inferioridade biológica que se patenteia no quadro macabro desse Brasil rural, flagelado por endemias que vão estiolando cruelmente a raça.⁵⁵

Em meados de 1922 fora publicada uma matéria sobre a nova “liga eugênica contra o fumo”, uma instituição fundada no Rio de Janeiro, que tinha como propósito avisava elaboração de campanhas contra os vícios que atentavam contra a integridade física e moral da raça. Na ocasião anunciavam uma palestra que seria proferida, intitulada: “o fumo e o depauperamento da raça”.⁵⁶

Em maio do mesmo ano, um excerto jornalístico cujo conteúdo abarcava —acerea do internacionalismo relacionado à Europa, o redator asseveroua que a Europa professava o culto da morte, uma vez que fazia exaltação de suas conquistas no campo de batalha. Em contrapartida, relaciona que o Brasil deve rejubilar-se com as vidas que pode salvar, promovendo o culto da vida, com o enrijecimento dos músculos através da educação eugênica e ideias de fraternidade.⁵⁷

Pouco tempo após, no ano deem 1924, publicou-se uma matériaum texto a respeito da lei alemã de esterilização de criminosos. Neste fragmento jornalístico, conceituoua-se eugenia como “ciência de organização relativamente moderna, mas velha pela sua relação com a biologia, cuja leis aplica, a *eugenia*, [(...)]tem por objeto, como é sabido, o

⁵¹ Id.

⁵² Id.

⁵³ Id.

⁵⁴ Id.

⁵⁵ Id.

⁵⁶ LIGA EUGÊNICA contra o fumo. **O paiz**. Rio de Janeiro, ano XXXVIII, n.13.607, p.7, 21 de janeiro de 1922.

⁵⁷ Id.

aperfeiçoamento dos organismos, em geral, e, particularmente, a perfeição da espécie humana.”⁵⁸

O ~~texto apresentou um~~ jornal traçado ~~um~~ histórico da institucionalização da esterilização eugênica em diversos países e assume posicionamento favorável no que tange a lógica da não propagação de degenerados e portadores de determinadas enfermidades. Com dizeres a respeito da “sabedoria jurídica alemã”⁵⁹, a matéria se encerrou arrematada pela a afirmação ~~dende~~ que a Alemanha estava na vanguarda da implantação de um relevante serviço a favor da humanidade.⁶⁰

O mesmo periódico, em 1926, veiculou ~~apresenta~~ notícia ~~versando~~ a respeito da instituição e importância do exame pré-nupcial como medida higiênica. O texto jornalístico reproduziu ~~com tonalidade crítica~~ pontos que ditavam, os malefícios dos casamentos com portadores de doenças hereditárias, que acarretariam em sucessivas gerações de taras de família. Fazendo apelo à biologia, o artigo aclarou que “as leis da herança são implacáveis”.⁶¹

Assim, ~~argumenta sua redação se edificou~~ em favor da medicina em seu viés preventivo, ao lado da necessidade da tutela jurídica, ou seja, o discurso unia direito e medicina como os responsáveis pelo aperfeiçoamento da raça, uma vez que era preciso armar a sociedade com leis e regulamentos que conferissem ao exame pré-nupcial status de “uma sagrada instituição desejada por todos a bem de uma raça pura”.⁶²

Em 1928, em texto intitulado “cruzada eugênica” noticiou se que a instituição “Assistência Dentária Infantil”, promoveria uma semana de higiene dentária especialmente voltada à higiene das crianças. As palestras teriam objetivo de instrução popular, que além da orientação da higiene bucal infantil, também serviria de estímulo e exemplo para que outras iniciativas fossem realizadas voltadas ao bem público e à proteção da raça.⁶³

Ainda no mesmo ano, em matéria norteadada pelo título “pela formação eugênica do Brasil”, consta que o Brasil já vinha dando amostras quanto à defesa orgânica do povo mediante a educação. Afirmou-se que o cuidado da saúde do povo e o interesse pelo futuro

⁵⁸ ESTERILIZAÇÃO DOS criminosos. **O paiz**. Rio de Janeiro, ano XL, n.14.444, p.3, 7 de maio de 1924.

⁵⁹ Id.

⁶⁰ Id.

⁶¹ DA IMPORTÂNCIA higiênica do exame pré-nupcial. **O paiz**. Rio de Janeiro, ano XLII, n.15.309, p.2, 19 de setembro de 1926.

⁶² DA IMPORTÂNCIA higiênica do exame pré-nupcial. **O paiz**. Rio de Janeiro, ano XLII, n.15.309, p.2, 19 de setembro de 1926.

⁶³ CRUZADA EUGÊNICA. **O paiz**. Rio de Janeiro, ano XLIV, n.15.888, p.3, 20 de abril de 1928.

da raça são decorrência do alto grau de patriotismo ~~que presente entre possuem~~ os homens de ciência da elite nacional.⁶⁴

Neste caminho, a saúde do corpo social passou a ser ponto central nas políticas estatais. Raça e eugenia passaram a ocupar o foco não somente do corpo científico, mas também de juristas e políticos. Como motor concreto de mudança da realidade e com o fito de esquivar a raça nacional de consequências desastrosas, medidas de responsabilidade, tanto no âmbito moral quanto no social, começaram a ser levantadas pelo Estado, sob comando da orientação científica.

Asseverou-se a respeito da necessidade de orientação higiênica para toda a população, em especial as de baixo poder aquisitivo, “o povo necessita de uma educação especializada para defesa de seu organismo contra as doenças.”⁶⁵

O fragmento jornalístico em comento também trouxe informação a respeito de um projeto de lei criminal sobre contágio de doenças venéreas. Esta fora proposta no Congresso Nacional pelo deputado ~~fluminense Dr.~~ Oscar Fontanelle, e operou, sob ponto de vista médico, social e jurídico, um grande passo em direção à defesa da raça. Pontuou-se que, para a formação da raça nacional, somado ao ~~magistral~~ equilíbrio orgânico do povo e para que se ~~viabilizasse estabelecesse um caminho um horizonte~~ promissor para a geração em que se incluíam, medidas severas deveriam ser tomadas.⁶⁶

O desejo de constituir uma raça forte e bela passou a ecoar cada vez mais vigorosamente, e até mesmo realizou-se um concurso pelo mais belo carioca. A matéria jornalística era clara, não se tratava de mera beleza física, mas, de o mais belo exemplar eugênico. O vencedor deveria interessar ao meio esportivo e dotar-se das melhores condições de harmonia e plenitude plástica, regidos pela supremacia eugênica, em que a cultura física teria todas as preferências. O concurso voltava-se para “todos os interessados pela raça e pela grandeza do Brasil”.⁶⁷

Em 1930 uma matéria consagrou um alerta acerca da palavra eugenia, afirmou que não basta que tal palavra seja amplamente conhecida por todo âmbito social, era preciso que os sujeitos compreendessem a grandeza de sua contribuição à obra humana e social. Neste

⁶⁴ PELA FORMAÇÃO eugênica do Brasil. **O paiz**. Rio de Janeiro, ano XLV, n.16098, p.5, 16 de novembro de 1928.

⁶⁵ Id.

⁶⁶ Id.

⁶⁷ VAMOS ELEGER <<o mais belo carioca>>. **O paiz**. Rio de Janeiro, ano XLV, n.16.255, p.5, 23 de abril de 1929.

fragmento, redigiu-se: “Eugenia é a ciência de plasmar povos perfeitos. É a mais elementar de todas, porque cuida da criatura humana antes mesmo de sua formação intra-organismo [...]”⁶⁸

De toda sorte, o jornal “O imparcial”⁶⁹, apresentoua matéria a respeito do escotismo. Neste texto vangloriava-se o tipo humano eugênico, ou seja, que os indivíduos deveriam ser belos, corajosos, varonis, honestos e virtuosos. O escotismo seria a escola primária do civismo, em que deveriam matricular-se todos os meninos brasileiros que amassem seu país, para honrá-lo e aprender a servi-lo.⁷⁰

~~De toda sorte~~No mesmo caminho, o jornal “A noite”⁷¹, em meados de 1927, consagroua fragmento jornalístico que estabeleceu um elo entre a prática~~relaciona de os~~ esportes pelos mulheres femininos com a beleza eugênica, estimulando-se a educação física de ambos os sexos para a perfeição da raça.⁷²

Não muito tempo depois, o mesmo periódico publicoua um texto sob o título “problemas preliminares da raça”. Logo no início já mostrava seu principal propósito: a educação como solução para a perfeição da raça. Apontando-se que era questão de urgência a edificação de muitas escolas de educação física, o Brasil era visto como um país rico e propício ao exercício preliminar da educação eugênica.⁷³

~~Já O~~ periódico “Correio da Manhã”⁷⁴, em meados de 1930, publicoua texto de Renato Kehl ~~sob a temática “felicidade do ponto de vista médico e eugênico”~~ – Como garantir a felicidade de nossos filhos? –, após deslindar de maneira geral sobre a felicidade, adentroua

⁶⁸ EUGENIA. **O paiz**. Rio de Janeiro, ano XLVI, n.16.665, p.3, 7 de junho de 1930.

⁶⁹ “O Imparcial” fora fundado por José Eduardo de Macedo Soares em 1912, consistindo em um jornalismo de oposição ao presidente Hermes da Fonseca. Diferenciou-se por ser o primeiro jornal carioca a publicar ilustrações. Disponível em: <<<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SOARES,%20Jos%C3%A9%20Eduardo%20de%20Macedo.pdf>>> Acesso em: 26/09/2016.

⁷⁰ O ESCOTISMO. **O imparcial**. Rio de Janeiro, ano XIV, n.4.500, p.11, 19 de abril de 1925.

⁷¹ “A noite” era um periódico do Rio de Janeiro com publicação diária e vespertina, fundado em 18 de junho de 1911 e extinto em 27 de dezembro de 1957. Considerado como um periódico de linha política oposicionista. No início de sua formação, o jornal defendia propostas vinculadas por grupos urbanos e pelas oligarquias dissidentes do jogo político estabelecido. FERREIRA, Marieta de Moraes. Disponível em: <<<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/NOITE,%20A.pdf>>> Acesso em: 12/09/16.

⁷² PELO APERFEIÇOAMENTO da raça. **A noite**. Rio de Janeiro, ano XVII, n. 5.545, p.7, 2 de maio de 1927.

⁷³ PROBLEMAS PRELIMINARES da raça. **A noite**. Rio de Janeiro, ano XVIII, n.5.810, p. 7, 23 de janeiro de 1928.

⁷⁴ Correio da manhã, era um jornal carioca de publicação diária e matutina, fundado em 15 de junho de 1901 e extinto em 8 de julho de 1974. Considerado um dos principais órgãos da imprensa brasileira, sempre destacado como um “jornal de opinião”. Afirmava isenção de filiação partidária, o próprio periódico apresentou-se como a serviço da defesa “da causa da justiça, da lavoura e do comércio, isto é, do direito do povo, de seu bem-estar e de suas liberdades”. Ainda referente ao momento de sua fundação, figurou como destaque sua aproximação com as camadas menos favorecidas da sociedade. LEAL, Carlos Eduardo. Disponível em: <<<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIO%20DA%20MANH%C3%83.pdf>>> Acesso em:12/09/2016.

~~ao~~ campo da eugenia. Alertoua que não se ~~poderia~~deve esquecer que os homens possuem as forças da natureza ao próprio favor, uma vez que as leis da hereditariedade têm propensão para a melhoria em detrimento do abastardamento.⁷⁵

Kehl lecionoua ~~que era uma~~é dever dos próprios indivíduos, para perquirição da felicidade almejada, o uso das ferramentas biológicas, sociais e morais. A felicidade ~~alcança~~se alcança-se-ia, sobretudo, pela introdução da educação racional, espiritual e sobretudo com a implantação da consciência eugênica, em que se frutificavam indivíduos adaptados ao meio social e felizes com sua existência. Neste ínterim, a felicidade passoua a ser prerrogativa da ciência.⁷⁶

No mesmo periódico, no ano de 1931, Kehl pontuoua a respeito da preocupação acerca do crescimento acelerado dos “infra-homens”, em outras palavras, pessoas degeneradas, inúteis dentro do corpo social. Como solução para tal problema, Kehl aduziu sobre a imposição da restrição da procriação destes indivíduos, com principal intuito de elevação do nível somato-psíquico humano, sem preocupação específica com raças ou classes sociais.⁷⁷

Kehl afirmou que viviam a era de um humanismo científico, em que cabia aos indivíduos defenderem-se eugenicamente. Sob este influxo, estancariam as fontes da mediocridade, resolvendo o problema da superpopulação, da paz e da felicidade.⁷⁸

Em 1932 o periódico publicou o texto denominado “o problema imigratório sob o ponto de vista da higiene mental – novos debates sobre o direito de curar”, trata-se de conferência realizada pelos membros da ~~liga brasileira de higiene mental~~Liga Brasileira de Higiene Mental, em ocasião que estavam reunidos na academia nacional de medicina, sob presidência de Miguel Couto.⁷⁹

Na ocasião, o psiquiatra Xavier de Oliveira dialogou acerca do problema imigratório brasileiro sob ótica da higiene mental. Afirmou que o percentual de psicopatia dos imigrantes

⁷⁵ FELICIDADE DO ponto de vista médico e eugênico. – Como garantir a felicidade de nossos filhos?. **Correio da manhã**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.948, p.2, 30 de agosto de 1930.

⁷⁶ Id.

⁷⁷ O CRESCIMENTO da população do globo: o número de “infra-homens” aumenta assustadoramente. **Correio da manhã**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 11.100, p.1, 25 de fevereiro de 1931.

⁷⁸ Id.

⁷⁹ O PROBLEMA imigratório sob o ponto de vista da hygiene mental – novos debates sobre o direito de curar. **Correio da manhã**. Rio de Janeiro, ano XXXII, n.11.581, p.3, 9 de setembro de 1932.

é alto, sendo um dos motivos para tanto, a falta de seleção mental dos imigrantes feita no próprio país de origem.⁸⁰

Propôs, ainda, medidas de profilaxia defensiva, dentre elas, pleiteou: a execução da lei de 1921, que proíbe a entrada de psicopatas no país; que se o imigrante tiver prole, que na mesma não haja filhos doentes mentais; que não seja sífilítico ou alcoólatra sob aspecto psiquiátrico do termo; entrada permitida por no máximo 6 meses de elementos da raça negra e amarela; no caso de pedido de naturalização, que o teste de sanidade mental seja obrigatório; a repatriação do imigrante nos primeiros 6 ~~[seis]~~ meses se qualquer forma de alienação mental insurgir; e o deferimento para que os profissionais da ~~Liga Brasileira de Higiene Mental~~ Liga Brasileira de Higiene Mental examinem sob ótica médico-psiquiátrica e eugenicamente os estrangeiros que aportarem no país. O médico psiquiatra acredita não ser possível constituir uma grande nação se medidas profiláticas acerca da raça não forem tomadas.⁸¹

Não ~~se elencou~~ elencamos todas as propostas do médico-psiquiatra, apenas algumas que ilustram ~~bem~~ a preocupação dos homens de ciência do período em análise. A lei que este último exerce se refere é o decreto-lei 4.247, de 6 de janeiro de 1921⁸², que regulava a entrada de estrangeiros no território nacional.

No mesmo caminho, em 1933, Kehl publicou artigo sobre degeneração e esterilização, refazendo o percurso histórico que já fizera em outras reportagens, mas inovando no que toca o assunto referente à implantação da lei de esterilização alemã pelo terceiro Reich, dando fim, de acordo com suas próprias palavras “à reprodução de idiotas, cretinos e monstriparos de todo gênero.”⁸³

Em 31 de janeiro de 1934, o periódico se dedicou a consagrar discurso proferido por um militar em uma festa de confraternização, o qual asseverava sobre o regime em voga. Dentre vários atos do governo citados, destacou-se o entusiasmo com que a figura militar se referia quanto ao labor estatal direcionado para o desenvolvimento da cultura e da educação eugênica dirigidas para o ideal de engrandecimento da nacionalidade.⁸⁴

⁸⁰ O PROBLEMA imigratório sob o ponto de vista da higiene mental – novos debates sobre o direito de curar. **Correio da manhã**. Rio de Janeiro, ano XXXII, n.11.581, p.3, 9 de setembro de 1932.

⁸¹ Id.

⁸² BRASIL. **Decreto n. 4.247** de 6 de janeiro de 1921. Regula a entrada de estrangeiros no território nacional. Diário Oficial da União Rio de Janeiro, RJ, Seção 1, 8 de janeiro de 1921. p.484.

⁸³ DEGENERACÃO E esterilização. **Correio da manhã**. Rio de Janeiro, Ano XXXIII, n. 11.877, p.2, em 20 de agosto de 1933.

⁸⁴ A FESTA de confraternização realizada no dia 27 deste mês. **Correio da manhã**. Rio de Janeiro, ano XXXIII, n.12.017, p.5, 31 de janeiro de 1934.

O jornal “Diário Carioca”⁸⁵, publicou artigo em que ~~há afirmação acerca capital da capital nacional. se afirmou~~ Asseveram que o Rio de Janeiro é a única capital com o seguinte caráter: metrópole e balneário turístico. A matéria retratou o apelo ~~desvela que que~~ oficiais especializados do exército fizeram um apelo aos jornais, que consistia na divulgação d ~~para que estes apresentassem~~ os ideais militares em torno da educação e cultura eugênica. Para estes militares, o sol e o mar da cidade não estariam sendo adequadamente aproveitados para fortalecimento e ~~e~~ saúde dos membros do corpo social nacional.⁸⁶

Logo no início de 1934, o mesmo periódico ~~apresenta matéria acerca da~~ retratou a necessidade da instituição de uma política de imigração nacional com o propósito de preservação da formação étnica e da raça nacional is. ~~Apresentando severa crítica sobre~~ Criticando a recepção indiscriminada de imigrantes, a preocupação também se estendeu à seara econômica, ao passo que o país possuía carência de trabalhadores agrícolas, e muitos acabaram por disputar ocupações urbanas com os nacionais.⁸⁷

Estas ocorrências correspondem a uma parcela da exposição dos resultados encontrados na pesquisa realizada junto nos arquivos do acervo da Hemeroteca Digital Nacional. Muitas matérias aqui apresentadas foram também publicadas de forma semelhante em outros jornais, a intenção foi um esboço qualitativo em detrimento do quantitativo, optando por cooptar conteúdo variado ao invés de fazer constar linhas com informações já demonstradas.

Os resultados apresentados demonstram o uso do termo “eugênico” sempre relacionado com o propósito de mudança do quadro social nacional. Os assuntos que relacionam o vocábulo são indiscriminadamente variados, por todo o período analisado. Os jornais, embora de circulação e propostas editoriais díspares, acabam apresentando textos em que o termo em comento sempre é visto em viés positivo, como verdadeiro projeto de salvação e regeneração da raça.

Os fragmentos analisados não se submetem, ao menos visivelmente, aos matizes político-ideológico determinados, tampouco estabelecem filiação a determinada teoria

⁸⁵ O jornal “Diário Carioca”, como o próprio nome sugere, era um periódico que circulava no Rio de Janeiro. Foi fundado em 17 de julho de 1928 e extinto em 31 de dezembro de 1965. Nasceu com o principal propósito de fazer oposição ao governo de Washington Luís. Disponível em: << <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DI%C3%81RIO%20CARIOCA.pdf>>> Acesso em: 12/09/16.

⁸⁶ A VIDA metropolitana. **Diário Carioca**. Rio de Janeiro, ano VII, n.1.904, p.1, de 17 de janeiro de 1932.

⁸⁷ POLÍTICA DE imigração. **Diário Carioca**. Rio de Janeiro, ano VII, n. 1.677, p.6, 19 de janeiro de 1934.

biológica. Há ainda inúmeros fragmentos jornalísticos que ilustram uma aplicabilidade quase universal do vocábulo em questão.

O vocábulo “eugênico” empregado pelos periódicos, parece destinado a apontar atividades relacionadas à higiene pública e privada, educação no sentido amplo, como a física, a moral e a social, despontando indiscriminadamente por todo o recorte temporal desta forma. Sendo esta a roupagem largamente difundida pelas fontes observadas, os dados levantados substanciam o emprego do termo com o fito de corroborar com um propósito unânime, qual seja, o aperfeiçoamento e fortalecimento da raça brasileira.

Ainda em meados da década de 1920, alguns textos traziam que a eugenia era uma ciência elaborada por Galton para aperfeiçoamento da raça. Contudo, não se encontra no conteúdo dos textos discussão entre os interlocutores do que o termo “eugênica” significou dentro do cenário nacional.

Já no início da década de 1930, não se verifica nenhuma discussão acerca do conceito em si, os interlocutores ~~_já_~~ transmitiam claramente a mensagem pretendida com o mero emprego do vocábulo. Ou seja, a eugenia estava infiltrada entre os interlocutores dos jornais, seu uso passou a ser corrente e indicava o que era importante para os autores naquele momento: um projeto do devir da formação da raça nacional, sendo a degeneração dos indivíduos flagelados pelas doenças encarado como um fato, a partir do conceito eugênico.

Esta aparente “naturalidade linguística”, e a inexistente disputa pela adequação conceitual é abarcada pela teoria da história dos conceitos de Koselleck. O autor pontua que isto ocorre quando há um consenso substancial acerca do conceito, ou seja, uma significação pretérita que escusa que seus interlocutores elucidem o emprego de determinada expressão.⁸⁸

Importante clarificar que os conceitos e seus significados não estão alheios a dinâmica espaço-temporal, ou seja, a estabilidade de seu conteúdo é situada, deve ser aclimatada, e aqui reside a maior influência da teoria de Koselleck para a elaboração desta pesquisa: a tentativa constante de contextualizar os significados ao seu tempo e ao espaço que estão intimamente atrelados.

Cientes da plurivocidade e da volatilidade das significações a que as expressões estão sujeitas, ou seja, o que em certo tempo é considerado profícuo, posteriormente pode ser

⁸⁸ KOSELLECK, Reinhart. **Uma resposta aos comentários sobre o *Geschichtliche Grundbegriffe***. Cap. 7 em História dos conceitos: debates e perspectivas, por Marcelo Gantus JASMIN e João (org.) FERES JÚNIOR, tradução: Janaína OLIVEIRA e Marcelo Gantus JASMIN, Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006.p. 102.

considerado indesejado, infrutífero, seria pueril asseverar acerca da estabilidade que circunda determinado termo.

Assim, dentro do recorte temporal e geográfico já delimitado, os fragmentos jornalísticos que utilizaram o vocábulo “eugênico” a partir da década de 1920 desvelam não somente a recepção de teorias científicas de ultramar, como também a apropriação e adaptação das mesmas às singularidades do cenário nacional. Mais do que isso, indicam a emergência e valorização da cientificidade, em que os frutos desta não ficaram circunscritos aos homens de ciência, mas avançaram ao campo da política estatal.

Neste caminho, este capítulo se trata de um panorama elementar para este trabalho, constituindo-se em ponto de partida dos primeiros momentos de externalização da concepção eugênica fora do restrito circuito dos livros e debates intelectuais.

Pelo conteúdo dos textos apresentados depreende-se que a história da eugenia no Brasil fora encetada em meio à gama de intelectuais que se aliaram em torno de um elo comum: melhoramento da raça brasileira. Foi a teoria científica que foi apropriada por médicos, juristas, políticos e infiltrou-se por todo o corpo social.

Emergiu-se como uma técnica de controle do corpo com status de disciplina científica, como um mecanismo de seleção social, em meio a um contexto social caótico: pós-revolução industrial, pós-abolicionista, imigração em massa e epidemias.

O apelo ao biológico como salvação da sociedade foi conquistando cada vez mais simpatizantes, e a prática eugênica passou a ditar o ritmo do intervencionismo médico, jurídico e político na esfera íntima das pessoas, ditando regras conjugais e sexuais para beneficiamento da prole, para aprimoramento da integridade física e moral da raça e nação brasileira.

Os jornais serão ainda utilizados em outros momentos, como também outras fontes primárias serão operacionalizadas em prol da tentativa de discernir como o discurso eugênico adentrou não somente no discurso médico, mas também no de intelectuais de outras áreas; ~~corroborando para uma biologização da política nacional~~, chegando até mesmo ao texto de uma constituição federal.

1.3 Institucionalização da eugenia

1.3

1.3.1. A Liga Brasileira de Higiene Mental

Pretende-se, como ponto de partida e organizando-se em prol da tentativa de não recair na famigerada tradição histórico-positivista de elaborar uma verdade histórica definitiva, apreender alguns dos pontos mais significativos em que os psiquiatras, membros da [Liga Brasileira de Higiene Mental](#)⁸⁹, debruçaram sob o objeto do labor assumido, em uma tentativa de definir e localizá-lo na conjuntura do período em que eram contemporâneos.

~~Os~~ Estes arquivos que serão examinados ~~no próximo subtópico~~ correspondiam ao órgão oficial da LBHM e o exame destes é um dos primeiros passos na busca pela exegese do uso dos vocábulos pelo pequeno, porém notório grupo de psiquiatras que abalaram as estruturas [político-sociais](#) do país nas primeiras décadas do Brasil republicano.

O estudo destes terá importância também ao analisar os resultados da compreensão dada ~~ao pelo mesmo~~ vocábulo [“eugenia”](#) por outros atores sociais, sejam eles contemporâneos, pertencentes da geração precedente ou até mesmo da posterior à do recorte temporal pré-estabelecido, em que verificar-se-á eventuais rompimentos, continuidades ou alterações [de seu](#) significado em determinado espaço situacional.

Na raiz da investigação proposta erigiu-se a inquietação de um passado que não silencia, porém, de um passado sem voz. Os fragmentos aqui apresentados foram selecionados para propiciar a indicação dos momentos da construção do conhecimento desta [importante](#) instituição ~~tão importante~~ [no](#) início do Brasil República.

Jurandir Freire Costa leciona que a psiquiatria no início do republicanismo brasileiro, principalmente por obra do médico Juliano Moreira, diretor do Hospital Nacional, tentou instituir uma psiquiatria coerente, com tradição científica com bases sólidas.⁹⁰ No entanto, profissionais psiquiatras comumente associavam os problemas psiquiátricos aos problemas culturais, lhes imputando causalidade biológica, em decorrência da herança do organicismo psiquiátrico alemão.⁹²

A psiquiatria nacional foi se desenvolvendo em torno disto e [a aplicação dose conhecimentos da área de biologia](#) ~~biologismo~~ não se limitou apenas ao papel de significar a engrenagem psíquica-cultural social, mas também deveria determinar o mecanicismo de todo

⁸⁹ No decorrer do texto, em alguns momentos para referenciar tal instituição, abreviar-se-á como LBHM.

⁹⁰ COSTA, Jurandir Freire. **História da Psiquiatria no Brasil**: um corte ideológico. 3 ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p.23.

⁹¹ Paralelamente à instituição da [Liga Brasileira de Higiene Mental](#) ~~Liga Brasileira de Higiene Mental~~ ocorre a emergência da psiquiatria no Brasil. No entanto, a história da psiquiatria brasileira não é fundamental para os propósitos deste trabalho. Para compreendê-la, consultar Jurandir Freire Costa, História da psiquiatria no Brasil, especificamente das páginas 21 à 25.

⁹² COSTA, Jurandir Freire. Op. Cit., p.24.

e qualquer instituto social⁹³, tanto no âmbito privado, como o da família, quanto na esfera pública, como o aparato estatal.⁹⁴

A ~~Liga Brasileira de Higiene Mental~~[Liga Brasileira de Higiene Mental](#) foi fundada em 1923, pelo psiquiatra Gustavo Riedel, cujas opiniões eram amplamente respeitadas e irradiavam-se por todo território nacional. Na ocasião, Riedel era diretor da Colônia de Psicopatas no Engenho de Dentro. Anos mais tarde, em 1929, a ~~L~~iga brasileira de Higiene Mental passou a ser presidida pelo psiquiatra Ernani Lopes, que passou também a ocupar o cargo de diretor da Colônia de Psicopatas.⁹⁵⁹⁶

Gustavo Riedel, em momento já anterior aos da fundação da ~~Liga Brasileira de Higiene Mental~~[Liga Brasileira de Higiene Mental](#), havia inaugurado um novo pavilhão anexo à colônia de psicopatas de Engenho de Dentro. Este funcionava como um ambulatório profilático das doenças mentais. Constituiu-se, assim, o primeiro passo de sua campanha prevencionista. Não muito pouco tempo depois, Riedel instituiu um serviço aberto para portadores de doenças mentais, um laboratório de Psicologia e a escola de enfermagem, cuja formação era especialmente voltada para a higiene mental profilática.⁹⁷

A LBHM herdou e dogmatizou esta concepção psiquiátrica das primeiras décadas do Brasil república. ~~O biologismo~~[A ciência biológica](#) era elemento apriorístico da psiquiatria nacional. Para Costa, este campo do saber dominou o pensamento psiquiátrico da Liga pois coincidia com os preceitos do período, “evidentemente, trata-se do biologismo eugênico e não das verdadeiras hipóteses biológicas sobre o funcionamento mental dos indivíduos.”⁹⁸ Assim, a biologia passou a ser ferramenta, o escudo semântico que ratificava e legitimava os preceitos dos psiquiatras “arquitetos” da nova ordem social.

Jurandir Freire Costa comentou que a ~~L~~iga ~~B~~rasileira de ~~H~~igiene ~~M~~ental era uma entidade civil, dotada de reconhecimento por sua utilidade pública, que funcionava com auxílio financeiro federal e de filantropos. Quando passaram a publicar os “Archivos

⁹³ Instituto social aqui entendido no sentido comum, como uma organização social unida por práticas e objetivos em comum.

⁹⁴ COSTA, Jurandir Freire. Op. Cit., p.24.

⁹⁵ COSTA, Jurandir Freire. **História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. 3 ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p.24.

⁹⁶ A ~~Liga Brasileira de Higiene Mental~~[Liga Brasileira de Higiene Mental](#) obteve reconhecimento utilidade pública através de decreto do governo federal expedido durante o governo de Arthur Bernardes, n. 4778 de 27 de dezembro de 1923. BRASIL. **Decreto n. 4778** de 27 de dezembro de 1923. Considera de utilidade publica a Liga Brasileira de Hygiene Mental, com séde nesta Capital. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, Seção 1, 29 de dezembro de 1923, p. 32952.

⁹⁷ Editorial “Gustavo Riedel, o grande realizador”. **Archivos Brasileiro de Hygiene Mental**. Rio de Janeiro, ano VII, n. 2, p. 87-89, abril-junho de 1934.

⁹⁸ COSTA, Jurandir Freire. Op. Cit., p.24.

Brasileiros de Hygiene Mental” em 1925, a renda dos anúncios publicados também auxiliava a manter seu funcionamento.⁹⁹

Diwan afirma que além do fundador Gustavo Riedel, nomes como Ernani Lopes e Afrânio Peixoto, assumiram proeminentemente a expansão dos fins do instituto. Quando começaram a ser publicados os “Archivos”, o conteúdo destes foram replicados e disponibilizados para a população mediante a veiculação em periódicos.¹⁰⁰

A Liga fora constituída sob o propósito de melhorar a assistência aos doentes mentais, no entanto, a partir ~~do ano de~~ 1926 os trabalhos passaram a se desenvolver em torno da prevenção, eugenia e educação, ou seja, estas atividades que antes eram restritas ao interior dos estabelecimentos psiquiátricos, começaram a ser amplamente divulgadas em meios acessíveis à população.

Mais do que isso, a partir de 1926 o sujeito objeto da psiquiatria deslocou-se do doente para o normal, a energia dos psiquiatras passou a ser dedicada à prevenção em detrimento da cura.¹⁰¹ E foi a partir ~~deste momento~~ até 1934 que se observa a efervescência da psiquiatria preventiva e o enquadramento desses homens de ciência como higienistas. A concepção eugênica passou a caucionar cientificamente a interferência preventiva da saúde mental nos meandros sociais.

Costa leciona que as teorias científicas biológicas ~~(mendelianas, lamarckistas)~~¹⁰² foram amplamente debatidas pela intelectualidade brasileira na primeira república, ~~que se ilustrava~~ qual estava submetida a ~~por~~ conturbadas questões sociais. Para o autor, as teorias

⁹⁹ Id.

¹⁰⁰ DIWAN, Pietra. **Raça Pura. Uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 104.

¹⁰¹ ESTATUTOS DA Liga Brasileira de Hygiene Mental. **Archivos Brasileiro de Hygiene Mental**. Rio de Janeiro. n. II, p.1, outubro de 1929.

¹⁰² De acordo com lição de Nancy Stepan, Jean-Baptiste Lamarck desenvolveu a teoria da transmutação, em meados do início do século XIX, a qual se referia a herança dos caracteres adquiridos, ou seja, o biólogo defendia que as influências do ambiente externo eram capazes de influenciar na herança genética dos indivíduos de forma definitiva. Já Gregor Mendel, através de suas experiências com ervilhas, enunciou as leis de hereditariedade na segunda metade do século XIX. Seu trabalho ficou desconhecido durante algum tempo perante a comunidade científica, mas foi redescoberto em 1900, quando, segundo Stepan, a concepção eugênica assimilou sem problemas sua teoria de hereditariedade. Afirmou, ainda, que o mendelismo foi associado com a teoria de August Weismann, elaborada por volta da metade do século XIX, a qual se referia à autonomia do plasma germinativo, cujo resultado era a separação entre as unidades hereditárias somadas às influências do meio ambiente. Como resultado, muitos cientistas passaram a desacreditar em melhorias hereditárias com base em alterações apenas na estrutura social, assumindo as preocupações acerca da hereditariedade, a proeminência dos biólogos do período. STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p.32-33.

eugênicas adentraram no cenário brasileiro em um momento de enfrentamento de complexos problemas ideológicos.¹⁰³

A discussão a respeito do aprimoramento e formação da raça brasileira teve como ponto de partida os estudos dos historiadores, sociólogos, antropólogos e literatos e apenas um tempo depois ~~após~~ adentrou no círculo médico.¹⁰⁴ Embora não se possa contestar o inegável valor da contribuição do labor intelectual de letrados como Renato Kehl, Oliveira Viana, Monteiro Lobato e Euclides da Cunha, também é incontestável que os estudos destes autores acabaram servindo como pano de fundo para a hostilidade e negatividade dedicada as raças consideradas inferiores no cenário nacional.¹⁰⁵¹⁰⁶

Destarte, a despeito das conquistas aos direitos individuais do final do século XIX, a democracia instaurada pelo regime republicano continuava perpetuando a discriminação entre indivíduos, inovando no uso do arcabouço científico para a sustentação das disparidades sociais. Sob a ótica destes intelectuais citados, o país que se via ~~estava~~ tomado por convulsões de ordem econômico-social, deveria imputar a responsabilidade de tal condição ao clima tropical e na composição étnica do povo.¹⁰⁷

Assim, as teorias climatéricas e de inferioridade racial previam como solução, para sorte e surpresa da elite branca dirigente nacional, o saneamento racial do Brasil, uma vez que em relação ao clima nada se poderia fazer. A mestiçagem passou a ser vista como ameaça ao regime ~~democrático~~ político então em marcha, pois as pessoas de raças inferiores eram vistas como incapazes de adaptação a este tipo de regime.¹⁰⁸ Nesta direção, ~~é o que~~ afirma Costa: “a hierarquia biológica das raças sucedia no regime republicano à hierarquia de sangue da nobreza a fim de perpetuar as desigualdades ~~sociais.~~” sociais.”¹⁰⁹

Isto posto, os membros da ~~Liga Brasileira de Higiene Mental~~ Liga Brasileira de Higiene Mental assumiram a responsabilidade de sanar os vícios humanos através de uma campanha profilática social, com escopo saneador e moral da nação.¹¹⁰ A Liga deixou

¹⁰³ COSTA, Jurandir Freire. **História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico.** 3 ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p. 43-44.

¹⁰⁴ Ibid., p.30.

¹⁰⁵ COSTA, Jurandir Freire. **História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico.** 3 ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p.32.

¹⁰⁶ Uma pequena biografia de cada autor será exposta na medida em que suas obras forem exploradas no decorrer do trabalho

¹⁰⁷ COSTA, Jurandir Freire. Op. Cit., p.31.

¹⁰⁸ Ibid., p.32.

¹⁰⁹ Id.

¹¹⁰ É esta ideologia moralizante que permite compreender o caráter incoerente e desproposital de certas afirmações feitas pelos psiquiatras sobre a doença mental e o desenvolvimento psíquico. Ibid., p.69 et seq.

também legado para os psiquiatras que acreditavam ser “homens de ciência”, que sustentavam no mito da ciência psiquiátrica universal, concebendo-se como integrantes da cientificidade hermética, imune à experiências culturais, em detrimento de se considerarem homens de seu tempo.¹¹¹

Quando os psiquiatras assumiram a noção de prevenção, ou seja, como uma ação psiquiátrica desenvolvida em momento anterior ao surgimento dos sinais clínicos da doença, foi quando a concepção eugênica se apossuiu do movimento psiquiátrico. ~~Ou seja, o problema era preexistente à apropriação da eugenia e a cientificidade (ou a falta dela), não foi o único problema.~~¹¹²

Isto é o que leciona Costa. Para o autor, o propósito preventivo é preexistente a qualquer teoria, sendo que adentra aos meandros da psiquiatria, não por uma necessidade científica, mas, subjetiva, de ordem cultural. O desejo de transformação da conjuntura brasileira que caminhava rumo ao caos social, em meio aos vícios, ociosidade e miscigenação racial, resultavam na degradação moral e social do povo. Era preciso prevenir.¹¹³

Por esta razão, o ideário eugênico teve importância maior como instrumento, como ferramenta propulsora com roupagem científica de alteração social, em detrimento de sua “coerência científica”. A cientificidade da teoria cedeu espaço à necessidade de saneamento social, e os psiquiatras assumiram para si a tarefa de salvação da ordem social.¹¹⁴

E assim agiu a Liga de Higiene Mental, tomando a prevenção não em seu âmago científico, tampouco como derivação de teorias psiquiatras, mas em decorrência da exigência cultural. “Os psiquiatras, cedendo à ideia de prevenção, endossaram os preconceitos culturais da época e, o que é mais importante, assumiram o papel de mandatários da ordem social.”¹¹⁵¹¹⁶

E, neste caminho, a eugenia se tornou interessora do saneamento nacional, cuja cientificidade era incontroversa. O labor psiquiátrico em torno de programas de higiene mental sob discurso da prevenção eugênica era o novo fazer científico. Prevenção eugênica

¹¹¹ Ibid., p. 15.

¹¹² Ibid., p.17.

¹¹³ COSTA, Jurandir Freire. **História da Psiquiatria no Brasil**: um corte ideológico. 3 ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p.17.

¹¹⁴ Ibid., p. 18.

¹¹⁵ Id.

¹¹⁶ Jurandir Freire Costa vai além, o autor afirma que o novo indivíduo brasileiro deveria reeditar a imagem dos psiquiatras, ou seja, “a prevenção era o álibi da onipotência narcísica. [...] O psiquiatra seria a norma psicossomática do indivíduo brasileiro.” Id.

era a nova ciência, pura, universal. Era a ciência que propiciava que o poder fosse transvestido de saber.¹¹⁷

Por isto, compreender os conceitos envolvidos neste processo de transformação social é fundamental para compreender os fenômenos do passado. Isto porque desde que o corpo social caminhou em direção ao desenvolvimento industrial, a semântica política de seus vocábulos atua como chave de compreensão de determinado período.¹¹⁸

A tarefa que aqui se pretende realizar, constitui, por conseguinte, o que Koselleck pontuou como exigência metodológica mínima, qual seja: o dever de absorver e apreender os conflitos políticos e sociais do passado, minudenciando os conceitos e interpretando os usos da linguagem em que o mesmo se insere, pelos contemporâneos de então.¹¹⁹

Em uma tentativa de descortinar o pano de fundo do período em estudo, emparelhando e entrecruzando os conceitos à luz da linguagem de seu tempo, ~~até porque, se assim não o fosse, construir-se-ia um monstro disforme ao invés da reconstrução de uma história~~ — a busca pela compreensão dos pontos limítrofes dos conceitos que eram utilizados como chaves discursivas, em meio a um processo de regeneração social, é obrigação essencial para ~~compreensão de~~ elucidar o momento político e social ~~que aqui se pretende em tela.~~

1.3.2 A luta pela salvação do brasileiro nos Arquivos brasileiros de Higiene Mental

A exposição que ~~se agora~~ segue busca desvelar o padrão linguístico acerca dos vocábulos frequentemente utilizados pelos psiquiatras, ~~tais como: “eugenia” e “raça”~~. Adentrando-se em um dos pontos mais sensíveis para ~~que se cumpram~~ cumprimento dos objetivos perquiridos por esta dissertação.

Em uma tentativa de resgatar significados e usos ~~doeste~~ vocábulo “eugenia” em seu leque semântico, recorrendo ao afunilamento linguístico, se conduz à conseqüente aproximação dos fatos históricos e suas interações, aproximando-se do que significou eugenia no Brasil.¹²⁰

Optou-se por utilizar o verbo “aproximar”, pois o conhecimento extraído das fontes nada mais é do que os vestígios deixados pelas mesmas. Neste sentido, toda fonte, ou melhor

¹¹⁷ Ibid., p.19.

¹¹⁸ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006. p.103.

¹¹⁹ Id.

¹²⁰ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.p. 104.

dizendo, todo vestígio deixado pelas fontes, nos remete a uma história que é sempre maior, mais rica, mais complexa, distinta da que é possível reproduzir das mesmas. Assim, “uma história nunca é idêntica à fonte que dela dá testemunho. Se assim fosse, toda fonte que jorra cristalina seria já a própria história que se busca conhecer.”¹²¹

“As fontes têm poder de veto.”¹²² Com esta frase Koselleck sintetiza sua teoria acerca do estudo das fontes, em que as fontes não traduzem, não evidenciam, o que cabe ao seu intérprete observar, inibindo que se propaguem afirmações indevidas.¹²³

Os ~~Arquivos Brasileiros de Higiene Mental~~ correspondiam ao órgão oficial da ~~Liga Brasileira de Higiene Mental~~ Liga Brasileira de Higiene Mental. Estes consagravam a narrativa em torno da missão da liga, sendo dedicados a funcionarem como um órgão de doutrina e de combate, e por inaugurarem o caminho para a construção dos ideais de Higiene Mental e eugenia, que corporificavam o programa daquela instituição.¹²⁴¹²⁵

O estatuto da Liga, desde sua fundação em 1923, apresenta o termo eugenia. O primeiro artigo de tal documento ~~já~~ acentuava a intenção de reforma da ordem social brasileira pelos métodos da eugenia. No mesmo, redigiu-se que uma das finalidades da organização psiquiátrica era “a realização de um programa de Higiene Mental e de Eugenetica no domínio das atividades individual, escolar, profissional e social”.¹²⁶

Logo em seguida, consubstanciado no segundo artigo ~~2º~~ do mesmo texto, decidiu-se que, para viabilizar e efetivar tais finalidades encerradas no artigo antecedente, que um dos meios a serem perquiridos seria “[...] atuar junto aos poderes públicos federais, estaduais e municipais, sugerindo medidas e obtendo realizações.”¹²⁷

O estatuto trazia uma sessão dedicada ao aprimoramento do aprendizado dos próprios membros da Liga. Dentre várias matérias, destacam-se a preocupação com os estudos acerca dos dispensários e assistência social; com a assistência hospitalar dos psicopatas; pelo debate e viabilização de uma legislação social; os estudos de medicina legal dedicados à prevenção

¹²¹ Ibid., p. 186.

¹²² Ibid., p. 188.

¹²³ Id.

¹²⁴ CALDAS, Mirandolino. Editorial. **Archivos Brasileiro de Hygiene Mental**. Rio de Janeiro. ano II, p.1, outubro de 1929.

¹²⁵ A análise destes arquivos tem o objetivo de buscar compreender como fora constituído o discurso dos psiquiatras. Assim, não se pretende fazer um estudo crítico a respeito das convicções político-ideológicas dos membros da ~~Liga Brasileira de Higiene Mental~~ Liga Brasileira de Higiene Mental.

¹²⁶ ESTATUTOS DA Liga Brasileira de Hygiene Mental. **Archivos Brasileiro de Hygiene Mental**. Rio de Janeiro. ano II, p.1, outubro de 1929.

¹²⁷ Id.

da delinquência; à educação e ao trabalho profissional; e, por fim, a puericultura¹²⁸ e higiene infantil.¹²⁹

De fato, a eugenia ~~já~~ estava presente nos discursos dos psiquiatras no início da década de 1920. Ernani Lopes ~~—~~ afirmou que a ~~Liga Brasileira de Higiene Mental~~ Liga Brasileira de Higiene Mental fora fundada, inicialmente, com o propósito de aprimorar a assistência aos doentes mentais mediante reestruturação das instituições psiquiátricas e também de seus profissionais.¹³⁰

Isto posto e prosseguindo no intento aqui proposto, a análise adentrará na batalha semântica movida pelos próprios membros da ~~Liga Brasileira de Higiene Mental~~ Liga Brasileira de Higiene Mental. Primeiramente, de acordo com uma das publicações de 1930, os psiquiatras lamentaram que o projeto de Código Penal não estabeleceu a possibilidade de intervenção estatal quanto à possibilidade de internação eugênica voltadas aos indivíduos portadores de doenças mentais.

Este fato vem estampado nos arquivos, quando os mesmos reproduziram fragmento jornalístico do “Jornal do Commercio”, em que se narra a respeito da exposição de motivos do projeto de código penal. Em um primeiro momento, os membros da ~~L~~ liga ao comentarem tal documento reafirmaram o valor do projeto, afirmando-se que correspondia harmonicamente com as mais adiantadas tendências da ciência criminológica.¹³¹

Sobre a possibilidade de intervenção estatal e à internação de indivíduos portadores de alguma doença mental, anunciaram duas razões que poderiam justificar tal propósito. A primeira, seria por caridade, quando a pessoa é inofensiva socialmente e tal internação realiza-se com propósito individualista. O segundo motivo seriaé quando o indivíduo representa perigo social, neste caso a ação estatal teria como finalidade a preservação social.¹³²

Apesar das considerações iniciais positivas, os psiquiatras criticaram o fato do ~~lamentam que o~~ projeto da então nova legislação penal não amparar a internação movida pelo

¹²⁸ Puericultura: s.f. conjunto de meios adequados à procriação, nascimento e desenvolvimento de crianças sãs e vigorosas, educação cuidada das crianças. (L. puer+cultura). Moderno dicionário da língua portuguesa: para os estudantes e para o povo. TORRINHA, F. **Moderno dicionário da língua portuguesa**: para os estudantes e para o povo. 6 ed., Porto: Livraria Simões Lopes, 1937. p. 1081.

¹²⁹ Tal sessão fora incluída pela reforma promovida pela liga em 25 de fevereiro de 1928. Estatutos da Liga Brasileira de Higiene Mental. **Archivos Brasileiro de Higiene Mental**. Rio de Janeiro. ano II, p.45, outubro de 1929.

¹³⁰ LOPES, Ernani. “Reunião inaugural da campanha pro-higiene mental”. **Archivos Brasileiro de Higiene Mental**. Rio de Janeiro. ano IV, p. 343, outubro-dezembro de 1933.

¹³¹ A PSYCHIATRIA em nossas leis penaes. **Archivos Brasileiro de Higiene Mental**. ano III, n.1, Rio de Janeiro, p.7, janeiro de 1930.

¹³² Id.

Estado com finalidade eugênica. Deste ponto especificamente se extrai o viés preventivo carregado e defendido com veemência pelos membros da Liga. A preocupação era hereditária, de propagação da doença mental.¹³³

A indignação sustentava-se na medida em que a prevenção estatal deveria ultrapassar a figura do doente mental em benefício da ordem social, devendo se estender também à internação dos loucos inofensivos.

Nesta trilha, a internação destes passaria a ter caráter dúplice, abarcando além da caridade, a questão da prevenção e do resguardo do corpo social, uma vez que tal moléstia mental poderia atingir eventuais descendentes, aptos à degeneração, “ e, assim, não é somente caridade, é também defesa social, é a defesa da raça e da espécie, é, numa palavra-eugenia.”¹³⁴

A internação eugênica desvela um caráter de prevenção, em que serviria como escudo, como instrumento de defesa em face da propagação de doenças no meio social. A argumentação desenvolvida por estes homens de ciência parecia não possuir, em momento algum, um olhar, uma preocupação no que toca a esfera individual das pessoas, possuindo sempre um intento prospectivo em direção à coletividade, pugnando a ultrapassagem da figura do doente mental em benefício da defesa da ordem social.

No primeiro volume de tais arquivos, o médico psiquiatra Dr. Fontenelle publicou um artigo em que se aclara o alcance das pretensões dos higienistas e o significado de higiene mental, expressão recorrente nos discursos proferidos pelos membros de tal organização médica.¹³⁵

Preliminarmente, o autor lecionou que a higiene pública fora moldando-se e progredindo como forma de atividade social, uma vez que sofria influência de preceitos advindos das ciências físicas e biológicas, assumindo, por este motivo, novos contornos. Antes de seu status de atividade social, a higiene pública era passiva, ou seja, agia apenas após a manifestação sintomática das doenças, não possuía caráter profilático ou preventivo, tampouco pretendia alguma espécie de mudança da ordem social.¹³⁶

Quando a higiene mental assumiu roupagem de atuação social, ventilada pelos caracteres científicos, houve o entrelaçamento de duas questões distintas, mas que passaram a ser umbilicalmente ligadas: a profilaxia mental, marcada por um viés ativo, de combate em

¹³³ Ibid., p.8.

¹³⁴ Id.

¹³⁵ FONTENELLE, J.P. Higiene mental e educação. **Archivos Brasileiro de Higiene Mental**. Rio de Janeiro, ano I, n.1, p.3, março de 1925.

¹³⁶ Id.

face dos fatores que conduzem à degeneração física; e higiene mental propriamente dita, que proporcionaria a harmonia e adequação entre a mentalidade dos sujeitos e sua inserção no meio físico e social.¹³⁷

Outrossim, procurou esclarecer, ainda em relação aos conceitos utilizados no meio psiquiátrico, acerca da acepção de saúde mental. Uma pessoa seria mentalmente saudável se tivesse seu intelecto desenvolvido de forma precisa, em que suas reações espelhassem as atitudes mais adaptadas no pacto tácito entre indivíduo, meio físico e social.¹³⁸

Esta preocupação com a definição de vocábulos e suas novas significações, é o que Koselleck define como a “a luta pelos conceitos”. O uso de um conceito em determinado contexto sócio-político, o quanto durou, com qual profundidade e a que tempo se alterou, tem importância não somente à luz do próprio significado, mas também na mudança no espaço político e social a que está condicionado, “ a luta pelos conceitos “adequados” ganha relevância social e política.”¹³⁹

Sistematizando no mesmo sentido e somando forças à referida luta pelos conceitos, Henrique Roxo se propôs a discriminar também sobre a temática da Higiene Mental. Para este autor, a higiene mental englobava além da eliminação dos vícios sociais, atingindo também as infecções gravíssimas, a purificação do organismo social e o aperfeiçoamento da raça brasileira.¹⁴⁰

Assim, é possível apontar que em meados da década de 1920 o vocábulo raça foi alterando seu significado, pois, como exemplificadamente extrai-se do fragmento acima, em nenhum momento referiu-se à raça em sua conotação étnica, mas parece denotar a este vocábulo um sentido de cunho político, aproximando-se do entendimento de “povo” e “nação”.

O mesmo psiquiatra anunciou o que tanto debateriam nos anos subsequentes os eugenistas da liga: a execução de um plano de higiene mental preventivo para a eliminação da sífilis e do alcoolismo no meio social, uma vez que 80 % das doenças mentais seriam originadas por estes dois fatores.¹⁴¹

¹³⁷ Id.

¹³⁸ Ibid.,p.3.

¹³⁹ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006. p. 101.

¹⁴⁰ ROXO, Henrique. Higiene Mental. **Archivos Brasileiro de Higiene Mental.** Rio de Janeiro, ano 1, p.1, dezembro de 1925.

¹⁴¹ Ibid.,p.2.

Alguns anos após, Alberto Farani estabeleceu que a higiene mental era voltada para a questão da prevenção envolvendo os indivíduos, mas em uma menor extensão e circunscrita à prevenção de doenças. Para Farani, a eugenia seria a segunda etapa da higiene mental, sendo voltada para a preservação da espécie humana, ultrapassando qualquer esfera individual. A eugenia consistiria na fase posterior das aspirações primeiras da higiene. A primeira ficou constituída pela melhoria do indivíduo, graças à prevenção das doenças; a eugenia se destinaria a melhoria da espécie.¹⁴²

Do texto deste médico extrai-se outra conotação possível do vocábulo “eugenia”. Farani imputou que a aplicação dos preceitos da eugenia não se limitaria à prevenção de doenças, mas sim ao aprimoramento da espécie humana, atingindo questões sociais distintas, que ultrapassariam a simples esfera de prevenção de doenças.¹⁴³

Dessa forma, é ~~capital~~ essencial o exame do conceito de eugenia nos momentos em que se originou, evidenciando-se as oposições semânticas implícitas e explícitas dos discursos que vigiam no período analisado, em que se delineiam a expansão dos novos traços dos horizontes de experiências e expectativas.¹⁴⁴

Quando Juliano Moreira¹⁴⁵ dissertou acerca das implicações sociais da imigração atrelada às questões das doenças mentais, o autor desvelou que a gênese destas deveria ser creditada à influência da concepção biologizante da proposta organicista da psiquiatria Alemã. Os médicos brasileiros não apenas receberam tal ideia, como a expandiram: a biologia não somente deveria apontar as causas da psique-cultural da sociedade, como também reger e determinar normas para todo o corpo social.¹⁴⁶

Moreira alertava que os países recém constituídos, caracterizados por uma vasta extensão territorial e em vias de crescimento demográfico, deveriam estar atentos aos

¹⁴² E continua: “a eugenia encarrega-se de colocar em presença células germinativas sãs, quer elas o sejam primitivamente por uma seleção razoável, quer assim se tornem secundariamente, curados os pais de afecções capazes de alterar, por sua junção, o produto concepcional.” FARANI, Alberto. Cirurgia e higiene mental. **Archivos Brasileiro de Higiene Mental**. Rio de Janeiro, ano III, n. V, p.39, abril de 1930.

¹⁴³ Id.

¹⁴⁴ FARANI, Alberto. Cirurgia e higiene mental. **Archivos Brasileiro de Higiene Mental**. Rio de Janeiro, ano III, n. V, p.39, abril de 1930.

¹⁴⁵ MOREIRA, Juliano. Diretor Geral da Assistência a Psicopatas, Presidente da sociedade de Neurologia, psiquiatria e medicina legal. Presidente de Honra da ~~Liga brasileira de higiene mental~~ Liga Brasileira de Higiene Mental. A lues como fator dystrophiante. **Archivos Brasileiro de Higiene Mental**. Rio de Janeiro, ano II, n. I, p.3, outubro de 1929.

¹⁴⁶ EDITORIAL “A contribuição notável de Juliano Moreira”. **Archivos Brasileiro de Higiene Mental**. Rio de Janeiro, ano VI, n.2, p. 78-79, abril-maio de 1933.

problemas da higiene mental, uma vez que esta possuía estreita dependência com a questão imigratória.¹⁴⁷

Para tal situação, propôs a fiscalização deste movimento de imigração, pois “não nos devemos conformar com a pouco agradável posição de escoadoiro de quanto emigrado indesejável, sob o ponto de vista mental, que porventura aqui se dirija.”¹⁴⁸

Este psiquiatra, ao asseverar lecionar sobre a sífilis, considerada um dos maiores males da raça, alegou ava que não combater sua propagação seria “[...] repisar entre povos desaprumados as causas de seus deslizes na quebrada resvaladiça que margina a estrada do progresso, é quase sempre fazer obra depreciada [...]”.¹⁴⁹ A sífilis deveria ser pensada não apenas circunscrita aos perigos individuais, como também aos hereditários e sociais.¹⁵⁰

Moreira fazia parte do movimento psiquiátrico que sofria fortemente influência do organicismo alemão de Kraepelin,¹⁵¹ que corroborava com as medidas eugênicas através de sua explicação a respeito do caráter hereditário das doenças mentais. Em conferência intitulada “Fatores hereditários em psiquiatria”, a influência organicista alemã mostrou ~~se~~ se incontestável, nela Moreira se dedicou a demonstrar o vínculo entre a propagação das doenças mentais e herança genética.¹⁵²¹⁵³

Menciona-se, de passagem, que nesse deslocamento de fronteiras evidenciado nos textos de Juliano Moreira, o vocábulo eugenia fora empregado como ferramenta de transformação social, tendo sido deixado para traz, mais uma vez, a conotação de eugenia como prevenção de doenças. - Tanto o caráter social quanto o político prescindem uma análise aprofundada, o primeiro com a preocupação pela erradicação da sífilis e cuidados em torno da Higiene Mental, o segundo, ligado às questões de imigração.

¹⁴⁷ Id.

¹⁴⁸ MOREIRA, Juliano. A seleção individual de imigrantes no programma da hygiene mental. **Archivos Brasileiro de Hygiene Mental**. Rio de Janeiro., p. 109, 1925.

¹⁴⁹ MOREIRA, Juliano. “A lues como fator dystrophiante”. **Archivos Brasileiro de Hygiene Mental**. (II) 1: outubro de 1929, p. 3-4.

¹⁵⁰ Id.

¹⁵¹ “O organicismo Krapeliano não apenas favorecia a extrapolação da idéia de hereditariedade da doença mental para a idéia de hereditariedade psíquica em geral, mas por seu prestígio científico, evitava toda a possibilidade de refutação destes postulados. A eugenia prolongava as concepções organicistas de Kraeplin e, por isso mesmo, não era item cultural estranho ao universo de conhecimentos dos psiquiatras. COSTA, Jurandir Freire. **História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. 3 ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p.53.

¹⁵² COSTA, Jurandir Freire. **História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. 3 ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p. 35.

¹⁵³ MOREIRA, Juliano. “Factores hereditários em Psychiatria”. **Archivos Brasileiro de Hygiene Mental**. ano II 1: outubro de 1929, p. 29-34.

O meio de correlação desses elementos individualistas e gregários, no complexo movimento de significação da eugenia desvela importância de caráter social e histórica. A partir da análise de fontes primárias é possível apontar possíveis indícios de gênese, alteração e até mesmo projetos do devir que decorrerão deste movimento de realização com balizamento linguístico. “Com isso, ainda falando de modo geral, as situações sociais e respectivas alterações já são problematizadas no próprio instante dessa realização linguística.”¹⁵⁴

Haja vista tal configuração descrita, a psiquiatria começou a defender que o único meio de sanar tais doenças mentais seria a proscricção de propagação de taras hereditárias. Argumentos em torno da esterilização de indivíduos degenerados alienados, delinquentes e alcoólatras começaram a insurgir no meio intelectual. A esterilização teria dupla função: profilática e punitiva.¹⁵⁵

Alberto Farani, ao posicionar-se em favor da esterilização, proferiu discurso no qual a figura da pessoa humana foi tratada como meio, sob égide de um raciocínio matemático, em que os direitos individuais se viram submissos à uma lógica de equação, argumentando que “a eugenia não protesta contra a quantidade, ao contrário, mas ela pede uma quantidade qualitativamente aproveitável.”¹⁵⁶

A argumentação deste neuropsiquiatra era notadamente construída com bases na implementação da consciência individual em relação à formação da coletividade. Ao asseverar a despeito das desvantagens da procriação de indivíduos incapazes, verificam-se excertos em que esta medida se apresenta como “garantidora dos interesses da sociedade e dos direitos do indivíduo”.¹⁵⁷

Seu debate erigiu-se contra os debates religiosos que eram fatalmente contra a implantação de esterilização. Mais uma vez argumentando em prol da coletividade, Farani defendeu que esta medida eugênica não seria desproporcionada “pois o benefício para a humanidade compensa grandemente operação benigna.”¹⁵⁸

No mesmo sentido, Ernani Lopes, em texto intitulado “menores incorrigíveis” defendeu o estabelecimento da esterilização como medida profilática ao se

¹⁵⁴ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006. p. 101.

¹⁵⁵ MOREIRA, Juliano. “Factores hereditários em Psychiatria”. **Archivos Brasileiro de Hygiene Mental**. ano II 1: outubro de 1929, p. 29-34.

¹⁵⁶ FARANI, Alberto. “Como evitar proles degeneradas”. **Archivos Brasileiro de Hygiene Mental**. ano IV, 3: julho-setembro de 1931, p. 169-179.

¹⁵⁷ *Ibid.*, p. 177.

¹⁵⁸ *Id.*

[pronunciara severar](#) sobre a herança hereditária e seu atrelamento aos casos de delinquência juvenil. Em primeiro lugar, pleiteou que se operacionalizasse o combate ao alcoolismo e a sífilis dos sujeitos procriadores; em seguida, recomendou que se evitassem a união entre indivíduos tarados; e, que ficasse a cargo de comissões técnicas a elaboração de pareceres com a finalidade de segregação e esterilização dos considerados degenerados.¹⁵⁹¹⁶⁰

Em uma das edições de 1930, Juliano Moreira autorizou que se publicasse que o mesmo realizava esterilizações eugênicas em mulheres alienadas, mesmo quando ~~as mesmas eram~~ sujeitas a cura e posterior alta. Afirmou, ~~a~~ ainda, sempre ter observado bons resultados nas pacientes que submetera a tal intervenção.¹⁶¹

No mesmo ano, publicaram resenha do livro “Lições de Eugenia”, de Renato Kehl. Este procurou alertar sobre os riscos da propagação de doenças em decorrência da herança genética e de sua transmissão às futuras gerações, ensinando que mediante os preceitos da eugênicos, seria possível a prevenção e a transmissão de tal carga genética.¹⁶²

Paralela e simultaneamente a esta conotação negativa dada a herança genética, Kehl propôs medidas de cunho marcadamente coletivista, o que faz transparecer, em um primeiro momento ao menos, ser muito comum entre os eugenistas. Ultrapassando-se a figura do indivíduo, recomendou o registro do pedigree da família; a segregação de degenerados e de criminosos, com a recomendação pela esterilização dos mesmos; a imposição pela regulação eugênica dos casamentos; e a instituição da educação eugênica obrigatória nas escolas.¹⁶³

Em momento posterior, o mesmo eugenista publicou sob a epígrafe “A esterilização dos grandes degenerados e criminosos”, aduzindo que a esterilização deve ser considerada uma ferramenta de valoração eugênica, mas não deve ser entendida como o único meio capaz de atingir a constituição de uma sociedade eugênica. Isto posto, aproveitou para lecionar que a eugenia atuava tanto no momento anterior a concepção do feto, através da seleção dos

¹⁵⁹ LOPES, Ernani. “Menores Incuráveis”. **Archivos Brasileiro de Higiene Mental**. ano III, 7 de junho de 1930, p. 245-246.

¹⁶⁰ “se deve ter sempre a esperança de encontrar pseudo-incorrigíveis, cumpre fazer a triagem precoce de todas as crianças suspeitas de amoralidade, o que será, sobretudo, conseguido pelos inquiridos das visitadoras dos centros de neuro-psiquiatria infantil que a ~~Liga Brasileira de Higiene Mental~~ [Liga Brasileira de Higiene Mental](#) vem reclamando há muito para o nosso meio.” Id.

¹⁶¹ Actas e trabalhos da liga brasileira de higiene mental. Reunião da secção da cirurgia e systema nervoso. **Archivos Brasileiro de Higiene Mental**. ano III, p.110, janeiro de 1930.

¹⁶² CALDAS, Mirandolino. Resenhas e analyses. **Archivos Brasileiro de Higiene Mental**. ano III, p. 144-145, abril de 1930.

¹⁶³ Id.

genitores, quanto no momento posterior ao nascimento da criança, com os preceitos da puericultura.¹⁶⁴

Ou seja, entre o final da década de 1920 e no início de 1930 a psiquiatria passou a se preocupar com a saúde sob viés prospectivo. Isto quer dizer que os membros da Liga tinham como uma das principais metas o cuidado pelas futuras gerações. A intenção era o aprimoramento da raça, não em seu sentido de embranquecimento, mas, sim, no aspecto de higienismo social.¹⁶⁵

De toda sorte, é preciso alertar que ainda persistia a noção de superioridade racial. Contudo, os considerados racialmente inferiores não eram objeto dos projetos eugênicos da seara psiquiátrica.¹⁶⁶

Após esta exposição sobre a esterilização dos indivíduos, o conceito de eugenia parece adquirir uma nova faceta. Além de ser concebida como trampolim para o aprimoramento humano e transformação sócio-política, parece também ser instrumentalizada como método de controle de natalidade, uma técnica de controle dos corpos e de limpeza social.

Os psiquiatras que assumiram pra si o encargo de transformação social, foram moldando o conceito de eugenia de acordo com o que eles próprios vislumbravam como adequado, ~~moldando~~ alterando as características dos indivíduos à luz do próprio desejo de um projeto do devir. O conceito de eugenia passou a englobar muitos elementos, tais como: casamento eugênico, educação eugênica, esterilização eugênica. O substantivo eugenia, pareceu desdobrar-se em adjetivo. Se adjetivaria com o termo “eugênica” sempre que algo envolvesse questões de higiene mental e higiene social.

Nesta nova faceta, ~~— clarificam-se mais uma vez verificamos os conceitos em movimento a—~~ As alterações nas instituições sociais ~~que se~~ operam ~~se~~ diacronicamente com a realização linguística, problematizando-se as questões sociais – ou, melhor ~~dizendo~~, o que os psiquiatras consideravam ser problemas sociais – sincronicamente ao processo de ressignificação de terminologias e edificação de neologismos, como se verificará nos próximos parágrafos.¹⁶⁷

¹⁶⁴ KEHL, Renato. A esterilização dos grandes degenerados e criminosos. **Archivos Brasileiro de Higiene Mental**. ano III, p.70-74, abril de 1930.

¹⁶⁵ Ou seja, livre dos indivíduos que promoviam os vícios sociais, como os tarados e os alcoólatras.

¹⁶⁶ OLIVEIRA, Olinto de. “O amor e a hygiene mental”. **Archivos Brasileiro de Higiene Mental**. ano III, , p. 155, dezembro de 1930.

¹⁶⁷ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006. p. 101.

Esta sinopse que ~~buscou-setentamos~~ ilustrar ~~até o momento~~ foi feita na tentativa de evidenciar tais elementos como componentes de uma grande máquina arquitetada por obra dos psiquiatras, sendo todos devidamente engrenados por meio de uma fórmula que promovia uma nova forma de segregação e subjugação humana, que se acreditava científica.

Do momento da fundação da ~~Liga Brasileira de Higiene Mental~~ Liga Brasileira de Higiene Mental até 1925, os projetos psiquiátricos giravam em torno do que Riedel havia proposto: o aprimoramento da assistência aos doentes mentais através da humanização dos espaços físicos dedicados ao tratamento e do aprimoramento do corpo profissional dos mesmos.

No entanto, a partir de 1926, os discursos da Liga adquiriram novos contornos. Houve até mesmo a criação de vocábulos específicos para reduzir as pretensões psiquiátricas em conceito, emanando um tom que parecia ecoar e reproduzir-se de forma uníssona por toda a instituição. Cada vez mais os textos emergiam marcadamente com elementos acerca da educação eugênica dos indivíduos e da importância da prevenção.¹⁶⁸

Para o aprimoramento da raça por intermédio da saúde mental, os psiquiatras elaboraram o termo “eufrenia”.¹⁶⁹ Muitos profissionais da Liga associavam o consumo do álcool à degeneração hereditária. Isso se deve à orientação neolamarckiana destes, somadas à teoria da “blastoforia”¹⁷⁰, desenvolvida por Auguste Forel.

Afrânio Peixoto¹⁷¹ era professor de higiene pública da faculdade de medicina do Rio de Janeiro. Suas obras “Minha terra, minha gente e higiene”, era ~~um~~ um exemplos da militância médica ~~de Rio de Janeiro~~ na capital da república, e que denotavam ~~um~~ tom pejorativo à composição social do país, uma vez que não ~~perpassava a crença~~ acreditava, ao menos no momento da escrita de tais obras, da regeneração do povo brasileiro em decorrência das teorias climatéricas.¹⁷²

Peixoto foi um dos principais idealizadores da campanha contra o álcool, pois acreditava que o consumo desta substância alteraria a estrutura das células germinativas,

¹⁶⁸ EDITORIAL. *Archivos Brasileiro de Higiene Mental*. ano III, p. 156, 5 de maio de 1930.

¹⁶⁹ Id.

¹⁷⁰ A blastoforia era a teoria que explicava como as doenças venéreas, a tuberculose e o consumo excessivo do álcool poderiam conduzir a lesões no plasma germinativo. Assim, fatores externos (como o álcool) alterariam os caracteres hereditários dos novos descendentes. STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p.99-100.

¹⁷¹ As lições de Afrânio Peixoto na ~~Liga Brasileira de Higiene Mental~~ Liga Brasileira de Higiene Mental são de especial importância, uma vez que fez parte de um “movimento” que reformulou o campo dos estudos preventivos da saúde mental e era estudioso da teoria desenvolvida por Forel.

¹⁷² STEPAN, Nancy Leys. Op. Cit., p.100.

resultando em descendentes predispostos a contrair meningite, aptas ao desenvolvimento de convulsões e de deficiência mental.¹⁷³

A preocupação pelo uso de álcool não se limitava às paredes da instituição em análise. Nas páginas do arquivo encontra-se manifestação no mesmo sentido emitido pelo poder judiciário. O juiz Dr. Edgar Costa, elaborou uma correlação entre o uso do álcool e o porte de armas como os elementos mais recorrentes, dentre os numerosos casos de crimes contra pessoas que passaram pelas mãos daquele magistrado.¹⁷⁴

Ainda em 1929, no editorial do segundo volume dos “arquivos brasileiros de higiene mental” ~~daquele ano~~, verifica-se singular correlação entre patriotismo e eugenia. O artigo em análise iniciou-se asseverando acerca das dificuldades e percalços que obstaculizariam a frutificação das aspirações eugênicas que moviam aqueles homens de ciência pela trilha em direção ao projeto de regeneração social através do combate ao consumo do álcool.¹⁷⁵

Na sequência, o discurso psiquiátrico se edifica através da imputação de responsabilidade do sucesso de tal jornada ao sentimento de patriotismo, não apenas dos homens detentores do poder estatal, como também dos membros do corpo social, redigido da seguinte forma: “tínhamos, entretanto, fé no patriotismo dos nossos homens públicos, tínhamos confiança no nosso povo, sempre prontos para atender aos apelos de bemerência e as iniciativas que visem o engrandecimento da pátria.”¹⁷⁶¹⁷⁷

Somando forças as vozes que culpabilizavam o álcool como fator de degeneração e um dos elementos componentes que configuram o quadro do atraso nacional, Miguel Couto alertou ~~asseverava~~ que o Brasil possuía três grandes flagelos: a verminose, o alcoolismo e o analfabetismo.¹⁷⁸

¹⁷³ PEIXOTO, Afrânio. **Criminologia**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1936. p.209-210. Apud STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p.100.

¹⁷⁴ Trabalhos de anti-alcoolismo. **Archivos Brasileiro de Higiene Mental**. ano II, p. 16, outubro de 1929.

¹⁷⁵ Ibid., p.58.

¹⁷⁶ Trabalhos de anti-alcoolismo. **Archivos Brasileiro de Higiene Mental**. ano II, p. 58, outubro de 1929.

¹⁷⁷ Na mesma ocasião, aduziram a respeito de um projeto de lei que estava na Câmara dos deputados, emitido pelo Deputado dr. Plínio Marques. O projeto visava taxar proibitivamente o álcool-bebida e proibir a venda dos mesmos em domingos e feriados. Trabalhos de anti-alcoolismo. **Archivos Brasileiro de Higiene Mental**. ano II, p.59, outubro de 1929.

¹⁷⁸ TRABALHOS DE anti-alcoolismo. **Archivos Brasileiro de Higiene Mental**. ano II, p. 80, outubro de 1929.

Fernando Magalhães foi um psiquiatra que também se debruçou sobre a temática da toxicidade presente no consumo do álcool, em que chegou a elaborar um texto que almejava equiparar os malefícios do álcool aos da sífilis.¹⁷⁹

Foram realizadas muitas campanhas acerca do antialcoolismo, as quais tiveram seus trabalhos publicados na edição posterior à execução de tal jornada. Os psiquiatras aclararam que, principalmente a partir de 1926, moviam ações que pleiteavam amparo legislativo estatal na temática da luta contra o álcool, seguindo o exemplo legal dos Estados Unidos da América. Como não obtiveram resultados, os próprios membros elaboraram um documento legislativo com tal propósito, o qual não fora aceito pelo Congresso Nacional.¹⁸⁰

A preocupação com o alcoolismo era tão presente que até mesmo nos cursos de higiene mental destinados às enfermeiras diplomadas se ofertavam disciplinas como as de “higiene mental e eugenia”, “valor dos métodos de higiene mental”, ao lado da matéria “colaboração da enfermagem na campanha antialcoólica”.¹⁸¹

Mesmo após o movimento de 1930 que alterou as estruturas políticas do país, somadas às inevitáveis mutações em suas instituições sociais, os psiquiatras persistiam em sua campanha antialcoólica.

O médico Dr. Alfredo Britto afirmava que o álcool possuía simultaneamente duas características antagônicas, sendo “uma fonte contestável de prazeres, é, ao mesmo tempo, um manancial incontestável de doenças.” O mesmo higienista afirmava apontou que o álcool assumia a principal preocupação dentre todos os venenos sociais, uma vez que era de fácil alcance e diversidade de maneiras de consumo.¹⁸²

A colaboração do projeto de regeneração social pretendido pela Liga com apoio estatal evidenciou-se em uma das campanhas antialcoólicas. Contando com o auxílio dos legisladores, os psiquiatras admitiram ser pueril a tentativa de extinção do álcool do meio social sem auxílio do Estado.

¹⁷⁹ Em suas palavras: o álcool está mais ou menos no mesmo pé da sífilis. [...]. Assim como a sífilis, o álcool evita a gravidez, assim como a sífilis, o álcool interrompe a gravidez; assim como a sífilis o álcool complica o parto. TRABALHOS DE anti-alcoolismo. **Archivos Brasileiro de Higiene Mental**. ano II, p.81-83, outubro de 1929.

¹⁸⁰ TRABALHOS DE anti-alcoolismo. **Archivos Brasileiro de Higiene Mental**. ano IV, p. 94, março-abril-junho de 1931.

¹⁸¹ NOTICIÁRIO. **Archivos Brasileiro de Higiene Mental**. ano II, p.23, outubro de 1929.

¹⁸² BRITTO, Alfredo. O alcoolismo e a mulher. **Archivos Brasileiro de Higiene Mental**. ano III, p. 204. abril de 1930.

Neste sentido, declararam: “devemos, pois, apresentar ao legislador ideias que o orientem na elaboração das leis, sem as quais será inútil tentar semelhante campanha.”¹⁸³ Uma das justificativas para a união de forças entre Estado e a Liga, seria o índice de crimes decorrentes pelo consumo de álcool.¹⁸⁴

Em 1931 os discursos e projetos eugênicos adquiriram e sofreram, novamente, mutação em seu sentido. Costa imputa, especulativamente, que tal alteração se deve-se à situação política da época. Os psiquiatras foram contemporâneos ao movimento de 1930, início da segunda república, caracterizada por ser marcadamente populista, desenvolvimentista e com tendências centralizadoras em seu governo.

No editorial publicado em 1931, consagrou-se o apoio e interesse do novo governo na campanha contra a embriaguez. O governo teria manifestado intenção em corroborar na luta pelo saneamento do vício social do álcool, somando forças aos objetivos de repressão e prevenção propostos pela LBHM. Aclararam que tal informação decorreu do próprio chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, em que teria se mostrado favorável à institucionalização de um serviço de higiene mental dentro do recém fundado Ministério da Educação e Saúde pública, o qual estava sob comando de Francisco Campos.¹⁸⁵

Uma das características do novo governo era sua tendência centralizadora. Sob o comando de Vargas, criaram-se vários departamentos de governo e ministérios, dentre eles fora criado o Departamento Nacional de Saúde, o qual, de acordo com os membros da Liga, corroborou com os projetos instituídos pelos mesmos. Concorrendo e auxiliando na campanha eugênica, a austeridade da ação policial em prol da delinquência fora fomentada no período, sendo mais uma ferramenta de combate ao alcoolismo instituída pelos psiquiatras da Liga.¹⁸⁶

Para Costa, o alcoolismo não era um grande problema social conforme defendiam os psiquiatras da Liga. O sociólogo defende que as medidas propostas por estes homens de ciência na verdade consistiam em uma manifestação da possibilidade de intervenção eugênica, cujos preceitos provocassem alterações no bojo da estrutura social, uma demonstração de força do grupo.¹⁸⁷

¹⁸³ TRABALHOS DE anti-alcoolismo. *Archivos Brasileiro de Hygiene Mental*. ano IV, p.247, março-abril-junho de 1931.

¹⁸⁴ Id.

¹⁸⁵ EDITORIAL. *Archivos Brasileiro de Hygiene Mental*. ano IV, p.2, janeiro-fevereiro de 1931.

¹⁸⁶ PARA NOSSA legislação antialcoólica. *Archivos Brasileiro de Hygiene Mental*. ano IV, s.p., 1931.

¹⁸⁷ COSTA, Jurandir Freire. *História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. 3 ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p.39.

~~Os psiquiatras, operacionalizando o conceito de eugenia, desejavam consagrar o próprio poder, através de uma engrenagem apta a provocar alterações no meio social, ou seja, mediante caução científico, um restrito grupo de intelectuais pouco a pouco foram adquirindo visibilidade e prestígio do Governo, recebendo auxílio deste na execução de suas ambições.~~

~~O conceito de eugenia sem dúvidas possuía faceta social e política, e adquiria novos contornos que pareciam enraizar se, tornando se cada vez mais complexa, inevitavelmente polissêmica. Koselleck alertava que conceitos sociais e políticos “contêm uma exigência concreta de generalização, ao mesmo tempo que são sempre polissêmicos.”¹⁸⁸~~

~~Frente à plurivocidade semântica com a qual adentrou na década de 1930, o termo eugenia não poderia mais ser entendido simplesmente como uma palavra. Eugenia tornou se, indiscutivelmente, um conceito, pois conforme determina a metodologia de Koselleck, a universalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais o termo passou a ser empregado, agregou-se a ela.¹⁸⁹~~

~~Assim, nas palavras do historiador:~~

~~Os conceitos são, portanto, vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados. [...] O conceito reúne em si a diversidade da experiência histórica assim como a soma das características objetivas teóricas e práticas em uma única circunstância, a qual só pode ser dada como tal e realmente experimentada por meio desse mesmo conceito.¹⁹⁰~~

Demonstrando a permanente influência da psiquiatria alemã sob os trabalhos da [Liga Brasileira de Higiene Mental](#), traduziu-se nos arquivos um artigo proferido no primeiro Congresso Internacional de Higiene Mental, datado de 1931, em que Rudin – que tinha Kraepelin como referência –, proferiu que a higiene mental não deveria ser circunscrita à psiquiatria, mas, deveria propagar-se em todos os domínios da vida social.¹⁹¹

Rudin alertava que a herança genética poderia ser controlada por intermédio da higiene mental, como seriam os casos dos tarados. Entretanto, “melhor seria não nascessem tais indivíduos, e isto mesmo quer agora a [eugenia.](#)”¹⁹² Mais uma vez a eugenia era utilizada como chave discursiva e proporcionava caução científica à edificação de técnica de controle de reprodução humana.

¹⁸⁸ KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit., p. 108.

¹⁸⁹ Ibid., p. 109.

¹⁹⁰ Id.

¹⁹¹ RUDIN, E. A significação da eugenia e da eugenética. **Archivos Brasileiro de Higiene Mental**. ano IV, p.148, março-abril-maio de 1931.

¹⁹² Ibid., p. 149.

Outro artigo de Renato Kehl em que dialogava sobre sua campanha eugênica, desvela uma nova face do conceito de eugenia. Direcionando sua visão para os indivíduos em sua composição biológica, ou seja, o homem enquanto animal em detrimento do homem fruto da cultura ou de seu caráter psíquico, e manejando expressões como “resíduos humanos” e “infra-homens”, Kehl via determinada parcela da população como peso, como fator de atraso ao progresso nacional.¹⁹³

Alertou que o fim dos eugenistas não é a perseguição de degenerados, como frequentemente eram acusados, mas “o fim da eugenia é, exatamente, guiar os bons intuitos, as nobres instituições de caridade, de modo a que não concorram para o prejuízo coletivo.”¹⁹⁴

Assim, afirmou que a higiene social se contrapõe à medicina e a filantropia, pois estas últimas trabalham com o propósito de salvação “destes infra-homens” [(que a seleção natural deveria eliminar)], aumentando, assim, o peso morto e as contribuições para conservá-los na inatividade ou reclusos em estabelecimentos adequados.¹⁹⁵¹⁹⁶

A preocupação com a segregação, sustento e alocação de recursos aos “infra-homens” desloca as fronteiras do conceito de eugenia para uma nova seara, qual seja, a da economia. Kehl ainda criticou lamenta que os “elementos úteis”, ou seja, as figuras eugênicas presentes no corpo social não eram agraciadas com o mesmo prestígio e amparo social.¹⁹⁷

Neste espeque, o conceito de eugenia na década de 1920 e início de 1930, detinha em seu âmago incontáveis nuances de acepção, tais como as de natureza científica, política, econômica e social, que acabavam por confluir suas fronteiras e assumindo no corpus linguístico status de retórica tautológica.

Kehl apontou outro psiquiatra que também trabalhou por estabelecer diálogo acerca dos indivíduos partindo da matriz biológica humana, o eugenista Júlio Porto Carrero. Este dedicou-se ao assunto aduz a respeito da instituição do exame pré-nupcial, construindo seu raciocínio mediante um paralelo entre o aprimoramento humano e o mesmo procedimento realizado com bois e cavalos.¹⁹⁸

¹⁹³ KEHL, Renato. A Campanha da eugenia no Brasil. *Archivos Brasileiro de Hygiene Mental*. ano IV, p.93-96, março-abril-maio de 1931.

¹⁹⁴ Ibid., p. 94.

¹⁹⁵ KEHL, Renato. A Campanha da eugenia no Brasil. *Archivos Brasileiro de Hygiene Mental*. ano IV, p.94, março-abril-maio de 1931.

¹⁹⁶ Acrescenta, ainda institutos que amparem os indivíduos úteis do corpo social, com exceção dos institutos científicos. Quanto a estes, afirma que os mesmos carecem de valor social. Id.

¹⁹⁷ Id.

¹⁹⁸ Id.

Este eugenista citado por Kehl, publicou artigo intitulado “O exame pré-nupcial como factor eugênico”, em que defendeu que de acordo com os preceitos eugênicos apenas pessoas completamente saudáveis, com vigor físico e psíquico poderiam se casar e procriar. Isto porque, no meio social os direitos individuais existem até se conflitarem com os direitos coletivos, sendo os primeiros submissos, absorvidos, pelo segundo.¹⁹⁹

Sob o argumento que a nenhum indivíduo cabe o direito de contaminar futuras gerações, ou seja, de propagar determinada carga hereditária contaminada com taras, Carrero ~~aduz~~ estabeleceu que a procriação eugênica é um fator de higiene. Outrossim, procurou salientar que esta ferramenta eugênica consistiaé, antes de mais nada, em uma questão de educação. A partir desta sistematização, o autor sedimentou sua inteligência com as seguintes palavras: “a liberdade de cada um cessa onde começa o direito de outrem e, mais acentuadamente ainda, onde começa o direito legítimo da coletividade.”²⁰⁰

Corroborando com ~~este~~ discurso utilitário, ~~Ignacio~~ Ignácio Cunha Lopes também ~~declarou-se~~ declarou contrário à preocupação e preservação dos direitos individuais em detrimento do bem coletivo social. Em suas palavras: “as piores linhagens perpetuam-se graças aos sentimentos para com os direitos individuais, ainda quando opostos ao bem da sociedade”.²⁰¹

Em 1933, Álvaro Cardoso consagrou nos arquivos o verdadeiro propósito que motivava os membros da ~~Liga Brasileira de Higiene Mental~~ Liga Brasileira de Higiene Mental: “o programa da ~~Liga Brasileira de Higiene Mental~~ Liga Brasileira de Higiene Mental envolve todos os problemas sociais, inclusive de ordem econômica, visando o desenvolvimento do corpo e do espírito do trabalhador.”²⁰²

Cardoso acusava ser os vícios humanos a causa genuína do atraso nacional e apontou como solução a profilaxia social, sendo que “a higiene mental compete a educação higiênica, física e moral dos indivíduos, tornando-os fortes, sadios e aptos para o trabalho [...]”.²⁰³

Xavier de Oliveira, médico psiquiatra que mais tarde fora deputado federal da constituinte em 1933-1934, em artigo que visou debater a questão da profilaxia mental dos

¹⁹⁹ PORTO-CARRERO, Júlio Porto. O exame pré-nupcial como factor eugênico. **Archivos Brasileiro de Higiene Mental**. ano VI, p. 88-89, abril-junho de 1933.

²⁰⁰ Ibid., p.93.

²⁰¹ Lopes defendia que tanto o Estado quanto a Igreja consentiam e amparavam a “propagação de idiotas, insuficientes, loucos e depravados”. CUNHA LOPES, Ignacio. Profilaxia dos males hereditários. **Archivos Brasileiro de Higiene Mental**. ano VI, p. 376-378, outubro-dezembro de 1933.

²⁰² CARDOSO, Álvaro. 8ª reunião da campanha pro-higiene mental. **Archivos Brasileiro de Higiene Mental**. ano IV, s.p.,4 de outubro de 1933.

²⁰³ Id.

imigrantes, defendeu que tal discussão prescinde de fixação de graus de importância para a edificação do “Brasil de amanhã”²⁰⁴, sendo elementar, pois, estes elementos constituirão somado aos, junto com os nacionais, a “nova pátria, e deve formar conosco a nossa própria futura raça, a nossa própria nacionalidade”.²⁰⁵

Sendo declaradamente desfavorável à imigração de asiáticos e psicopatas provenientes de diversos países, Xavier de Oliveira declarou frisou que “não é possível um povo forte, se constituindo de homens fracos, nem tão pouco, fazer uma grande nação com uma raça inferior.”²⁰⁶

Imersos na sacralidade da ciência, os médicos psiquiatras passaram a pedir a esterilização sexual dos indivíduos considerados degenerados, e se posicionavam contra a miscigenação racial do povo brasileiro. Pleiteavam, ainda, que se tornasse defesa a imigração não controlada, principalmente dos indivíduos da raça amarela e negra. Aa instalação de tribunais de eugenia, salário-paternidade eugênico também foram pontos levantados, e tudo isso em nome da eugenia, caucionados pela cientificidade desta. Assim, em 1932, às vésperas da promulgação da Constituição de 16 de julho de 1934, o conceito de eugenia pareceu atingir o cume de sua virulência semântica.

A partir desta sistematização, é preciso tornar saliente que os mesmos conceitos podem ser assumidos sob distintos enfoques. Sendo por sua própria natureza elásticos e maleáveis, a atribuição de significados acaba por depender apenas da força e da disponibilidade dos interessados em proceder ao preenchimento do limbo linguístico.²⁰⁷

As ideias desenvolvidas na Liga Brasileira de Higiene Mental Liga Brasileira de Higiene Mental não ficaram circunscritas ao próprio círculo médico em que se corporificou, conforme já ficou explícito em alguns fragmentos aqui colacionados. Outros exemplos ganham espaço, tais como no ensino da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro.

Nesta, o professor Júlio Porto Carrero passou a ministrar na disciplina de higiene social as seguintes matérias: “a) eugenia [...] b) raça, aperfeiçoamento, conservação e

²⁰⁴ OLIVEIRA, Xavier de. Da prophylaxia mental dos immigantes. **Archivos Brasileiro de Hygiene Mental**. ano V, p. 17-38, janeiro-setembro de 1932.

²⁰⁵ Id.

²⁰⁶ Id.

²⁰⁷ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.p. 302.

degeneração. Imigração; c)Saúde pré-nupcial [...] e) a prostituição como fator degenerativo da raça. Regulamentação e abolicionismo [...].”²⁰⁸

No Instituto dos Advogados Brasileiros, Levi Carneiro realizou uma conferência sobre a temática da medicina Forense e Higiene Social; Afrânio Peixoto asseverou acerca dos novos rumos da medicina pública; Heitor Carrilho argumentou a respeito da colaboração da psiquiatria com as questões Penais, dentre outras.²⁰⁹

No governo, um dos membros da Liga assumiu a pasta da educação e saúde pública, o Professor Washington Pires, neurologista e, ~~psiquiatra~~, ~~e uma das primeiras preocupações deste foi normalizar a situação da assistência a psicopatas,~~²¹⁰ Um dos atos que foi signatário e atrelado ao tema em comento consta tal se configura no decreto nº 24.559, de 3 de Julho de 1934, que dispõe sobre a profilaxia mental, a assistência e proteção à pessoa e aos bens dos psicopatas e a fiscalização dos serviços psiquiátricos, ~~decreto em que Washington Pires é signatário o qual assinou~~ ao lado do Chefe de Governo, Getúlio Vargas.²¹¹

A colaboração da polícia com o projeto antialcoólico da ~~Liga Brasileira de Higiene Mental~~ Liga Brasileira de Higiene Mental foi documentada, conforme consta em notícia publicada em edição de 1934.²¹² Ainda, fizeram constar proposições à constituinte, as quais eram voltadas para favorecer a constituição da família e da nacionalidade. Dentre elas, relacionaram que a eugenia era diretamente correlacionada com o progresso bio-social de um povo, em que famílias com bons caracteres genéticos deveriam preponderar sob as que apresentassem carga hereditária deficitária.²¹³

Dessa forma, a exposição do documento seguiu ditando que deveriam ser criados mecanismos de proteção às famílias que fossem úteis à nacionalidade, como o abatimento percentual de impostos em correspondência ao número de filhos “bem dotados”. Outro exemplo, ~~é que se instituísem~~ seria a instituição de medidas legais que facultassem o casamento, na idade mais favorável e precoce possível, para a procriação de indivíduos comprovadamente eugenizados e intelectualizados.²¹⁴

²⁰⁸ CARRERO-PORTO, Júlio Porto. Noticiário. **Archivos Brasileiro de Higiene Mental**. ano III, p.186, abril de 1930.

²⁰⁹ NOTICIÁRIO. **Archivos Brasileiro de Higiene Mental**. ano III, p.261, abril de 1930.

²¹⁰ EDITORIAL. **Archivos Brasileiro de Higiene Mental**. ano V, p.1, outubro-dezembro de 1932.

²¹¹ BRASIL. Decreto n. 24.559, de 3 de Julho de 1934. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24559-3-julho-1934-515889-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 08/09/16

²¹² NOTICIÁRIO. **Archivos Brasileiro de Higiene Mental**. ano VII, s.p., janeiro-março de 1934.

²¹³ FACTOS E commentarios. Proposições apresentadas pela Comissão Central Brasileira de Eugenia á Constituinte. **Archivos Brasileiro de Higiene Mental**. ano VI, p. 193, abril-junho de 1933.

²¹⁴ Id.

Os psiquiatras, operacionalizando o conceito de eugenia, desejavam consagrar o próprio poder, através de uma engrenagem apta a provocar alterações no meio social, ou seja, mediante caução científico, um restrito grupo de intelectuais pouco a pouco foram adquirindo visibilidade e prestígio do Governo, recebendo auxílio deste na execução de suas ambições.

O conceito de eugenia sem dúvidas possuía faceta social e política, e adquiria novos contornos que pareciam enraizar-se, tornando-se cada vez mais complexa, inevitavelmente polissêmica. Koselleck alertou que conceitos sociais e políticos “contêm uma exigência concreta de generalização, ao mesmo tempo que são sempre polissêmicos.”²¹⁵

Frente à plurivocidade semântica com a qual adentrou na década de 1930, o termo eugenia não poderia mais ser entendido simplesmente como uma palavra. Eugenia tornou-se, indiscutivelmente, um conceito, pois conforme determina a metodologia de Koselleck, a universalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais o termo passou a ser empregado, agregou-se a ela.²¹⁶

Assim, nas palavras do historiador:

Os conceitos são, portanto, vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados. [...] O conceito reúne em si a diversidade da experiência histórica assim como a soma das características objetivas teóricas e práticas em uma única circunstância, a qual só pode ser dada como tal e realmente experimentada por meio desse mesmo conceito.²¹⁷

A perquirição pelo deslinde da história dos conceitos acabou fornecendo os elementos para a edificação —e aproximação da história daquele tempo. Assim, “enquanto esse procedimento da história dos conceitos é refletido metodologicamente, a análise sincrônica do passado é completada de forma diacrônica.”²¹⁸

Conforme procedeu u-semos à tarefa proposta por este capítulo, qual seja, verificar como o conceito de eugenia fora apropriado pelos membros da Liga Brasileira de Higiene Mental, outro fato se destacou: os usos direcionados à palavra “raça”.

Alguns dos fragmentos acima selecionados conduzem à conclusão quanto à inexistência de coerência interna no discurso destes eugenistas [(e, talvez, a concomitante ausência de preocupação acerca da mesma)]. Isto é perceptível quando aqui se asseverou

²¹⁵ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006. p. 108.

²¹⁶ Ibid., p. 109.

²¹⁷ Id.

²¹⁸ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006. p. 104.

~~sobre~~observou-se os ~~escritos de autoria~~lizes de Renato Kehl e do psiquiatra Júlio Porto Carrero, ~~estes os quais~~ se referiam à matriz biológica dos indivíduos, de forma que direcionavam à figura humana uma dimensão animalesca, encerrando as expectativas e projetos de regeneração da raça na figura do indivíduo.²¹⁹

Ou seja, falavam em um débito, em uma responsabilidade da própria pessoa perante a formação da raça, em que orientações quanto à escolha de parceiros para casamentos e exames pré-nupciais eram frequentemente trazidos à tona como necessidade primeira de imposição pela figura estatal.

De toda sorte, em momento distinto, quando os psiquiatras discutiam a respeito da composição racial brasileira, a constituição biológica de cada pessoa não era sequer mencionada, muito pelo contrário. A preocupação sempre girava em torno de aspectos coletivos, dialogando acerca do que seria melhor para toda a sociedade, em que obliteravam a figura do indivíduo e ~~dose seus~~ direitos que lhe são próprios individuais, sempre condicionados à realização de um bem maior, de um bem social.

Neste caminho a pessoa era considerada um indivíduo de valor através da relação que a mesma possuía com a raça²²⁰, melhor dizendo, um indivíduo era considerado “infra-homem” ou “degenerado” de acordo com o conceito de raça entendido por determinado grupo, situado circunstancialmente, culturalmente e temporalmente.

A incoerência é que o indivíduo, em si, não era compreendido em sua circunstância, em sua cultura, como homem de seu tempo. O indivíduo era um animal que deveria estar sujeito ao que um grupo, dotado de poder, denominou e considerou como desejável para determinada configuração social.

Assim, o vocábulo raça frequentemente tinha sua semântica variada. Ora entendida em sentido político, confundindo-se com povo, nação; ora em sentido social, referindo-se à coletividade; outras vezes a palavra raça foi utilizada, ainda, sem sua conotação étnica, porém, em outras vezes, teve tal conotação.

Outrossim, é possível ~~asseverar afirmar~~ que há indícios de que, em meados da década de 1920, o vocábulo raça adquiriu novos contornos. ~~Sua conexão com a filosofia utilitarista emerge de forma expressa. Tal apontamento se extrai de excerto de Farani, um dos membros~~

²¹⁹ PORTO-CARRERO, Júlio Porto. O exame pré-nupcial como factor eugênico. **Archivos Brasileiro de Higiene Mental**. ano VI, p. 88-89, abril-junho de 1933.

²²⁰ COSTA, Jurandir Freire. **História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. 3 ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p. 43.

~~da Liga Brasileira de Higiene Mental, quando o mesmo proferia discurso acerca da esterilização de degenerados.~~²²¹N

No entanto, se evidencia a conotação social dada a palavra raça, uma vez que é empregada paralelamente à expressão “bem social”. Nas palavras do psiquiatra: “é um ponto de vista utilitário, ninguém o nega, é entretanto utilitarismo louvável uma vez que encara o bem social. Individualista é que não é, pois atende ao benefício da raça.”²²²

O principal propósito do exame dos fragmentos textuais ~~aqui~~-colacionados foi verificar os vestígios presentes na pregnância presente nêos -discurso dos membros desta organização médica, de forte influência social e de prestígio estatal.

Tais rastros não estão alheios à dinâmica do binômio do espaço-tempo. Desse modo, se torna possível afirmar que, dentro do recorte temporal aqui proposto, o racismo caucionado pelas teorias biológicas, antes dedicado à concepção de arianização do povo como projeto de regeneração social, abriu espaço à ideia de pureza racial, ou seja, houve a emergência da concepção de higiene social da raça²²³ como novo projeto de progresso e salvação da nação.

Visto que, por uma variedade de motivos culturais, estruturais, políticos e estruturais, foi principalmente a partir de 1926 que o vocábulo “raça” passou a ser entendido não mais a luz da origem étnica dos indivíduos, mas passou a ser imbuído de olhar prospectivo, com atenção em torno das questões de saúde das gerações futuras.

Na esteira da leitura dos liames das fontes em análise, outro ponto que se destacou foi o fato de que não se verificou nos textos debates acerca da substância da expressão “venenos sociais”, apesar da constatação que nesta incluíam-se múltiplos significados, reinventados e ressignificados de acordo com o fim do discurso proferido.

Segue-se, pois, como se já existisse uma semântica anterior, um significado comum partilhado, pelos interlocutores e ouvintes. Neste sentido, nas palavras ~~de Koselleck~~de próprio autor: “cCompreender ou ser compreendido pressupõe um conhecimento prévio de como a linguagem foi usada. Toda palavra e todo conceito têm, portanto, um impulso diacrônico contra o qual qualquer um que busque um novo significado precisa ~~operar~~.”operar.”²²⁴

²²¹ FARANI, Op. Cit., p. 169-179.

²²² COSTA, Jurandir Freire. **História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico.** 3 ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p.43.

²²³ Ibid., p.37.

²²⁴ KOSELLECK, Reinhart. **Uma resposta aos comentários sobre o Geschichtliche Grundbegriffe.** Cap. 7 em História dos conceitos: debates e perspectivas, por Marcelo Gantus JASMIN e João (org.) FERES JÚNIOR, tradução: Janaína OLIVEIRA e Marcelo Gantus JASMIN, Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006.p. 102.

Assim, operacionalizando-se a metodologia da história dos conceitos, se extrai um possível diagnóstico acerca ~~levanta-se a hipótese~~ da pré-existência de um cenário linguístico, ou seja, a ausência de uma batalha semântica acerca da expressão “venenos sociais” nos discursos analisados conduz à conclusão de uma concordância, de uma aclimação pacífica de tal termo na linguagem a qual perdura no tempo e torna viável a compreensão quando tal é empregado.²²⁵

Considerando tal batalha terminológica travada no campo semântico dos conceitos em jogo, tais como “raça”, “eugenia” e “venenos sociais”, desvela-se a importância histórica do trabalho dedicado à compreensão dos indivíduos contemporâneos acerca da aproximada significação de tais termos situados em seu tempo.

Tal dimensão se justifica na medida em que este movimento de resgate dos significados fornece novas ferramentas de enfrentamento do tempo presente, operacionalizando-se até mesmo como elemento de projeção futura do meio social, remontando-se à Koselleck que leciona: “na multiplicidade cronológica do aspecto semântico reside, portanto, a força expressiva da história”.²²⁶

Em outras palavras, a forma com as quais os conceitos são empregados e a exegese de seus significados têm importância para a história, para a sociedade, para o direito. O lapso temporal de permanência de determinada significação, alteração e futuridade, encerrados em determinado momento político, apreende-se pelo exame de natureza linguística.²²⁷

Assim, a concepção eugênica emergiu em um ambiente que não se poderia distinguir cultura e política em patamares diferentes, senão que se constituíam como elementos essenciais de uma mesma conjuntura, sendo que a busca por seu significado constrói elementos tanto em torno da história dos conceitos quanto da história social, consistindo em verdadeiro exercício de memória.

A tentativa de assimilação da produção científica de um período, em que mesmo atentos às continuidades, descontinuidades e incoerências de significados, não é uma tarefa simples. Apesar de ser uma reflexão prévia, o tom opaco de certos discursos e a ausência dos termos nas fontes verificadas, levantam incertezas em torno da construção da história da eugenia no Brasil.

²²⁵ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.p. 107.

²²⁶ Ibid., p.101.

²²⁷ Id.

Paralelamente a esta dificuldade, foi esse mesmo tom opaco que estimulou a formulação desta pesquisa. A veiculação de forma genérica dos termos tais como “eugenia” e “raça”, conduziram que se procedesse a uma investigação com a finalidade de aclimatar tais vocábulos e extrair-lhes o que significam em seus contextos, com suas ressignificações e neologismos, como “eugenesia”, “eugênica”, “eugenização”, e acabaram por transformar o meio político-social, expandindo-o em novos horizontes de expectativas.²²⁸

Ante a descida aos meandros da conjuntura que abrigou a emergência de tais termos e discursos, a seleção dos momentos mais significativos da matriz do pensamento do período em comento constitui tarefa árdua, inevitavelmente lacunar. Neste sentido, o tom do que ~~apontou-se aqui fora discutido~~ é propositivo, não encerrado, não absoluto, constituindo-se apenas como uma tentativa do deslinde de mais uma página da história do direito brasileira.

A influência da psiquiatria alemã foi a ferramenta que engendrou que o corpo científico psiquiátrico nacional fosse mobilizado em direção à reabilitação do indivíduo brasileiro, enquadrando-se na problemática cultural-política do país. O legado da eugenia para os psiquiatras foi a possibilidade operacional de transformação social ancorada pela ciência, que acabava por conferir aos discursos proferidos pelos membros da liga status técnico.

Costa afirma que o pensamento da ~~liga brasileira de higiene mental~~ Liga Brasileira de Higiene Mental era “deliriforme”²²⁹ e só não era entendido dessa forma por se enquadrar com as pretensões da cultura nacional, integrados pela ideologia moral da época. A eugenia servira como tampolim para a criação de um indivíduo brasileiro estereotipado, com vistas aos avançados e admirados europeus. Mais do que isso, os discursos eugênicos foram o fruto do trabalho enfrentado pela intelectualidade nacional que, incluída em um meio cultural caracterizado por ideologias, somada à complexa conjuntura que os cercavam, investiu-se de roupagem crítica.

As práticas eugênicas defendidas pelos psiquiatras não se limitavam a questões essencialmente vinculadas à psiquiatria e acabaram servindo como veículo de propagação ideológica. O discurso racista e xenófobo ~~parecia velar-se~~ por traz de um discurso científico em prol da construção de uma nova nação, sendo que “no Brasil idealizado pelos

²²⁸ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006. p.101.

²²⁹ Termo utilizado pelo autor. COSTA, Jurandir Freire. **História da Psiquiatria no Brasil**: um corte ideológico. 3 ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p.72.

eugenistas, o desejo de um seria o desejo de todos; o corpo de todos repetiria o corpo de cada um.”²³⁰

Progredir e inovar são verbos que estavam constantemente no pensamento dos intelectuais do incipiente Brasil República. Mais importante do que isso, porém, foi encontrar vestígios que possibilitem configurar o conceito de eugenia de forma muito diferente da qual fora concebida por Galton no final do século 19, a fim de desenvolver o indivíduo e sanar todos os meios do âmbito das relações humanas, o conceito de eugenia erigiu-se no contexto nacional como fenômeno poliédrico.

Tal ~~hipótese de enquadramento em torno de uma situação~~ do vocábulo “eugenia” ~~pode parecer ambicioso, porém~~ se justifica na medida em que os vestígios deixados pelas fontes apontam para o caráter político, social, econômico e científico, ~~justificando sendo possível~~ o apontamento referente à sua natureza poliédrica.

Apesar do grande volume de fontes primárias já examinadas, a tarefa ainda não está encerrada. Este trabalho segue a metodologia proposta pelo historiador alemão Reinhart Koselleck e, ~~para ele, segundo esta~~, só se constata a corporificação de dado conceito se o mesmo estiver presente em fontes de natureza híbridas, em que se possa atestar uma semelhança nos usos e na compreensão dada pelos atores que dele se apropriam, externalizando os pontos de aproximação e disparidades, se houver.

Tal tarefa apenas se viabiliza mediante o vasto exame do conjunto de fontes periódicas difusas, em que, mediante o emprego da metodologia da história dos conceitos, se detecte como o vocábulo “eugenia” ganhou movimentou-se entre os veículos de propagação de informação.

1.3.3 A amnésia das práticas eugênicas dos corredores do hospital psiquiátrico de Engenho de Dentro

~~Anais 1928:~~
~~1936:~~

O presente subcapítulo discute a concepção do o vocábulo “eugenia” em meio aos arquivos institucionais da Colônia de psicopatas de Engenho de Dentro. ~~ou melhor, fontes que consagram ações que permeiam em torno daquilo que se quer ser considerado jurídico,~~

²³⁰COSTA, Jurandir Freire. **História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico.** 3 ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p.20.

~~documentos marcadamente não oficiais [não elaboradas pelo poder estatal], mas que buscam alterações em determinada conjuntura sócio-política, mediante o amparo legislativo do Estado.~~

~~“É claro que algumas ações não são jurídicas e outras o são, mas o essencial é testar, trazer o argumento e não deixar que a história do direito seja reduzida por preconceitos.”²³¹~~

~~Siqueira propõe uma metodologia a qual se reflete em uma história do direito pluralista, e o faz analisando a questão do pluralismo jurídico através das ações dos movimentos sociais. Sua hipótese é de estabelecer o alargamento das fontes do direito, observando que a juridicidade pode se manifestar não encerrada em enunciados positivos, debruçando-se na relação desencadeada entre fontes da história do direito e pluralismo jurídico.²³²~~

~~Não se adentrará à discussão se o movimento eugênico constitui um movimento social. A obra servirá como base para a constatação se as fontes em estudo neste subcapítulo, frutificadas pelo trabalho de médicos psiquiatras que vislumbravam um projeto de regeneração para o povo brasileiro, carregavam o sentimento do que era jurídico. Ou seja, o que se busca aqui é um aumento, uma contribuição à história do direito pluralista, mediante o exame de fontes que embora não tradicionais, refletem a percepção de uma juridicidade. Siqueira leciona que, “uma história do direito pluralista estará aberta para outras fontes de pesquisa da história que não apenas as tradicionais: leis, decisões judiciais e doutrinas jurídicas.”²³³ Um dos primeiros motivos para a escolha desta instituição é o fato de que Gustavo Riedel, um dos maiores eugenistas do país à época, foi o fundador da Liga Brasileira de Higiene Mental. Além de ter contribuído com muitos artigos nos boletins de eugenia, foi também diretor da Colônia de psicopatas das de Engenho de Dentro do período que se inicia no ano de 1918 e perdura até o ano de 1933.~~

~~Em 1933, tanto a Liga Brasileira de Higiene Mental quanto a Colônia de psicopatas passaram a ser dirigidas por Ernani Lopes, eugenista e grande defensor da esterilização de degenerados, em decorrência de doença que afastou Riedel de seu trabalho.~~

~~A colônia de psicopatas de Engenho de Dentro fora fundada em 1911, e teve como seu primeiro diretor, Braule Pinto, que ocupou o cargo nos anos que seguiram, até 1918. Foi na~~

²³¹ SIQUEIRA, Gustavo S. p.28.

²³² Id.

²³³ Id.

gestão de Gustavo Riedel que se encetou a publicação, de periodicidade anual, de documentos compilados, os quais eram intitulados “Annaes da colônia de psycopathas”.²³⁴

Estes contêm artigos atinentes a pesquisas realizadas no interior desta instituição médica, contando também com exposição das realizações inéditas de seus profissionais, os quais estavam envoltos nos estudos e projetos relativos ao campo da higiene neuropsiquiátrica. Observou-se que estes anais datavam dos anos 1928 até 1943, os quais atualmente se encontram divididos entre o Instituto Municipal Nise da Silveira [local da antiga Colônia de psicopatas de Engenho de Dentro ou Colônia Gustavo Riedel] e no acervo bibliotecário da Fundação Oswaldo Cruz, ambos localizados na capital do Estado do Rio de Janeiro.

Vale alertar que não serão utilizados apenas os referidos anais, como também serão examinadas teses de doutoramento arquivadas no Instituto Municipal Nise da Silveira.

Buscou-se nestes documentos textos [que](#) revelassem vestígios da existência de práticas eugênicas com os pacientes. Ao visitar o arquivo da instituição, constatou-se que esta mantinha suas práticas registradas em anais. Estes são compostos por diversas sessões, tendo artigos originais, práticas executadas pela instituição, fluxo financeiro, dentre outras.

Além disso, os anais compreendem também dados da rotina da instituição, como o número de pacientes internados, as intervenções médicas e odontológicas realizadas, dentre outros. Riedel, seu idealizador, na folha de apresentação dos anais, consagrou que o objetivo de tal compilação era “[...] semear ideias úteis que poderão constituir elementos aproveitáveis na cruzada da valorização eugênica do homem pela pátria.”²³⁵

O primeiro artigo destes documentos é de autoria do diretor do hospital psiquiátrico, intitulado “O organismo psiquiátrico moderno: a biologia e a psico-fisiologia associadas na moderna concepção de assistência a psicopatas”²³⁶. Riedel iniciou sua exposição remontando-se à inteligência de Miguel Couto, partindo da ideia de que a pessoa é o primeiro patrimônio de uma nação, sendo dever primordial do governo cuidar da saúde, ou seja, da sua habilitação

²³⁴ RIEDEL, Gustavo. Folha de apresentação. **Annaes da colônia de psycopathas**. Rio de Janeiro: Papelaria e livraria Gomes Pereira. p.1, 1928.

²³⁵ Id.

²³⁶ RIEDEL, Gustavo. O organismo psiquiátrico moderno: a biologia e a psico fisiologia associadas na moderna concepção de assistência a psicopatas. **Annaes da colônia de psycopathas**. Rio de Janeiro: Papelaria e livraria Gomes Pereira. p.15, 1928.

para o trabalho, e também da seara da cultura, isto é, a habilidade para os ofícios bem orientada.²³⁷

A higiene mental focalizada por Riedel teria como propósito apurar a imigração de elementos capazes, determinando os melhores caracteres da raça, com o cunho de prevenção dos fatores da degeneração. Tal seleção das qualidades hereditárias conduziria a contribuições no domínio econômico, à medida que proporcionaria indivíduos adaptados em todo o meio social, como na escola e na família. Esta sistematizaria “a cúpula de todo o edifício eugênico.

”²³⁸

Em seguida, expôs como funcionaria o organismo psiquiátrico moderno. Em primeiro plano, o dispensário ou ambulatório. Este era um órgão de educação social que realizava a profilaxia dos males sociais, concatenado aos saberes da medicina pessoal, ou melhor, dos elementos da personalidade como tema.²³⁹

Neste caminho, os dispensários psiquiátricos seriam destinados a aplicação dos métodos preventivos da higiene mental, na luta contra as perturbações ou moléstias que lotavam estes centros psiquiátricos, em especial a sífilis, a tuberculose e o alcoolismo. Este órgão seria lapidar quando suas instalações comportassem todas as especialidades da medicina.²⁴⁰

A segunda peça do organismo psiquiátrico moderno seria o serviço aberto de hospitalização. Nas dependências de Engenho de Dentro, este possuía a incumbência de observação, e, na seara terapêutica, designava-se ao método de cura livre dos pacientes²⁴¹, os quais, eram divididos entre o regime comum ou apartado nos apartamentos do Pavilhão presidente Epitácio, conforme as necessidades e manifestações clínicas de cada consulente do serviço.²⁴²

E, a última peça da engrenagem proposta por Riedel era o serviço social.²⁴³ Consistia num programa em que um psiquiatra, um médico visitador e seis monitoras de higiene mental, como eram denominadas as visitadoras sociais desta especialização dos serviços de profilaxia mental, promoviam o auxílio moral e material a todos os pacientes, orientados de acordo com

²³⁷ RIEDEL, Gustavo. O organismo psiquiátrico moderno: a biologia e a psico fisiologia associadas na moderna concepção de assistência a psicopatas. **Annaes da colônia de psychopaths**. Rio de Janeiro: Papelaria e livraria Gomes Pereira. p.15, 1928.

²³⁸ Id.

²³⁹ Ibid., p.21.

²⁴⁰ Id.

²⁴¹ Os pacientes eram denominados psicopatas.

²⁴² Ibid., p. 22.

²⁴³ Ibid., p. 29.

as necessidades de cada um, tais como itens de medicação gratuita. Este seria o complemento ~~que apto a~~ ~~apto a~~ promover a orientação profissional dos indivíduos como fatores produtivos economicamente.²⁴⁴

Na sequência dos documentos, a psiquiatra Juana M. de Lopes²⁴⁵, logo no início de seu artigo, desenvolveu sobre a temática do exame pré-nupcial e sobre os estudos que proscurem a união entre pessoas, com vias de atender aos ditames da profilaxia mental. Neste caminho, alegou que ao fixarem os pontos da ficha do exame pré-nupcial, aspectos de eugenetica mental deveriam ser referenciados.²⁴⁶

Lopes era favorável à obrigatoriedade deste exame na medida em que este obstaculizava uniões que poderiam resultar ao cônjuge feminino a possibilidade de distúrbios mentais puerperais, mais um problema orientado pela eugenetica.²⁴⁷

Dentre todas as fontes examinadas, o artigo desta médica foi o único a ~~Foi a primeira a~~ sustentar a questão do aborto eugênico.²⁴⁸ Apesar de ter admitido que se tratava de medida draconiana e de difícil indicação, reconhecia que existiam casos em que a interrupção da gravidez se dava para impossibilitar o agravamento ~~de um~~ de possíveis quadros de psicose grávida. Para ela, “casos há, entretanto, sobretudo no de formas mentais coexistentes com distúrbios humorais rebeldes aos tratamentos médicos, em que não deve haver hesitação em recorrer a esse meio extremo.”²⁴⁹

Tocando no assunto sobre o peso pecuniário que os alienados representavam dentro do Eestado, Álvaro Cardoso alegou que a assistência aos insanos, dentre todos os serviços prestados pelo ente público, representava ser um dos mais dispendiosos ao estado. Absorvendo grande parte da receita pública tanto da união quanto dos estados, a previsão era apenas de acentuar a situação.²⁵⁰

Assim, Cardoso alegou ~~defendeu~~ que a situação dos alienados deveria ser minudenciada sob ótica econômica-social, buscando meios de alterar esse status de “peso-

²⁴⁴ RIEDEL, Gustavo. O organismo psiquiátrico moderno: a biologia e a psico fisiologia associadas na moderna concepção de assistência a psicopatas. **Annaes da colônia de psychopaths**. Rio de Janeiro: Papelaria e livraria Gomes Pereira. p.29, 1928.

²⁴⁵ LOPES, Juana m. Da profilaxia e terapêutica das psicoses puerperais. **Annaes da colônia de psychopaths**. Rio de Janeiro: Papelaria e livraria Gomes Pereira. p.67, 1928.

²⁴⁶ Id.

²⁴⁷ Id.

²⁴⁸ Dentre todos os documentos analisados na confecção deste trabalho, esta foi a única vez que se verificou menção ao aborto eugênico.

²⁴⁹ Ibid., p.73.

²⁵⁰ CARDOSO, Alvaro. O alienado como fator econômico. **Annaes da colônia de psychopaths**. Rio de Janeiro: Papelaria e livraria Gomes Pereira. p.87, 1928.

morto” dentro do quadro social do país e os tornando ~~em~~ elementos produtivos para a economia. Tal modelo ~~havia sido já fora~~ adotado em outros países, tais como Estados Unidos e Argentina, os quais obtiveram resultados positivos. “[...] Assim é que Kraepelin²⁵¹, no seu tratado de psiquiatria, entende ser o trabalho um dos meios auxiliares mais importantes do tratamento físico.”²⁵²

Cardoso era um defensor da transformação das estruturas das instituições manicomiais em centros produtivos, geradores de riqueza e renda, como em colônias agrícolas e de oficinas variadas. Como exemplo, ~~citoua~~ o trabalho realizado em Engenho de Dentro, consistindo em pequenos trabalhos agrícolas, criação de aves e oficinas de costuras, rendas e bordados.²⁵³

No volume subsequente, do ano de 1929, Riedel inaugurou sua escrita estabelecendo que ao se pensar no homem sob enfoque da eugenia, este deveria ser apreciado sob olhar do homem animal,²⁵⁴ tendo sempre como horizonte a dimensão de que este animal se elevou muito acima de todos os demais mediante o aperfeiçoamento cerebral, ~~o~~ que possibilitara a apuração das qualidades superiores do espírito e a fixação dos caracteres adquiridos. “Daqui a importância da aplicação dos princípios de higiene mental para uma eugenetica integral.”²⁵⁵

Para este psiquiatra os estudos acerca da eugenia, que forneceriam maior resistência intelectual e moral à raça, ~~deveriam~~ ser fomentados, uma vez que ~~seria é~~ equivocado o pensamento que a força e a vitalidade de um povo ~~reside está~~ na quantidade de indivíduos, ~~pelo contrário, a mesma se extrai mas, da~~ qualidade ~~do povões mesmos~~.²⁵⁶

Riedel assinalou para a importância e ~~o~~ alcance dos serviços sociais por ele instituídos, ao passo que estes assumiram posição de evidência mediante o curso de visitadoras sociais. Tais serviços estão documentados, os quais vêm confirmar a importância do dispensário psiquiátrico na educação eugênica do povo.²⁵⁷

Declarando-se biólogo e eugenista, ao constatar os resultados que obteve na colônia de psicopatas de Engenho de Dentro, afirmava que os dispensários psiquiátricos e seus serviços sociais, que atuavam como suplemento às instituições dedicadas a cuidar da saúde

²⁵¹ Emil Kraepelin era um psiquiatra alemão e teve seu nome frequentemente citado pelos trabalhos psiquiátricos em exame, o que demonstra a influência da psiquiatria alemã dentre os profissionais médicos brasileiros.

²⁵² CARDOSO, Alvaro. O alienado como fator econômico. **Annaes da colônia de psychopathas**. Rio de Janeiro: Papelaria e livreria Gomes Pereira. p.87, 1928.

²⁵³ Ibid., p. 91.

²⁵⁴ Neste ponto Riedel se remonta ao pensamento de Bernardo Magalhães, conforme cita no próprio texto.

²⁵⁵ RIEDEL, Gustavo. O dispensário psiquiátrico como elemento de educação eugênica. **Annaes da colônia de psychopathas**. Rio de Janeiro: Papelaria e livreria Gomes Pereira. p.3, 1929.

²⁵⁶ Ibid., p.4.

²⁵⁷ Ibid., p.5.

mental dos pacientes, atuavam como órgão de ação prática, aplicando os ditames da cultura eugênica, funcionando como órgão profilático, “criando pela educação novos hábitos no ambiente social e na família, realiza, por certo, obra de medicina preventiva e pois de eugénética contra a degeneração humana.”²⁵⁸

Riedel alertoua que os primeiros projetos de lei no Parlamento Nacional a respeito da imposição do certificado pré-nupcial, representoua o primeiro esforço da eugenia humana organizada. Ressalva que a obrigatoriedade do exame em questão não é apenas para mitigar a reprodução de psicopatas e anormais. Reforçoua que, para se alcançar a finalidade dos ideais eugênicos, um complemento se impõe decisivo, qual seja: que seja eliminado o uso de tóxicos, álcool e que se promova a educação higiênica, física e moral, para que colocasse em exercício o plano de reforma eugênica da sociedade.²⁵⁹²⁶⁰

Riedel debruçando sob arcabouço teórico a respeito da aplicação das leis mendelianas à hereditariedade das doenças mentais, afirmoua que ante a experiência em suas práticas, verificou que a predisposição hereditária para algumas moléstias e vícios poderiam ser abrandadas nos descendentes através da educação.

Para o psiquiatra, através da educação seria possível transformar tanto o lado mental quanto o físico dos indivíduos, “orientando o espírito e tornando o homem adaptável ao meio ambiente, por isto, a importância da educação cresce tanto mais.”²⁶¹

Encerrou este artigo reforçando o entendimento de que o dispensário psiquiátrico seria uma ferramenta valiosa com finalidade eugênica, pois auxiliavaa no aprimoramento educacional da população, fomentando a instituição de uma consciência social, “que deve ser moral, civil, religiosa, determinando em muito a redução das unidades sem valor, que representam na balança da Nação um elevado passivo econômico.”²⁶²

No mesmo caminho, Alfredo Neves era um dos principais psiquiatras envolvidos no projeto de instituição do serviço das visitadoras sociais. Ao proclamar que se tratava de uma

²⁵⁸ RIEDEL, Gustavo. O dispensário psiquiátrico como elemento de educação eugênica. **Annaes da colônia de psicopathas**. Rio de Janeiro: Papelaria e livraria Gomes Pereira. p.4-5, 1929.

²⁵⁹ Ibid., p.4.

²⁶⁰ O dispensário psiquiátrico realiza de fato uma verdadeira profilaxia educativa no meio popular, na família e em todos os ramos da atividade humana. [...] o alcance de seus serviços sociais evidenciados através do curso de visitadoras pelas conferencias notáveis de Alfredo Neves, são documentos de apreço, os quais vem confirmar a importância do dispensário psiquiátrico da educação eugênica do povo. Como biologista e eugenista apaixonado, apreciando os resultados obtidos em Engenho de Dentro, lembro como órgão de ação prática e eficiente de cultura eugênica, a necessidade de dispensários psiquiátricos e seus serviços sociais, anexados aos hospitais psicopatas e particularmente aos hospitais gerais de Assistência Pública. Ibid.,p.6.

²⁶¹ Id.

²⁶² Id.

feliz iniciativa promovida pela Colônia de Psicopatas de Engenho de Dentro, apontou para o reconhecimento governamental de tal ação, tendo em vista que o titular da pasta da justiça e negócios interiores pessoalmente presidiu a solenidade de entrega dos diplomas à primeira turma de enfermeiras visitadoras.²⁶³

Neves sustentou que as visitadoras sociais seriam fundamentais para a obra de aperfeiçoamento da nacionalidade brasileira, contribuindo para que o caldeamento das raças, que constituíam o tipo étnico nacional, ocorresse simultaneamente a formação física e mental saudável do povo.²⁶⁴

Estas enfermeiras efetuariam verdadeira obra saneadora, mediante os conselhos e ações acerca de higiene e profilaxia, mais do que isso, seriam batalhadoras do combate aos males que degeneram a humanidade, sendo peças que exerciam seu trabalho em direção a tornar a nação brasileira uma grande potência econômica.²⁶⁵²⁶⁶

Nos anais da colônia de psicopatas do ano subsequente, Gustavo Riedel defendeu a concepção de um hospital aberto, com reduzido número de quartos de isolamento para doentes antissociais e perigosos. Neste artigo, trouxe informações sobre projetos do médico psiquiatra alemão Roemer, ~~em que este qual~~ defendeu a criação dos serviços sociais para seu país, ~~sendo afirmando~~ que constituíam os pilares de uma campanha profilática.²⁶⁷

Neste sentido, Riedel começou seu discurso confrontando, ~~em tom crítico,~~ a posição de muitos profissionais da medicina que se dedicavam tão somente em pleitear legislação para a proteção aos insanos. Este médico ocupou-se com a regulamentação dos serviços sociais de profilaxia, pois para ele os serviços deveriam ser organizados com o devido apoio aos dispensários e clínicas abertas, com intuito de pesquisa.²⁶⁸

Ainda, argumentou ser competência dos entes estatais o estabelecimento dos ditames de restrição e prevenção das desordens mentais. O Estado, para ditar tais regras, deveria tomar como base as pesquisas de cunho bio-psiquiátrico e genealógicas ~~a serem~~ realizadas pela Liga Brasileira de Higiene Mental Liga Brasileira de Higiene Mental.²⁶⁹

²⁶³ NEVES, Alfredo. As visitadoras sociaes: o seu preparo e sua missão na collectividade. **Annaes da colônia de psycopathas**. Rio de Janeiro: Papelaria e livreria Gomes Pereira. p.63, 1929.

²⁶⁴ Ibid., p. 69-70.

²⁶⁵ Id.

²⁶⁶ Dentre o quadro de disciplinas da formação destas visitadoras sociais, verificou-se matérias tais como: Curso de higiene social, puericultura, profilaxia e terapêutica das doenças sociais; noções de medicina social, serviços de assistência medico-social: eugenia. Ibid., p. 485.

²⁶⁷ RIEDEL, Gustavo. **Annaes da colônia de psycopathas**. Rio de Janeiro: Papelaria e livreria Gomes Pereira. s.p., 1930.

²⁶⁸ Id.

²⁶⁹ Id.

Caberia à liga de psiquiatras estipular normas moldáveis, objetivando lograr a aptidão condicionada à resistência neuro-psiquiátrica individual, e somente então após a obtenção de resultados, estes seriam analisados e aplicados pelo legislador.²⁷⁰

Em seguida, passou a falar sobre mais um serviço social que edificou dentro da instituição que atuava como diretor, o da assistência familiar. Este consistia em um programa de profilaxia mental e de reintegração da alienada à sua condição de vida anterior, a assistência familiar.

Enunciando os aspectos positivos da organização da assistência familiar, o fez em dois momentos diferentes: o primeiro, em que o psicopata teria a vigilância ativa exercida pelo serviço social, com apoio do dispensário psiquiátrico e seu hospital aberto; o segundo, em que a assistência familiar se voltaria para a posterior reintegração do indivíduo à sociedade.

Neste caminho, Riedel idealizava a extinção dos asilos fechados, à luz dos modelos alemães. Pontuou que tal prática era executada em Engenho de Dentro desde 1920, entendendo tal serviço social como serviço do lar, o qual caberia zelar não somente pelo paciente, mas por suas famílias, conduzindo-os aos dispensários e ao hospital quando necessitassem de cuidados.²⁷¹

Assim, tratava-se de uma modalidade de tratamento aos indivíduos com algum comprometimento em sua saúde mental, que assumia duas diferentes modalidades, sendo homo ou hetero-familiar, ou seja, sendo dentro da própria família, ou em famílias distintas.

No ano de 1920, Gustavo Riedel obteve autorização do Governo da República para construir na periferia da colônia [de Engenho de Dentro](#) as duas primeiras casas do serviço, ocasião em que era designada como casas de assistência doméstica. A aprovação de sua regulamentação fora dada pelo ministro Alfredo Pinto, em 24 de maio de 1921 e publicada no diário oficial de 7 de junho do mesmo ano.²⁷²

A assistência hetero-familiar desenvolvida em Engenho de Dentro ocorria mediante a instrução psiquiátrica direcionada as famílias de seus próprios funcionários, então estabelecidas nos arredores da própria instituição. Tal ação visava não apenas auxiliar na terapêutica dos pacientes, como também funcionava como um estágio de transição anterior à reinserção social dos mesmos.

²⁷⁰ RIEDEL, Gustavo. **Annaes da colônia de psychopaths**. Rio de Janeiro: Papelaria e livraria Gomes Pereira. s.p., 1930.

²⁷¹ O médico utilizava para fundamentar sua posição o ideário de Toulouse e o exemplo de Gheel. Na colônia de Gheel muitos pacientes foram liberados dos asilos fechados e reintegrados à vida social. Ibid, p. 12.

²⁷² LOPES, Ernani. RIEDEL, Gustavo. A assistência hetero familiar no engenho de dentro. **Anais da colônia Gustavo Riedel**. Rio de Janeiro: Papelaria e livraria Gomes Pereira, p.19, 1942.

As famílias em lares assistenciais ficavam com a incumbência de prestar os devidos cuidados com a psicopatia de cada assistido, como medicação, alimentação, horas de sono, e principalmente, de introduzir lhes no espírito medidas de higiene. “A assistência hetero-familiar é a maneira de assistência mais compatível com os princípios de liberdade a que se habituou o homem.”²⁷³

Com a verba governamental destinada a execução da assistência hetero-familiar, eram construídos pavilhões ou se adaptavam prédios, os quais eram logo confiados a famílias de funcionários da própria colônia com este fim, as quais recebiam dois pacientes cada uma. Em 1930 o programa contava com dezessete prédios.²⁷⁴

Neste artigo datado de 1930, Riedel encerrou suas palavras criticando lamentando que “os favores de créditos orçamentários não haja completado os serviços de profilaxia mental” e que seu programa de desenvolvimento progrediu em marcha lenta, não obtendo lento não tiveram os mesmos resultados positivos como os da colônia de Gheel, modelo que lhe inspirou.²⁷⁵

Entretanto, nos anais da colônia Gustavo Riedel do ano de 1942, Ernani Lopes, então diretor da instituição, informou que o Governo Provisório consignou em 1931 a verba de 50:000\$0 destinada ao programa de Assistência familiar edificada por Riedel. Lopes aclarou, ainda, que não se encontraram ditos orçamentos nos anos subsequentes, pois a instituição passou a receber um “quantum” de material permanente.²⁷⁶

Lopes esclareceu que a proposta de Riedel fora prejudicada ante a necessidade de demolição de metade dos prédios destinados ao uso da assistência hetero-familiar. Esta se deu perante o imperativo da edificação de novos setores dentro da instituição, como o prédio destinado ao uso específico da psiquiatria infantil, em que objetivavam a construção de um grande núcleo manicomial, para aliviar a superlotação do antigo hospital psiquiátrico localizado na praia vermelha.²⁷⁷

O mesmo médico apontou que em vinte e dois anos da execução deste serviço dentro da Colônia de Psicopatas de Engenho de Dentro, foram tratadas duzentas e cinquenta doentes, sem registros de acidentes graves ou gravidez. Há um caso em que uma paciente

²⁷³ MOREIRA, Juliano. Apud LOPES, Ernani. **Anais da colônia Gustavo Riedel**. Rio de Janeiro: Papelaria e livraria Gomes Pereira, p.17, 1942.

²⁷⁴ Ibid., p. 22.

²⁷⁵ RIEDEL, Gustavo. **Annaes da colônia de psychopathas**. Rio de Janeiro: Papelaria e livraria Gomes Pereira, p.13, 1930.

²⁷⁶ Ibid., p. 23.

²⁷⁷ Id.

residiu em um dos lares por quatorze anos, local em que faleceu em decorrência de um súbito lapso cardíaco, quando já em tenra idade.²⁷⁸

Antes do início da demolição dos prédios – e do declínio do programa, o serviço contava com trinta e oito chefes de lares assistenciais, restando apenas dez após a reforma e ampliação das demais especialidades na instituição. O diretor Ernani Lopes pleiteou que ao invés de ser extinto tal serviço, que o mesmo fosse ampliado, sendo recomendável para a sua implementação a desapropriação de imóveis na região.²⁷⁹

Voltando aos documentos de 1930, um artigo do médico Zopyro Goulart estabeleceu a relação entre educação higiênica, eugenia e saúde mental.²⁸⁰ Para ele, a higiene mental não era um problema adstrito ao campo da eugenia, mas seria um problema próprio da higiene em geral, sendo que a compreensão acerca das leis gerais de saúde, passíveis de serem obtidas por vias de uma educação sanitária integral, constituiria o meio mais adequado para o alcance deste objetivo sanitário.²⁸¹

Para Goulart, a educação higiênica era artifício essencial e imprescindível para salvaguardar o espírito humano contra os fatores de degenerescência, pois traria aptidão a todos indivíduos em realizarem a defesa da própria saúde mental.²⁸²

Seguindo o exame documental, Alberto Farani escreveu sobre o assunto atinente à esterilização e profilaxia mental.²⁸³ Nele, ~~logo de início afirmou que iniciou afirmando que já~~ se tornara banal a concepção acerca do imperativo eugênico de melhoramento da raça. Somando coro às vozes que ~~já anteriormente~~ levantaram tais palavras, Farani também defendia que o valor de uma nação não residia na “quantidade que predomina e sim a qualidade, que reside no ‘mens sano in corpore sano’.”²⁸⁴

Farani defendia a instituição da esterilização de degenerados na medida em que tal profilaxia das “taras originais constitui a eugenia, a mais bela aspiração humana”²⁸⁵. De forma semelhante a discurso localizado nos arquivos brasileiros de higiene mental, Farani ~~lamentava criticou~~ que o corpo social, movido pela simpatia e caridade, ~~atrapalhava alterava~~ a lei da

²⁷⁸ RIEDEL, Gustavo. **Annaes da colônia de psychopaths**. Rio de Janeiro: Papelaria e livraria Gomes Pereira, p.23, 1930.

²⁷⁹ Id.

²⁸⁰ GOULART, Zopyro. O melhor caminho para a hygiene mental. **Annaes da colônia de psychopaths**. Rio de Janeiro: Papelaria e livraria Gomes Pereira. p.61, 1930.

²⁸¹ Id.

²⁸² Ibid., p. 64.

²⁸³ FARANI, Alberto. Esterilização e profilaxia mental. **Annaes da colônia de psychopaths**. Rio de Janeiro: Papelaria e livraria Gomes Pereira. p.65, 1930.

²⁸⁴ Id.

²⁸⁵ Id.

sobrevivência dos mais fortes, obstaculizando que a raça humana se estabelecesse por esta lógica somada pelas leis da hereditariedade.²⁸⁶

Pelo contrário, a elite com sua prole eugênica procurava limitar o número de integrantes do próprio núcleo familiar, enquanto que os indivíduos dotados de taras ~~de carga~~ hereditária eram protegidos pelo altruísmo e benignidade da sociedade.²⁸⁷ Nas palavras de Farani: “ ‘mais vale prevenir que curar’ diz o adágio popular, daí o valor da eugenia, profilaxia da tara pela obtenção de um produto sadio, físico e moral.”²⁸⁸

Elaborando um texto sobre como melhorar o tipo racial nacional, apontou os motivos que tangem a inexecutabilidade de medidas eugênicas mais brandas – como o exame pré-nupcial ~~—~~ e também da ineficácia da puericultura, restando os processos neo-malthusianismo e a esterilização eugênica.²⁸⁹

Ao minudenciar medidas neo-malthusianas, o autor se referiu aos métodos contraceptivos como coito interrompido, lavagens vaginais, momento em que apontou para a falha e ineficiência destes métodos, restando, por exclusão, a esterilização eugênica.

Ou seja, a esterilização com fins eugênicos para aprimoramento racial não deveria ser a primeira medida a ser lançada, mas ~~apenas~~, quando outra medida não ~~fosseseja~~ eficiente para barrar a propagação de determinada tara hereditária indesejada. Dessa forma, Farani conclui: “a sua necessidade impõe-se, repito, todas as vezes que uma tara grave se possa transmitir, sem que outro meio reconhecidamente eficaz nos ofereça a higiene”.²⁹⁰

Nos anais da colônia de psicopatas publicados no ano de 1936, observou-se artigo em que se ~~pontuam~~ esclarecimentos acerca dos serviços sociais promovidos pela instituição de Engenho de Dentro, em artigo redigido pelo médico Plínio Olinto. Este trouxe à baila relatório escrito por Gustavo Riedel, no momento em que este completava cinco anos à frente da administração da colônia.²⁹¹

Olinto proclamou que Gustavo Riedel não era apenas um idealista, mas era um homem de ação. Citou fragmento deste relatório, em que o diretor da colônia de psicopatas consagrou que “sou convencido das nossas possibilidades e a consciência nacional proclama que o

²⁸⁶ FARANI, Alberto. Esterilização e profilaxia mental. **Annaes da colônia de pscycopathas**. Rio de Janeiro: Papelaria e livraria Gomes Pereira. p.65, 1930.

²⁸⁷ Id.

²⁸⁸ Ibid., p.66.

²⁸⁹ Ibid., p. 67.

²⁹⁰ Ibid., p. 69.

²⁹¹ OLINTO, Plínio. Serviços de profilaxia, higiene e assistência prestados aos psicopatas. **Annaes da colônia de pscycopathas**. Rio de Janeiro: Papelaria e livraria Gomes Pereira. p.21, 1936.

problema saneamento-eugenia é uma aspiração popular e por isso com ela identifiquei-me na esfera da profilaxia mental”.²⁹²

As providências vislumbradas por Riedel foram postas em exercício no momento da fundação de um serviço de profilaxia das doenças nervosas e mentais, na própria colônia do Engenho de Dentro, com sede no pavilhão Presidente Epitácio.²⁹³²⁹⁴

Outro projeto encabeçado pela colônia de psicopatas de Engenho de Dentro foi a escola profissional de enfermeiras Alfredo Pinto.²⁹⁵ A escola profissional de enfermeiras da assistência a alienados foi instituída pelo decreto n. 791 de 27 de setembro de 1890, e regulamentada no decreto n. 8.834 de 11 de julho de 1911, sendo que as instruções para sua atividade se encontram no artigo 87 do capítulo IX, em decreto que reformou a assistência a alienados no Distrito Federal.²⁹⁶

Em que pese ter sido criada e regulamentada anteriormente às atividades desenvolvidas em Engenho de Dentro, esta escola funcionou de forma inconstante até 1920, momento em que quando o diretor da Colônia de Psicopatas, Gustavo Riedel, instalou nas próprias dependências da instituição, esta escola.²⁹⁷

O regulamento de seu funcionamento fora aprovado pelo ministro da justiça Alfredo Pinto na data de 22 de dezembro de 1920²⁹⁸, constituindo a primeira escola profissional de enfermeiras do Distrito Federal. O curso possuía duração mínima de dois anos para a

²⁹² RIEDEL, Gustavo. Apud OLINTO, Plínio. Serviços de profilaxia, higiene e assistência prestados aos psicopatas. **Annaes da colônia de psychopathas**. Rio de Janeiro: Papelaria e livraria Gomes Pereira. p.21, 1936.

²⁹³ Id.

²⁹⁴ Olinto afirmou que o psicopata passou a ser assistido no distrito federal segundo as normas traçadas por Gustavo Riedel. “Tal serviço funcionava da seguinte forma: Os serviços de higiene mental receberiam notificação verbal ou escrita dos casos de psicopatias no Distrito Federal. Tais notificações seriam emitidas por intermédio dos encarregados do serviço social, do serviço de heredo-biologia, dos diretores dos hospitais, das enfermeiras de saúde pública, dos médicos assistentes de tais doentes ou de sua própria família. O paciente objeto da notificação seria convidado a comparecer aos dispensários psiquiátricos, onde, pela manhã, são recebidos todos os indivíduos alienados, psicopatas, nervosos, simplesmente tarados ou desadaptados que ali se apresentarem para tratamento ou para receber orientação sobre sua profissão ou maneira de viver. Caso ele não queira ir ou no mínimo duas pessoas de sua família acharem necessário que deveria ir ao dispensário, o serviço social mandara uma ambulância e o indivíduo seria acompanhado por enfermeiros. [...] Antes de receberem alta das clínicas abertas ou fechadas, todos os pacientes passarão pelo serviço de heredo-biologia. Após receberem alta os doentes serão seguidos pelo serviço social de modo que a proteção aos egressos dos manicômios se realize de maneira eficiente para si e para a sociedade. Ibid., p.22-23.

²⁹⁵ ESCOLA PROFISSIONAL de enfermeiras Alfredo pinto. **Annaes da colônia de psychopathas**. Rio de Janeiro: Papelaria e livraria Gomes Pereira. p.161-162, 1936.

²⁹⁶ Id.

²⁹⁷ Id.

²⁹⁸ O regulamento de seu funcionamento fora aprovado pelo ministro da justiça Alfredo Pinto na data de 22 de dezembro de 1920, que fora modificado em 1 de setembro de 1921 e publicado no diário oficial em 2 de setembro de 1921. Id.

aquisição do diploma de enfermeira, havendo um ano suplementar para a obtenção do título de visitadora social.²⁹⁹

No curso de visitadoras sociais era ministrado os conhecimentos da puericultura, que constituía um dos pontos nucleares do curso. Tal disciplina colocava em evidência a importância da higiene infantil, tanto na vida intra quanto na extra-uterina. Nesta etapa do curso, as enfermeiras “conhecem as correlações da puericultura com a eugenia de Galton, e principalmente, da eugénica de Pinard, que estuda as condições de boa procriação. E desse modo se focalizam os problemas modernos de higiene mental.”³⁰⁰

Dois inquéritos do serviço médico-social prestado por estas profissionais da Colônia Gustavo Riedel foram compilados nos documentos em exame. O primeiro era o de Odette Marques de Almeida, atendente, padrão D, em torno de um caso de epilepsia. Esta relatou que em meio às suas visitas encontrou uma família, cujo progenitor sofria de epilepsia, não conseguindo se manter em um trabalho e prover sua família das necessidades mais básicas, como alimentação, por conta de sua moléstia.³⁰¹

Sua esposa estava afetada pela tuberculose e a situação dos filhos também não era favorável, estavam vivendo submetidos a condições sub-humanas, desnutridos. Odette, fazendo uso de uma das ferramentas disponíveis para colocar em ação o projeto vislumbrado por Riedel, solicitou auxílio do serviço de obras sociais. Tais foram encaminhados para tratamento, e a enfermeira concluiu: “uma aurora de felicidade e de bem estar começa a se antever para essa família, até pouco tempo exposta à mais negra miséria.”³⁰²

A segunda exposição era [a](#) de Atanira Salles, visitadora social cujo enquadramento na instituição era o de enfermeira VII. Esta localizou uma mulher que sofria de alcoolismo crônico, apesar de todos seus esforços para melhorar as condições em que esta vivia, a mesma fugiu ao ter notícias que seria internada.³⁰³

Na sequência dos documentos localizou-se um serviço que fora idealizado por Ernani Lopes, diretor de Engenho de Dentro após a morte de Riedel, o qual versava sobre a alta tardia de pacientes com heredo-psicopatias. Ao elaborar um artigo sobre o assunto, Lopes

²⁹⁹ ESCOLA PROFISSIONAL de enfermeiras Alfredo pinto. **Annaes da colônia de psycopathas**. Rio de Janeiro: Papelaria e livraria Gomes Pereira. p.161-162, 1936.

³⁰⁰ NEVES, Alfredo. A escola “Alfredo pinto” e o curso de visitadoras sociais. **Annaes da colônia de psycopathas**. Rio de Janeiro: Papelaria e livraria Gomes Pereira. p.170, 1936.

³⁰¹ INQUERITOS. **Anais da colônia Gustavo Riedel**. ano V, Rio de Janeiro: Imprensa nacional, p.217, 1942.

³⁰² Devemos, alías, consignar ainda, para que se tenha idéia das possibilidades de ação social das atuais servidoras, ser a primeira citada esposa de um médico, e a segunda esposa de um juiz de Direito. Id.

³⁰³ Ibid., p. 219.

iniciou sua exposição realizando um apelo histórico a respeito do percurso da concepção eugênica no Brasil.³⁰⁴

Tal reconstituição histórica [foi](#) realizada em dois momentos. A primeira fase do movimento eugênico nacional fora liderada por Renato Khel, eugenista entusiasta que fundou a sociedade de eugenia em 15 de janeiro de 1918, que desencadeou na publicação dos anais de eugenia no ano de 1919. A palavra que melhor caracterizaria a segunda fase seria: especialização. O movimento eugênico brasileiro começou a ser apropriado pelos homens de ciência, em especial, com os médicos psiquiatras, que passaram a desenvolver técnicas de tratamento em saúde mental com base na ciência galtoniana.³⁰⁵

Em seguida, passou a dialogar sobre as doenças heredo-transmissíveis, ou seja, as doenças presentes na herança genética dos indivíduos e passíveis de transmissão aos seus descendentes. Lopes esclareceu que quando um doente se encontrava em condições de receber alta, os médicos submetiam-se aos ditames legais e liberavam o paciente para circular em seu meio social, todavia, por possuírem conhecimento atinentes às leis da biologia, eram cientes de que tal ato de liberdade desencadeava na procriação de novos sujeitos padecentes de tal herança biológica.³⁰⁶

Lopes estabeleceu duas soluções para tal problemática. A primeira, consistiria em retirar os degenerados do convívio social, remanejando uma quantidade expressiva de doentes mentais para instituições psiquiátricas, [segundo](#) para ele “ embora não sejam alienados³⁰⁷, pois não entram em conflito com o meio social”³⁰⁸, deveriam ser subtraídos como medida de higiene racial.

A segunda medida seria a esterilização, por meio dela os médicos poderiam dar alta sem ressentimentos a tais vítimas de taras hereditárias. Para corporificar seu texto com argumentos de autoridade, Lopes se remontou a lição proferida por Juliano Moreira, afirmando que o mesmo o autorizara a relatar que “numerosas vezes, de fato, em que se impunha a indicação da esterilização eugênica em mulheres alienadas, passíveis mais tarde de

³⁰⁴ LOPES, ERNANI. Eugenia e higiene mental. **Anais da colônia Gustavo Riedel**. ano V, Rio de Janeiro: Imprensa nacional, p.181, 1942.

³⁰⁵ Ibid., p.183.

³⁰⁶ Ibid., p. 187.

³⁰⁷ De acordo com o estabelecido em um dicionário médico, o termo encontrado foi: “Alienação mental: mania, monomania, loucura.” D’ELIA, R. **Dicionario Medico Encyclopedico**. Rio de Janeiro: Ed. Braz Lauria: 1926. p.41.

³⁰⁸ LOPES, ERNANI. Eugenia e higiene mental. Op. Cit. p. 181.

cura e alta – pediu aquele cientista aos cirurgiões que realizassem”³⁰⁹, ou seja, quando as pacientes eram submetidas à alguma intervenção cirúrgica, muitas vezes a esterilização era indicada sincronicamente.³¹⁰

Em seguida, expôs que nNa data de 14 de julho de 1933 fora promulgada na Alemanha uma lei que estabelecia a esterilização de degenerados, regulando os casos de aplicação de tal medida eugênica. Para o médico psiquiatra, esta lei representava a primeira conquista prática nos domínios da eugenia para os entusiastas de tal teoria de todos os países, servindo como referência e incentivo, para que estes não esmorecessem em suas campanhas. Assim, fez constar que a “ [...] data, talvez intencionalmente escolhida, como símbolo da queda de uma bastilha de preceitos milenares [...] ”³¹¹

Trazendo a discussão ao contexto nacional, apontou como um dos motivos da obstaculização da implementação de tal medida no Brasil, que a mesma seria nociva aos interesses da defesa nacional, uma vez que esta traria como resultado uma parcela expressiva de subtração da natalidade.³¹²

Daí que timbrou em declarar sobre a necessidade de um tribunal de eugenia no país, tais instâncias judiciais não seriam voltadas para proferir sentenças de esterilização compulsória, mas, para ao menos coibir a circulação de heredo-psicopatas aptos a conceberem prole no meio social, legalizando a retenção dos doentes em manicômios.³¹³

Sugeriu que caso sua medida fosse acatada – ou seja, a legalização da segregação eugênica —,—que se possibilitassem concessões ao doente e suas famílias, estas poderiam requerer a retirada de um parente através da apresentação de requerimento idôneo, recebendo informações pelo médico sobre os prejuízos da procriação do indivíduo afetado.³¹⁴

O diálogo seguiu perante invocação de Lopes ante o imperativo da necessidade de que a legislação brasileira se operasse mediante o desvendar dos olhos de seus operadores, pois em face de sua experiência médica, nesta matéria, não seria possível valer-se da máxima dos “dois pesos e duas medidas” da falsa justiça. Para ele seria preciso edificar uma lei que

³⁰⁹ LOPES, ERNANI. Eugenia e higiene mental. **Anais da colônia Gustavo Riedel**. ano V, Rio de Janeiro: Imprensa nacional, p.188, 1942.

³¹⁰ Id.

³¹¹ Id.

³¹² Id.

³¹³ Ibid., p.189.

³¹⁴ Id.

ponderasse detidamente os prós e contras de certas circunstâncias inaplicáveis à rigidez de um preceito único, impróprio à composição social e suas peculiaridades.³¹⁵

À guisa de concluir sua narrativa, pontuou a necessidade da colaboração dos juristas com os profissionais técnicos em eugenia e medicina mental, para que ocorresse a legalização de tais medidas, satisfazendo o ideal eugênico.³¹⁶³¹⁷

Da exposição destes fragmentos localizados nos arquivos do Instituto Municipal Nise da Silveira, antiga colônia de psicopatas de Engenho de Dentro, resta clara a organização desta classe profissional em torno de um projeto de regeneração social com base nos preceitos da eugenia.

Na execução deste subcapítulo optou-se por não reproduzir todos os excertos que perpassavam o ideal eugênico, pois em que pese muitos abordarem assuntos relacionados, enquadrando-se principalmente nas esferas da medicina preventiva, não fizeram menção explícita à teoria galtoniana.

Essa linha bastante sofisticada de argumentação que, ao buscar legitimar a segregação social com base em arcabouço científico, instrumentalizando a teoria da eugenia como interlocutora privilegiada da vontade da nação, extrai-se o entendimento de que, os médicos psiquiatras ao estabelecerem serviços sociais que tornavam vívidos ideais eugênicos, reproduzindo sua lógica matemática em benefício do aprimoramento racial, o faziam em vias de estabelecerem uma consciência social, a qual deveria atravessar diversas esferas, como as de ordem moral, civil e até mesmo religiosa.

Como resposta da edificação de tal consciência coletiva, decorreria a redução dos indivíduos com baixo valor para a nação, que representavam na balança nacional um expressivo passivo econômico. Tais medidas seriam um reclame da consciência nacional, verdadeiro maquinário para coibir ou amenizar a propagação de taras hereditárias e hábitos indesejáveis, e, resolvendo os problemas de saneamento, atenderiam as aspirações de toda sociedade.

Não se deve olvidar que o papel reformista social assumido pelo discurso médico ~~data-~~ sese data anteriormente ao recorte temporal proposto por este trabalho. Dentre muitos

³¹⁵ Ibid., p. 194.

³¹⁶ LOPES, ERNANI. Eugenia e higiene mental. **Anais da colônia Gustavo Riedel**. ano V, Rio de Janeiro: Imprensa nacional, p.196, 1942.

³¹⁷ Em complemento, relembra com pesar que quando tentaram legalizar a compulsoriedade do exame pré-nupcial, os juristas obstaculizaram tal medida ao alegarem que a mesma prejudicaria a licitude das uniões. Para Lopes, os juristas consideraram de maior valor a licitude, a regulação da união perante os ditames legais, em prejuízo do aperfeiçoamento racial decorrente de sua implementação. Ibid., p. 197.

exemplos clássicos, tem-se a proposta do médico sanitarista Oswaldo Cruz, sobre a vacinação obrigatória em combate à varíola na primeira década do século XX.

Obedecendo esta mesma lógica, a preocupação com o caldeamento de caracteres hereditários decorrentes da composição familiar, alicerçada nos estudos das ciências biológicas também é preliminar à discussão acima exposta. Um exemplo disso é a tese do médico Júlio Pereira Crifr, desenvolvida vinculada à faculdade de medicina e farmácia da Bahia, intitulada “Breves considerações sobre a transmissão de sífilis pelo casamento” no ano de 1893.³¹⁸

Logo na primeira página Crifr abordou o tema estabelecendo um elo com a higiene propriamente social, a qual se pautaria na máxima do saneamento dos costumes, da elevação e otimização física e intelectual das raças. Tal ramo da higiene deveria dedicar-se ao desenvolvimento dos serviços a serem prestados ao país como ferramenta de combate das consequências da sífilis, seus modos de propagação, o exame dos fatores de sua gravidade, os perigos individuais, hereditários e sociais que dela decorrem.³¹⁹

Construiu sua tese em torno das consequências para a prole gerada do casamento entre pessoas portadoras de herança sífilítica e do papel civilizador de sua prevenção.³²⁰ De toda sorte, é possível sustentar que já se fazia presente no ideário médico nacional desde o final do século XIX a execução de ações sociais a fim de ~~se~~ prevenir ~~contra~~ uma eventual propagação de moléstias hereditárias, cujo combate se daria por intermédio de prerrogativas cunhadas por operadores de conhecimento técnico, que ditariam regras em benefício supremo dos interesses nacionais, reluzindo uma falsa impressão de ser um produto da vontade manifesta do povo brasileiro.

No que se refere à expressão “educação eugênica” foi Gustavo Riedel quem, no ano de 1920, exprimiu essa lógica, naquela que possivelmente foi pela primeira vez empregada a expressão. O assunto era tratado mediante outras combinações lexicográficas, como é o caso da tese de doutoramento do médico Luiz Antonio Ferreria Souto dos Santos Lima, no ano de 1927, formado pela Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, escrita sob o título “Higiene mental e educação”.³²¹

³¹⁸ PEREIRA CRIFR, Julio. **Breves considerações sobre a transmissão de sífilis pelo casamento**. 1893. Tese. (Doutorado em Medicina). Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia.

³¹⁹ Ibid., p.1.

³²⁰ Ibid., p. 11.

³²¹ SANTOS LIMA, L.A.F. **Higiene mental e educação**. 1927. Tese (Doutorado em Medicina). Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro.

Nesta tese Santos Lima definiu o que entendia por higiene mental remontando-se a lição de Potet, a qual seria a ciência que tem por fim resguardar os sujeitos das psicopatias, cultivando o equilíbrio da saúde mental dos indivíduos normais, e melhorando a dos predispostos e anormais.³²²

Pontuou que a preocupação com os preceitos da higiene mental não se tratava de uma inovação científica, sendo que perseveraram nestas ideias filósofos, educadores, literatos, teólogos, psiquiatras de todos os tempos, tendo por objeto de estudo o desempenho mental e suas aplicações.³²³

Santos Lima sustentou que o Brasil era uma país de vanguarda neste aspecto, tendo os primeiros trabalhos publicados sobre o assunto em 1906, de autoria de Juliano Moreira e Ernani Lopes. “Graças, porém, à energia realizadora do diretor da Colônia de Aalienados no Eengenho de Dentro, Gustavo Riedel, foi ali criado o primeiro serviço oficial, visando a higiene mental na A América do Sul.”³²⁴

Foi precisamente em 13 de junho de 1920, ocasião em que se inaugurou o ambulatório Rivadavia Correia na periferia da Colônia de psicopatas de Engenho de Dentro, que o corpo psiquiátrico vinculado à instituição deixou transparecer o lugar da centralidade dos ideais eugênicos através de serviços sociais que satisfaziam o tríplice fim preventivo da saúde mental individual perante a especialização técnico-científica desta seara.³²⁵

Ao final de sua tese, concluiu que a educação era um emprego prático da higiene na mesma medida em que a profilaxia mental ocupava a mesma funcionalidade da psicologia experimental. Ainda, defendeu que a importância da higiene mental se dá à proporção em que ela erige o aperfeiçoamento de todos os atributos superiores da espécie humana.³²⁶³²⁷

A tese de Santos Lima perpassava pelos mesmos pontos atravessados por Riedel e sua “educação eugênica”, consistindo em diferentes literaturas sobre a mesma coisa. Foi sob uma

³²² Em seguida dedicou-se em apresentar dois aspectos da higiene mental: “o trabalho defensivo contra os fatores de degeneração física, que constitui o objetivo da profilaxia mental e a adaptação entre a mentalidade individual e o ambiente físico e social, como escopo da higiene mental propriamente dita.” Ibid., p.1.

³²³ SANTOS LIMA, L.A.F. **Higiene mental e educação**. 1927. Tese (Doutorado em Medicina). Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro., p.2.

³²⁴ Ibid., p.7.

³²⁵ Ibid., p.7-8.

³²⁶ Ibid., p. 173.

³²⁷ Sustentou ainda que a realização da higiene Mental, pelo meio escolar deveria ser intentado desde a pré-escolaridade e que deveriam se fundar escolas brasileiras com a instituição da cruz branca, tendo como sustentáculo seus quatro braços, quais sejam: que fosse ministrada a educação sexual, somada ao ensino de anti-alcoolismo, ensino de anti-tabagismo e também que se promovesse uma campanha moral contra o jogo. Ibid., p. 175.

intenção semelhante e sob diferentes vocábulos que tal ideário se realizava no debate médico brasileiro.

Tal ideal eugênico fora introduzido por um propósito reformista e saneador de uma pátria em formação, inspirado por um cientificismo operacionalizado sob o manto de argumentos mecanicistas, em que, o indivíduo, constituído perante o olhar científico como unidade de valor, como peça de produção econômica, percebido menos em sua subjetividade, sofriam técnicas articuladas por médicos eugenistas que os objetificavam enquanto elementos peças de uma engrenagem que, em seu conjunto, formavam ~~dores da~~ raça brasileira, e de uma nação em crescimento econômico.

~~afirmava que os dispensários psiquiátricos e seus serviços sociais, que atuavam como suplemento às instituições dedicadas a cuidar da saúde mental dos pacientes, atuavam como órgão de ação prática, aplicando os ditames da cultura eugênica, funcionando como órgão profilático, “criando pela educação novos hábitos no ambiente social e na família, realiza, por certo, obra de medicina preventiva e pois de eugénica contra a degeneração humana.”³²⁸~~

~~Alfredo Neves era um dos principais psiquiatras envolvidos no projeto de instituição do serviço das visitadoras sociais. Ao proclamar que se tratava de uma feliz iniciativa promovida pela Colônia de Psicopatas de Engenho de Dentro, apontou para o reconhecimento governamental de tal ação, tendo em vista que o titular da pasta da justiça e negócios interiores pessoalmente presidiu a solenidade de entrega dos diplomas à primeira turma de enfermeiras visitadoras.³²⁹~~

~~Neves sustentou que as visitadoras sociais seriam fundamentais para a obra de aperfeiçoamento da nacionalidade brasileira, contribuindo para que o caldeamento das raças que constituíam o tipo nacional ocorresse simultaneamente a formação física e mental saudável do povo.³³⁰~~

~~coibir a circulação de heredo-psicopatas aptos a conceberem prole no meio social, legalizando a retenção dos doentes em manicômios~~

~~criando pela educação novos hábitos no ambiente social e na família, realiza, por certo, obra de medicina preventiva e pois de eugénica contra a degeneração humana
defesa da própria saúde mental~~

³²⁸ Id.

³²⁹ p.63-3 “as visitadoras sociais: o seu preparo e sua missão na collectividade” Alfredo Neves.

³³⁰ Ibid., p. 69-70.

1.4 Enquetes do periódico “O Globo”: ações de eugenia em disputa no meio social

1.4.1 Campanha pela implementação do exame pré-nupcial. Devem ser esterilizados enfermos incuráveis?

Neste subcapítulo, será tratado, especificamente, dos registros plasmados no periódico “O Globo”³³¹, jornal de circulação da cidade do Rio de Janeiro, que teria realizado um inquérito com especialistas da área médica sobre a esterilização de degenerados no Brasil. Sob esta perspectiva, o inquérito passa pelo escrutínio da análise procedida no intuito de realizar os objetivos da pesquisa apresentada.

Em 29 de julho de 1925, Irineu Marinho lançou o segundo jornal de sua carreira, o periódico “O Globo”³³². O jornal prometia se dedicar a defesa das causas populares, sendo desvinculado de afinidades e facciosismos governamentais, como também de setores empresariais, formulando seus temas de forma neutra, de acordo com o estampado nas páginas de sua primeira edição.³³³

O periódico, como instrumento das causas de interesse coletivo, em seu movimento não apenas observador, como também participante, fazia de seu meio de comunicação não um caldeamento de informações com mera replicação dos fatos, mas, ao contrário, a ação do jornal adquiriu robustez e vigor através da mobilização de campanhas cuja intenção era a de provocar abalo nos horizontes políticos do país.³³⁴

³³¹ **O Globo** é um jornal que fora fundado em 29 de julho de 1925 no Rio de Janeiro, com sede Rua Bettencourt da Silva, no Largo da Carioca. Teve como fundador Irineu Marinho, com duas edições diárias. “Desde o lançamento, O Globo se caracteriza por ser um jornal essencialmente noticioso e voltado para a prestação de serviços.” Disponível em: << <http://historiagrupoglobo.globo.com/hgg/index.htm>>> Acesso em: 28/12/2016.

³³² Irineu Marinho após experiência na carreira jornalística, lançou o jornal “A noite”. Para um panorama completo sobre o assunto, consultar a página da memória do jornal “O Globo”. Disponível em: < <http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/primeiras-paginas/sonho-drama-8893504>> Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

³³³ **O Globo**. Rio de Janeiro, Ano I, n.1, p.2. de 29 jul. 1925.

³³⁴ Na década de 1920 houve a campanha antialcoólica e a do exame pré-nupcial, como exemplo. Sustenta-se esta informação acerca das intenções das campanhas com base nos textos dos redatores que principiavam a publicação das entrevistas, dedicados às melhorias da raça e progresso da nação.

No segundo ano de sua editoração, colocou-se em marcha uma campanha sobre a instituição de uma lei sobre o exame pré-nupcial. Esta consistiu na realização de uma compilação de entrevistas com depoimentos de médicos e políticos, conferindo argumentos de autoridade para um ponto controvertido que repousava em distintos círculos intelectuais, qual seja: a instituição prática dos métodos da eugenia e seus preceitos de aprimoramento humano. Vale pontuar que esta não foi a primeira campanha promovida pelo periódico, há menções sobre uma campanha antialcoólica³³⁵, um tema bastante dinamizado à época, notadamente pela atuação dos médicos psiquiatras.

O dia 23 de fevereiro de 1926 fora iniciado com a primeira página da publicação do jornal “O Globo” estampando o início de uma campanha pelo “bem da raça e da humanidade”, acompanhada com as seguintes frases de efeito, grafadas em formatação diferenciada: “combatamos os flagelos da humanidade”; “a <sem razão> do amor não escusa o sacrifício da prole”.³³⁶

A matéria fora intitulada “os efeitos do exame pré-nupcial e a imperiosa necessidade dessa medida”, e teve como primeiro participante Afrânio Peixoto, o qual teve a incumbência de responder a pergunta: “Quais os efeitos e utilidade do exame pré-nupcial?”.³³⁷

Júlio Afrânio Peixoto, afirmou, de saída, que a diligência promovida pelo jornal se tratava de medida de defesa da saúde e da raça. Para ele, não só a sífilis e a tuberculose eram os males que operavam em desserviço da prole e dos cônjuges, como também as consequências do flagelo do alcoolismo, apontando-os como fatores de justificação sobre o intuito do jornal em encetar tal empreitada a favor do exame pré-nupcial.³³⁸

E, coerente com essa posição, passou a falar a partir de seu livro “medicina legal”, que na ocasião se encontrava na quarta edição. Nele, Peixoto equiparou o crime de infecção como tantos outros do Código Penal, e suas considerações seguiram o próprio estilo desta codificação, pois, se há previsão de se punir quem tenta ou visa agir contra a vida e saúde de outrem através de golpes, vias de fato, armas de fogo, venenos, por que não trazer previsão legal para punir a transmissão de infecções?³³⁹

³³⁵ Não pesquisamos matérias sobre este assunto, porém há menções sobre a execução desta campanha nos fragmentos atinentes à implementação legislativa do exame pré-nupcial.

³³⁶ PEIXOTO, Afrânio. Os efeitos do exame pre-nupcial e a imperiosa necessidade dessa medida. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano II, n. 209, p.1, 23 de fevereiro de 1926.

³³⁷ Id.

³³⁸ Id.

³³⁹ Id.

As marcas da expectativa pela criação de uma nação pela função diretiva do Estado emergem quando Peixoto realizou um paralelo em que apontou que sem indivíduos não há sociedade, e que as legislações voltadas a proteger os primeiros, logicamente protegerão a segunda, atingindo, então, o aspecto social em relação as gerações vindouras, e assim conclui: “é a salvação da raça pelo saneamento do amor e da família esse exame pré-nupcial.”³⁴⁰

Por fim, sugeriu que a implementação de tal medida ocorresse a partir de uma lei especial, que se acrescentasse ao Código Civil, incorporando-se ao seu conteúdo.³⁴¹ Foram nestes termos que se iniciou a cruzada do periódico “O Globo”, que seguiu com força, como se depreende da quantidade de depoimentos colhidos pelos meses subsequentes do ano de 1926.

A segunda matéria foi publicada dias depois, com as lições de Fernando Terra, estudioso dedicado a sífilis.³⁴² Este aproximou-se de Peixoto no que tange a punição da transmissibilidade de doenças entre cônjuges. Tecendo elogios sobre o trabalho da imprensa acerca da profilaxia pré-nupcial, o médico não tardou para sustentar a imposição do delito de contágio. Terra pareceu lapidar que enquanto vivenciassem dita situação de impunidade, tal problemática estaria estagnada.³⁴³

O depoimento de Terra apoiava-se na necessidade de despertar a consciência dos cônjuges sobre a falta de cuidado com a saúde de seu companheiro, ação que importaria em benefício da raça. Assim, o estudo de Terra introduz que não bastava tornar obrigatória a execução do exame pré-nupcial, a responsabilidade quanto a figura do próximo afloraria tão somente mediante a previsão de punição.³⁴⁴

A sustentação de Afrânio Peixoto e Fernando Terra, em que pese abordarem assuntos normalmente tratados por seus contemporâneos como pertencentes ao campo da eugenia, estes não fizeram uso do termo de forma explícita, inserindo tais pontos nos campos do saneamento e da profilaxia social.

³⁴⁰ PEIXOTO, Afrânio. Os efeitos do exame pre-nupcial e a imperiosa necessidade dessa medida. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano II, n. 209, p.1, 23 de fevereiro de 1926.

³⁴¹ Id.

³⁴² TERRA, Fernando. As campanhas do <O Globo> em prol da nossa raça e da nossa humanidade: vários aspectos de um só problema social de prophylaxia. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano II, n. 211., p.1, 25 fev. 1926.

³⁴³ Id.

³⁴⁴ Id.

Continuando o estudo das entrevistas, o texto de Renato Kehl se destaca por conta da singularidade de seu escrito, pois o radicalismo de suas ideias criou um marco divisório na história da eugenia no Brasil, tendo seu trabalho influenciado o de tantos outros.³⁴⁵

Em coluna intitulada “as grandes campanhas de < O Globo>”, com matéria epigrafada sob a frase “civilizando o amor para garantia dos lares e regeneração e defesa da nacionalidade: o exame pré-nupcial e o seu valor eugênico”³⁴⁶, Kehl demonstrou sua preocupação com a ação e prática social do que cerrava em seus trabalhos teóricos.

Seu esforço ininterrupto pela expansão da eugenia no Brasil era notório. Para ele, não deveriam mais debater quais as vantagens da implementação de uma lei que tornasse compulsória a execução do exame pré-nupcial, tendo em vista o caráter evidente desta. Mais do que isso, Kehl argumentava que era motivo de estranhamento que “uma medida de fins tão elevados e positivos, medida esta de ultra-profilaxia racial, ainda não esteja transformada em lei e regulamentada [...]”.³⁴⁷

Um dos argumentos levantados por muitos em contrariedade à implementação de tal diploma legal seria no que toca a obstaculização da execução de tal exame. Quando arguido sobre, Kehl respondeu: “dificuldades existem para muitas leis; não obstante, todos os dias são sancionadas e regulamentadas, e aí estão, para serem executadas, burladas ou viciadas.”³⁴⁸

A constância do pensamento de Kehl não permitia dúvidas sobre seus objetivos. Argumentou que no dia em que saísse do papel a exigência da apresentação do exame pré-nupcial, tal deveria ser celebrado como um dos dias mais importantes da história nação, seria o “dia da raça”.³⁴⁹

O exame pré-nupcial, medida de grande valor eugênico, festejaria a garantia dos lares, funcionando como efetiva ferramenta de regeneração e de defesa da nacionalidade, que em seu tempo, de acordo com sua perspectiva, pois as proles ilustravam-se raquíticas e enfezadas em decorrência dos casamentos, frutos da união de tarados e doentes, ou entre consanguíneos. Se este cenário já não fosse negativo o suficiente, Kehl apontava para a degeneração causada

³⁴⁵ O trabalho de Renato Kehl será muitas vezes mencionado ao longo desta dissertação, valendo pontuar que foi o pioneiro da institucionalização da eugenia no Brasil, ao passo que fundou a sociedade eugênica de São Paulo e dedicou sua carreira aos estudos acerca da temática.

³⁴⁶ KEHL, Renato. Civilizando o amor para garantia dos lares e regeneração e defesa da nacionalidade: o exame pré-nupcial e o seu valor eugênico. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano II, n.216, p.1, 2 de março de 1926.

³⁴⁷ Id.

³⁴⁸ Id.

³⁴⁹ Id.

pelas endemias e pela imigração, que era outro fator que se somava à complicação da fixação da etnia brasileira.³⁵⁰³⁵¹

A entrevista seguinte era de autoria do médico Dr. Mario Kroeff. Um ponto de seu discurso que o diferencia dos demais é que este sustentou sua opinião com base em dados estatísticos. Em decorrência de sua experiência profissional em um dispensário antivenéreo, relatou que muitas mulheres que buscavam tratamento eram recém-casadas e haviam sofrido o contágio da sífilis. Ainda, trouxe que os índices de mortalidade infantil de mulheres que engravidavam e estavam acometidas por tal moléstia superavam as marcas dos 80%.³⁵²

Kroeff imputava a responsabilidade sobre tais números a inconsciência do povo. Após demonstrar através de números a periculosidade destas doenças, explicou que a razão do número elevado de infecções entre as mulheres recém-casadas ocorria devido ao desconhecimento. Dessa forma, pugnava pela obrigatoriedade de tratamento aos afetados com doenças venéreas, a previsão de punição pelo crime de contaminação e a compulsoriedade do exame pré-nupcial.³⁵³

Seguindo com a campanha, a postura do médico obstetra Fernando Augusto Ribeiro de Magalhães indica, desde logo, um inconformismo perante o assunto da implementação do exame pré-nupcial. Destacado pelo próprio jornal como homem de convicções polêmicas, para ele, o exame pré-nupcial exigido em lei seria um corolário de defesa e de conservação social.³⁵⁴

Magalhães era um médico que se considerava de opiniões radicais, segundo suas próprias palavras, no assunto concernente à “defesa da raça sou extremista e defendo as medidas aparentemente mais violentas quanto ao casamento entre alcoólicos, sífilíticos, etc. e sustento até a castração de loucos”.³⁵⁵

O médico Fernando Magalhães não mencionou o vocábulo eugenia explicitamente, mas a concepção se faz presente, ainda que de forma velada, como se verifica nas seguintes linhas: “Assim como a lei regula as condições civis da união entre os sexos [...] deveras

³⁵⁰ Id.

³⁵¹ Kehl complementou que: “o globo deve, pois, perseverar nessa campanha bemérita, uma das mais eficientes para a beleza e robustez futura da nacionalidade e, conseqüentemente, para o progresso de nosso paíz.”.Id.

³⁵² KROEFF, Mário. Os exames pré-nupciais e os actos triste inconsciência: são impressionantes os elementos da estatística de males venereos. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano II, n. 219, p.1, 5 mar. 1926.

³⁵³ Id.

³⁵⁴ MAGALHÃES, Fernando. Devemos instituir ao lado do exame pré-nupcial um curso especial de hygiene. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano II, n. 220, p.1, 6 de mar de 1926.

³⁵⁵ Id.

também exigir uns tantos requisitos relativos à saúde, afim de que a sociedade se pudesse desenvolver e aperfeiçoar pelo aparecimento do maior número de produtos sãos.”³⁵⁶

O médico fixou, de maneira clara, seu próprio posicionamento: mais do que sustentar opiniões consideradas, por alguns, de aplicação extrema, o enfoque, passando do caráter geral da temática para um mais singular, deveria ser o fomento da educação sexual. Para que os objetivos do exame pré-nupcial sejam atendidos, a instrução social é indispensável.³⁵⁷

Somando-se ao quadro da ignorância infiltrada entre membros do organismo social, Magalhães sustentou que muitos males se propagavam pela falta de uma legislação penal com a prescrição do crime de contágio. Ou seja, como instrumentos de defesa social, este médico acreditava no conjunto de medidas que criminalizassem a transmissão de doenças, a imposição do exame pré-nupcial e em investimentos em educação sexual.³⁵⁸³⁵⁹

Benjamin Antonio da Rocha Faria foi o próximo entrevistado. Apesar do seu discurso não compartilhar da mesma acidez que o de Magalhães, ambos comungavam sobre a importância da educação higiênica e sexual como melhor caminho para um projeto por vir. Rocha Faria bem registrou que a execução da educação higiênica se daria “pela propaganda incessante desde a escola ao segundo grau, e pela legislação especial ‘ad hoc’ muita refletida e prudente, persistente e regular”.³⁶⁰

Encontrou abrigo nas palavras deste médico, também, o proceder delicado para que os jovens se atraíssem ao exame, momento em que invocariam os benefícios de tal medida, mobilizando forças não para punir, mas sugestioná-los e convencê-los ao exame pré-nupcial.³⁶¹

A análise de Carlos Pinto Siedl fornece informações contra a lógica estabelecida até então, destoando do tom unísono até agora estabelecido nos meandros editoriais do periódico

³⁵⁶ Id.

³⁵⁷ Id.

³⁵⁸ Quanto a educação sexual, Magalhães acreditava que a mesma não se desenvolvia, muitas vezes, por inocência ou por ignorância. Para ele, “o que é científico no seu alcance não pode ser imoral nem condenável.” Id.

³⁵⁹ Magalhães sustentou sua opinião da seguinte forma: “[...] existe ou não existe defesa social. O que não se pode é compreendê-la dentro de um individualismo prejudicial à coletividade e ao futuro do país. Se o Estado é chamado para defender a comunhão, tem o dever de intervir sob o ponto de vista sanitário na questão do casamento, sob pena de facilitar com sua indiferença a degeneração da raça, e dificultar, conseqüentemente, o engrandecimento do país em todos os aspectos.” Id.

³⁶⁰ ROCHA FARIA, Benjamin Antonio. Um problema ameaçador e urgente: a felicidade é impossível ao casal doente. *O Globo*. Rio de Janeiro, ano II, n. 225, p.1, 11 mar. 1926.

³⁶¹ Id.

“O Globo”, tecendo um texto crítico, foi o primeiro a manifestar hesitação quanto a infalibilidade de tal diploma legal.³⁶²

Siedl, em meio à sua exposição, deixou as claras seu descrédito quanto a solução salvadora de casamentos higiênicos e normais se estes dependessem da eficácia do exame pré-nupcial, repousando o fato de que o instinto sexual humano seria mais forte que as normas, conduzindo ao descrédito de tal benemérita exigência, concordando, contudo, com a instituição da mesma em nível teórico. Em outras palavras, o exame seria uma louvável exigência em defesa da raça e encerrá-lo em um diploma normativo, em nível teórico, seria amplamente desejável para o bem social. Entretanto, tal lei seria, desde a manjedoura, letra morta.³⁶³

A eficácia da instituição desta medida não repousaria apenas no problema do instinto sexual humano em burlar tal regramento, a problemática repousava ainda na possibilidade de fraudes pelos próprios profissionais de medicina, em fornecer o exame como moeda de barganha sobre um benefício qualquer. Ainda, o médico declarou-se a favor da criminalização do crime de contágio, somando coro aos argumentos aqui sustentados.³⁶⁴

De modo semelhante ao entrevistado anterior, Flamínio Fávero³⁶⁵, provocou o acirramento das contradições hipotéticas que poderiam se gerar com a promulgação da lei de exame pré-nupcial. Extraindo consequências que alçam ao nível das anteriormente discutidas por seus colegas de profissão, tais como os obstáculos da exequibilidade dos preceitos legais, Fávero também operava seu raciocínio com descrédito quanto a ação de alguns médicos que expediam exames falsos em troca de benefícios.

Embora Fávero fosse partidário acerca da instituição de tal diploma legal, apontando algumas medidas que poderiam ser tomadas pelo Estado em combate a expedição de exames falsos, como a atuação de médicos junto aos cartórios civis, para a supressão de tais atos que trabalhavam em desfavor da nação.³⁶⁶³⁶⁷

³⁶² SEIDL, Carlos Pinto. Encarando o duplo aspecto-teórico e prático da questão do exame pré-nupcial. O Globo, Rio de Janeiro, ano II, n. 230, p.1, 16 de março de 1926.

³⁶³ Id.

³⁶⁴ SEIDL, Carlos Pinto. Encarando o duplo aspecto-teórico e prático da questão do exame pré-nupcial. O Globo, Rio de Janeiro, ano II, n. 230, p.1, 16 de março de 1926.

³⁶⁵ FAVERO, Flamínio. Num confronto rigoroso, as vantagens do exame pré-nupcial compensariam, e com grande saldo, quaisquer inconvenientes. O Globo, Rio de Janeiro, ano II, nº 244, p.1, 30 mar. de 1926.

³⁶⁶ Id.

³⁶⁷ Fávero suscitou um conflito que poderia se gerar de tal situação, qual seja, a do sigilo médico. Não prevendo, ainda, uma solução para tal problema, sugeriu que seus colegas de profissão orientassem seus pacientes com as máximas da higiene e tratamento de doenças para si e sua prole. Id.

Waldemar Berardinelli³⁶⁸ lançou critérios para a abordagem dos processos de propaganda em torno do problema. Embora também fosse partidário da compulsoriedade do exame pré-nupcial, este sustentava posição mais realista, vislumbrando alguns fatores para que o mesmo não fosse cumprido, como o fato dos sentimentos humanos apenas se submeterem a leis naturais.³⁶⁹³⁷⁰

No plano das entrevistas é possível constatar que, talvez, a postura deste médico não fosse derivada de falso otimismo, pois para ele esta questão deveria ser resolvida nos bastidores, no interior dos próprios indivíduos. Em face deste impasse, Berardinelli sugeriu que antes de se pensar em positivar tal preceito, que este deveria aflorar como uma lei natural, que fosse constituída através de modificações no contexto social e histórico, externamente ao campo da legalidade formal, mobilizados, principalmente, pela educação da população.³⁷¹

Menos embarcado nas posições que depositavam a esperança de transformação social a cargo dos instrumentos legislativos, Berardinelli apostava na ação da educação e propaganda, por intermédio de “todos os meios: imprensa, literatura, palestras, conferências, cinematografia, radio-telefonía, etc”. Seu propósito residia no fato de que não se fizesse necessário tal regramento social, assim como tantos outros direitos não precisam de uma lei para existir.³⁷²

Américo Valério toma como mesmo ponto de partida o que fora defendido por Flamínio Fávero quanto ao problema do sigilo médico. O risco para a coletividade superaria a preservação da individualidade de um paciente contaminado em vias de contrair núpcias. Seu discurso foi entrecortado em dois diferentes momentos. O primeiro é quando afirmou que esta quebra de sigilo profissional não era uma violência contra a liberdade do paciente, sendo que toda a coletividade deveria colaborar com a grande obra de redenção humana, “sagrada obra de higiene social”.³⁷³

Américo arguiu que o exame pré-nupcial seria medida de reabilitação mental, física e moral da espécie humana, ficando o desenrolar das núpcias umbilicalmente imbrincado com

³⁶⁸ BERARDINELLI, Waldemar. O exame pré-nupcial e os factos do coração: como se preparar o terreno para tão grande conquista. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano II, n. 256, p.1, 12 de abril de 1926.

³⁶⁹ “Fatos de sentimentos só obedecem as leis naturais: não há lei positiva que os possa reger”. Id.

³⁷⁰ Id.

³⁷¹ BERARDINELLI, Waldemar. O exame pré-nupcial e os factos do coração: como se preparar o terreno para tão grande conquista. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano II, n. 256, p.1, 12 de abril de 1926.

³⁷² Id.

³⁷³ AMÉRICO, Valério. Urge amparar o gênero humano! A herança pathologica e as deformações congenitas. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano II, n. 314, p.1-2, 9 de junho de 1926.

exame pré-nupcial realizado de forma rigorosa, apontando o que, na prática “se evitará a decadência da espécie. Só assim a eugenia poderá florescer e triunfar.”³⁷⁴

O segundo envolve a posição de Magalhães: a esterilização de anormais. Segundo ele, a seleção deveria se impor, sendo que a vida seria apenas dos mais aptos e mais fortes. Nas palavras de Américo: “ o exame pré-nupcial criterioso, a terapêutica médica ou cirúrgica apropriada – e a cirurgia hoje está no apogeu – a esterilização dos anormais, reconduzirão a espécie humana ao seu padrão normal”.³⁷⁵

Após a entrevista de Américo, a campanha se estagnou. O periódico reavivou sua campanha em torno do exame pré-nupcial apenas no ano seguinte, em 1927. A voz que rompeu o silêncio foi a do médico Ernani Lopes, que na ocasião presidia a Liga Brasileira de Higiene Mental.³⁷⁶

O tom geral de seu discurso incorporou explicitamente a concepção de eugenia, vislumbrando a prevenção de psicoses e fatores que degeneravam a raça brasileira, no sentido de que era melhor prevenir do que remediar. Pleiteando a ação político-legislativa para o tema, ao dialogar sobre os empecilhos à implementação de tal medida, qual seja, a crescente ilicitude de uniões, Lopes entendeu que os mesmos não eram suficientes para descartar tal labor legislativo.³⁷⁷³⁷⁸³⁷⁹

No dia 14 de outubro de 1927 fora noticiado que a proposta do exame pré-nupcial seria analisada pela Comissão de Saúde Pública da Câmara Federal, medida de autoria do deputado Amaury de Medeiros. A esperança de amparo legislativo em prol da raça e futuro do país parecia inaugurar um novo horizonte de expectativas no ambiente político. No texto consagrou-se que Medeiros alegava motivos imperiosos para a inaplicabilidade compulsória do exame pré-nupcial à época, mas que este deveria ser feito se um dos nubentes assim o exigisse.³⁸⁰

³⁷⁴ Id.

³⁷⁵ Id.

³⁷⁶ LOPES, Ernani. Pela defesa da raça e da sociedade: o exame pré-nupcial na tela dos debates da Liga Brasileira de Higiene Mental. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano III, n. 248, p.1, 12 de maio de 1927.

³⁷⁷ LOPES, Ernani. Pela defesa da raça e da sociedade: o exame pré-nupcial na tela dos debates da Liga Brasileira de Higiene Mental. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano III, n. 248, p.1, 12 de maio de 1927.

³⁷⁸ Em meio a sua justificação, fez uso das expressões “princípios eugenéticos”, “motivos eugenéticos”, “ideal da eugenia”. Id.

³⁷⁹ Outro fator frequentemente levantado pelos que eram contra a instituição de tal exame, era no que tangia o constrangimento do sexo feminino. Para este problema, Lopes chegou a solucionar que o exame pré-nupcial no Brasil fosse executado aos mesmos moldes do que ocorria em Louisiana, qual seja: compulsoriedade voltada apenas ao sexo masculino. Id.

³⁸⁰ UMA DAS grandes campanhas do Globo que vae ser estudada na Camara dos Deputados. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano III, n. 303, p.1, 14 out. 1927.

Poucos dias após a vinculação da notícia nas páginas do jornal, seus editores convidaram o responsável pela inclusão de tal proposta legal na pauta da Câmara dos Deputados. O Doutor Amaury de Medeiros, que além de político, era médico, explicou o tema central do projeto de lei que colocou na ordem do debate político nacional, estabelecendo que o exame pré-nupcial se tratava de medida bem fundamentada cientificamente, constituindo a plataforma para atingir os interesses do indivíduo e da raça, e admirava que tal medida ainda não estivesse encerrada em uma legislação.³⁸¹³⁸²

Medeiros entedia como perigosa a instituição de uma lei que tornasse compulsório o exame pré-nupcial em termos nacionais, tendo em vista a escassez de profissionais qualificados por todo o território brasileiro. Como solução, propôs um exame pré-nupcial facultativo, que deveria ser realizado a pedido de uma das partes contraentes do compromisso matrimonial. Em suas palavras: “uma lei radical, portanto, agora, estaria fadada ao insucesso, não poderia ser cumprida e propô-la seria contribuir para a desmoralização das leis [...]”³⁸³

Na data de 8 de novembro do mesmo ano, o periódico publicou o delineamento do projeto apresentado por Medeiros. À primeira vista, pareceu ser um projeto que desde a manjedoura via-se dotado de fissuras, por exemplo: a lei trazia dispositivo que autorizava a dispensa da apresentação do documento comprobatório de sanidade física e mental em localidades em que não existissem profissionais qualificados para tal empreitada. Ou seja: tratava-se de lei que seria válida para apenas parte do território nacional.³⁸⁴³⁸⁵

Clóvis Beviláqua realizou uma síntese de sua posição sobre o assunto, a qual fora publicada pelo mesmo veículo de informação. O jurista fez um exercício de memória, em que a ideia de um dispositivo estabelecendo o exame pré-nupcial já figurara na legislação civil nacional, sendo que se tratava de medida acauteladora da prosperidade e do vigor da raça, “que é um pestuindo da eugenia”³⁸⁶. Em que pese ser um entusiasta de tal ideia, ao elaborar o

³⁸¹ MEDEIROS, Amaury. O Congresso já se preocupa com a questão do exame pré-nupcial. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano III, n. 813, p.1, 24 de outubro de 1927.

³⁸² “O Globo tem brado d’armas quando se trata de exame pré-nupcial. Agitou de uma maneira muito interessante o problema, ouviu as vozes mais autorizadas. Prestou um serviço relevante à grande causa”. Id.

³⁸³ MEDEIROS, Amaury. O Congresso já se preocupa com a questão do exame pré-nupcial. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano III, n. 813, p.1, 24 de outubro de 1927.

³⁸⁴ SERÁ, ENFIM, uma realidade o exame pré-nupcial no Brasil. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano II, n. 828, p.1, 8 de novembro de 1927.

³⁸⁵ O projeto trazia previsões sobre seu caráter facultativo, entretanto estabelecia a possibilidade de seu caráter obrigatório em caso de denúncia por pessoa idônea. O prazo para apresentação dos atestados teria o prazo máximo de 5 dias antecedentes ao matrimônio. Ainda, trazia a previsão de algumas moléstias que importavam à obstaculização das uniões, como a sífilis e lepra, como exemplo. Id.

³⁸⁶ BEVILÁQUA, Clovis. O exame pré-nupcial medida victoriosa? **O Globo**. Rio de Janeiro, ano III, n.838, p.1, 18 nov. 1927.

código civil de 1916, nas palavras do editor: “sua cultura liberal não se animasse ao ir ao extremo da adoção do exame pré-nupcial.”³⁸⁷³⁸⁸

Vale pontuar que os cuidados pela sanidade da constituição familiar fora prevista no anteprojeto da Constituição de 1933-1934³⁸⁹, e fora positivada com a seguinte redação, conforme consta no artigo 145: “a lei regulará a apresentação pelos nubentes de provas de sanidade física e mental, tendo em atenção as condições regionais do País.”³⁹⁰

O estudo dos debates constituintes foram detidamente analisados e constam em tópico próprio deste trabalho. No entanto, o projeto de alteração da vida social intentadas, não apenas, mas em sua maior parte, pela comunidade médica brasileira, não atingiram o texto constitucional como estes vislumbravam.

O deputado federal Adolpho Eugenio Soares Filho, membro do partido republicano e eleito pelo estado do Maranhão nas eleições realizadas em maio de 1933, delineou um projeto substituto ao capítulo do anteprojeto que se referia à família, que trazia a previsão da compulsoriedade da apresentação do atestado de sanidade aos noivos.³⁹¹

Entretanto, como resultado das contradições internas geradas na assembleia constituinte, acentuados em sua maior parte pela preocupação de juristas na ilicitude dos enlaces matrimoniais que deste dispositivo poderiam decorrer, o texto do artigo 145 foi fruto do confronto de concepções, que encontrou uma solução mais branda, mais rasteira, no conflito sobre os modos de salvaguardar a família e sua prole: retirou-lhe a compulsoriedade e deixou a cargo de uma lei infraconstitucional a responsabilidade de execução deste projeto.

Acrescente-se a esses pontos a observação que Oscar Penna Fontenelle realizou em entrevista ao periódico “O Globo”, publicada no dia 28 de maio de 1934 na edição das 17 horas. Sobre o trabalho constituinte, Fontenelle afirmou de forma contundente que os cuidados em matérias de saúde foram relegados ao ostracismo. Construindo seu discurso sob

³⁸⁷ Id.

³⁸⁸ Nos anos subsequentes as matérias sobre o assunto deixaram de ocupar a primeira página, eram apresentadas com teor e frequência reduzidos. Fugiu a esta lógica um fragmento que consolida a inteligência de Oscar Coelho de Souza, que trata das vantagens eugênicas da medida. SOUZA, Oscar Coelho de. Firmando os deveres do Estado em face da defesa sanitária: e defendendo a necessidade urgente da lei do exame pré-nupcial. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano IV, n.1033, p.1, 04 jun. de 1928.

³⁸⁹ O anteprojeto fora redigido da seguinte forma: “Art. 110. Incumbe à União como aos Estados e aos Municípios, nos termos da lei federal: a) velar pela pureza, sanidade e melhoramento da família; [...]” BRASIL. **Anteprojeto da Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1934**, Imprensa Nacional, 1934.

³⁹⁰ BRASIL, Constituição. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil-16 de julho de 1934**. Brasília, DF: Fundação Projeto Rondon-Minter, 1986.

³⁹¹ BRASIL. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte (1933-1934)**. Imprensa Nacional, 1936. Volume X, p. 440.

tônica negativa, forneceu um painel amplo sobre a falta de restrição constitucional aos progenitores tarados e propagadores de moléstias.³⁹²

Um argumento que foge a este raciocínio foi o construído em relação à imigração, denotando olhar otimista a restrição constituinte deste objeto. Sobre a penetração da teoria da eugenia no contexto nacional, Fontenelle deixou as claras que o Brasil deveria seguir o exemplo de países em maior grau de desenvolvimento, adotando medidas eugênicas, tais como: exame pré-nupcial, o delito de contágio e a educação sexual e higiênica.³⁹³

A exposição dos fragmentos jornalísticos acerca do exame pré-nupcial não foi exaustiva. As matérias foram pinçadas, em sua maior parte, delimitadas ao lapso temporal em que a campanha fora promovida pelo jornal “O Globo” e que alcançara seu auge, que se datou nos anos de 1926 e 1927. Entretanto, as matérias sobre o assunto continuaram a ser publicadas dentro do recorte temporal proposto na investigação então em andamento [1920-1934].³⁹⁴

Embora a perspectiva adotada na escolha dos excertos textuais não abranja todo o conteúdo acerca da instituição do exame pré-nupcial – movimento que, isoladamente, consistiria em novo debate acadêmico – das entrelinhas de tais discursos se depreende que estes brotaram em meio a um novo diapasão sócio-político, em que as preocupações estritamente científicas se entrecruzavam com os interesses atinentes de cada esfera social.

Numa palavra, ponderando a análise do papel dos jornais em seu contexto histórico, alcança-se a característica essencial desta tarefa, que é a de extrair particularidades, traços, destes documentos como componentes de uma realidade localizada no tempo.

“O Globo” proporcionou grande visibilidade a questão, e mediante a escolha de especialistas notoriamente reconhecidos em suas áreas de atuação, a ciência pareceu marcar as linhas desta arregimentação dos quadros sociais, ao semear, no terreno em que se daria tal reviravolta sanitária, os elementos de combate aos fatores disgênicos, prejudiciais à raça brasileira.

Renato Kehl³⁹⁵, eugenista declarado, com vasta bibliografia no assunto, em sua obra “Sexo e Civilização”, comentou a realização deste inquérito pelo periódico “O Globo”,

³⁹² FONTENELLE, Oscar. Prossegue a discussão e votação do capítulo referente à família. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano X, n. 3180, p.1, 28 de maio de 1934.

³⁹³ Com estas palavras Fontenelle conclui seu raciocínio: “O descaso dos constituintes, os pontos de vista que adotaram em suas deliberações infunde-nos a entristecedora certeza de que no Brasil ainda por muitos anos a saúde do povo será elemento desprezível aos olhos cegos ou negligentes dos que governam”. Id.

³⁹⁴ Em 1930, por exemplo, o tema do exame pré-nupcial deslizou para a faixa econômica, o autor afirmou que a prole mal formada pela transmissão de moléstias era um peso para a economia nacional, pois não eram fatores produtivos. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano VI, n. 1794, p.5, 14 jul. 1930.

³⁹⁵ A trajetória e obras deste eugenista serão expostas no segundo capítulo deste trabalho.

afirmando que se tratou de medida que concorreu para o fortalecimento da propaganda eugênica no país. Além disso, estabeleceu que a ação do jornal reforçou o trabalho iniciado pelos eugenistas e colaborou para a apresentação do projeto de lei atinente à regulamentação do exame pré-nupcial na Câmara legislativa, pela iniciativa do político Amaury Medeiros.³⁹⁶

Ou seja, em que pese o periódico “O Globo” não ser um dos periódicos de maior circulação da época em análise, sua contribuição como veículo que operava em prol das causas de interesse coletivo se expressa nas ações que fomentavam não apenas o debate político-social entre os personagens que almejavam alterar os horizontes políticos do país, como também acabou por contribuir para o desencadeamento da proposta da legislação almejada pelos eugenistas, e obteve o reconhecimento dos mesmos.

Do debate que teve início dentre os médicos e se tornou objeto de uma campanha da imprensa, extrai-se a amplitude da atuação que a eugenia teve no meio social nacional. A educação colocada lado a lado com a propaganda, parece estimular um senso de obrigação natural no entendimento dos indivíduos, uma responsabilidade perante a formação da raça.

Mais do que isso, a soma proveniente da união de forças entre os médicos e a propaganda da imprensa demonstram o desejo pela instituição de uma lei natural³⁹⁷, pela existência de um direito anterior à sua positivação, que estivesse presente nas práticas discursivas e na mentalidade das pessoas. Neste caminho, o fazer história do direito com auxílio das fontes jornalísticas corrobora para impedir a concepção teleológica do direito, ou seja, como se um dado direito fosse um resultado natural, inevitável.

1.4.1 Devem ser esterilizados enfermos incuráveis?

O periódico “O Globo” mobilizou outra campanha atinente ao tema em comento, ilustrando, mais uma vez, ser um veículo que trabalhava em direção às causas de interesse coletivo. Promovendo o debate político-social, este jornal propagava a voz daqueles atores sociais que almejavam alterar os horizontes políticos do país.

Este inquérito fora estampado nas páginas de suas primeiras edições do ano de 1934 e possuía como epígrafe a seguinte pergunta: "Devem ser esterilizados enfermos incuráveis?". Este fora motivado pela lei alemã sobre a esterilização de degenerados, diploma normativo

³⁹⁶ KEHL, Renato. **Aparas eugenicas: sexo e civilização (novas diretrizes)**. Livraria Francisco Alves de P. de Azevedo & cia., 1933.

³⁹⁷ Conforme se depreende do fragmento de Berardinelli. BERARDINELLI, Waldemar. O exame pré-nupcial e os factos do coração: como se preparar o terreno para tão grande conquista. O Globo. Rio de Janeiro, ano II, n. 256, p.1, 12 de abril de 1926.

que visava a prevenção de proles geneticamente doentes e que adquirira vigência no período da diligência promovida pelo jornal.³⁹⁸

Na edição do dia 02 de janeiro de 1934 o jornal publicou a resposta de Roquette Pinto, no dia seguinte foi a vez de Renato Kehl. O primeiro, médico e antropólogo, publicou diversos [arquivos-textos](#) e participou de congressos em que sempre se posicionou de forma contrária quanto ao assunto. [Por outro lado, Já](#) Kehl era um dos principais militantes da implantação da esterilização eugênica no Brasil, considerando-a como verdadeira ferramenta de vanguarda científica para beneficiamento racial.³⁹⁹

Roquette Pinto iniciou [sua explicação](#) traçando o percurso da aplicação da esterilização eugênica legalizada, encerrando tal fragmento com as seguintes palavras “ [(...)] a eugenia quer “isso” mesmo: aumentar o número de “melhores” e diminuir o número de “piores”. Em seguida, ressaltou que, com exceção dos indivíduos selvagens, ninguém [era](#) portador de herança genérica unilateral, ou seja, os bons e ruins caracteres se manifestam a qualquer tempo, ficando a mera sorte da loteria genética. O antropólogo reiterou que caso fosse admitida tal medida eugênica, a mesma privaria a sociedade de indivíduos geniais, além de ser ferramenta que instrumentalizaria a execução de abusos.⁴⁰⁰

Enquanto a resposta de Roquette Pinto se deu em pequeno fragmento no inferior da primeira página do jornal, a de Renato Kehl era destacada na parte direita superior do caderno jornalístico, ocupando várias colunas.

O redator do [Globo-jornal](#) optou por, em detrimento de considerar Kehl favorável a esterilização de degenerados, em apontá-lo como partidário entusiasta de tal medida. Kehl começou sua réplica ao inquérito remontando ao livro que havia publicado há pouco, intitulado “sexo e civilização”, após sua viagem ao norte do continente europeu.⁴⁰¹

Kehl ~~proclamou que a lei alemã de esterilização de degenerados que entrara em vigor no início de 1934 era judiciosa, e~~ ao ser questionado sobre os critérios de aplicação da esterilização coercitiva, declarou que tanto as leis quanto as práticas de justiça sempre apresentam falhas.⁴⁰²

Após, foi novamente questionado acerca das consequências psicológicas que estariam passíveis os sujeitos submetidos a estas intervenções cirúrgicas. Kehl fez questão de apontar

³⁹⁸ DEVEM SER esterilizados enfermos incuráveis? **O Globo**. Rio de Janeiro, ano X, n. 3040, p.1, 2 jan. 1934.

³⁹⁹ Id.

⁴⁰⁰ DEVEM SER esterilizados enfermos incuráveis? **O Globo**. Rio de Janeiro, ano X, n. 3040, p.1, 2 jan. 1934.

⁴⁰¹ DEVEM SER esterilizados os enfermos incuráveis? **O Globo**. Rio de Janeiro, ano X, n. 3041, p.1, 3 jan. de 1934.

⁴⁰² Id.

que a esterilização seria realizada de forma cuidadosa, sem perigos, e que em nada afetaria os prazeres da vida daqueles submetidos a tal medida.⁴⁰³

A próxima entrevista foi com o médico psiquiatra Oscar Fontenelle. Declarando-se partidário da política sanitária, afirmou que aplaudiria as ações de Hitler caso a diretriz aplicada por este líder se desse no sentido de promover a limitação racional da natalidade, através da esterilização de anormais.⁴⁰⁴

Fontenelle ainda engendrou sua opinião acerca do aspecto moral que envolvia a polêmica, sendo que o ente estatal deveria primar pela qualidade de seus indivíduos em detrimento da quantidade dos mesmos, para engrandecimento da nação. E ditou: “ a história, aliás, nos ensina que o fator biológico decide sempre o destino dos povos. ”⁴⁰⁵

Frisou a respeito da benignidade da operação, tendo em vista que não traria dano a quaisquer dos sexos. Trazendo à tona que a ciência já desvelara os resultados do descuido da higiene do povo, seria imperioso o emprego desse procedimento esterilizador. Este médico acreditava que para a viabilidade de um projeto de aprimoramento racial seria preciso a conjugação de um plano de defesa e aperfeiçoamento étnicos de um lado, e, de outro, que medidas atinentes à eugenia lhe fossem associadas.⁴⁰⁶

Na edição de 5 de janeiro redigiu-se a resposta de Raul Leitão da Cunha, médico que na época fora eleito deputado federal, sendo membro da assembleia constituinte de 1933. Este não apresentou argumentos que tornasse possível polarizar seu posicionamento quanto ao assunto, entretanto comentou a lei alemã de forma crítica, apontando para os malefícios da aplicação imperita do diploma legal e os perigos de apropriar à lógica da reprodução humana os conhecimentos hereditários utilizados em animais, porém admitiu algumas vantagens da esterilização de degenerados cautelosamente praticada.⁴⁰⁷

Na sequência do inquérito, Leonídio Ribeiro, médico especializado em medicina legal⁴⁰⁸, assumiu-se totalmente favorável à legislação alemã que determinava a esterilização

⁴⁰³ Id.

⁴⁰⁴ FONTENELLE, Oscar. Devem ser esterilizados os enfermos incuráveis? **O Globo**. Rio de Janeiro, ano X, n. 3042, p.1, 4 de janeiro de 1934.

⁴⁰⁵ Id.

⁴⁰⁶ Id.

⁴⁰⁷ CUNHA, Raul Leitão da. Devem ser esterilizados os enfermos incuráveis? **O Globo**. Rio de Janeiro, ano x, n. 3043, p.1, 5 jan. de 1934.

⁴⁰⁸ Em suas palavras: o ditador alemão não fez mais do que seguir o exemplo dos EUA que, sem barulho nem alarde, vem aplicando a esterilização dos degenerados e doentes, desde o ano de 1907, quando no estado da Virginia se promulgou a primeira lei nesse sentido, hoje imitada por vinte e três Estados americanos, sendo que só na Califórnia até 1928 haviam sido castrados 5.820 indivíduos". RIBEIRO, Leonídio. Devem ser esterilizados os enfermos incuráveis? **O Globo**. Rio de Janeiro. ano X, n. 3043, p.1, 12 de janeiro de 1934.

de indivíduos em benefício do aperfeiçoamento da raça. A maior parte da sua justificativa se baseou em dados estatísticos, como no fragmento em que conclui que Hitler levantou dados que demonstravam que em seu país havia mais 2.000.000 [~~dois milhões~~] de indesejáveis, como loucos, alienados, epiléticos e surdos-mudos.⁴⁰⁹

Finalizou sua contribuição assinalando as vantagens da implantação de uma legislação semelhante no Brasil, dado o alto índice de doentes e tarados no país. Citou o trabalho de Levi Carneiro, intitulado –“esterilização eugênica dos degenerados” que fora apresentado no primeiro Ceongresso Brasileiro de Eeugenia em 1929, ocasião em que problematizou a importância de uma legislação atinente a ~~de~~ esta matéria e de sua constitucionalidade.⁴¹⁰

Pouco depois, o jornal publicou a participação de Pacheco e Silva, médico psiquiatra e também deputado classista na assembleia constituinte de 1933. Sendo favorável à legislação alemã em comento, em sua justificativa alegou que sua resposta permeou as questões atinentes à execução desta lei, as quais não teriam apenas vantagens ~~não somente de cunho~~ eugênicas, mas também econômicas, apontando que os Estados Unidos gastam 150.000.000 [~~cento e cinquenta~~] milhões de dólares com assistência de débeis mentais e alienados por ano.⁴¹¹

Admitiu Afirmou que a maior parte do corpo científico dedicava mais cuidados as plantas e animais do que que a maioria dos cientistas não viam o porquê não à tratar a raça humana com o mesmo cuidado que dedicavam às plantas e animais. Neste caminho, a instituição da esterilização eugênica no Brasil impediria a procriação de proles inferiores, e consistiria em um dos principais passos para a resolução dos problemas sociais. Pacheco e Silva acreditava que esta era a única forma de reduzir as despesas públicas com asilos e prisões, destinando a verba remanescente para o progresso da nação e bem da coletividade.⁴¹²

E, por fim, na edição publicada no dia 15 de janeiro de 1934, o professor Augusto Paulino contribuiu ao debate ora instalado assumindo posição totalmente antagônica a confecção de uma legislação sobre esterilização de degenerados no Brasil. Sustentou que esta

⁴⁰⁹ Id.

⁴¹⁰ Id.

⁴¹¹ RIBEIRO, Leonídio. Devem ser esterilizados os enfermos incuráveis? **O Globo**. Rio de Janeiro. ano X, n. 3043, p.1, 12 de janeiro de 1934. ~~Devem ser esterilizados os enfermos incuráveis? O Globo. Rio de Janeiro, ano x, n. 3051, p.2, 13 jan. de 1934.~~

⁴¹² Id.

solução preventiva consistia em um ato falho sob enfoque científico, “inconveniente no ponto de vista social e ilícito sob o ponto de vista moral.”⁴¹³

Outros jornais também trataram do assunto. Os editores do periódico “Jornal do Brasil” publicaram a lei alemã na íntegra, ~~acompanhada de palavras de entusiasmo~~, em texto nomeado “Os grandes problemas da eugenia na Alemanha”.⁴¹⁴⁴¹⁵

O fragmento jornalístico ora em análise fora iniciado com as seguintes palavras: “Desde que Hitler subiu ao governo da Alemanha, o mundo tem visto um espetáculo que há muitos séculos não se oferecia aos homens: o de um governo preocupado com as questões de eugenia, aspirando a dar ao povo modelos de saúde e beleza”.⁴¹⁶ Após, o redator historiou a aplicação política da eugenia desde Esparta até atingir o chanceler alemão.⁴¹⁷

Os anseios pela esterilização de degenerados e a invocação deste diploma legal se seguiram nos anos subsequentes. No mesmo jornal, o médico Raul Rocha elaborou um texto explicativo sobre a debilidade mental e o controle desta tara no meio social. Em suas palavras: “Os débeis mentais são geralmente muito prolíficos: sua fecundidade é tão notável quanto lastimável.”⁴¹⁸ ~~(O problema dos deficientes mentais e o futuro da sociedade em face da esterilização eugênica. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano XLVI, n. 153, p.14, 28 jun. de 1936).~~

Afirmou que dentro de um ou dois séculos metade da população brasileira seria constituída por homens semi-inteligentes, e, diante de tal quadro, defendeu a necessidade de despender toda energia necessária da nação em prol da defesa da vida moral, material e da saúde mental da sociedade. “E o remédio para este mal é a solução eugênica pela esterilização. A eugenia toma aqui caráter de uma ciência experimental [...].”⁴¹⁹ ~~(O problema~~

⁴¹³ Id.

⁴¹⁴ OS GRANDES problemas da eugenia na Alemanha. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano XLIV, n. 25, p.15, 30 jan. de 1934.

⁴¹⁵ O jornal “Correio da manhã” também publicou a lei alemã na íntegra, entretanto não proferiram comentários acerca da mesma. A PRÁTICA da Eugenia na Alemanha: O texto integral da lei de esterilização que tanta celeuma levantou e ainda levanta nos vários países do mundo”. **Correio da manhã** Rio de Janeiro, ano XXXIII, n. 12.036. p.1. 23 de fev. de 1934.

⁴¹⁶ O excerto remete-se ao inquérito promovido pelo jornal o Globo: “[...] até mesmo um curioso inquérito já foi feito entre os médicos mais eminentes do Rio, no sentido de se saber o que de fato é a seleção e o que de fato dela se pode esperar.” Id.

⁴¹⁷ OS GRANDES problemas da eugenia na Alemanha. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano XLIV, n. 25, p.15, 30 jan. de 1934.

⁴¹⁸ O PROBLEMA dos deficientes mentais e o futuro da sociedade em face da esterilização eugênica. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano XLVI, n. 153, p.14, 28 jun. de 1936.

⁴¹⁹ Id.

~~dos deficientes mentais e o futuro da sociedade em face da esterilização eugênica. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano XLVI, n. 153, p.14, 28 jun. de 1936).~~

O periódico “Aa noite” publicou uma matéria intitulada “Os benefícios do Estado com a aplicação da lei de esterilização”. Nesta os fundamentos se dão na seara de ordem econômica, apontando os valores gastos por uma família cujo progenitor era débil mental, traçando uma projeção dos gastos que o Estado alemão teria que suportar pelos próximos trinta anos com os membros deste agrupamento social.⁴²⁰ ~~(Os benefícios do Estado com a aplicação da lei de esterilização. **A noite**. Rio de Janeiro, ano XXVI, n. 8.947, p.11, 9 jan. de 1937).~~

À guisa de finalizar a exposição das fontes primárias acerca da lei de esterilização alemã, nos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental também ~~publicaram integralmente~~ consta sua tradução ~~integral~~ desta, sob o título "A Lei alemã de esterilização dos doentes transmissores de taras". ~~No texto que acompanhava Aa tradução~~ fora seguida com , palavras que denotaram o fora enfatizado o prestígio e influência ~~de deste~~ diploma ~~legal alemão,~~ além disso, também momento em que se asseguraram ou que tal documento traria sua ampla repercussão no Brasil. O texto se encerrou e seria posteriormente colocando como proposta a apreciação da lei alemã em meio aos ~~analisado nos~~ próximos volumes ~~dos estes~~ arquivos, no entanto não se encontrou dita continuidade.⁴²¹ ~~(A Lei alemã de esterilização dos doentes transmissores de taras. **Archivos brasileiros de Hygiene Mental**. ano VII, n. 1, p. 54, de 1934).~~

Com estes apontamentos, vislumbra-se a contribuição e riqueza do estudo de um conjunto de fontes periódicas de origens e propósitos variados. Analisando-as detidamente, é possível afirmar que o verbete “eugenia” era difuso não apenas nos mais diversos matizes político-ideológicos, como também era empregado em situações de forma similar no seio heterogêneo de situações.

Das respostas ao inquérito os nomes de Edgard Roquette Pinto, Raul Leitão da Cunha e Augusto Paulino, depreende-se que estes foram os únicos que assumiram posição crítica acerca do conteúdo da lei alemã em tela, os demais lhe eram simpatizantes e até mesmo partidários.

⁴²⁰ OS BENEFÍCIOS do Estado com a aplicação da lei de esterilização. **A noite**. Rio de Janeiro, ano XXVI, n. 8.947, p.11, 9 jan. de 1937.

⁴²¹ A LEI alemã de esterilização dos doentes transmissores de taras. **Archivos Brasileiro de Hygiene Mental**. Rio de Janeiro ano VII, n. 1, p. 54, jan-mar. de 1934.

Os favoráveis à implementação da medida faziam questão de frisar o caráter benéfico da medida, tomando como exemplo, a réplica de Leonídio Ribeiro, a [qual](#) alertou para a especificidade não mutiladora ou punitiva do processo de esterilização, sendo que a mesma apenas seria implementada após exame médico e esgotada as vias de defesa disponíveis.

Numa visão conjunta, pode-se inferir que os que se mostraram positivos ao inquérito acreditavam que a esterilização de degenerados era o que havia de mais sofisticado à luz da ciência. [Os eugenistas - movimento eugênico - se consideravam devotos do que havia de mais moderno nos estudos científicos era considerado de vanguarda](#), sendo o método de efetivação da esterilização visto como refinado, uma técnica salutar, na medida em que não causava danos ao indivíduo.

As vantagens também eram semeadas sob o prisma social, sendo que a elaboração e execução desta lei no território nacional transporiam [as](#) linhas da eugenia, e refletiriam [no](#) campo econômico, engrandecendo a nação e aprimorando a raça brasileira.

E, por fim, insta salientar que a esterilização de degenerados como instrumento de realização eugênica não fora articulada no ideário do corpo intelectual nacional somente com o advento da lei alemã, mas, em momento preliminar, como é possível se comprovar com a tese de autoria do médico Manoel Tavares Neves Filho, realizada em sede da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro intitulada “ Da esterilização de anormais como fator eugênico” em 1921.⁴²²

——— Neste trabalho acadêmico, Neves Filho registrou que no ano de 1920, o médico psiquiatra Gustavo Riedel havia fundado em Engenho de Dentro “um verdadeiro <instituto eugênico> destinado a fazer profilaxia das doenças mentais e nervosas.”⁴²³

——— Construindo sua narrativa como locutor contemporâneo à ascensão do movimento eugênico no Brasil, sustentou que estavam vivenciando um tempo grandioso e progressista no campo das questões atinentes à saúde pública nacional.⁴²⁴

——— Este médico acreditava que as leis de higiene e salubridade, então em vigor em seu tempo, tornavam propício o terreno para a recepção e instituição da esterilização dos anormais como fator eugênico, somando-se ao programa de eficiência prática, que sem demora fora executado no ambiente da incipiente república brasileira.⁴²⁵ Nestes termos, Neves

⁴²² NEVES FILHO, Manoel Tavares. **Da esterilização de anormais como fator eugênico**. 1921. 54 f. Tese. (Doutorado em Medicina). Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

⁴²³ Ibid., p.9.

⁴²⁴ Id.

⁴²⁵ NEVES FILHO, Manoel Tavares. **Da esterilização de anormais como fator eugênico**. 1921. 54 f. Tese. (Doutorado em Medicina). Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. p.21.

Filho proclamou a importância não apenas da aceitação, como também da sujeição aos ideais eugênicos como fator de elevado alcance para o aperfeiçoamento da raça.⁴²⁶

— Sua exposição fora finalizada escorando-se na máxima de que a esterilização dos considerados anormais se traduzia em medida de elevado alcance, tanto para a constituição social quanto para o aperfeiçoamento físico, moral e intelectual da raça. Como tal, seria uma das mais inestimáveis modalidades de realização dos conhecimentos de eugenia.⁴²⁷

Assim, observar o que se veiculava nos jornais da época auxilia na missão de aclarar a confluência entre o mundo da política e a esfera jurídica, desvelando a ação provocada por seus próprios agentes, qual seja: a de construção de um tempo histórico próprio. Explica-se melhor: a intromissão de profissionais da área médica em um projeto de salvação nacional, primeiramente, fomentou o movimento de ressignificação do termo “eugenia”.

Até meados da década de 1920 a eugenia era entendida menos como um processo de prevenção e saneamento, sendo usada na maior parte dos casos como ferramenta de um racismo científico, verdadeiro instrumento de segmentação social em um projeto de branqueamento da raça.

Em 1922 com a criação da [Liga Brasileira de Higiene Mental](#), decorrente da união de médicos psiquiatras envolvidos em um projeto de saneamento social, o conceito de eugenia foi se ressignificando, e não apenas isso, ele foi mudando a história social em que era inserido.

A eugenia no Brasil como instrumento de branqueamento social tornou-se reminiscência histórica, ~~seu conceito tendo sido despojado desta~~ [esta faceta de seu conceito foi cada vez mais perdendo sua força em benefício de novos significados, as quais permitiram](#) ~~que nele~~ confluíssem todas as esperanças e expectativas de mudanças de ordem social que explicam os anos que se seguiram entre 1920 e 1934.

Ou seja, o movimento psiquiátrico ao dinamizar o vocábulo “eugenia” instaurou um novo horizonte de [expectativas](#) ~~riências~~, um futuro contingente cuja incumbência de compreensão ficaria à mercê da pequena elite letrada do país.

Assim, dos atos de fala dos atores enredados em um meio social localizado no espaço-tempo [\[Rio de Janeiro, 1920-1934\]](#), é possível se extrair traços e propriedades que permitem observar como o binômio da necessidade-conjuntura os conduziram a manipular os conceitos

⁴²⁶ Id.

⁴²⁷ Ibid., p.54.

e lhe conferiram um novo significado, movimento que inaugurou um circunstancial e incerto horizonte de expectativas.

Sob o manto da teoria [de Reinhart Koselleckiana](#), apreender o vocábulo eugenia tem sua importância não apenas circunscrita a seara da história dos conceitos, mas especialmente contribui para a edificação de uma história social, uma vez que esta última não se realiza sem a primeira. “Desde que a sociedade atingiu o desenvolvimento industrial, a semântica política dos conceitos envolvidos no processo fornece uma chave de compreensão sem a qual os fenômenos do passado não poderiam ser entendidos hoje”.⁴²⁸

O estudo ~~deste~~ inquérito reluz uma imagem fortemente simplificada, mas suficientemente clara para o ~~problema com que aqui se ocupa~~ [tema em comento, o qual constitui um objeto de estudo](#) ~~um tema~~ complexo, com redes de saberes que se entrecruzam. A eugenia foi um movimento de vanguarda científica, um movimento [que visava a](#) ~~a~~ supremacia social, que ~~estava-se~~ frutificou [quando](#) e deixou [quando](#) sua marca, de forma peculiar, em cada um dos países em que fora recepcionada.

O panorama esboçado neste artigo constitui-se em momento-chave, pioneiro na divulgação da concepção eugênica para além da circunscrição teórica e exclusivamente intelectual, trazendo a um público maior e menos especializado, a possibilidade de acompanhar a questão. Adicionalmente, possibilita compreender o contexto no qual se inseriu a concepção eugênica no texto da Constituição Federal.

Sob este aspecto, tendo por ponto de partida o conjunto dos fragmentos textuais colacionados, pôde-se visualizar que o percurso traçado pela eugenia no Brasil passa, necessariamente, pelos intelectuais de diversas áreas de conhecimento, tais quais médicos, juristas e políticos, que se uniram em torno de uma teoria científica que penetrou por diversos meandros da estrutura social. Esta teoria se transformava e se amoldava aos interesses de cada um dos interlocutores, permitindo que até mesmo significados incôgruos fossem avocados sob o argumento da legitimidade científica atribuída por esta chave discursiva.

Deste modo, constitui-se em uma técnica que visa o controle dos corpos legitimada pelo status de disciplina científica, a desenvolver critério e a promover formas de seleção social, em um contexto histórico caracterizado pelas transições, mudanças e conturbações: sentindo as consequências da revolução industrial, lidando com as questões que emergiram após a abolição da escravidão, vivenciando a imigração em massa e sofrendo com epidemias.

⁴²⁸ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.p. 103.

Diante deste cenário, o discurso biológico ascende e conquista uma gama de correligionários. As práticas eugênicas, sob estas condições, espriam-se pelos campos da medicina, do direito e da política. A partir disso, açambarcam também, dimensões privadas na vida das pessoas, visto que passa a ditar regras conjugais e sexuais, no intuito de aperfeiçoar os descendentes, as características físicas e morais de uma raça até que se conseguisse, por fim, aprimorar toda a nação brasileira. ~~Em 29 de julho de 1925 Irineu Marinho lançou o segundo jornal de sua carreira, o periódico “O Globo”⁴²⁹. O jornal prometia se dedicar a defesa das causas populares, sendo desvinculado de afinidades e facciosismos governamentais, como também de setores empresariais, formulando seus temas de forma neutra, de acordo com o estampado nas páginas de sua primeira edição.⁴³⁰~~

~~O periódico, como instrumento das causas de interesse coletivo, em seu movimento não apenas observador, como também participante, fazia de seu meio de comunicação não um caldeamento de informações com mera replicação dos fatos, mas, ao contrário, a ação do jornal adquiriu robustez e vigor através da mobilização de campanhas cuja intenção era a de provocar abalo nos horizontes políticos do país.⁴³¹~~

~~No segundo ano de sua editoração surgiu uma campanha sobre a instituição de uma lei sobre o exame pré-nupcial. Esta consistiu na realização de uma compilação de entrevistas com depoimentos de médicos e políticos, conferindo argumentos de autoridade para um ponto controvertido que repousava em distintos círculos intelectuais, qual seja: a instituição prática dos métodos da eugenia e seus preceitos de aprimoramento humano. Vale pontuar que esta não foi a primeira campanha promovida pelo periódico, há menções sobre uma campanha antialcoólica⁴³², um tema bastante dinamizado à época, notadamente pela atuação dos médicos psiquiatras.~~

~~O dia 23 de fevereiro de 1926 fora iniciado com a primeira página da publicação do jornal “O Globo” estampando o início de uma campanha pelo “bem da raça e da humanidade”, acompanhada com as seguintes frases de efeito, grafadas em formatação~~

⁴²⁹ Irineu Marinho após experiência na carreira jornalística, lançou o jornal “A noite”. Para um panorama completo sobre o assunto, consultar a página da memória do jornal “O Globo”. Disponível em: <<http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/primeiras-paginas/sonho-drama-8893504>> Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

⁴³⁰ **O Globo**. Rio de Janeiro, Ano I, n.1. de 29 jul 1925. p. 2.

⁴³¹ Na década de 1920 houve a campanha antialcoólica e a do exame pré-nupcial, como exemplo. Sustenta-se esta informação acerca das intenções das campanhas com base nos textos dos redatores que principiavam a publicação das entrevistas, dedicados às melhorias da raça e progresso da nação. **Coloco exemplos?**

⁴³² Não pesquisamos matérias sobre este assunto, porém há menções sobre a execução desta campanha nos fragmentos atinentes à implementação legislativa do exame pré-nupcial.

diferenciada: “combatamos os flagelos da humanidade”; “a <sem razão> do amor não escusa o sacrifício da prole”.⁴³³

A matéria fora intitulada “os efeitos do exame pré-nupcial e a imperiosa necessidade dessa medida”, e teve como primeiro participante Afrânio Peixoto, o qual teve a incumbência de responder a pergunta: “Quais os efeitos e utilidade do exame pré-nupcial?”.⁴³⁴

Quando participou da campanha, Júlio Afrânio Peixoto era médico, político e professor. Afirmou, de saída, que a diligência promovida pelo jornal se tratava de medida de defesa da saúde e da raça. Para ele, não só a sífilis e a tuberculose são os males que operam em desserviço da prole e dos cônjuges, como também as consequências do flagelo do alcoolismo, apontando-os como fatores de justificação sobre o intuito do jornal em encetar tal empreitada a favor do exame pré-nupcial.⁴³⁵

E, coerente com essa posição, passou a falar a partir de seu livro “medicina legal”, que na ocasião se encontrava na quarta edição. Nele, Peixoto equiparou o crime de infecção como tantos outros do Código Penal, e suas considerações seguiram o próprio estilo desta codificação, pois, se há previsão de se punir quem tenta ou visa agir contra a vida e saúde de outrem através de golpes, vias de fato, armas de fogo, venenos, por que não trazer previsão legal para punir a transmissão de infecções?⁴³⁶

As marcas da expectativa pela criação de uma nação pela função diretiva do Estado emergem quando Peixoto realizou um paralelo em que apontou que sem indivíduos não há sociedade, e que as legislações voltadas a proteger os primeiros, logicamente protegerão a segunda, atingindo, então, o aspecto social em relação as gerações vindouras, e assim conclui: “é a salvação da raça pelo saneamento do amor e da família esse exame pré-nupcial.”⁴³⁷

Por fim, sugere que a implementação de tal medida se dê a partir de uma lei especial, que se acrescentasse ao Código Civil, incorporando-se ao seu conteúdo.⁴³⁸ Foram nestes termos que se iniciou a cruzada do periódico “O Globo”, que seguiu com grande entusiasmo, como se depreende da quantidade de depoimentos colhidos pelos meses subsequentes do ano de 1926.

⁴³³ PEIXOTO, Afrânio. Os efeitos do exame pré-nupcial e a imperiosa necessidade dessa medida. *O Globo*. Rio de Janeiro, Ano II, n. 209, 23 de fevereiro de 1926. p.1.

⁴³⁴ Id.

⁴³⁵ Id.

⁴³⁶ Id.

⁴³⁷ Id.

⁴³⁸ Id.

~~A segunda matéria foi publicada dias depois, com as lições de Fernando Terra, estudioso dedicado a sífilis.⁴³⁹ Este aproximou-se de Peixoto no que tange a punição da transmissibilidade de doenças entre cônjuges. Tecendo elogios sobre o trabalho da imprensa acerca da profilaxia pré-nupcial, o médico não tardou para sustentar a imposição do delito de contágio. Terra parece lapidar que enquanto vivenciassem dita situação de impunidade, tal problemática estaria estagnada.⁴⁴⁰~~

~~O depoimento de Terra apoiava-se na necessidade de despertar a consciência dos cônjuges sobre a falta de cuidado com a saúde de seu companheiro, ação que importaria em benefício da raça. Assim, o estudo de Terra introduz que não bastava tornar obrigatória a execução do exame pré-nupcial, a responsabilidade quanto a figura do próximo afloraria tão somente mediante a previsão de punição.⁴⁴¹~~

~~A sustentação de Afrânio Peixoto e Fernando Terra, em que pese abordarem assuntos normalmente tratados por seus contemporâneos como pertencentes ao campo da eugenia, estes não fizeram uso do termo de forma explícita, inserindo tais pontos nos campos do saneamento e da profilaxia social.~~

~~Continuando o estudo das entrevistas, o texto de Renato Kehl é portador de uma força singular, pois o radicalismo de suas ideias o impele para além do tempo dos homens de ciência de sua época, rompendo consigo mesmo e superando-se em seu próprio intento. Kehl eriou um marco divisório na história da eugenia no Brasil, tendo seu trabalho influenciado o de tantos outros.⁴⁴²~~

~~Em coluna intitulada “as grandes campanhas de <O Globo>”, com matéria epigrafada sob a frase “civilizando o amor para garantia dos lares e regeneração e defesa da nacionalidade: o exame pré-nupcial e o seu valor eugênico”⁴⁴³, Kehl que sustentava proposições do mais alto nível teórico, passou a preocupar-se com a ação e prática social.~~

~~Seu esforço ininterrupto pela expansão da eugenia no Brasil era notório. Para ele, não deveriam mais debater quais as vantagens da implementação de uma lei que tornasse compulsória a execução do exame pré-nupcial, tendo em vista o caráter evidente desta. Mais~~

⁴³⁹ TERRA, Fernando. As campanhas do <O Globo> em prol da nossa raça e da nossa humanidade: vários aspectos de um só problema social de prophylaxia. **O Globo**. Rio de Janeiro, Ano II, n. 211. , 25 fev. 1926. p. 1.

⁴⁴⁰ Id.

⁴⁴¹ Id.

⁴⁴² O trabalho de Renato Kehl será muitas vezes mencionado ao longo desta dissertação, valendo pontuar que foi o pioneiro da institucionalização da eugenia no Brasil, ao passo que fundou a sociedade eugênica de São Paulo e dedicou sua carreira aos estudos acerca da temática.

⁴⁴³ KEHL, Renato. Civilizando o amor para garantia dos lares e regeneração e defesa da nacionalidade: o exame pré-nupcial e o seu valor eugênico. **O Globo**. Rio de Janeiro, Ano II, N.216. 2 de março de 1926.

do que isso, Kehl argumentava que era motivo de estranhamento que “uma medida de fins tão elevados e positivos, medida esta de ultra profilaxia racial, ainda não esteja transformada em lei e regulamentada [...]”.⁴⁴⁴

Um dos argumentos levantados por muitos em contrariedade à implementação de tal diploma legal seria no que toca a obstaculização da execução de tal exame. Quando arguido sobre, Kehl respondeu: “dificuldades existem para muitas leis; não obstante, todos os dias são sancionadas e regulamentadas, e aí estão, para serem executadas, burladas ou viciadas.”⁴⁴⁵

A constância e profundidade do pensamento de Kehl não permitia dúvidas sobre seus objetivos. Argumentou que no dia em que saísse do papel a exigência da apresentação do exame pré-nupcial, tal deveria ser celebrado como um dos dias mais importantes da história nação, seria o “dia da raça”.⁴⁴⁶

O exame pré-nupcial, medida de grande valor eugênico, festejaria a garantia dos lares, funcionando como efetiva ferramenta de regeneração e de defesa da nacionalidade, que em seu tempo, de acordo com sua perspectiva, pois as proles ilustravam-se raquíticas e enfezadas em decorrência dos casamentos, frutos da união de tarados e doentes, ou entre consanguíneos. Se este cenário já não fosse negativo o suficiente, Kehl apontava para a degeneração causada pelas endemias e pela imigração, que era outro fator que se somava à complicação da fixação da etnia brasileira.⁴⁴⁷⁴⁴⁸

A entrevista seguinte era de autoria do médico Dr. Mario Kroeff. Uma característica de seu discurso que o diferencia dos demais é que este sustentou sua opinião com base em dados estatísticos. Em decorrência de sua experiência profissional em um dispensário antivenéreo, relatou que muitas mulheres que buscavam tratamento eram recém-casadas e haviam sofrido o contágio da sífilis. Ainda, trouxe que os índices de mortalidade infantil de mulheres que engravidavam e estavam acometidas por tal moléstia superavam as marcas dos 80%.⁴⁴⁹

Kroeff imputava a responsabilidade sobre tais números a inconsciência do povo. Após demonstrar através de números a periculosidade destas doenças, explicou que a razão do número elevado de infecções entre as mulheres recém-casadas ocorria devido ao

⁴⁴⁴ Id.

⁴⁴⁵ Id.

⁴⁴⁶ Id.

⁴⁴⁷ Id.

⁴⁴⁸ Kehl complementou que: “o globo deve, pois, perseverar nessa campanha bemérita, uma das mais eficientes para a beleza e robustez futura da nacionalidade e, conseqüentemente, para o progresso de nosso país.” Id.

⁴⁴⁹ KROEFF, Mário. Os exames pré-nupciais e os actos triste inconsciência: são impressionantes os elementos da estatística de males venereos. *O Globo*. Rio de Janeiro, Ano II, n. 219, 5 mar. 1926. p. 1.

desconhecimento. Dessa forma, pugnavam pela obrigatoriedade de tratamento aos afetados com doenças venéreas, a previsão de punição pelo crime de contaminação e a compulsoriedade do exame pré-nupcial.⁴⁵⁰

Seguindo com a campanha, a postura do médico obstetra Fernando Augusto Ribeiro de Magalhães indica, desde logo, **um não conformismo com a situação de alheamento com a efetivação do exame pré-nupcial**. Destacado pelo próprio jornal como homem de convicções polêmicas, para ele, o exame pré-nupcial exigido em lei é um corolário de defesa e de conservação social.⁴⁵¹

O escrito de Magalhães ultrapassa as opiniões anteriores em nível de radicalismo. Ele próprio sustenta que no assunto de “defesa da raça sou extremista e defendo as medidas aparentemente mais violentas quanto ao casamento entre alcoólicos, sífilíticos, etc. e sustento até a castração de loucos”.⁴⁵²

Magalhães não menciona o vocábulo eugenia explicitamente, mas a concepção se faz presente, ainda que de forma velada, como se verifica das seguintes entrelinhas: “Assim como a lei regula as condições civis da união entre os sexos [...] deveras também exigir uns tantos requisitos relativos à saúde, afim de que a sociedade se pudesse desenvolver e aperfeiçoar pelo aparecimento do maior número de produtos sãos.”⁴⁵³

O médico fixou, de maneira clara, seu próprio posicionamento: mais do que sustentar opiniões consideradas, por alguns, de aplicação extrema, o enfoque, passando do caráter geral da temática para um mais singular, deveria ser o fomento da educação sexual. Para que os objetivos do exame pré-nupcial sejam atendidos, a instrução social é indispensável.⁴⁵⁴

Somando-se ao quadro da ignorância infiltrada entre membros do organismo social, Magalhães sustentou que muitos males se propagam pela falta de uma legislação penal com a prescrição do crime de contágio. Ou seja, como instrumentos de defesa social, este médico acreditava no conjunto de medidas que criminalizassem a transmissão de doenças, a imposição do exame pré-nupcial e em investimentos em educação sexual.⁴⁵⁵⁴⁵⁶

⁴⁵⁰ Id.

⁴⁵¹ MAGALHÃES, Fernando. Devemos instituir ao lado do exame pré-nupcial um curso especial de hygiene. **O Globo**. Rio de Janeiro, Ano II, n. 220,6 de mar. 1926. p.1.

⁴⁵² Id.

⁴⁵³ Id.

⁴⁵⁴ Id.

⁴⁵⁵ Quanto a educação sexual, Magalhães acreditava que a mesma não se desenvolvia, muitas vezes, por inocência ou por ignorância. Para ele, “o que é científico no seu alcance não pode ser imoral nem condenável.” Id.

⁴⁵⁶ Magalhães sustenta sua opinião da seguinte forma: “[...] existe ou não existe defesa social. O que não se pode é compreendê-la dentro de um individualismo prejudicial à coletividade e ao futuro do país. Se o Estado é

~~Benjamin Antonio da Rocha Faria foi o próximo entrevistado. Apesar do seu discurso não compartilhar da mesma acidez que o de Magalhães, ambos comungam sobre a importância da educação higiênica e sexual como melhor caminho para um projeto por vir. Rocha Faria bem registrou que a execução da educação higiênica se daria “pela propaganda incessante desde a escola ao segundo grau, e pela legislação especial ‘ad hoc’ muita refletida e prudente, persistente e regular”.~~⁴⁵⁷

~~Encontrou abrigo nas palavras deste médico, também, o proceder delicado para que os jovens se atraíssem ao exame, momento em que invocariam os benefícios de tal medida, mobilizando forças não para punir, mas sugestioná-los e convencê-los ao exame pré-nupcial.~~⁴⁵⁸

~~A análise de Carlos Pinto Siedl fornece informações contra a lógica estabelecida até então, destoando do tom unísono até agora estabelecido nos meandros editoriais do periódico “O Globo”, tecendo um texto crítico, foi o primeiro a manifestar hesitação quanto a infalibilidade de tal diploma legal.~~⁴⁵⁹

~~Siedl, em meio à sua exposição, deixou as claras seu descrédito quanto a solução salvadora de casamentos higiênicos e normais se estes dependessem da eficácia do exame pré-nupcial, repousando o fato de que o instinto sexual humano seria mais forte que as normas, conduzindo ao descrédito de tal benemérita exigência, concordando, contudo, com a instituição da mesma em nível teórico. Em outras palavras, o exame seria uma louvável exigência em defesa da raça e encerrá-lo em um diploma normativo, em nível teórico, seria amplamente desejável para o bem social. Entretanto, tal lei seria, desde a manjedoura, letra morta.~~⁴⁶⁰

~~A eficácia da instituição desta medida não repousaria apenas no problema do instinto sexual humano em burlar tal regramento, a problemática repousa ainda na possibilidade de fraudes pelos próprios profissionais de medicina, em fornecer o exame como moeda de~~

~~chamado para defender a comunhão, tem o dever de intervir sob o ponto de vista sanitário na questão do casamento, sob pena de facilitar com sua indiferença a degeneração da raça, e dificultar, conseqüentemente, o engrandecimento do país em todos os aspectos.”~~Id.

⁴⁵⁷ ~~ROCHA FARIA, Benjamin Antonio. Um problema ameaçador e urgente: a felicidade é impossível ao casal doente. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano II, n. 225, 11 mar. 1926, p. 1.zz~~

⁴⁵⁸ ~~Id.~~

⁴⁵⁹ ~~SEIDL, Carlos Pinto. Encarando o duplo aspecto teórico e prático da questão do exame pré-nupcial. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano II, n. 230, 16 de março de 1926.~~

⁴⁶⁰ ~~Id.~~

barganha sobre um benefício qualquer. Ainda, o médico declarou-se a favor da criminalização do crime de contágio, somando coro aos argumentos aqui sustentados.⁴⁶¹

De modo semelhante ao entrevistado anterior, Flamínio Fávero⁴⁶², provocou o acirramento das contradições hipotéticas que poderiam se gerar com a promulgação da lei de exame pré-nupcial. Extraindo consequências que alçam ao nível das anteriormente discutidas por seus colegas de profissão, tais como os obstáculos da exequibilidade dos preceitos legais, Fávero também operava seu raciocínio com descrédito quanto a ação de alguns médicos que expediam exames falsos em troca de benefícios.⁴⁶³

Embora desta amostragem destoe coloração distinta em relação ao conteúdo das demais entrevistas, Fávero era favorável a instituição de tal diploma legal, apontando algumas medidas que poderiam ser tomadas pelo Estado em combate a expedição de exames falsos, como a atuação de médicos junto aos cartórios civis, para a supressão de tais atos que trabalhavam em desfavor da nação.⁴⁶⁴⁴⁶⁵

Waldemar Berardinelli⁴⁶⁶ lançou critérios para a abordagem dos processos de propaganda em torno do problema. Embora também fosse partidário da compulsoriedade do exame pré-nupcial, este sustentava posição mais realista, vislumbrando alguns fatores para que o mesmo não fosse cumprido, como o fato dos sentimentos humanos apenas se submeterem a leis naturais.⁴⁶⁷⁴⁶⁸

No plano das entrevistas é possível constatar que, talvez, a postura deste médico não fosse derivada de falso otimismo, pois para ele esta questão deveria ser resolvida nos bastidores, no interior dos próprios indivíduos. Em face deste impasse, Berardinelli sugeriu que antes de se pensar em positivar tal preceito, que este deveria aflorar como uma lei natural,

⁴⁶¹ Id.

⁴⁶² FAVERO, Flamínio. Num confronto rigoroso, as vantagens do exame pré-nupcial compensariam, e com grande saldo, quaisquer inconvenientes. **O Globo**. Rio de Janeiro, Ano II, nº 244., 30 mar. 1926. p. 1.

⁴⁶³ professor da Faculdade de Medicina de São Paulo, era pesquisador e atuante nas áreas de Medicina Legal e Criminologia

⁴⁶⁴ Id.

⁴⁶⁵ Fávero suscitou um conflito que poderia se gerar de tal situação, qual seja, a do sigilo médico. Não prevendo, ainda, uma solução para tal problema, sugeriu que seus colegas de profissão orientassem seus pacientes com as máximas da higiene e tratamento de doenças para si e sua prole. Id.

⁴⁶⁶ BERARDINELLI, Waldemar. — O exame pré-nupcial e os factos do coração: como se preparar o terreno para tão grande conquista. **O Globo**. Rio de Janeiro, Ano II, n. 256. 12 de abril de 1926.

⁴⁶⁷ “Fatos de sentimentos só obedecem as leis naturais: não há lei positiva que os possa reger”.

⁴⁶⁸ Id.

que fosse constituída através de modificações no contexto social e histórico, externamente ao campo da legalidade formal, mobilizados, principalmente, pela educação da população.⁴⁶⁹

Menos embaraçado nas posições que depositavam a esperança de transformação social a cargo dos instrumentos legislativos, Berardinelli apostava na ação da educação e propaganda, por intermédio de “todos os meios: imprensa, literatura, palestras, conferências, cinematografia, radio-telefonía, etc”. Seu propósito residia no fato de que não se fizesse necessário tal regramento social, assim como tantos outros direitos não precisam de uma lei para existir.⁴⁷⁰

Américo Valério toma como mesmo ponto de partida o que fora defendido por Flamínio Fávero quanto ao problema do sigilo médico.⁴⁷¹ O risco para a coletividade superaria a preservação da individualidade de um paciente contaminado em vias de contrair núpcias. Seu discurso assume tônica radical em dois diferentes momentos. O primeiro é quando afirmou que esta quebra de sigilo profissional não era uma violência contra a liberdade do paciente, sendo que toda a coletividade deveria colaborar com a grande obra de redenção humana, “sagrada obra de higiene social”.⁴⁷²

Américo arguiu que o exame pré-nupcial seria medida de reabilitação mental, física e moral da espécie humana, ficando o desenrolar das núpcias umbilicalmente imbrincado com exame pré-nupcial realizado de forma rigorosa, apontando o que, na prática “se evitará a decadência da espécie. Só assim a eugenia poderá florescer e triunfar.”⁴⁷³

O segundo envolve a posição de Magalhães: a esterilização de anormais. Segundo ele, a seleção deveria se impor, sendo que a vida seria apenas dos mais aptos e mais fortes. Nas palavras de Américo: “o exame pré-nupcial criterioso, a terapêutica médica ou cirúrgica apropriada e a cirurgia hoje está no apogeu — a esterilização dos anormais, reconduzirão a espécie humana ao seu padrão normal”.⁴⁷⁴

Após a entrevista de Américo, a campanha se estagnou. O periódico reavivou sua campanha em torno do exame pré-nupcial apenas no ano seguinte, em 1927. A voz que

⁴⁶⁹ Id.

⁴⁷⁰ Id.

⁴⁷¹ A posição de Fávero consta na nota de rodapé nº x.

⁴⁷² AMÉRICO, Valério. Urge amparar o gênero humano! A herança pathologica e as deformações congenitas. **O Globo**. Rio de Janeiro, Ano II, n. 314, 9 de junho de 1926. p.1-2.

⁴⁷³ Id.

⁴⁷⁴ Id.

rompeu o silêncio foi a do médico Ernani Lopes, que na ocasião presidia a Liga Brasileira de Higiene Mental.⁴⁷⁵

O tom geral de seu discurso pareceu otimista, incorporando explicitamente a concepção de eugenia. Vislumbrando a prevenção de psicoses e fatores que degeneravam a raça brasileira, no sentido de que era melhor prevenir do que remediar. Pleiteando a ação político legislativa para o tema, ao dialogar sobre os empecilhos à implementação de tal medida, qual seja, a crescente ilicitude de uniões, Lopes entendeu que os mesmos não eram suficientes para descartar tal labor legislativo.⁴⁷⁶⁴⁷⁷⁴⁷⁸

Os entusiastas da teoria da eugenia no Brasil parecem ter visto suas preces serem atendidas. No dia 14 de outubro de 1927 fora noticiado que a proposta do exame pré nupcial seria analisada pela Comissão de Saúde Pública da Câmara Federal, medida de autoria do deputado Amaury de Medeiros. A esperança de amparo legislativo em prol da raça e futuro do país parecia inaugurar um novo horizonte de expectativas no ambiente político. No texto consagrou-se que Medeiros alegava motivos imperiosos para a inaplicabilidade compulsória do exame pré nupcial à época, mas que este deveria ser feito se um dos nubentes assim o exigisse.⁴⁷⁹

Poucos dias após a vinculação da notícia nas páginas do jornal, seus editores convidaram o responsável pela inclusão de tal proposta legal na pauta da Câmara dos Deputados. O Doutor Amaury de Medeiros, que além de político, era médico, explicou o tema central do projeto de lei que colocou na ordem do debate político nacional, estabelecendo que o exame pré nupcial se tratava de medida bem fundamentada cientificamente, constituindo a plataforma para atingir os interesses do indivíduo e da raça, e admirava que tal medida ainda não estivesse encerrada em uma legislação.⁴⁸⁰⁴⁸¹

⁴⁷⁵ LOPES, Ernani. Pela defesa da raça e da sociedade: o exame pré nupcial na tela dos debates da Liga Brasileira de Higiene Mental Liga Brasileira de Higiene Mental. **O Globo**. Rio de Janeiro, Ano III, n. 248. 12 de maio de 1927. p.1.

⁴⁷⁶ Id.

⁴⁷⁷ Em meio a sua justificação, fez uso das expressões “princípios eugenéticos”, “motivos eugenéticos”, “ideal da eugenia”. Id.

⁴⁷⁸ Outro fator frequentemente levantado pelos que eram contra a instituição de tal exame, era no que tangia o constrangimento do sexo feminino. Para este problema, Lopes chegou a solucionar que o exame pré nupcial no Brasil fosse executado aos mesmos moldes do que ocorria em Louisiana, qual seja: compulsoriedade voltada apenas ao sexo masculino. Id.

⁴⁷⁹ Uma das grandes campanhas do Globo que vai ser estudada na Camara dos Deputados. **O Globo**. Rio de Janeiro, Ano III, n. 303, 14 out. 1927. p. 1.

⁴⁸⁰ MEDEIROS, Amaury. O Congresso já se preocupa com a questão do exame pré nupcial. Ano III, n. 813. 24 de outubro de 1927. p.1.

⁴⁸¹ “O Globo tem brado d’armas quando se trata de exame pré nupcial. Agitou de uma maneira muito interessante o problema, ouviu as vozes mais autorizadas. Prestou um serviço relevante à grande causa”.

Medeiros entedia como perigosa a instituição de uma lei que tornasse compulsório o exame pré-nupcial em termos nacionais, tendo em vista a escassez de profissionais qualificados por todo o território brasileiro. Como solução propôs um exame pré-nupcial facultativo, que deveria ser realizado a pedido de uma das partes contraentes do compromisso matrimonial. Em suas palavras: “uma lei radical, portanto, agora, estaria fadada ao insucesso, não poderia ser cumprida e propô-la seria contribuir para a desmoralização das leis [...]”⁴⁸²

Na data de 8 de novembro do mesmo ano, o periódico publicou o delineamento do projeto apresentado por Medeiros. À primeira vista parece ser um projeto que desde a manjedoura é dotado de fissuras, por exemplo: a lei trazia dispositivo que autorizava a dispensa da apresentação do documento comprovatório de sanidade física e mental em localidades em que não existissem profissionais qualificados para tal empreitada. Ou seja: tratava-se de lei que seria válida para apenas parte do território nacional.⁴⁸³⁴⁸⁴⁴⁸⁵

Clóvis Beviláqua realizou uma síntese de sua posição sobre o assunto, a qual fora publicada pelo mesmo veículo de informação. O jurista fez um exercício de memória, em que a ideia de um dispositivo estabelecendo o exame pré-nupcial já figurara na legislação civil nacional, sendo que se tratava de medida acauteladora da prosperidade e do vigor da raça, “que é um pestuindo da eugenia”⁴⁸⁶. Em que pese ser um entusiasta de tal ideia, ao elaborar o eódigo civil de 1916, nas palavras do editor: “sua cultura liberal não se animasse ao ir ao extremo da adoção do exame pré-nupcial.”⁴⁸⁷⁴⁸⁸

⁴⁸² Id.

⁴⁸³ Será, enfim, uma realidade o exame pré-nupcial no Brasil. **O Globo**. Rio de Janeiro, Ano II, n. 828, 8 de novembro de 1927, p.1.

⁴⁸⁴ Além disso, também se trata de afronta direta aos requisitos formais das normas como o da generalidade e da formalidade. Deixo isso aqui? Coloco uma doutrina desta classificação, tipo Bobbio?

⁴⁸⁵ O projeto trazia previsões sobre seu caráter facultativo, entretanto estabelecia a possibilidade de seu caráter obrigatório em caso de denúncia por pessoa idônea. O prazo para apresentação dos atestados teria o prazo máximo de 5 dias antecedentes ao matrimônio. Ainda, trazia a previsão de algumas moléstias que importavam à obstaculização das uniões, como a sífilis e lepra, como exemplo.

⁴⁸⁶ BEVILÁQUA, Clovis. O exame pré-nupcial medida victoriosa? **O Globo**. Rio de Janeiro, Ano III, n.838, 18 nov. 1927, p.1.

⁴⁸⁷ Id.

⁴⁸⁸ Nos anos subsequentes as matérias sobre o assunto deixaram de ocupar a primeira página, eram apresentadas com teor e frequência reduzidos. Fugiu a esta lógica um fragmento que consolida a inteligência de Oscar Coelho de Souza, que trata das vantagens eugênicas da medida. SOUZA, Oscar Coelho de. Firmando os deveres do Estado em face da defesa sanitária: e defendendo a necessidade urgente da lei do exame pré-nupcial. **O Globo**. Rio de Janeiro, Ano IV, n.1033, 04 jun. 1928, p. 1.

Vale pontuar que os cuidados pela sanidade da constituição familiar fora prevista no anteprojeto da Constituição de 1933-1934⁴⁸⁹, e fora positivada com a seguinte redação, conforme consta no artigo 145: “a lei regulará a apresentação pelos nubentes de provas de sanidade física e mental, tendo em atenção as condições regionais do País.”⁴⁹⁰

O estudo dos debates constituintes foram detidamente analisados e constam em tópico próprio deste trabalho. No entanto, o projeto de alteração da vida social intentadas, não apenas, mas em sua maior parte, pela comunidade médica brasileira, não atingiram o texto constitucional como estes vislumbravam.

O deputado federal Adolpho Eugenio Soares Filho, membro do partido republicano e eleito pelo estado do Maranhão nas eleições realizadas em maio de 1933, delineou um projeto substituto ao capítulo do anteprojeto que se referia à família, que trazia a previsão da compulsoriedade da apresentação do atestado de sanidade aos noivos.⁴⁹¹

Entretanto, como resultado das contradições internas geradas na assembleia constituinte, acentuados em sua maior parte pela preocupação de juristas na ilicitude dos enlaces matrimoniais que deste dispositivo poderiam decorrer, o texto do artigo 145 foi fruto do confronto de concepções, que encontrou uma solução mais branda, mais rasteira, no conflito sobre os modos de salvar a família e sua prole: retirou-lhe a compulsoriedade e deixou a cargo de uma lei infraconstitucional a responsabilidade de execução deste projeto.

Aerescente-se a esses pontos a observação que Oscar Penna Fontenelle realizou em entrevista ao periódico “O Globo”, publicada no dia 28 de maio de 1934 na edição das 17 horas. Sobre o trabalho constituinte, Fontenelle afirmou de forma contundente que os cuidados em matérias de saúde foram relegados ao ostracismo. Construindo seu discurso sob tônica negativa, forneceu um painel amplo sobre a falta de restrição constitucional aos progenitores tarados e propagadores de moléstias.⁴⁹²

Um argumento que foge a este raciocínio é o construído em relação à imigração, denotando olhar otimista a restrição constituinte deste objeto. Sobre a penetração da teoria da eugenia no contexto nacional, Fontenelle deixou as claras que o Brasil deveria seguir o

⁴⁸⁹ O anteprojeto fora redigido da seguinte forma: “Art. 110. Incumbe à União como aos Estados e aos Municípios, nos termos da lei federal: a) velar pela pureza, sanidade e melhoramento da família; [...]” BRASIL, Anteprojeto da Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1934.

⁴⁹⁰ BRASIL, Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1934.

⁴⁹¹ BRASIL. Anaes da Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934). : Imprensa Nacional, 1936. Volume X, p. 440.

⁴⁹² FONTENELLE, Oscar. Prosegue a discussão e votação do capítulo referente à família. **O Globo**. Rio de Janeiro, Ano x, n. 3180, 28 de maio de 1934. p.1.

exemplo de países em maior grau de desenvolvimento, adotando medidas eugênicas, tais como: exame pré-nupcial, o delito de contágio e a educação sexual e higiênica.⁴⁹³

A exposição dos fragmentos jornalísticos acerca do exame pré-nupcial não foi exaustiva. As matérias foram pinçadas, em sua maior parte, delimitadas ao lapso temporal em que a campanha fora promovida pelo jornal “O Globo” e que alcançara seu auge, que se datou nos anos de 1926 e 1927. Entretanto, as matérias sobre o assunto continuaram a ser publicadas dentro do recorte temporal proposto na investigação então em andamento (1920-1934).⁴⁹⁴

Embora a perspectiva adotada na escolha dos excertos textuais não abranja todo o conteúdo acerca da instituição do exame pré-nupcial — movimento que, isoladamente, consistiria em novo debate acadêmico — das entrelinhas de tais discursos se depreende que estes brotaram em meio a um novo diapasão sócio-político, em que as preocupações estritamente científicas se entrecruzavam com os interesses atinentes de cada esfera social.

Numa palavra, ponderando a análise do papel dos jornais em seu contexto histórico, alcança-se a característica essencial desta tarefa, que é a de extrair particularidades, traços, destes documentos como componentes de uma realidade localizada no tempo.

“O Globo” proporcionou grande visibilidade a questão, e mediante a escolha de especialistas notoriamente reconhecidos em suas áreas de atuação, a ciência pareceu marcar as linhas desta arregimentação dos quadros sociais, ao semear, no terreno em que se daria tal reviravolta sanitária, os elementos de combate aos fatores disgênicos, prejudiciais à raça brasileira.

Do debate que teve início dentre os médicos e se tornou objeto de uma campanha da imprensa, extrai-se a amplitude da atuação que a eugenia teve no meio social nacional. A educação colocada lado a lado com a propaganda, parece estimular um senso de obrigação natural no entendimento dos indivíduos, uma responsabilidade perante a formação da raça.

Mais do que isso, a soma proveniente da união de forças entre os médicos e a propaganda da imprensa demonstram o desejo pela instituição de uma lei natural⁴⁹⁵, pela existência de um direito anterior à sua positivação, que estivesse presente nas práticas discursivas e na mentalidade das pessoas. Neste caminho, o fazer história do direito com

⁴⁹³ Com estas palavras Fontenelle conclui seu raciocínio: “O descaso dos constituintes, os pontos de vista que adotaram em suas deliberações infunde nos a entristecedora certeza de que no Brasil ainda por muitos anos a saúde do povo será elemento desprezível aos olhos cegos ou negligentes dos que governam”. Id.

⁴⁹⁴ Em 1930, por exemplo, o tema do exame pré-nupcial deslizou para a faixa econômica, o autor afirmou que a prole mal formada pela transmissão de moléstias era um peso para a economia nacional, pois não eram fatores produtivos. *O Globo*. Rio de Janeiro, Ano VI, n. 1794, 14 jul. 1930. p. 5.

⁴⁹⁵ Conforme se depreende do fragmento de Berardinelli. BERARDINELLI, Waldemar. O exame pré-nupcial e os factos do coração: como se preparar o terreno para tão grande conquista. Op. Cit., p.1.

~~auxílio das fontes jornalísticas corrobora para impedir a concepção teleológica do direito, ou seja, como se um dado direito fosse um resultado natural, inevitável.~~

~~Assim, partindo da premissa da obsolescência de uma história do direito encerrada ao direito oficial, “[...] pois a percepção que esse é apenas uma parte das experiências jurídicas é um argumento flagrante e toda história do direito que se pretenda mais complexa deve enriquecer sua análise para além da história dogmática e das ideias jurídicas”, a campanha promovida pelo jornal “O Globo” pode ser considerada mais um elemento da experiência jurídica da eugenia no Brasil, anterior à sua positivação na constituição brasileira de 1934.~~

~~Desenvolver mais EXPERIENCIA MAIS.~~

~~O QUE É;~~

~~PQ ISSO~~

2. NOS BASTIDORES DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 16 DE JULHO DE 1934

2.1 Ambiência da instauração da Assembleia Constituinte de 1933-1934

~~O debate constituinte que resultou na Constituição brasileira de 1934 está compilado e dividido em vinte e dois volumes de anais. Na maior parte deles aparecem menções que referenciam o vocábulo “eugenia”, combinado com discursos ora científicos, ora literários, que em seu conjunto geram uma espécie de mosaico.~~

A intenção deste subcapítulo é verificar quais os fundamentos foram retratados, como e por quem, ~~em sede de~~ Assembleia Constituinte para o debate acerca da constitucionalização da concepção eugênica. Neste ponto, não apenas será ~~intentada~~ tentará realizar a tarefa de desmistificar o caminho da positivação da “educação eugênica” na Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1934, como também será realizada a aclimação do discurso que lhe deu origem, buscando compreendê-lo em consonância com certas representações que o corpo social nacional passou a fazer de si mesmo.

Investiga-se, dessa forma, assimilar, mediante o ~~emparelhamento e~~ entrecruzamento dos perfis dos constituintes, e dos interesses em disputa nos atos de fala emanados na assembleia, somado ao estudo da conjuntura político-jurídica, o roteiro percorrido pela constitucionalização do direito que amparava a instituição da educação eugênica na Constituição brasileira de 1934.

~~O debate constituinte que resultou na Constituição brasileira de 1934 está compilado e dividido em vinte e dois volumes de anais. Na maior parte deles aparecem menções que referenciam o vocábulo “eugenia”, combinado com discursos ora científicos, ora literários, que em seu conjunto geram uma espécie de mosaico.~~

Assim, aAs fontes que serão utilizadas serão os anais da Assembleia constituinte de 1933-1934, acompanhada de seus anteprojetos e do texto final que fora promulgado em 16 de julho de 1934, ~~além do auxílio de dicionários correntes ao tempo do marco temporal da pesquisa.~~

~~A época da Poucos períodos da história política brasileira— em estudo [1920-1934] produziram um legado tão ímpar, frutificado ante resultado de uma amálgama de fatores antagônicos, principalmente a partir de 1930, é marcadamente caracterizado por cisões, rupturas políticas, sendo um período acidentado, cujas ~~em~~ações de seus atores sociais eram, ora ~~determinadamente~~ regressivas, ora ~~e~~ progressistas. Foi no início do governo varguista, como a era Vargas. Fase em que parte da ~~as~~ estrutura oligárquica ~~s~~ oligárquicas brasileira se viu ruir, e em seu lugar lutou-se ~~ruíram~~ para a instituição de um novo modelo, corporativista ~~e~~ estatista, ~~e~~ marcadamente autoritário.~~

Tal período histórico fora ~~caracterizado~~ ilustrado por remodelar as estruturas e instituições nacionais, notadamente decorrente do resultado da efervescência de seus personagens. O governo provisório [(1930-1934)] é assinalado, deste modo, pela edificação dos pontos de apoio sociais em que se realizaria o novo regime.

Este panorama é facilmente perceptível a partir da outorga da Constituição do Estado Novo ~~estadonovista~~ em 1937, porém resulta da disputa dos pleitos políticos que antecedem sua instauração. Uma das ocorrências que se pode apontar como definidora das bases de articulação política de tal governo é o debate da Constituição de 1934.⁴⁹⁶

A conjuntura política que propiciou este pano de fundo foi o ilustrado pelo movimento de 1930, dinâmica que inaugurou uma nova república brasileira, antecedida por tensões mobilizadas por todo o país. Este teve como um dos fatores determinantes a divisão política erigida entre aqueles que apoiavam Washington Luís e Júlio Prestes, de um lado, e em posição de antagonismo, ao que mais tarde ficou conhecido como Aliança Liberal, a união dos estados do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e da Paraíba.⁴⁹⁷

Após a derrota de Getúlio Vargas nas eleições presidenciais de 1º de março de 1930 contra seu adversário Washington Luís, foi com o assassinato de João Pessoa Duarte Dantas, ~~seu vice presidente, acompanhado dos rumores de tal fato ter sido obra de Washington Luís~~, que se acendeu a fagulha do movimento de 1930, liderado no setor militar por Pedro Aurélio de Góis Monteiro.⁴⁹⁸

⁴⁹⁶ SIQUEIRA, G.S., RODRIGUES, J.S., AZEVEDO, F.G. S. O Direito De Greve Nos Debates Da Assembleia Nacional Constituinte De 1933-1934. **Passagens**. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica Rio de Janeiro: vol. 6, n.2, p. 315, maio-agosto, 2014 <<http://www.historia.uff.br/revistapassagens/artigos/v6n2a52014.pdf>> Acesso: 20 de nov. 2016.

⁴⁹⁷ ROSE, R.S. **Uma das coisas esquecidas**: Getúlio Vargas e controle social no Brasil – 1930-1954. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.31-32.

⁴⁹⁸ Id.

Com tropas de todo o país marchando em direção ao Rio de Janeiro, combinada à aceitação popular quanto a ocupação do palácio do Catete por Vargas, um grupo de oficiais, de forma independente, depuseram Washington Luís em 24 de outubro de 1930, denominada junta pacificadora, que não demoraram a se afastar diante do quadro de aproximação das tropas varguistas.⁴⁹⁹⁵⁰⁰

Em sede do novo republicanismo brasileiro, denominado Governo Provisório, não se demorou para a tomada de providências que urgiam o reestabelecimento da ordem democrática no país. Foi com o Código Eleitoral do ano de 1932⁵⁰¹ que se organizou a eleição que comporia os membros da Assembleia Nacional Constituinte de 1933, que a constituiu com algumas particularidades, como o voto direto e secreto, e a representação classista, sendo o único modelo constitucional brasileiro com esta configuração.⁵⁰²

Outros dois itens lhe parecem atribuir importância na história brasileira. Ao primeiro se imputa o fato de que, dentre os membros que compunham o pleito legislativo, uma mulher do estado de São Paulo foi eleita, sendo a primeira mulher a ocupar um cargo de tal magnitude.⁵⁰³

O segundo permitia transparecer a interferência estatal nas relações belicosas instaurada entre atores sociais, constituindo a gênese do peleguismo⁵⁰⁴, sendo quarenta o número de representantes classistas, dentre a totalidade de duzentas e cinquenta e quatro cadeiras disponíveis. Os mesmos foram eleitos com suporte do patronato e dos sindicatos de trabalhadores ou associações de profissionais liberais e funcionários públicos legalmente declarados.⁵⁰⁵⁵⁰⁶

Oito meses foi a duração dos debates constituintes, ocasião em que os brasileiros confiavam na restauração da democracia, submetidos à lógica do Governo Provisório, sujeitos a uma razão ambígua, ~~portanto,~~ em que ao mesmo tempo em que se vivia uma ditadura de fato, representantes democraticamente eleitos decidiam os artífices que governariam o país.

⁴⁹⁹ Ibid., p.34-25.

⁵⁰⁰ A leitura deste livro intitulado “Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil – 1930-1954” fornece um detalhado panorama deste período.

⁵⁰¹ BRASIL. Decreto n. **21.076** de 24 de fevereiro de 1932. Decreta o Código Eleitoral. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, Seção 1, 26 de fevereiro de 1932, p. 3385.

⁵⁰² Id.

⁵⁰³ SILVA, Hélio. **1934 – A constituinte**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 1969, p. 65.

⁵⁰⁴ Id.

⁵⁰⁵ Ibid., p. 316

⁵⁰⁶ Brasil. Decreto nº 22.696, de 11 de Maio de 1933. Aprova as instruções para a execução do decreto nº 22.653, de 20 de abril de 1933, que fixa o número e estabelece o modo de escolha dos representantes de associações profissionais que participarão da Assembléa Nacional Constituinte. In **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, Seção 1, 15 mai, 1933, p. 9339.

Sob influência das forças político-sociais, publicou-se no dia 14 de Maio de 1932 o decreto nº 21.402, pelo chefe do executivo, o qual concebeu uma comissão para preparar o anteprojeto de Constituição e estabeleceu que as eleições da Assembleia Nacional Constituinte ocorreriam no dia 03 de Maio de 1933.⁵⁰⁷⁵⁰⁸

No entanto, por força da Revolução constitucionalista de 1932, foi apenas na data de 1º de novembro do mesmo ano que o Governo Provisório regulamentou as atividades da Comissão do Anteprojeto, que pouco depois começou a funcionar. Posteriormente conhecida por Comissão do Itamaraty, fora presidida pelo Ministro da Justiça, Antunes Maciel, que na prática transferiu a responsabilidade para Afrânio de Mello Franco.⁵⁰⁹⁵¹⁰

Em 5 de maio do ano subsequente, a Comissão do Itamaraty encerrou suas atividades e entregou o primeiro projeto de Constituição que serviria como documento de apoio da Assembleia Nacional Constituinte.⁵¹¹ Datou-se de 17 de janeiro de 1933, mediante a publicação do decreto nº 22.364, que o Governo Provisório começou a preparar as eleições para Assembleia Nacional Constituinte.⁵¹²

Faz-se importante, contudo, compreender em que circunstâncias se deu a dinâmica de interesses na política e que lançou o ideal eugênico ~~ao texto de uma constituição~~ em um texto constitucional. Para tanto, será preciso analisar todo o percurso do diálogo operado entre os deputados federais eleitos e que exerceram a importante tarefa de elaborar o texto fundamental do país.

2.2 Eugenia em disputa na Assembleia Constituinte de 1933-1934

⁵⁰⁷ SILVA, Hélio. Op. Cit., p. 316.

⁵⁰⁸ Dois meses após a publicação do decreto que instituíra as regras de funcionamento da assembleia constituinte de 1933, se deflagrou no estado de São Paulo, na data de 09 de Julho de 1932, um movimento que além de sustentar a bandeira “Constitucionalização do País”, carregava as marcas da insatisfação dos paulistas perante o então atual governo e com os interventores por ele nomeados para aquele estado. A Guerra Civil findou em Outubro do mesmo ano e entrou para a história sob o nome de “Revolução Constitucionalista de 1932”. Id.

⁵⁰⁹ Ibid., p. 317.

⁵¹⁰ POLETTI, Ronaldo. **A Constituição de 1934**. Fundação Projeto Rondon. Ministério do Interior, 1986. p.16.

⁵¹¹ SIQUEIRA, Gustavo Silveira. **História do direito pelos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Lúmem Iuris, 2014. p. 317.

⁵¹² Este decreto determinava os casos de inelegibilidade e trazia a autorização para que os ministros de Estado pudessem comparecer à Assembleia, uma vez que estes possuíam defesa sua elegibilidade, a juízo do Governo ou por solicitação desta. Foi em 05 de Abril que fora aprovado o regulamento da Constituinte e sua composição. Confira-se a íntegra no decreto disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21402-14-maio-1932-518100-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 10 de janeiro de 2017. BRASIL. **Decreto n. 22.364**. Determina os casos de inexigibilidade para a Assembléa nacional Constituinte. Diário Oficial da União, Seção 1, 28 de janeiro de 1933, p. 1849.

~~Para edificar este subcapítulo Cientes de que a escolha do excerto confere força à sua potência,~~ foram selecionados fragmentos dos anais da assembleia constituinte de 1933-1934 ~~escolhidos trechos~~ em que se verificaram vestígios da concepção eugênica, os quais ~~que~~ possibilitam questionar e investigar o tema sociedade brasileira da época do recorte temporal aqui ~~proposto. (1920-1934).~~ Assim, na busca pelas raízes do pensamento eugênico brasileiro, reinventar ~~se-áemos~~ sua história, através da escrita, uma vez que a história nunca é contada como de fato ela aconteceu, mas sob a perspectiva de seu investigador.⁵¹³

Ainda, para auxiliar a busca pela compreensão não apenas do uso do verbete eugenia [e seus desdobramentos], como também entender quem eram os atores sociais que dele se apropriavam, em uma tentativa de mapear se a instrumentalização desta teoria biológica em meio aos trabalhos constituintes fora vinculado a partidos políticos de determinada orientação ideológica ou se ocorreu de forma dispersa, ou seja, sem orientação político-ideológica definida, far-se-á uso de uma obra escrita concomitantemente aos trabalhos da assembleia constituinte, a qual realizou pequena biografia de cada membro participante, intitulada “Constituintes brasileiros de 1934: subsídio para a história”, de autoria de Wanor R. Godinho.⁵¹⁴

Antes de iniciar o estudo dos fragmentos constituintes que abarcaram a teoria da eugenia, vale mencionar que estes serão organizados de acordo com a sequência com a qual foram registrados nos Anais da Assembleia Constituinte de 1933-1934, em detrimento de estarem reunidos de acordo com a matéria em disputa. Isto se deve ao fato de que a ordem cronológica transmite mais claramente como os debates foram conduzidos e corporificaram-se no texto constituinte final.

~~Ainda no mesmo volume~~ No primeiro volume, no discurso de abertura dos trabalhos da Assembleia Constituinte, Getúlio Vargas, chefe do governo executivo, ao tangenciar o assunto atinente à organização do trabalho e assistência social, elaborou um resumo acerca das diversas iniciativas governamentais acerca da matéria, dentre elas “a condição do trabalho de menores, procurando cercar esses pequenos operários ou empregados da proteção que exige a sua condição social e da assistência aconselhada e reclamada pelas boas normas da higiene e eugenia”.⁵¹⁵

⁵¹³ Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. I-XXII. 1934.

⁵¹⁴ GODINHO, Wanor R.; ANDRADE, Oswaldo S. **Constituintes brasileiros de 1934**. Grafica Santo Antonio, 1934.

⁵¹⁵ VARGAS, Getúlio. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. I, 1934. p.115.

No segundo volume dos debates constituintes, o deputado Agamenon de Magalhães⁵¹⁶ suscitou a implementação do parlamentarismo no Brasil.⁵¹⁷ Ao afirmar sobre a falibilidade do desempenho do regime presidencialista brasileiro, justifica tal argumento nos quarenta anos da experiência republicana de tal modelo.⁵¹⁸

Como solução defendeu que a governança do país deveria se dar por magistrados, pois são figuras eugênicas cujas consciências nunca se contaminaram na transigência com o poder, sendo “essas figuras varonis, eugênicas, que encarnam a nobreza, os caracteres da raça brasileira, afirmando a nossa capacidade para a democracia, a cultura, a inteligência e as virtudes morais que elevam e afloram os brasileiros.”⁵¹⁹

Nas páginas do Já no próximo volume terceiro volume, em um projeto de Constituição de autoria de Sócrates Diniz Nas páginas que se seguem do tverificou-se que o deputado Henrique Dodsworth⁵²⁰, membro do Partido Economista do Distrito Federal e por ele eleito deputado, fora buscou pleiteada a atualização dos preceitos da Constituição de 24 de fevereiro de 1891. Para ele, o regramento constitucional t, em conformidade com deveria seguir a marcha da evolução moral e material do país. Assim, à luz sendo que sob égide da orientação geral do Plano Nacional, o deputado lutou pelo estabelecimento de que se estabelecessem sistemas educacionais estaduais que implementassem para a implementação da educação higiênica.⁵²¹

Da análise dos Dentre os primeiros volumes dos anais que encerram os debates constituintes de 1933-1934, o quarto é o que parece consagrar traza maior parte das mais contribuições ao tema. Em um tópico sobre a assistência social, elaboraram um artigo em que ficaria estabelecida a competência dos entes públicos em matéria de saúde pública.

⁵¹⁶ **Agamenon Magalhães** nasceu em Villa Bella, no estado de Pernambuco em 5 de novembro de 1893. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Recife. Fora eleito pelo Partido Social Democrático de Pernambuco como deputado da Assembleia Nacional Constituinte de 1933. Publicou um livro intitulado “O Nordeste Brasileiro” em 1922, sendo profundo conhecedor nas condições sócio-político-econômicas desta região brasileira. GODINHO, Wanor R.; ANDRADE, Oswaldo S. **Constituintes brasileiros de 1934**. Grafica Santo Antonio, 1934. p.67.

⁵¹⁷ MAGALHÃES, Agamenon. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. II, 1934 p. 475.

⁵¹⁸ Ibid., p. 481.

⁵¹⁹ Id.

⁵²⁰ **Henrique de Toledo Dodsworth**, nasceu no Distrito Federal, em 17 de setembro de 1895. Foi bacharel em Direito no ano de 1915 e Doutorou-se em Medicina, ambos na Unversidade Estadual do Rio de Janeiro. GODINHO, Wanor R.; ANDRADE, Oswaldo S. **Constituintes brasileiros de 1934**. Grafica Santo Antonio, 1934. p.120.

⁵²¹ DODSWORTH, Henrique. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. III. 1934. p.176.

Uma comissão formada em meio aos membros da constituinte, contando com nomes como os de Pacheco e Silva, Theôtonio Monteiro de Barros Filho e Carlota Queiroz, abordou o primeiro ponto, documentado no quarto volume, atinente ao tema em comento. Nele discutiram a elaboração de um artigo o qual consagrasse a determinação acerca da responsabilidade da ~~Nos termos d~~ legislação lei federal em ~~, deveriam~~ assegurar :“ o indispensável amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e estimulando os serviços sociais cujas finalidades procurará coordenar”⁵²²; o incentivo à educação eugênica e sexual; a implementação de medidas de higiene social para impedir a propagação das doenças transmissíveis; o cuidado com a higiene mental “incentivando a luta contra os venenos sociais”.⁵²³

Acompanhando tal ~~artigo~~preceito, fora sugerido um parágrafo único, o qual deveria consagrarva que “todos os problemas relativos à saúde e à assistência pública serão estudados e coordenados por Conselhos Técnicos e pelos órgãos criados visando o aperfeiçoamento da raça.”⁵²⁴

Outro ~~apontamento~~ponto digno de nota se extrai da é a leitura da justificativa para a positivação ~~destese tais preceitos~~fragmentos. Esta comissão estabeleceu que estas determinações deveriam estar presentes no texto constitucional para edificar a ~~Na~~ defesa de um programa unitário de ação social ~~no texto da nova constituição~~, momento em que fizeram um paralelo com a remete-se que tal lógica ~~ação~~ fora adotada pela Constituição de Weimar, a qual previa ser responsabilidade dos poderes públicos a obrigação com os problemas sociais, “tais como prevenir os flagelos sociais”.⁵²⁵

~~Ou seja~~,Em outras palavras, estes políticos se viram inspirados pelos métodos da assistência preventiva alemã combinada com a responsabilidade dos entes públicos nesta matéria, entendendo que modelo semelhante deveria se encerrar na Constituição então em execução inspirou que o mesmo modelo fosse adotado pela Constituição brasileira.

Os argumentos engendrados em meio à justificação de motivos tangenciaram que ~~a~~Ainda, a consagração da ~~competência~~ responsabilidade dos entes federados em ~~matéria~~questões de saúde pública e eugenia se dava com base na cientificidade e racionalidade. Explica-se: por ser um novo país, com grande extensão territorial, com clima

⁵²² BARROS FILHO, Theôtonio Monteiro de; QUEIROZ, Carlota. PACHECO E SILVA. Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. IV. 1934. p.175.

⁵²³ Id.

⁵²⁴ Id.

⁵²⁵ BARROS FILHO, Theôtonio Monteiro de; QUEIROZ, Carlota. PACHECO E SILVA. Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. IV. 1934. p. 176.

variável, com indivíduos de diferentes raças, os constituintes não compreendiam “ a razão de não se incluir na nossa magna Carta um Capítulo em que se consubstancie, [...] medidas para remediar as necessidades da coletividade, que fossem baseadas em dados científicos e racionais”.⁵²⁶

Neste caminho, ~~o texto seguiu a justificativa segue consagrando afirmando~~ que as medidas atinentes à higiene social deveriam se dar sob esta ~~lógica e influxo~~ racional e científica, visando o combate a “verminose, o impaludismo, a tuberculose, a lepra, as doenças venéreas e o câncer”.⁵²⁷ Somado a isto, também ~~recai sob~~ frisou-se que deveria ser responsabilidade dos poderes públicos ~~a promoção de ações que visassem a~~ defesa da higiene mental e a luta contra os vícios sociais, sobretudo o alcoolismo. ~~E é~~ Com base nisso, ~~que~~ afirmam:

Assim, a educação eugênica se impõe. Atendendo a que a eugenia não só tem por fim a procriação em boas condições fisiológicas, como ainda estuda as causas disgenéticas ou as que podem influir direta ou indiretamente, sobre o valor da espécie, dando a cada cidadão o sentimento da responsabilidade na formação da raça. [...] ⁵²⁸

Ou seja, a eugenia era o argumento científico para a imposição de tais responsabilidades aos entes federados. A educação eugênica ~~seria~~ a soma dos atos de higiene mental e higiene social que correspondiam à luta contra diversas doenças e aos venenos sociais. Sob estes argumentos, estes constituintes concluíram: “a atual geração afirmará aos pósteros que aos magnos problemas atinentes ao futuro da raça não deixaram de preocupar os que empenharam na elaboração da Carta Constitucional de 1933.”⁵²⁹

~~Nos fragmentos até agora selecionados~~ Os fragmentos textuais acima expostos ilustram a ~~instrumentalização do vocábulo “eugenia” eugenia foi utilizada~~ em distintos contextos. Ora relacionada a educação, ~~sendo grafada em alguns momentos como “eugênica”,~~ ora relacionada a higiene, ~~e revestindo-se como conceito de norte normatizador. Ainda,~~ foi ~~também~~ utilizada para caracterizar pessoas com boa moral, como foi o caso da referência aos magistrados.

Não custa lembrar que o conceito de eugenia ~~é~~ é constitutivamente controverso e mutável de acordo com cada país, por isso é passivo de análise. A importância de seu estudo

⁵²⁶ Id.

⁵²⁷ Id.

⁵²⁸ Id.

⁵²⁹ Id.

no contexto histórico nacional se deve pelo fato de ter se erigido em meio as tensões sociais que visavam a manutenção da disparidade social entre os contemporâneos do início do Brasil república, sendo sua fragilidade e inconstância inerente à definição e aplicação dada ~~por determinado grupo social pelo ator social que dele se apropria.~~

O ~~problematização estudo~~ do conceito de eugenia no Brasil não tem sua importância encerrada ~~a responder na obtenção de respostas por questões perguntas~~ formuladas pelos personagens ~~do presente a respeito do tempo findo o humano~~, mas visa a construção de um passado histórico que atenda as próprias peculiaridades, estabelecendo uma narrativa contida em seu tempo e espaço, ~~desvelando as questões sócio-políticas de tal.~~

Isto posto, prosseguir-se-á o mapeamento da eugenia em meio aos debates constituintes. Ainda no quarto volume, o ~~discurso do~~ deputado ~~cde-Clasista~~ Alberto Surek⁵³⁰ ~~somou-se ao coro de vozes que buscavam a legislação constitucional do exame pré-nupcial. apresentou emenda ao artigo 110 ao anteprojeto de Constituição que determinava: “Promover o exame pré-nupcial.”~~⁵³¹ Para ~~embasar sua intervenção no pleito constituinte justificar tal inclusão~~, Surek ~~afirmou sustentou que tal inclusão~~ inclusão desta matéria no texto ~~constitucional~~ se tratava de “medida de indisfarçável alcance relativamente à nossa eugenia”⁵³².

~~Tal argumento foi acompanhado, em tom de lamento, pelo indicativo de que o Fazendo um paralelo com a Alemanha, afirmou que a população brasileira Brasil não se constituía era formado como um povo tão adiantado quanto aos daquele países alemães, não obstante tal apontamento, relatou que os alemães sendo que estes recentemente haviam decretado medidas avançadas cujo propósito era visando melhorar o tipo racial.~~⁵³³⁵³⁴

~~Continuando a minudenciar a Por fim, exposição de Surek, ele afirma que a exposição deste deputado tangenciou que ao estabelecimento da obrigatoriedade do exame pré-nupcial é desta medida se daria em benefício da uma prevenção e resguardo para o resguardo de um dos principais aspectos da nacionalidade: a “formação física do indivíduo, condição de que~~

⁵³⁰ **Alberto Surek**, nasceu em Araucária no estado do Paraná em 21 de abril de 1899, formado em ciências comerciais em 1918 pela Academia de Comércio de Juiz de Fora, fora eleito deputado pelo sindicato dos empregados do comércio de Juiz de Fora. GODINHO, Wanor R.; ANDRADE, Oswaldo S. **Constituintes brasileiros de 1934**. Grafica Santo Antonio, 1934. p. 291.

⁵³¹ SUREK, Alberto. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. IV. 1934. p.166.

⁵³² Id.

⁵³³ Id.

⁵³⁴ Surek não aponta a qual medida alemã se refere, porém, ~~como em breve se abordará neste trabalho,~~ a lei alemã de esterilização de degenerados foi promulgada em 1933, contemporaneamente à exposição do deputado. Tal legislação alemã teve ampla repercussão no Brasil no mesmo período. Id.

depende o indivíduo mental e moral, dada as estreitas relações que ligam entre si essas três faces da personalidade”.⁵³⁵

~~Ou seja, Foi com estas palavras que~~ Surek estabeleceu ser questão-matéria de eugenia a implementação do exame pré-nupcial no Brasil, uma vez que este seria medida que resguardaria a ferramenta que elevaria a população brasileira ao mesmo patamar dos demais povos adiantados do mundo, aperfeiçoando a formação física e moral do povo brasileiro, trazendo benefícios parabeneficiando a formação da nacionalidade.

Dando sequência ao exame dos documentos em comento, ~~novamente~~ a matéria do exame pré-nupcial continuou a ser objeto de disputa fora —~~suscitada~~— na assembleia constituinte. Uma pequena comissão formada pelos ~~constituintes deputados~~ Sebastião de Oliveira⁵³⁶, Eugenio Monteiro de Barros⁵³⁷, Edmar da Silva de Carvalho⁵³⁸ e Gilberto Gabeira⁵³⁹, pleitearam buscou para que se acrescentasse ao artigo 108 do texto constitucional um parágrafo que obstaculizartornasse defesa a celebração de casamentos sem este exame, que seria nada mais que um atestado de saúde feito por médico legista.⁵⁴⁰

Para embasar tal proposição, usam o exemplo americano de Washington de 1909, no ano de 1909, ocasiãoano em que este Estado foi em que foram pioneiros na legislação da mesma matériaexecução de uma legislação que possuía objetivos similares.— Em vias de encerramento da participação desta comissão na tribuna constituinte, declararamEm meio a esta argumentação, concluem: “não é necessário encarecer os resultados que daí advirão para o Brasil e é insofismável o direito que assiste ao Estado de cuidar da sua eugenia.”⁵⁴¹

⁵³⁵ SUREK, Alberto. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. IV. 1934. p.166.

⁵³⁶ **Sebastião de Oliveira**, nascido em Bicas cidade do estado de Minas Gerais em 2 de novembro de 1896. Frequentou pouco tempo de escola por conta da escassez de recursos de sua família, tendo exercido desde jovem sua função de operário. Fora delegado-eleitor no sindicato resistência do café, sendo eleito deputado federal de classe. GODINHO, Wanor R.; ANDRADE, Oswaldo S. **Constituintes brasileiros de 1934**. Grafica Santo Antonio, 1934.p. 283.

⁵³⁷ **Monteiro de Barros**, nascido no Distrito Federal em 22 de novembro de 1893. Seguiu carreira da área do comércio, em que esteve na Cia. Navegação Costeira desde 1924. Em colaboração com seus colegas de classe fundou o Partido Unionista dos Empregados, do qual é presidente. Deputado de representação profissional. GODINHO, Wanor R.; ANDRADE. Op. Cit., p. 293.

⁵³⁸ **Edmar Carvalho**, nascido em Porto Alegre no estado do Rio Grande do Sul em 5 de outubro de 1898. Estudou os primeiros anos do colégio e por conta de dificuldades financeiras decorrentes do falecimento de seu pai, o deputado teve que abandonar seus estudos. Era filiado ao quadro partidário do novo Partido Liberal do Rio Grande. Era sócio do sindicato dos empregados no comercio do Rio Grande, foi escolhido delegado-eleitor na convenção dos Sindicatos dos empregados em 21 de julho de 1933. Deputado classista. GODINHO, Wanor R.; ANDRADE Op. Cit., p. 282.

⁵³⁹ **Gilberto Gabeira**, nascido em Vitória no estado do Espírito Santo, funcionário da companhia central brasileira de Força elétrica. Deputado classista. GODINHO, Wanor R.; ANDRADE.Op. Cit., p. 290.

⁵⁴⁰ Ibid., p. 291.

⁵⁴¹ Id.

A eugenia era tão valorizada para a sociedade daquele tempo que até mesmo isenção de impostos para determinadas organizações sociais foram cogitadas nas discussões constituintes. Explica-se: a educação física ou exercícios desportivos eram considerados de utilidade pública, e as organizações sociais que promovessem tais atividades e se corporificassem com mais de mil sócios, ficariam isentas de quaisquer impostos.⁵⁴²

Tal arguição deveria ser consagrada no artigo 111 da constituição brasileira de 1934, e como principal elemento de sustentação para tal mandamento: o aperfeiçoamento da raça. Para o deputado Ruy Santiago⁵⁴³, a preocupação com o aprimoramento racial era ponto capital dos povos civilizados e “está provado que a prática dos exercícios físicos aperfeiçoam a eugenia, fortalecendo o homem e aumentando a resistência e a capacidade de trabalho; portanto, cooperando para a grandeza econômica da Nação.”⁵⁴⁴

Assim, ao se considerar que a educação física promoveria a eugenia e, partindo da ideia de que uma das faces da eugenia corresponderia às atividades que atendessem ao engrandecimento econômico da nação, a taxação por via de impostos às instituições que promovessem tal serviço poderiam reduzir-lhes suas finalidades patrióticas.⁵⁴⁵

Em momento posterior, Miguel Couto⁵⁴⁶ propôs uma emenda aditiva sobre o tema da imigração ao país. Seu conteúdo pretendia a proibição total da imigração africana ou de origem africana, e só permitia a asiática na proporção de 5 % cinco anualmente, sobre a totalidade de imigrantes dessa procedência já fixados no território nacional, sendo defeso que Estados executassem contratos para a introdução de imigrantes que não obedeçam cumprissem tais preceitos.⁵⁴⁷

Couto remete seu argumento à obra de autoria de Seth Humphrey “The racial prospects”, a qual trazia como mandamento que “o vigor da raça e o abatimento da raça são,

⁵⁴²SANTIAGO, Ruy. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. IV. 1934, p. 336.

⁵⁴³ **Ruy Santiago**, nascido na cidade de Itaquí do estado do Rio Grande do Sul, em 5 de maio de 1898. Possuía carreira militar e estudou na Escola Nacional de Bellas Artes da Universidade do Rio de Janeiro, formou-se em 1930 como engenheiro arquiteto. Era um socialista militante e fora eleito pelo Partido Autonomista do Distrito Federal, em que fora um de seus fundadores. GODINHO, Wanor R.; ANDRADE. Op. Cit., p. 121.

⁵⁴⁴ Id.

⁵⁴⁵ Id.

⁵⁴⁶ **Miguel Couto**, eleito como deputado pelo distrito federal. Wanor Godinho e Oswaldo Andrade não fizeram uma pequena biografia sobre Miguel Couto, mas sim uma homenagem pela morte deste no decorrer dos trabalhos constituintes de 1933-1934. GODINHO, Wanor R.; ANDRADE. Op. Cit., p.297.

⁵⁴⁷ COUTO, Miguel. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. III. 1934. p.490.

entre todos, os fatores mais importantes da grandeza e da decadência das nações. A formação da raça é, pois, a chave do predomínio da civilização por vir.”⁵⁴⁸

O discurso do ~~Fal~~ deputado pontuou alguns dos ~~_se mostrava apreensivo com os~~ problemas decorrentes da qualidade física e mental dos emigrados, e argumentou que o primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia advertiu tanto ao Presidente da República quanto às casas do Congresso Nacional um apelo que aclarava os perigos da imigração “promíscua”⁵⁴⁹ sob ótica dos interesses da raça, da segurança política e social da República.⁵⁵⁰

O Congresso fora organizado para solenizar o 1º Centenário da Academia Nacional de ~~M~~medicina, ~~no ano de~~ 1929, e fora presidido por Levi Carneiro, também constituinte. Uma das recomendações partia da premissa de que, como os caracteres hereditários são transmitidos de geração em geração, se fazia imprescindível a seleção rigorosa dos elementos imigratórios, sendo instrumento essencial e insubstituível de defesa da constituição racial.⁵⁵¹

Outro alerta se relacionava com o valor eugênico de cada indivíduo, o qual consistiria da soma das qualidades mentais, morais e físicas, ou seja, seria seu valor como elemento racial. Ainda, fora orientada a exclusão do território nacional dos imigrantes que possuam antecedentes criminais.⁵⁵²

Sobre o mesmo assunto, Xavier de Oliveira⁵⁵³ sugeriu enunciado que visava proibir a entrada no país de indivíduos das raças negra e amarela de qualquer procedência, para efeitos de residência. Argumentava ainda sobre a imposição de exame de sanidade física e mental para todo imigrante ou estrangeiro que queira fixar residência no território nacional ou que queira se naturalizar brasileiro.⁵⁵⁴

O deputado que também ~~era~~ é psiquiatra, ao se referenciar à formação eugênica nacional, traçou um paralelo entre a inferioridade étnica da colônia brasileira e entre os insanos incuráveis de outros povos que lotavam os hospitais psiquiátricos brasileiros.⁵⁵⁵

⁵⁴⁸ Id.

⁵⁴⁹ COUTO, Miguel. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. III. 1934. p.490

⁵⁵⁰ Id.

⁵⁵¹ Ibid., p. 491.

⁵⁵² Ibid., p. 492.

⁵⁵³ **Xavier de Oliveira** nascido em Juazeiro, uma cidade do Estado do Ceará, em 9 de outubro de 1892. Estudou Medicina na Faculdade Medicina do Rio de Janeiro. Eleito deputado federal pelo Ceará, GODINHO, Wanor R.; ANDRADE, Oswaldo S. **Constituintes brasileiros de 1934**. Grafica Santo Antonio, 1934. p. 53.

⁵⁵⁴ OLIVEIRA, Xavier de. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. IV. 1934. p.546.

⁵⁵⁵ Ibid., p. 547.

Em sua justificativa esboçou estatística feita na clínica psiquiátrica e nos demais serviços da Assistência a Psicopatas, e provou que havia indícios de maior número de psicopatas estrangeiros do que de brasileiros no Distrito Federal, sendo que 20% [vinte] dos insanos que buscavam os manicômios nacionais eram de procedência estrangeira, sendo, portanto, questão merecedora de apreciação, e, que reclamaria uma ação pronta, enérgica e decisiva, por parte dos membros da daquela assembleia nacional constituinte.⁵⁵⁶

Xavier de Oliveira declarou que se tratava de grave problema eugênico para o futuro da República, pois não se trata apenas do “sustento de milhares de bocas inúteis que vêm de outras nações”⁵⁵⁷, mas que haviam estrangeiros “tarados física e mentalmente” que ainda não deram entrada nos hospitais ou manicômios e estavam livres na sociedade, formando lares e procriando proles miseráveis.⁵⁵⁸

Neste sentido, pontuou que “o ponto capital da questão imigratória entre nós: a descendência dos imigrantes, que deveria ser e é, ainda, realmente, o máximo fator étnico da nossa formação racial.”⁵⁵⁹ Tais elementos contribuiriam com a formação da própria raça nacional, com a própria nacionalidade, tais questões são importantes e deveriam ser estudadas para o “Brasil de amanhã”⁵⁶⁰.

Xavier de Oliveira era mais um dos representantes em meio à composição constituinte que dava voz àqueles que comungavam da ideia da supremacia da raça branca como norte para a formação de uma nação. Não obstante, frisou que fatores morais, sociais e religiosos deveriam ser levados em consideração quanto à temática imigratória.⁵⁶¹

⁵⁵⁶ Nas palavras de Xavier de Oliveira: “Durante cinco anos, de 1920 a 1924, passaram pelos diversos serviços, da Assistência a Psicopatas 27.228 insanos dos quais 21.913 brasileiros e 5.307 estrangeiros. Resulta, desse cômputo geral de cinco anos; que os estrangeiros concorreram com uma proporção de 19,5%, para o total de psicopatas assistidos pelos nossos manicômios durante aquele lustro. Visto acima que essa proporção - em São Paulo, durante seis anos, de 1923 a 1928, foi um pouco maior -22% - temos que, de um modo geral, os estrangeiros concorrem com 20% para a população dos nossos ambulatórios, hospitais e asilos de insanos, numa média tirada de estatísticas feitas entre cinco e dez anos. ” OLIVEIRA, Xavier de. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. IV. 1934. p.547.

⁵⁵⁷ Ibid., p. 548.

⁵⁵⁸ Id.

⁵⁵⁹ Id.

⁵⁶⁰ Conforme as próprias palavras do deputado. Id.

⁵⁶¹ E assim afirmou Xavier de Oliveira: “Sei, porém, que, mesmo por empréstimo, sou eugenista quando digo que, de orientais, pouco assimiláveis, bastam ao Brasil 05 cinco milhões que somos, os nordestinos e planaltinos de Minas, Baía, e Mato Grosso e Goiás, sem falar nos autóctones da Amazônia, aos quais, quatro séculos de civilização passaram indiferentes à sua inferioridade patenteada numa decadência incontestável, que marcha para uma extinção talvez não muito remota.” Id.

Declarando-se eugenista, assegurou que “[...] não é possível um povo forte ser constituído de homens fracos, nem tão pouco fazer uma grande nação com uma raça inferior.”⁵⁶²

Finaliza sua exposição estabelecendo que tais medidas se tratam de assunto de elevado patriotismo, e que a Assembleia Constituinte seria favorável, pois relacionadas ao bem da saúde física e mental dos brasileiros, e da formação eugênica da nacionalidade brasileira, que era o objetivo de tal emenda proposta.⁵⁶³

No final de 1933, uma comissão constituinte formada por deputados federais como Mario Chermont⁵⁶⁴, Veiga Cabral⁵⁶⁵, e Moura Carvalho⁵⁶⁶, sugeriram que se acrescentasse ao artigo 110 do anteprojeto tal proposição: “criar, junto aos devidos departamentos, serviços de defesa sanitária, todas as vezes que se fizer sentir sua necessidade, podendo mesmo estabelecer um acordo com os Estados.”^{567/568}

A justificativa se desenvolveu em torno do combate às diversas endemias, tais como a verminose, o paludismo, a leishmaniose, sendo uma questão de indispensabilidade de atividades voltadas à profilaxia. A erradicação de tais males constituiria ato de patriotismo,

⁵⁶² Ibid., p. 549.

⁵⁶³ OLIVEIRA, Xavier de. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. IV. 1934. p.549.

⁵⁶⁴ **Mario Chermont** nasceu no Rio de Janeiro em 1921, formou-se em Medicina em 1911 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Clinicou no Rio de Janeiro e foi inspetor sanitário do Estado em 1914, Secretario Geral da Educação e Saúde Pública em 1930. Foi um dos organizadores do Partido Liberal do Pará, pelo qual fora eleito deputado da Assembleia Nacional Constituinte. GODINHO, Wanor R.; ANDRADE, Oswaldo S. **Constituintes brasileiros de 1934**. Grafica Santo Antonio, 1934. p. 27.

⁵⁶⁵ **Veiga Cabral** nascido em Belém, em 29 de setembro de 1889. Iniciou seus estudos de medicina na Faculdade de Medicina da Bahia, e se transferiu para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no terceiro ano e se obteve sua titulação como médico em 1913. No ano de 1930 fora chefe do Serviço de Saúde da do Pará. Fora eleito pelo Partido Liberal, o qual fora um dos fundadores. Ibid., p. 28.

⁵⁶⁶ **Luiz Jeolás de Moura Carvalho**, nascido no Rio de Janeiro em 25 de junho de 1906. Matriculado no Curso Fundamental e curso especial da Arma de infantaria, foi declarado aspirante à oficial da referida arma em 21 de janeiro de 1930. Foi eleito deputado federal pelo partido liberal do Pará. Ibid., p. 24.

⁵⁶⁷ CHERMONT, Mario. CABRAL, Veiga. CARVALHO, Moura. MAGALHÃES, Joaquim. LISBOA, Clementino. CHERMONT, Leandro Pinheiro Abel. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. IV. 1934. p.290.

⁵⁶⁸ **Joaquim Magalhães**, nascido em Belém em 25 de dezembro de 1885 no estado do Pará. Formou-se em medicina em 1912 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Pertenceu ao partido liberal do Pará.

Clementino Lisboa, nascido em Belém na estado do Pará em 23 de janeiro de 1878. Em 1896 matriculou-se na faculdade de Direito de Recife. Pertenceu ao partido liberal do Pará.

Leandro Pinheiro, nascido na vila de Quatipuru, município de Siqueira Campos no estado do Pará. Foi sacerdote formado pela universidade Gregoriana em Roma e também era bacharel em teologia. Após, formou-se em agronomia e medicina veterinária. [Pertenceu](#) ao partido liberal do Pará, o qual foi um dos fundadores, sendo por ele eleito deputado federal.

Abel Chermont, nascido em Belém em 21 de junho de 1887. Foi eleito pelo partido liberal do Pará. GODINHO, Wanor R.; ANDRADE, Oswaldo S. Op.Cit., 21-22-23 e 25.

pois os indivíduos têm suas energias sugadas por tais moléstias, concorrendo com enfraquecimento e depauperamento da grandeza e prosperidade nacional.⁵⁶⁹

No sexto volume dos documentos em exame, novamente o assunto da imigração fora resgatado na tribuna constituinte. O deputado Moraes de Andrade⁵⁷⁰, indicado a ocupar tal cadeira política tanto pelo partido democrático quanto pela federação dos voluntários para a composição da “chapa única por São Paulo Unido”, foi um dos personagens cuja opinião destoou em sede da Assembleia Constituinte de 1933-1934.

Ao se posicionar de forma favorável à imigração japonesa, remeteu-se à matéria publicada no jornal “Diário de São Paulo” de autoria de Roquette Pinto, de 29 de junho de 1933, ocasião marcada pelo 25º aniversário da introdução dos primeiros japoneses no Estado de São Paulo. Pinto elaborou um inquérito que, segundo ele, se pretendia ter embasamento científico a respeito da influência antropológica de tais imigrantes no Brasil.⁵⁷¹

Ao estudar a constituição étnica dos japoneses, não demorou para concluir que considerar eugenicamente indesejável o cruzamento destes com brasileiros, é, mais ou menos, condenar o casamento de nortistas e meridionais do próprio Brasil. Tal intelectual alertou que pode haver motivos que desaprovem a imigração de japoneses sadios e educados neste país, sendo de ordem social, política, religiosa, estética ou esotérica, mas as razões para tal proibição não podem ser eugênicas e antropológicas, ou seja, a proibição para a imigração não poderia se ancorar em argumento científico.⁵⁷²

Para edificar sua linha de raciocínio, citou outra matéria publicada no mesmo número do “Diário de São Paulo”,⁵⁷³ de autoria de Alfredo Elis Júnior. Este antropólogo denunciou que aqueles que se posicionavam de forma contrária à imigração japonesa e os consideravam inassimiláveis, faziam uso inapropriado do vocábulo “eugenia”, entendendo que esta corresponderia “à beleza física”.⁵⁷⁴

⁵⁶⁹ CHERMONT, Mario. CABRAL, Veiga. CARVALHO, Moura. MAGALHÃES, Joaquim. LISBOA, Clementino. CHERMONT, Leandro Pinheiro Abel. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. IV. 1934. p.290.

⁵⁷⁰ **Carlos de Moraes Andrade**, nascido em São Paulo capital em 9 de novembro de 1889. Formou-se em direito, filosofia e letras, tendo realizado os três cursos no estado de São Paulo. Na assembleia constituinte de 1933 seu nome foi indicado pelo partido democrático e pela federação dos voluntários para a composição da “chapa única por São Paulo Unido” em que se elegeu deputado federal. GODINHO, Wanor R.; ANDRADE, Oswaldo S. **Constituintes brasileiros de 1934**. Grafica Santo Antonio, 1934.

⁵⁷¹ ANDRADE, Carlos de Moraes. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. VI. 1934. p.340.

⁵⁷² Id.

⁵⁷³ Ibid., p.341.

⁵⁷⁴ Ibid., p.343.

Comentando sobre a significação do verbete “eugenia” como beleza física, aduziu que: “Fosse isso, uma verdade, confessemos, ficaria a ciência galtoniana com um objeto bem relativo e nebuloso, coisa que deixaria a eugenia sem a pretensão de ser tida como ciência.” Pois, para ele:

Eugenia não pode ser só a ciência da beleza física. Ela abrange muito mais coisas, e coisas que se prestam a percepção muito mais concreta. Compreende também a fortaleza física de um Dempsey ou de um Hackenschmidt, como também abrange o intelecto de um Sócrates, de um Cícero, de um Newton, de um, Lineu, de um Claude Bernard, ou de um Rui Barbosa. Ela deve compreender a beleza moral de um S. Francisco de Assis, ou de um Marco Aurelio, ou ainda de um Junior Bruto. Ela deve abranger todo o poder artístico de um Miguel Angelo de um Byron, ou de um Massenet. Ela deve compreender toda a força de alma precisa em um Bayard, Ou de um D'Artagnan. Eugenia é antes o conjunto de fatores reduzidos a algarismos e aplicados com uma dada fórmula algébrica, na qual cada um dos fatores referidos tenha uma influência determinada. Disso resultará um índice qualquer, será o índice da eugenia.⁵⁷⁵

Moraes da Rosa foi um dos membros da assembleia constituinte, ao lado dos intelectuais Alfredo Elis Junior e Roquette Pinto, que dirigiam um olhar benéfico à imigração amarela. Na tribuna constituinte visou demonstrar que a imigração dos japoneses era sadia e higienizada.⁵⁷⁶

No sétimo volume, Pacheco e Silva⁵⁷⁷, médico, deputado federal classista eleito pelos sindicatos paulistas, retomou o tema da medicina e higiene social.⁵⁷⁸ Anunciou que por todo o Brasil há pessoas que desejavam encetar um movimento de expansão em prol da eugenia, balizando suas ações por todos os meios possíveis para o melhoramento físico, moral e também intelectual do povo.⁵⁷⁹

Apontou os progressos que se operaram na seara da higiene social e seu impacto econômico como nos índices de: mortalidade, morbidade, nupcialidade, natalidade e

⁵⁷⁵ ANDRADE, Carlos de Moraes. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. VI. 1934. p.343.

⁵⁷⁶ Encerra sua contribuição afirmando: “Quanto à eugenia, Senhor Presidente, já Roquette Pinto respondeu; quanto á antropologia, Alfredo Elis; já respondeu; quanto ao mais, se o japonês é feio, não me interessa.” Ibid.,p.357.

⁵⁷⁷ **Pacheco e Silva** nasceu em São Paulo capital em 29 de maio de 1898. Formou-se como médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1923. Era diretor do hospital de Juqueri em 1923; diretor geral da associação dos psicopatas; professor de psicopatologia da faculdade de direito. Em 1926 fora subsidiado pelo governo do Estado de São Paulo para aprofundar seus estudos nos Estados Unidos da América e na Europa sobre a organização do serviço de alienados e manicômios judiciários. Por força do decreto federal 19.770 que estabeleceu a criação dos sindicatos, conferindo-lhes representação de classe, Pacheco e Silva que no momento era diretor do Sanatório Pinel, foi eleito deputado pelos sindicatos paulistas. GODINHO, Wanor R.; ANDRADE, Oswaldo S. **Constituintes brasileiros de 1934**. Grafica Santo Antonio, 1934. p. 270.

⁵⁷⁸ PACHECO E SILVA. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v.VII. 1934. p.262.

⁵⁷⁹ Ibid., p. 264.

imigração. Nesta trilha, problematizou e imputou aos entes estatais o dever de zelo em matéria de assistência à saúde, educação e bem-estar da população, os quais encandeariam em benefícios materiais e morais para toda a sociedade.

Sustentou a impossibilidade legislativa de estabelecer as principais diretrizes que norteariam uma nação sem a influência da linguagem e das descobertas científicas atinentes à vida humana.⁵⁸⁰ Em suas palavras: “As leis básicas do país não podem, por outro lado, deixar de favorecer a difusão das ciências sobre os seus múltiplos aspectos.”⁵⁸¹⁵⁸²

Localizando os demais membros da assembleia sobre sua visão quanto a situação da população brasileira, afirmou:

[...]Desde há muito que se repete a frase de Miguel Pereira - o Brasil é um vasto hospital, um país cuja população é de 40.000.000 de habitantes, mas tão débeis, tão pouco eficientes na luta pela vida, tão enfermiços, que se poderá considerar o valor de cada três indivíduos como equivalentes a um - na expressão do meu sábio mestre Miguel Couto.

O grande bem material de uma nação é, afirmava Adam Smith, a saúde do povo, condição *sine qua non* da felicidade humana. [...] ⁵⁸³

Pacheco e Silva percebia o Brasil, ao lado de Miguel Couto, como um país doente. Um país em que seus indivíduos estavam tão desprovidos de valor que a soma de cada três correspondia a uma única pessoa. O deputado fez um apelo para que os constituintes voltassem seus olhos aos grandes países do mundo e para os povos cuja grandeza estimulam a formatação das novas nações que “ávidas de progredir, de desenvolver as suas forças em potencial, e vereis o carinho com que são cuidadas as questões de ordem eugênica, sanitária e social.”⁵⁸⁴

Nas páginas que se seguem, o deputado Acyr Medeiros⁵⁸⁵, deputado classista, apresentou uma emenda que visava garantir o direito de greve dos trabalhadores, e para tanto,

⁵⁸⁰ PACHECO E SILVA. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v.VII. 1934. p.265.

⁵⁸¹ Id.

⁵⁸² Recordo, em abono da tese que estou defendendo, aquelas palavras de Pasteur, pronunciadas quando a França inteira desolada, depois de Sedan, assistia à invasão do seu território: "Foi pela ciência que nós fomos vencidos. Estamos pagando as culpas de cinquenta anos de esquecimento profundo das ciências, das condições do seu desenvolvimento, da sua imensa influência sobre os destinos de um grande povo e de tudo quanto pôde auxiliar a difusão de luzes."Id.

⁵⁸³ Ibid., p. 266.

⁵⁸⁴ Ibid., p. 263.

⁵⁸⁵ **Acyr Medeiros**, nasceu em Santo Antonio de Porcincula, município de Itaperuna no estado do Rio de Janeiro em 13 de fevereiro de 1900. Era socialista de extrema esquerda, foi eleito candidato-eleitor pelo sindicato dos trabalhadores de rurais de Porcincula, o qual foi o primeiro presidente. Este foi o segundo sindicato de empregados agrários criado no Brasil. Deputado classista. GODINHO, Wanor R.; ANDRADE, Oswaldo S. **Constituintes brasileiros de 1934**. Grafica Santo Antonio, 1934. p. 289.

justificou com base no manifesto do partido proletário do Estado do Rio de Janeiro, afirmando que seu programa na Assembleia Constituinte seguiria o que fora consubstanciado em tal documento.⁵⁸⁶

Este apresentava um capítulo intitulado “Eugenia, direito ao trabalho e à subsistência”, em que se determinava como forma de Governo para o Brasil o Estado Socialista leigo, que imporá normas de Eugenia e Trabalho, instituindo a vigilância como meio de seleção humana, puericultura, alimentação, educação, instrução e orientação das aptidões profissionais. As medidas pregadas pelo Partido Proletário do Estado do Rio de Janeiro tenderiam a afastar a mentalidade do povo do malthusianismo, que era a teoria da burguesia.

⁵⁸⁷

Como se vê, em linhas gerais, destes excertos se depreende o quanto a eugenia se irradiava pelos grupos sociais, sendo até mesmo utilizada no manifesto do partido proletário do Estado do Rio de Janeiro, funcionando como ferramenta propulsora e de luta por direitos atinentes à ótica da saúde e educação.

Na continuidade do exame dos documentos, parecer do deputado Annes Dias⁵⁸⁸, que possuía formação profissional em medicina, cuja candidatura fora lançada pelo Partido Liberal do Rio Grande do Sul. Este assumiu a tribuna constituinte imbuído do espírito de assegurar à família brasileira a estabilidade de que gozava no período e dos benefícios proporcionados à coletividade nacional.⁵⁸⁹

Para Dias, “a organização da família reflete o vigor moral de uma nação”.⁵⁹⁰ Sob este influxo anunciou que os povos precisavam se esquivar de fatores de desordem, dentre eles: o divórcio. Acreditava que o aspecto social era dotado de maior relevância em detrimento dos interesses individuais, pois, segundo ele, não havia possibilidade de se estatuir sobre as garantias individuais sem fazer o mesmo com relação a entidade familiar, “visto que na defesa

⁵⁸⁶ MEDEIROS, ACYR. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v.VII. 1934. p. 458.

⁵⁸⁷ MEDEIROS, ACYR. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v.VII. 1934. p. 458.

⁵⁸⁸ **Annes Dias**, nasceu em 19 de julho de 1884 na Cidade de Cruz Alta no Rio Grande do Sul, obteve sua titulação como médico em pela Faculdade de medicina de Porto Alegre em 1905. Pertenceu ao Partido Liberal do Rio Grande do Sul, pelo qual fora eleito deputado federal e membro da Assembleia Nacional Constituinte GODINHO, Wanor R.; ANDRADE, Oswaldo S. **Constituintes brasileiros de 1934**. Grafica Santo Antonio, 1934.p. 251.

⁵⁸⁹ DIAS, Annes. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v.VII. 1934.p. 200.

⁵⁹⁰ *Ibid.*, p. 201.

desta, mais do que nas prerrogativas daquele, reside o interesse social”.⁵⁹¹ Para ele, proceder em outra direção seria garantir na nova constituição o predomínio do individualismo, “critério perturbador e condenável”.⁵⁹²

As palavras de Dias organizavam-se no sentido de que caso fosse possibilitado o instituto civilístico do divórcio, tal lei proporcionaria aos “tarados, viciosos e criminosos, carta branca para fundarem novas famílias” ao invés de sofrerem a devida punição.⁵⁹³⁵⁹⁴

No nono volume dos anais constituintes, Leitão da Cunha⁵⁹⁵, médico, eleito deputado pelo Partido Democrático do Distrito Federal, mencionou que o documento constitucional a ser elaborado por aquela Assembleia deveria corresponder a um autêntico código de defesa nacional, o qual zelaria pelo valor do povo brasileiro, prossequindo sua exposição sobre o tema da assistência individual e coletiva.⁵⁹⁶

Em meio à sua justificação, alegou que escolheu o termo “eugenia” em detrimento de “antropotécnica”, termo que poderia conduzir erroneamente ao aperfeiçoamento do homem com finalidade comercial.⁵⁹⁷⁵⁹⁸

Cunha alertou que no Brasil a deficiência nutritiva era um mal que conduzia inevitavelmente ao definhamento do indivíduo e ao enfraquecimento da raça.⁵⁹⁹ Por isso fez um apelo e ofereceu sua colaboração acerca da assistência física dos indivíduos, ao passo que esta se tratava de um dos maiores problemas nacionais. Defendeu que o projeto constitucional deveria abarcar tais preceitos, pois se resolveria o problema hospitalar no Brasil.⁶⁰⁰⁶⁰¹

⁵⁹¹ Id.

⁵⁹² Id.

⁵⁹³ Ibid., p.214.

⁵⁹⁴ Conclui tal fragmento em tom irritado com a possibilidade do divórcio da seguinte forma: “Que bela conquista da eugenia”. Id.

⁵⁹⁵ **Leitão da Cunha** nascido no Rio de Janeiro em 2 de janeiro de 1881. Foi graduado em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1903. Fora eleito deputado à Assembleia Constituinte pelo Partido Democrático do Distrito Federal. Lançou obras como “A Instrução no Brasil” em 1921. GODINHO, Wanor R.; ANDRADE, Oswaldo S. **Constituintes brasileiros de 1934**. Grafica Santo Antonio, 1934. p. 130.

⁵⁹⁶ CUNHA, Leitão da. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. IX. 1934. p.9.

⁵⁹⁷ Id.

⁵⁹⁸ Para ele, a eugenia se tratava de um aperfeiçoamento humano e os sujeitariam a evidentes restrições, as quais: “quaisquer que sejam as leis que se estabeleçam, poderão desaparecer de modo completo, porquê o animal que as terá de sofrer será o próprio autor delas e logo se incumbirá de encontrar os meios de sofismar as exigências da lei, que tiver redigido.” Ibid., p. 34.

⁵⁹⁹ O mesmo estabelecia fio condutor entre a teoria de Matlhus de 1797 e os responsáveis pela administração pública, pois em que pese a modificação de seu princípio, ela contribui à temática dos problemas da economia nacional ao estabelecer que as populações deviam depender das condições de subsistência locais. Ibid., p. 35.

⁶⁰⁰ Id.

⁶⁰¹ Cunha replicou a frase de Miguel Pereira que o Brasil era um vasto hospital, pois se assim o fosse, haveria assistência e tratamento aos necessitados. Ibid., p. 36

Adolpho Eugenio Soares Filho delineou um projeto substituto ao capítulo do anteprojeto que se referia à família, que trazia a previsão da compulsoriedade da apresentação do atestado de sanidade aos noivos. A menção a palavra eugenia se dava de forma explícita, como se verifica da leitura de parte do esboço proposto ao pleito constituinte: “§ 1º Aos contraentes é obrigatória a prova prévia de exame de sanidade física e mental, segundo os moldes da eugenia estabelecidos em lei federal.”⁶⁰²

Em razão da dinâmica da elaboração de uma nova constituição, esses primeiros pareceres deveriam ainda passar por uma comissão plenária que aceitaria ou não as substituições, mas para a alegria dos defensores do exame, havia um substituto ao capítulo do anteprojeto que se referia à família, que previa a obrigação da apresentação do atestado de sanidade aos noivos.⁶⁰³

Percorrendo o décimo primeiro volume dos debates constituintes, um projeto substitutivo da nova constituição fora brindado, e em capítulo dedicado à temática da família e educação, o tema da eugenia repousou sobre os casamentos.⁶⁰⁴ Estabeleceu-se, no artigo 169 do texto constitucional, a obrigatoriedade dos contraentes em apresentarem previamente documento que comprovasse a sanidade física e mental aos moldes da eugenia, cabendo à lei federal estabelecer e regular tal dispositivo.⁶⁰⁵

No volume seguinte, o deputado Pedro Vergara⁶⁰⁶, eleito pelo Partido Republicano Liberal do Rio Grande do Sul, discursou acerca do problema do funcionalismo público. Sua fala fora constituída no sentido de responder a seguinte pergunta: “O emprego público ou a função pública, seja qual for a sua natureza ou a sua categoria, - é um contrato? Ou é uma relação de dependência, pura e simples, entre o Estado e os seus servidores?”⁶⁰⁷

⁶⁰² ADOLPHO EUGENIO, Soares Filho **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v.X. 1934. p.440.

⁶⁰³ O esboço deste deputado ficou assim redigido: “Art. A - A família é constituída sob garantia do Estado e repousa sobre o casamento e a igualdade jurídica dos sexos, cabendo á lei federal estabelecer e regular os direitos e deveres dos cônjuges entre si e destes para com o Estado e para com a prole. Art. B - O casamento válido será unicamente o civil, monogâmico e indissolúvel, celebrado por autoridade do Estado, cujo processo de habilitação e a sua celebração serão gratuitos. § 1º Aos contraentes é obrigatória a prova prévia de exame de sanidade física e Mental. segundo os moldes da eugenia estabelecidos em lei federal.” Id.

⁶⁰⁴ PROJETO DE Constituição. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v.XI. 1934.p. 253.

⁶⁰⁵ Ibid., p. 254.

⁶⁰⁶ **Pedro Vergara**, nasceu em Porto Alegre Rio Grande do Sul em 18 de junho de 1895, titulouse em Direito pela faculdade Direito de Pelotas. Foi eleito pelo Partido Republicano Liberal. GODINHO, Wanor R.; ANDRADE, Oswaldo S. **Constituintes brasileiros de 1934**. Grafica Santo Antonio, 1934.p. 242.

⁶⁰⁷ VERGARA, Pedro. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v.XII. 1934. p. 14.

Dentre muitos pontos por ele avocados, empregou ser questão de eugenia o cuidado estatal em dois diferentes níveis de importância, sendo mais relevantes os pontos: dos vencimentos, do crédito, da assistência social, das aposentadorias, e em grau de importância inferior: o aperfeiçoamento do regime de licenças e férias, e o fomento da organização social do funcionalismo.⁶⁰⁸

Tais medidas se prestariam não somente como ferramenta de apoio aos poderes públicos, mas também “como da maior higidez e eugenia, para a maior eficiência e rendimento do trabalho; aí se haviam de estruturar e fortalecer as possibilidades pessoais de merecimento e promoção.”⁶⁰⁹

Esta discussão se deu para equiparar determinadas vantagens que funcionários públicos percebiam em razão de serem concursados, em detrimento dos demais que eram contratados de forma direta.

Em momento posterior, Gabriel Passos⁶¹⁰, deputado eleito pelo Partido Progressista de Minas Gerais, discorreu sobre a educação do povo, que segundo suas próprias palavras, era um dos elementos basilares da unidade nacional. Em meio a sua exposição, aclarou que deveria ser permitida a continuidade do ensino primário por particulares, cabendo aos Estados o dever de orientação e fiscalização.⁶¹¹

Segundo ele, seria responsabilidade do Governo Federal elaborar normas mais amplas do ensino primário, de maneira a modelá-lo às necessidades nacionais. Em seguida, abordou sobre a assistência pedagógica aos deficientes, retardados e anormais, sendo favorável a tal questão.⁶¹²

Mencionou o exemplo dos Estados Unidos e defendeu que concebia que se tratava de um país com uma tendência exacerbada eugenística, pois a política americana tem uma vasta corrente opositora a tal assistência, devido ao fato de que estes indivíduos eram considerados um peso social e onerosos para o Estado. Passos encerrou afirmando a necessidade da assistência aos retardados, anormais e deficientes, mas feita sem excessos, evitando que se

⁶⁰⁸ Ibid., p. 25.

⁶⁰⁹ Id.

⁶¹⁰ **Gabriel Passos**, nasceu em Itaperica no estado de Minas Gerais em 17 de março de 1901. Formado em Direito, em Belo Horizonte. Foi eleito pelo partido progressista de Minas Gerais. GODINHO, Wanor R.; ANDRADE, Oswaldo S. Constituintes brasileiros de 1934. Grafica Santo Antonio, 1934. p. 172.

⁶¹¹ PASSOS, Gabriel. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v.XII. 1934.p. 395.

⁶¹² Id.

prejudiquem os normais, porquanto estes se tornarão unidades úteis de forma mais rápida do que os que carregam tais taras genéticas.⁶¹³

Na tarefa constitucional que se ocupavam os constituintes que se revezam na tribuna, Augusto Leite⁶¹⁴, médico e eleito deputado federal pelo Estado de Sergipe, aflorou, no plenário da Constituinte, a tessitura da pretensão dos eugenistas ao expor sua preocupação perante o dever estatal em cuidar das crianças. Apontou o panorama em que estavam inseridos, qual seja: o contexto pós Revolução de 1930. O Constituinte articulou que o movimento de 1930 fomentou uma crise que estava em andamento e com ele se erigiu novos problemas atinentes à existência social, econômica e política do país.⁶¹⁵

Em decorrência disto, a obra de reconstrução nacional assumiria traços de proporções gigantescas, sendo um dos pontos centrais de tal projeto o cuidado com as crianças, prosseguindo com o projeto de iniciado por Moncorvo Filho. Ainda, proferiu que a função do médico deixou de ser de mero diagnóstico de doenças, atravessando esta linha para a prevenção, tratando o sujeito doente como "função do meio em que vive e sofre".⁶¹⁶

Neste caminho, expressou que a atuação médica rompeu suas tradicionais barreiras e tal profissão tornou-se colaboradora nos conselhos das nações. Seus estudos focalizaram a origem de muitos problemas nacionais, como a ignorância, a miséria e os vícios, pleiteando do governo a implementação de legislação atinente às matérias da medicina preventiva e social. “Fez-se, assim, pelos imperativos da própria profissão, incansável defensor da moral individual e pública, que em tanta maneira se relaciona com os ditames da higiene.”⁶¹⁷

Estabeleceu vínculo com a formação da raça brasileira, sendo a criança ponto nuclear de tal projeto nacional. Segundo Augusto Leite, o Brasil teria mais benefícios salvando suas crianças do que recebendo estrangeiros, sendo que elas seriam as futuras trabalhadoras da nação. “Na obra de multiplicação, conservação e aperfeiçoamento de nossa raça, nenhum trabalho conseqüentemente, mais lógico e de maior rigor científico que o de cuidar da prosperidade física, intelectual e moral da infância.”⁶¹⁸

⁶¹³ Ibid., p. 396.

⁶¹⁴ **Augusto Leite**, nasceu em Riachuelo no estado de Sergipe em 30 de julho de 1886. Formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1909. Era diretor do hospital de cirurgia e da maternidade Francisco Mello, lecionou a matéria de higiene no Ateneu Pedro II, e pertenceu à Academia de letra de Sergipe. Eleito deputado federal pelo estado de Sergipe. GODINHO, Wanor R.; ANDRADE, Oswaldo S. Op. Cit., p. 86.

⁶¹⁵ AUGUSTO, Leite. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. XIV, 1934. p. 369.

⁶¹⁶ Ibid., p. 372.

⁶¹⁷ Ibid., p. 371.

⁶¹⁸ Ibid., p. 374.

Com seu tempo findo, ressaltou a magnitude da puericultura e assinalou que “a educação é o elemento preponderante em toda ação social. A universalização de princípios de higiene que não custam tanto, supriria, em parte; a nossa indigência.”⁶¹⁹

Na sequência dos trabalhos, a deputada Carlota de Queiroz⁶²⁰, médica e deputada federal eleita pela Chapa Única por São Paulo Unido, proferiu sua contribuição convicta do papel da mulher na jornada de construção do país que se seguia. Sua proposição visava problematizar a defesa nacional, de modo mais específico, da atribuição da compulsoriedade do juramento à bandeira pelos indivíduos do sexo feminino.⁶²¹

A constituinte defendeu que a educação física para moças deveria atender às regras universais, em conformação às condições fisiológicas, cooperando para a questão da eugenia da raça: “Por enquanto, não se pode pedir mais à moça brasileira. As suas condições sociais, a educação que lhes temos dado até agora, não nos permitem entrever ainda outra solução.”⁶²²

Na sequência do décimo quarto volume, o deputado Victor Russomano⁶²³ subiu à tribuna para debater sobre a assistência à mulher. Sua articulação se deu pelo fato de que o art.159 do projeto substitutivo em apreço, em sua letra ‘f’ constava a seguinte frase “assistência ao trabalhador enfermo, bem como à gestante operária.”⁶²⁴

O deputado defendeu a assistência à mulher de modo geral, não apenas da “gestante operária”. Para ele, o cuidado com a mulher é uma questão de eugenia, sendo necessária a proteção da mulher em qualquer ramo de trabalho que seja.⁶²⁵⁶²⁶

No décimo sexto volume, o deputado Mário Chermont foi o relator do capítulo que debatia a situação endemiológica da lepra no Brasil. Sua justificativa teve como pilar a

⁶¹⁹ Ibid., p. 375.

⁶²⁰ **Carlota Pereira de Queiroz**, em 434 anos de Brasil Carlota foi a primeira mulher a ser eleita deputada federal na história do país. Nasceu em São Paulo capital em 13 de fevereiro de 1892. Matriculou-se na faculdade de medicina de São Paulo e do Rio de Janeiro e chegou a receber o prêmio Miguel Couto. Fora eleita pela “Chapa Única por São Paulo Unido”. GODINHO, Wanor R.; ANDRADE, Oswaldo S. **Constituintes brasileiros de 1934**. Grafica Santo Antonio, 1934. p. 209.

⁶²¹ QUEIROZ, Carlota. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. XIV, 1934.p. 496.

⁶²² Ibid., p. 498.

⁶²³ **Victor Russomano**, nascido em Pelotas no estado do Rio Grande do Sul em 12 de outubro de 1890, doutorou-se em medicina em 1914 pela faculdade de medicina do Rio de Janeiro. Fora eleito pelo Partido Liberal pela imprensa e pela tribuna nas eleições de maio de 1933. GODINHO, Wanor R.; ANDRADE, Oswaldo S. **Constituintes brasileiros de 1934**. Grafica Santo Antonio, 1934.p. 243.

⁶²⁴ RUSSOMANO, Victor. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. XIV, 1934. p. 519.

⁶²⁵ Id.

⁶²⁶ Interessante eram as interrupções sofridas por Vitor Russomano pelo deputado Arão Rebelo, tais como o pedido de leitura de uma exposição de motivos do chanceler Adolfo Hitler e a leitura realizada do autor Gaston Jézé, apontando os malefícios da integração da mulher quanto ao direito de voto. Ibid., p. 520.

preocupação com a raça, pois na medida em que a lepra se fortalece, ela destrói os alicerces da força e grandeza da raça brasileira. Argumentou que tal problema é vital para o futuro do povo e prosperidade da pátria.⁶²⁷

Dizendo-se embasado em historiadores e cientistas, registrou que a lepra não é um mal presente entre os nativos do país, tal epidemia fora trazida pelos portugueses e escravos africanos. Por falta de profilaxia, a lepra se radicou por todo o território nacional, para o constituinte esta era “um obstáculo à eugenia da nossa raça.”⁶²⁸

Chermont manifestou que a resolução de tal problema atingiria diversos campos: além da eugenia, a lepra “afeta profundamente - não só grau da nossa civilização e da nossa cultura científica - mas também a nossa nacionalidade, além de atestar os propósitos humanitários e patrióticos dos nossos governantes.”⁶²⁹

Destacando que a propagação de tal moléstia se deu por conta do ambiente moral e social, além da ausente educação sanitária do povo, Chermont depositava na ciência a solução para o problema. Assim, clamou pela execução de uma campanha de proporções nacionais, uma vez que se tratava de medida patriótica e humanitária, que proporcionaria ao Brasil novos braços para sua obra de grandeza e progresso.⁶³⁰

O deputado Gaspar Saldanha⁶³¹, eleito pelo Partido Republicano Liberal do Estado do Rio Grande do Sul, tomando como lição a obra “organização social” de Alberto Torres, realizou discurso sobre a questão da imigração e da fixação do homem brasileiro no território nacional.⁶³²

Os registros deste momento constituinte se configuram conturbados, tendo sido entrecruzado por diversas interrupções dos demais interlocutores. Isso se imputa pelo conteúdo dos pronunciamentos de Saldanha, como quando se declarou favorável à imigração de correntes brancas, em prejuízo das correntes amarelas e negras.⁶³³

⁶²⁷ CHERMONT, Mário. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. XVI, 1934. p. 19.

⁶²⁸ Ibid., p. 20.

⁶²⁹ CHERMONT, Mário. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. XVI, 1934. p.20.

⁶³⁰ Ibid., p.20 et seq.

⁶³¹ **Gaspar Saldanha**, nascido na cidade de Livramento, no estado do Rio Grande do Sul em 14 de março de 1888. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Porto Alegre em 1913. Fora incluído na chapa do Partido Republicano Liberal. GODINHO, Wanor R.; ANDRADE, Oswaldo S. **Constituintes brasileiros de 1934**. Grafica Santo Antonio, 1934. p.246.

⁶³² SALDANHA, Gaspar. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. XVI, 1934. p. 402.

⁶³³ Ibid., p. 404.

Saldanha aclarou que não lançaria mão da doutrina hitlerista do tipo racial perfeito, mas que há o “dever de desejar uma nação, e para isso, precisamos formar o tipo étnico, tendo em atenção a eugenia e até a estética.”⁶³⁴⁶³⁵

No décimo nono volume, o deputado Christovão Barcellos⁶³⁶, eleito deputado federal pela chapa União Progressista Fluminense, pleiteou a supressão do artigo 161⁶³⁷ do projeto de constitucional, que trazia em seu bojo que “a lei atenderá aos interesses nacionais no sentido de assegurar a assimilação dos imigrantes”, pois o artigo 7º, n. 10, letra “g”⁶³⁸, já conferia a União o poder privativo de “orientar, regular ou proibir a imigração”.⁶³⁹

O constituinte fundamentou seu apelo por acreditar o correto seria deixar aos critérios de oportunidade do legislador ordinário a apreciação do que convém ao Brasil. Nesse sentido, “as considerações de eugenia não podem estreitar a compreensão do problema ao ponto de selecionar os homens só pelo físico, com exclusão, senão menosprezo pelas virtudes morais e intelectuais dos povos verdadeiramente superiores [...]”⁶⁴⁰

Em momento posterior, ao mencionarem o problema da criança, alertaram que as nações civilizadas da época em que eram contemporâneos estavam se articulando em prol da própria defesa racial, em que os governos assumiram tal assunto como o maior projeto político-social. Nesta esfera, a assistência à criança era um dos principais fundamentos desta política, que em determinados países vai desde o período pré-natal até o pós-concepcional.⁶⁴¹

Para comentarem tal fato, trouxeram à baila o caso do Japão, que tanto na parte da educação, quanto nos cuidados “médico eugenéticos e psicológicos”⁶⁴² providos pelo Estado, alcançavam desde a fase pré-natal e até o cuidado para a vida prática do indivíduo.⁶⁴³⁶⁴⁴

⁶³⁴ Id.

⁶³⁵ Dentre os apartes realizados, um dos que causaram mais polêmicas foi o do psiquiatra Xavier de Oliveira. Este proclamou que “não pensa como brasileiro” aqueles que não concordam com a recepção apenas das correntes imigratórias brancas e não se opõem à imigração negra e amarela. *Ibid.*, p. 405.

⁶³⁶ **Christovão de Castro Barcellos**, nasceu em Campos no estado do Rio de Janeiro em 25 de julho de 1884. Foi general do exército e era chefe da União Progressista Fluminense, partido pelo qual fora eleito deputado à Assembleia nacional de 1933. GODINHO, Wanor R.; ANDRADE, Oswaldo S. **Constituintes brasileiros de 1934**. Grafica Santo Antonio, 1934. p. 136.

⁶³⁷ Art. 161. A lei atenderá aos interesses nacionais no sentido de assegurar a assimilação dos imigrantes. BRASIL, Constituição. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil-16 de julho de 1934**. Brasília, DF: Fundação Projeto Rondon-Minter, 1986.

⁶³⁸ Art. 7 Compete privativamente à União: 10) legislar sobre: g) colonização, emigração e imigração, podendo orientar, regular ou proibir esta última. *Id.*

⁶³⁹ BARCELLOS, Christovão. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. XIX, 1934. p.348.

⁶⁴⁰ *Id.*

⁶⁴¹ *Ibid.*, p. 366.

⁶⁴² *Ibid.*, p. 367.

⁶⁴³ *Id.*

Nas páginas que se seguem, mais uma vez o assunto do exame pré-nupcial. O deputado Leôncio Galvão⁶⁴⁵ pede para que seja suprimido artigo 169⁶⁴⁶ que determinava a exigência do exame de sanidade física e mental aos moldes da eugenia.⁶⁴⁷

A justificativa do constituinte também deslindou em torno da inaplicabilidade de tal medida por todo o território nacional, em vista da ausência de profissionais competentes para tanto. Para Galvão, tal medida constitucional se traduz em obstaculização à realização do casamento civil.⁶⁴⁸

O deputado Godofredo Menezes⁶⁴⁹, médico e eleito a ocupar a cadeira de deputado federal pelo Partido Social Democrático do Espírito Santo, também se posicionou de forma contrária ao exame pré-nupcial, afirmando sua inaplicabilidade por todo o território nacional. Para tanto, elaborou parecer que visava a retirada de tal proposição [artigo 169] do projeto constitucional. Sua exposição se deu nos mesmos termos utilizados pelo do deputado Galvão, somando-se ao fato da carência de médicos especializados na realização de tal exame, a falta de infraestrutura que possibilite a execução de tal exame.⁶⁵⁰

Para Menezes, o exame médico pré-nupcial consistiria em uma medida eugênica, entretanto argumentou que a eugenia deveria ser implantada culturalmente, com a elevação da intelectualidade do povo, pela força da propaganda e não “pelo músculo flácido da lei”.⁶⁵¹

No parecer de número 573, que trazia o conteúdo atinente à assistência social orientada pelo Estado⁶⁵², os constituintes começaram seu discurso contextualizando a situação

⁶⁴⁴ Tal debate foi subscrito pelos deputados Xavier de Oliveira, Carlota de Queiroz, Miguel Couto, Alberto Surek, dentre outros.

⁶⁴⁵ **Leôncio Galvão**, nasceu em Jaguaripe no estado da Bahia em 14 de fevereiro de 1864. Fora um fervoroso missionário católico, com formação em filosofia e teologia no seminário da Bahia. Foi eleito deputado federal pelo partido social democrático “tendo recebido, além dos votos da legenda do partido mais de 6 mil outros, avulsos, não partidários”. GODINHO, Wanor R.; ANDRADE, Oswaldo S. **Constituintes brasileiros de 1934**. Grafica Santo Antonio, 1934. p. 97-98.

⁶⁴⁶ Art. 169. Aos contraentes é obrigatória a prova prévia de exame de sanidade física e Mental. segundo os moldes da eugenia, estabelecidos em lei federal. BRASIL, Constituição. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil-16 de julho de 1934**. Brasília, DF: Fundação Projeto Rondon-Minter, 1986.

⁶⁴⁷ GALVÃO, Leôncio. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. XIX, 1934. p. 436.

⁶⁴⁸ Id.

⁶⁴⁹ **Godofredo Costa Menezes**, nasceu na cidade de Mar de [HeE](#)spanha, no estado de Minas Gerais. Formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 19 de dezembro de 1914. Era inspetor de ensino e médico escolar na cidade de Alegre. Era um político liberal e foi eleito pelo partido social democrático do Estado do Espírito Santo. GODINHO, Wanor R.; ANDRADE, Oswaldo S. **Constituintes brasileiros de 1934**. Grafica Santo Antonio, 1934., p. 117.

⁶⁵⁰ MENEZES, GODOFREDO COSTA. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. XIX, 1934.p. 437.

⁶⁵¹ Id.

⁶⁵² Ibid., p. 362.

nacional: o Brasil era um novo país, de vasta extensão territorial, de clima variável, com uma população formada por diversas raças e que viviam em distintas condições de higiene. Com base neste panorama, eram favoráveis à inclusão na nova Constituição um capítulo que se dedicasse à satisfação das necessidades da coletividade, pautadas sob ditames científicos e racionais.⁶⁵³

Daí que cada um deles timbrasse em declarar a imposição da educação eugênica, uma vez que a eugenia não teria por único fim a criação de boas condições fisiológicas, como também desvelava as raízes das causas disgenéticas e as que atingiam diretamente o valor da espécie, dotando de responsabilidade cada indivíduo pela formação da raça.⁶⁵⁴

Diante da efervescência da prevenção dos flagelos sociais, recaindo aos poderes públicos o dever de amparar a higiene mental e de combate aos vícios sociais, frisaram principalmente a importância da luta contra o alcoolismo. O parecer que consubstanciava os artigos dedicados à assistência social foi aprovado pela assembleia constituinte.⁶⁵⁵⁶⁵⁶

No vigésimo volume quando votavam sobre as diretrizes gerais da educação nacional, o deputado Leitão da Cunha assegurou que tal proposição estava de modo vago no projeto constitucional, sendo que deveria constar claramente que a responsabilidade da educação deveria ser compartilhada entre União e Estados.⁶⁵⁷

Começou seu discurso confrontando a primeira constituição republicana nacional de 1891, em que o Governo Federal sofreu vastas críticas por não intervir na educação primária, pois se dizia que não havia dispositivo constitucional com tal conteúdo.

A preocupação de Cunha se dava no sentido de que a Constituição de 1934 não cometesse o mesmo erro de sua antecessora. Ao afirmar os cuidados acerca da melhoria do tipo étnico nacional através do aperfeiçoamento da raça, seria dolorosa a acusação de que sua geração teria conseguido transformar os brasileiros em uma raça de Apólos e Hércules, mas, no entanto, com a intelectualidade relegada ao ostracismo, em modelos eugênicos “vazios”.⁶⁵⁸

⁶⁵³ MENEZES, GODOFREDO COSTA. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. XIX, 1934, p. 365.

⁶⁵⁴ Id.

⁶⁵⁵ Id.

⁶⁵⁶ O parecer foi subscrito pelos deputados A. C. Pacheco e Silva; Carlota P. de Queiroz; Almeida Camarno; C. de Mello Neto; Roberto Simonsen; A. Siciliano; Ranulpho Pinheiro Lima. - Abelardo Vergueiro Cesar; Oscar Rodrigues Alves; Theotônio Monteiro de Barros Filho; Alcantara Machado Barros Penteadó; Jose Ulpiuno; Abreu Sodré; Cincinato Braga; Manuel Hyppolito do Rego; José Carlos de Macedo Soares; M. Whatelley; Henrique Bayma; Horacio Lafer; C. Moraes Andrade. *Ibid.*, p. 366.

⁶⁵⁷ CUNHA, Leitão da. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. XX, 1934. p. 150.

⁶⁵⁸ *Ibid.*, p. 152.

Dentro ainda do debate da aprovação do enunciado de matéria atinente à execução do exame pré-nupcial, Levi Carneiro⁶⁵⁹ fez constar que a aprovação da medida teria natureza complementar, pois a assembleia a qual constituíam já havia aprovado que a assistência social abarcaria a educação eugênica e também determinações que garantiam a formação moral do casamento.⁶⁶⁰

Tal dispositivo foi aprovado com a seguinte redação: “A lei regulará a apresentação pelos nubentes, de prova de sanidade física e mental, tendo em atenção as condições sociais do País.”⁶⁶¹⁶⁶²

Por fim, vale ilustrar o resultado final, o desencadeamento dos debates em que a eugenia entrou na ordem dos debates constituintes. Em primeiro lugar, o art.138 que a incorporou explicitamente. Em que pese sua menção se limitar apenas a alínea “b”, todo o artigo parece ter sido construído com base em suas premissas. Isto porque prevê, exemplificadamente, na alínea “g”, os cuidados alusivos aos preceitos de higiene mental e o combate aos venenos sociais.⁶⁶³

Como instrumento de auxílio para a compreensão de como o dispositivo foi recebido perante os olhos dos juristas da época, será utilizada a obra de Pontes de Miranda, em que se dedicou a fazer comentários sobre a Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1934.⁶⁶⁴

No que tange a inteligência do artigo 138 deste texto constitucional, Pontes de Miranda pareceu reticente, declarando que não passava de mero enunciado programático. Em suas palavras, o artigo “[...]insinua, atribui; mas sem sanção, sem criação de qualquer direito

⁶⁵⁹ **Levi Carneiro**, nasceu em 8 de agosto de 1882 em Niterói, formou-se em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e sociais do Rio de Janeiro em 1903. Era membro da Assembleia Constituinte como representante profissional. GODINHO, Wanor R.; ANDRADE, Oswaldo S. **Constituintes brasileiros de 1934**. Grafica Santo Antonio, 1934. p. 253.

⁶⁶⁰ CARNEIRO, Levi. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. XX, 1934. p. 210.

⁶⁶¹ De acordo com a emenda ao projeto constitucional nº 772. Ibid., p. 212.

⁶⁶² Esta redação assim ficou estabelecida após o resultado da votação que aprovou a emenda nº 772, mas o artigo em questão ainda dava brechas para que se instituísem outras leis ordinárias a respeito do assunto. E foi nisso que se apoiaram os antigos e novos defensores do exame pré-nupcial, uma vez que a Constituição não eliminou a hipótese de se regularizar a apresentação do atestado conforme a lei.

⁶⁶³ Art. 138 - Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas: a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar; b) estimular a educação eugênica; c) amparar a maternidade e a infância; d) socorrer as famílias de prole numerosa; e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual; f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis; g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais. BRASIL, Constituição. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil-16 de julho de 1934**. Brasília, DF: Fundação Projeto Rondon-Minter, 1986.

⁶⁶⁴ MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. Comentários à constituição da república dos Estados Unidos do Brasil. **Rio de Janeiro: Editora Guanabara**, v. 1, 1936.

subjetivo público ao que se promete.[...]”⁶⁶⁵ O autor parte do problema da ausência do caráter cogente da regra, para então declarar que a mesma não é suscetível de comentário jurídico, consistindo em “[...] uma série de frases de discursos políticos.”⁶⁶⁶

Embora o autor tenha enfatizado que o dispositivo tem sua redação voltada a delimitação de competências para a execução da educação eugênica, sendo da União, dos Estados-membros e dos Municípios, encerrou sua análise sobre esse dispositivo afirmando que o mesmo “não é o que deveria ser. [...]”⁶⁶⁷, assentando sua crítica na ausente previsão da obrigatoriedade da destinação compulsória de verbas, ou da percentagem das rendas da União e dos Estados-membros, para que cumprissem o fim a que se propõe tal proposição constitucional. Se assim o fosse, “[...] seria outra sua a sua significação de direito objetivo, ainda que se não houvesse chegado a concepção mais enérgica dos direitos públicos subjetivos de que fossem conteúdo os serviços apontados no art. 138. [...]”⁶⁶⁸

Outro debate que teve suas balizas atravessadas pela teoria da eugenia foi sobre as definições acerca da questão imigratória, encerradas no Art.121 parágrafos 6º e 7º da Constituição brasileira de 1934.⁶⁶⁹ Pontes de Miranda parece apresentar uma postura inconformista com a decisão da assembleia constituinte. Para ele, o §6º deste enunciado, que trata da limitação, definida em termos percentuais, da entrada de imigrantes no território nacional, “[...]contém em si um dos mais graves erros de política que país em formação e com cerca de 8 milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados podia cometer.”⁶⁷⁰

Sua crítica se pautou no fato de tal enunciado não coordenar o movimento das correntes imigratórias aos benefícios decorrentes de sua composição étnica e atributos culturais, condicionando a resolução do problema da imigração à entrada de 2% [dois por

⁶⁶⁵ MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. Comentários à constituição da república dos Estados Unidos do Brasil. **Rio de Janeiro: Editora Guanabara**, v. 1, 1936. p.375.

⁶⁶⁶ Id.

⁶⁶⁷ Id.

⁶⁶⁸ Id.

⁶⁶⁹ Art 121 - A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País.[...] § 6º - A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos. § 7º - É vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena.[...] BRASIL, Constituição. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil-16 de julho de 1934**. Brasília, DF: Fundação Projeto Rondon-Minter, 1986.

⁶⁷⁰ Ibid., p.334.

cento] sobre o número total dos respectivos nacionais fixados nos Brasil nos últimos 50 [cinquenta] anos.⁶⁷¹

Em contrapartida, o jurista interpretou a proibição prevista no §7º do mesmo enunciado de forma positiva, apesar de encarar com pesar a ausente previsão de sanção em seu texto legal, aduz que “o preceito é de importância, porque permite dispersar-se a massa concentrada, transplantá-la ou indicar-lhe roteiro, o que o art.113, impediria, desde que já estivesse residindo no país o imigrante.”⁶⁷²

No mesmo sentido, Pedro Calmon, em seu “Curso de Direito Constitucional Brasileiro - Constituição de 1946”⁶⁷³, comentou sobre a temática da imigração na Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Acompanhando Pontes de Miranda, também se posicionou desfavorável à lógica imigratória que então encerrou-se naquele documento constitucional.⁶⁷⁴

Apontando a vasta extensão territorial brasileira, afirmou que eram necessários braços para a lavoura, provenientes de correntes imigratórias que corroborassem com a riqueza da nação. De acordo com suas próprias palavras: “O nacionalismo da Constituição de 1934, porém, se extremara quanto ao imigrante. Prevaleceu na Constituinte daquele ano a opinião de que devíamos cuidar da raça e dos seus problemas: população homogênea, mais bela, mais sadia.”^{675/676}

Ou seja, parece que Pedro Calmon imputou a responsabilidade da limitação da recepção dos imigrantes que aportavam em terras brasileiras à concepção eugênica. Embora não explicitando o termo, a inteligência de tal teoria se traduz veladamente nas palavras do autor, no que se referia aos cuidados da raça e a constituição de uma população bela e sadia.⁶⁷⁷

⁶⁷¹ Pontes de Miranda, ainda sobre o art. 121 §6, afirmou: “Só a vesânia dos ódios malsãos inspira erros desse porte e a emenda 1.619, que Miguel Couto e mais 129 deputados apresentaram, ficaria na história se, a despeito de não terem entrado antes, nem sabido da existência do Brasil, durante os últimos cinquenta anos, até assírios não tivessem vindo.” MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. Comentários à constituição da república dos Estados Unidos do Brasil. **Rio de Janeiro: Editora Guanabara**, v. 1, 1936., p.334.

⁶⁷² Ibid., p.335.

⁶⁷³ CALMON, Pedro. **Curso de Direito Constitucional Brasileiro**: Constituição de 1946. Rio de Janeiro: Ed. Freitas Bastos, 1947.

⁶⁷⁴ Ibid., p.353.

⁶⁷⁵ Id.

⁶⁷⁶ Mesmos dizereres, mediante as mesmas palavras, do curso de direito constitucional de 1937. Quanto ao art, 138, apenas repetiu seu conteúdo sem nada acrescentar. CALMON, Pedro. **Curso de Direito Constitucional Brasileiro**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1937. p.301-302, 303-304.

⁶⁷⁷ Sobre o caráter da Constituição de 1934, Calmon afirmou tanto no curso de direito constitucional que publicou em 1937 quando na versão ampliada de 1945, com as mesmas palavras em ambas, que “[...]A constituição de 1934 não era mais liberal-democrática, porém social-democrática.[...]Inspirou-se numa ordem de fatos, como as duas Cartas precedentes, mas numa “atmosfera” político-social, de confuso ecletismo. “Racionalizou” os problemas jurídicos do Estado, com as lições amargas da experiência republicana, as sugestões estrangeiras mais recentes, e as transações operadas no seio de uma assembleia constituinte sem a

Ainda no mesmo sentido de Pontes de Miranda, também fixou sua posição sobre o acerto dos constituintes na elaboração do §7º, estabelecendo que melhor solução teria sido se tivessem deixado a cargo da Câmara ordinária a matéria da imigração, indicando apenas o conteúdo deste parágrafo que por si só resolveria o problema da aglomeração de estrangeiros que pudessem interferir na evolução nacional.⁶⁷⁸

Isto posto, continuando sobre o tema da imigração, pouco antes da publicação da Constituição brasileira de 1934, especificamente no dia 9 de maio de 1934, publicou-se decreto que visava regular a entrada de estrangeiros ao território nacional.

A justificativa que inaugurava o próprio texto desta legislação se apoiava em argumentos tais como os atinentes à extensão territorial brasileira, somada a necessidade de povoamento e mão de obra para a agricultura. Além disso, também tangenciou a questão do desemprego, o qual imputava-se como uma das causas, a entrada desordenada de estrangeiros.⁶⁷⁹

Este decreto não foi citado em meio às discussões da Assembleia Constituinte de 1933-1934. Tampouco teve expressiva repercussão na imprensa periódica em circulação à época. Enquanto que no primeiro documento não foram constatadas menções, nos periódicos, em pesquisa realizada a partir da data de sua publicação até 1939, em jornais que circulavam na capital brasileira, contatou-se 17 [dezessete] referências ao decreto, divididas entre 9 [nove] diferentes periódicos⁶⁸⁰, o que pode sugerir que este documento legislativo não gerou grande repercussão social.⁶⁸¹

Sobre o último artigo relacionado aos debates atinentes à eugenia no pleito da constituinte de 1933-1934, o artigo 145⁶⁸³, que deixou a cargo da Câmara ordinária a

necessária coesão de princípios, nem identidade de ideais. *Ibid.*, p.15-16. [as duas obras estão com a mesma paginação]

⁶⁷⁸ CALMON, Pedro. **Curso de Direito Constitucional Brasileiro**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1937. p.354.

⁶⁷⁹ BRASIL, **Decreto n. 24.215**, de 9 de maio de 1934. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros em território nacional. Diário Oficial da União, Seção 1, Rio de Janeiro, RJ, 18 de maio de 1934. p. 9451.

⁶⁸⁰ Como exemplo, os periódicos “O jornal”, com 3 (três) menções e o “Correio da manhã”, com 2 (duas) citações ao decreto 24.215 de 9 de maio de 1934.

⁶⁸¹ Tais dados foram levantados através da plataforma de pesquisas da Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: << <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>> Acesso em:12/01/2017.

⁶⁸² O periódico que mais o mencionou foi o “Diário Carioca”. As 4 (quatro) menções são relacionadas a esclarecimentos do Departamento Nacional de Povoamento acerca das formalidades do decreto. Além disso, ultrapassam o lapso temporal proposto neste trabalho, (1920-1934), como exemplo, a matéria intitulada “A situação dos técnicos estrangeiros”, no ano de 1936. In: A SITUAÇÃO dos technicos estrangeiros. **Diário Carioca**. ano IX , n. 2.497, Rio de Janeiro, p.10. 4 de setembro de 1936.

⁶⁸³ Art 145 - A lei regulará a apresentação pelos nubentes de prova de sanidade física e Mental. tendo em atenção as condições regionais do País. BRASIL, Constituição. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil-16 de julho de 1934**. Brasília, DF: Fundação Projeto Rondon-Minter, 1986.

legislação acerca da apresentação de prova de sanidade física e mental pelos indivíduos que pretendessem se casar. Pontes de Miranda acentuou que a nova constituição modificou o diagnóstico dado pela primeira constituição republicana acerca do caráter da implementação do exame de sanidade física mental. Enquanto que, em sede de discussão da Constituição brasileira de 1891, este enunciado era dado como inconstitucional, visto como uma transgressão tanto à liberdade individual quanto aos princípios morais. O autor interpretou que o “legislador constituinte quis que isso entrasse nos programas de política legislativa”, encerrando sua fala citando como exemplo de prova de sanidade física e mental, o exame pré-nupcial.⁶⁸⁴

Sobre este preceito constitucional, Calmon observou “que o exame pré-nupcial não pode fixar tipos ideais de sanidade. Daí a restrição: “tendo em atenção as condições regionais”. Nem seria possível, sem grave transtorno social, impedir casamentos numa região onde a insalubridade ou certas enfermidades crônicas ainda zombam das profilaxias e dos expurgos.⁶⁸⁵

Vale mencionar que, às vésperas da publicação da Constituição brasileira de 1934, na data de 3 de julho daquele ano, publicou-se um decreto que também tocava em alguns assuntos que foram discutidos no pleito constituinte, tais como as questões referentes à profilaxia mental.⁶⁸⁶

Em que pese seu teor abranger ideias que também foram sustentadas por alguns membros da Assembleia Constituinte de 1933-1934, tais como se extrai da leitura das atribuições de um conselho criado pelo decreto, como “[...] auxiliar os órgãos de propaganda de higiene mental e cooperar com organizações públicas ou particulares de fins humanitários, especialmente instituições de luta contra os grandes males sociais. [...]”,⁶⁸⁷ o documento não foi citado nos movimentos dos legisladores do novo documento constitucional, e pela imprensa, uma única vez.⁶⁸⁸

⁶⁸⁴ MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. Comentários à constituição da república dos Estados Unidos do Brasil. **Rio de Janeiro: Editora Guanabara**, v. 1, 1936., p.391-392.

⁶⁸⁵ CALMON, Pedro. **Curso de Direito Constitucional Brasileiro**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1937.p.311.

⁶⁸⁶ BRASIL. Decreto **n. 24.559**, de 3 de Julho de 1934. Dispõe sobre a profilaxia mental, a assistência e proteção á pessoa e aos bens dos psicopatas, a fiscalização dos serviços psiquiátricos e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, Rio de Janeiro, RJ, 14 de julho de 1934. p.14254.

⁶⁸⁷ Id.

⁶⁸⁸ O decreto foi citado em uma matéria que transcreveu parte de uma sentença de interdição, consistindo em um do argumentos utilizados pelo juiz. A matéria não se dedicou a discutir qualquer aspecto desta legislação. O MAIS rumoroso processo de interdição destes ultimos anos. **A noite**. Ano XXIX , Ed.9.916, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1939, p.6.

Tal fato pode conduzir a conclusão de que este documento não reverberou no corpo social, tendo sido, talvez, instrumento de apoio para a resolução das questões nos bastidores do governo, ou seja, um documento de auxílio ao aparelhamento estatal na questão da gestão de saúde pública.⁶⁸⁹

Isto posto, os estudos destes fragmentos retirados dos anais constituintes de 1933 serviram para revisitar este momento político e auxiliar na tarefa de contextualizar o caminho de recepção do conceito de eugenia, revelando como a necessidade e a contingência imprimiram um novo significado ao vocábulo de origem britânica no cenário brasileiro.

O conceito de eugenia difundiu-se e ecoou por todo o debate constituinte, tendo seu uso adstrito pela insistente procura por um artifício, por um método de salvação nacional.

Assim, na conjuntura pós movimento de 1930, vivenciou-se na capital federal a emergência desta concepção em seu aspecto jurídico. Um país de vasta extensão territorial, submetido à uma lógica de portos abertos indiscriminados a todos os povos, cujo aparelhamento social era movido por uma burguesia que tentava manter sua posição hierárquica.

Vale lembrar que o Brasil foi um dos últimos países do mundo a decretar a abolição da escravidão, isto quer dizer que, no recorte temporal aqui em exame, a população do distrito federal estava inserida em um contexto pós abolicionista, experienciando a absorção destes indivíduos recém-livres na lógica de mercado nacional, situação que se agravou com a imigração irrestrita ao território nacional.

Enquanto isso, era notório o desejo de construção e engrandecimento da nação por todo o povo, estampados nas epígrafes de jornais e nas vozes dos discursos proferidos por grupos sociais, tais como médicos, políticos e juristas.

Foi neste cenário que se instalou a assembleia constituinte, contudo, antes de proceder a uma tentativa de sua problematização, partindo da concepção que é o olhar do historiador que constitui a história e que, a o passar do tempo tende a defender e glorificar os fatos e os personagens do passado, é preciso aclarar que uma Assembleia Nacional Constituinte é umbilicalmente atrelada à sua conjuntura sócio-temporal, sendo um documento próprio de seu tempo. Assim, a construção histórica desta produção política deve ser feita com as devidas mediações e sem recair em anacronismos.

⁶⁸⁹ A pesquisa foi realizada a partir da publicação do documento até o ano de 1939, o recorte geográfico foi o Rio de Janeiro, capital do Brasil do período. A ferramenta de buscar foi a Hemeroteca Digital Brasileira.

A eleição instalada para compor a assembleia constituinte de 1933-1934 elegeu 254 deputados [duzentos e cinquenta e quatro], pertencentes a 40 [quarenta] diferentes legendas partidárias. Unidos em torno de um propósito único, qual seja, o de elaborarem um novo pacto político. Em meio a aventura de um estado corporativista e a inédita experiência da representação classista na constituinte, outro dado digno de nota é o de que 60 [sessenta] deputados que compunham tal organização política eram médicos.⁶⁹⁰

Ou seja, 24 % [vinte e quatro por cento] dos membros que compunham esta assembleia eram médicos, alguns classistas e outros eleitos mediante articulação partidária, sendo que, tal dado parece fruto da união propositada em torno da intenção de tecerem soluções que se socorrem e, que ao mesmo tempo vislumbravam o Brasil ideal aos olhos da comunidade médica nacional. Mais do que isso, esta ~~partieseipação~~participação em massa dos médicos parece colocar em movimento a conhecida frase de autoria de Miguel Pereira, qual seja “O Brasil é ainda um imenso hospital”.⁶⁹¹

Neste caminho, o conceito de eugenia no Brasil difundiu-se nas primeiras décadas do século XX, tendo seu auge no final dos anos de 1920 e início de 1930 durante a discussão sobre a regeneração do indivíduo brasileiro, alcançando o pleito constituinte que fora examinado.

Ele foi então introduzido pela imprensa e na Constituinte por partidários políticos de diferentes bandeiras que pretendiam consolidar a orientação de um novo homem. Discursos foram pronunciados e propostas foram consubstanciadas nos vários instrumentos parlamentares, constituindo uma forma de reformismo social inspirado em ditames científicos e que orientaram os letrados da alta burocracia luso-brasileira.

A pedra de toque de toda a argumentação eugenista desenvolvida nos trabalhos constituintes residia na tese de que o progresso das nações se dava pela educação do povo, encerrando suas aspirações ultrapassando o significado lexicográfico ordinário do vocábulo educação⁶⁹². Quer quanto nos fundamentos, quer quanto na forma com que se corporificaram, a educação eugênica era debatida tanto no aspecto físico, quanto no moral e cívico, atingindo até mesmo os ambientes de formação profissional.

⁶⁹⁰ Tal estimativa consta no oitavo volume dos documentos desta assembleia constituinte. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. VIII, 1934. p. 76.

⁶⁹¹ Discurso pronunciado pelo prof. Miguel Pereira, por ocasião do regresso do prof. Aloysio de Castro da Argentina no ano de 1916.

⁶⁹² Educação s.f. criação dada á mocidade, a animaes, a plantas; systema de educar; instrucção; ensino de maneiras e costumes. RIBEIRO, J. **Novo dictionario encycolopedico ilustrado da Lingua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1926. p.487.

No que se refere à corporificação da concepção eugênica dentre os membros da assembleia constituinte, esta fora proposta ligada a diferentes temáticas e também por blocos partidários de linhas políticas díspares, contando com representantes das profissões liberais, partidos políticos socialistas, liberais e representantes da Igreja Católica. Esta heterogeneidade ideológica aponta para o caráter dicotômico do pensamento político brasileiro desde a manjedoura desta composição constituinte.

A incorporação da eugenia ao documento constitucional não estava mencionada no projeto encaminhado pela Comissão do Itamaraty. Contudo, ela consta desde o primeiro volume dos anais, tendo sido objeto de disputa desde o início dos trabalhos da assembleia.

O fato da eugenia ter sido instrumentalizada tanto por membros do proletariado, quanto dos representantes liberais, bem como por membros ligados ao catolicismo, denota a união de forças de todo corpo social dispostas a debatê-la e colocar seus preceitos em prática, não estando, portanto, vinculada a nenhum apenas a ideal político.

Foi sob o contexto de um país de vasta extensão territorial, e com a nação ainda por constituir, que residia, portanto, a preocupação dos deputados federais de 1933-1934, que mobilizaram forças para amalgamar a raça brasileira, se preocupando mais com questões de higiene social, como a extirpação da verminose, o impaludismo, a tuberculose, a lepra, as doenças venéreas, somada à defesa da higiene mental e a luta contra os vícios sociais, sobretudo o alcoolismo, em detrimento da fixação do branqueamento da etnia nacional, conforme era a intenção, ao menos externamente, da opinião da minoria de representantes políticos.

Uma ressalva se faz importante: apesar do propósito da inclusão da teoria eugênica no texto constitucional não se vincular diretamente com propostas de segregação racial, seus preceitos foram usados no debate sobre restrição à imigração no território nacional. Em que pese toda a conjuntura antecipadamente assinalada, como a fixação do ideário de unidade nacional e todas as vozes proclamadas por motivações patrióticas, a eugenia fora operacionalizada no bojo das discussões imigratórias, mas não foi incluída no texto final do artigo redigido acerca desta temática.⁶⁹³

⁶⁹³ Art 121 - A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País.[...] § 6º - A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos. BRASIL, Constituição. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil-16 de julho de 1934**. Brasília, DF: Fundação Projeto Rondon-Minter, 1986.

Outra disposição que muito discutiu-se foi a atinente à promoção do exame pré-nupcial. Apesar do grande dispêndio de energia dos deputados na mobilização para a aprovação desta medida, em especial dos que possuíam formação profissional médica, talvez, devido à grande resistência de alguns políticos quanto à execução do mesmo somada à preocupação da ilicitude de uniões civis que daí poderiam se encetar, o texto constituinte deixou a cargo das leis infraconstitucionais sua implementação.⁶⁹⁴

A educação era uma das principais chaves discursivas que foi instrumentalizada pelos membros da constituinte de 1933. Ora em relação a educação primária, ora ligada à educação sexual, excertos também atinentes à educação física, o certo é que eugenia e educação andavam lado a lado, sendo umas das peças propulsoras postas a serviço do progresso nacional. Embora com intenções e motivações díspares, algo parecia soar de forma unívoca no pleito constituinte: era preciso educar o povo brasileiro.

2.3 As vozes por trás da Constituição brasileira de 16 de julho de 1934

Neste tópico serão expostos os fragmentos dos discursos dos membros da Assembleia Constituinte de 1933-1934, que além de mencionarem explicitamente a influência da concepção eugênica, utilizam em suas narrativas alguns intelectuais para dar vigor e força às suas vozes na tribuna.

Importa alertar, desde logo, que o propósito que conduz a execução desta tarefa não abriga a responsabilidade de efetuar um trabalho sistematizado sobre a obra dos autores que serão analisados, mas apenas delinear parâmetros gerais que corroborem para a compreensão da instrumentalização destes em meio aos debates constituintes. Mais especificamente: a intenção é fornecer alguns traços da produção intelectual que contribuíram com o texto da Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1934.

Assim, preferiu-se, antes, para compreensão do debate em tela, explorar a alameda dos intelectuais não apenas mais citados, mas também vinculados diretamente à temática da eugenia, na tentativa de apreender o essencial para o estabelecimento de um traçado geral da performance da concepção eugênica neste pleito político.

Isto posto, foi no ano de 1912 que Arthur Neiva e Belisário Penna realizaram uma expedição aos estados da Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás, em nome do Instituto Oswaldo

⁶⁹⁴ Art 145 - A lei regulará a apresentação pelos nubentes de prova de sanidade física e Mental. tendo em atenção as condições regionais do País. Id.

Cruz, vinculado ao setor de inspeção de obras contra a seca. O objetivo primeiro era realizar um diagnóstico das epidemias da região, para o posterior desenvolvimento de ações de profilaxia. Entretanto, o trabalho destes intelectuais ultrapassou a tarefa então inicialmente proposta, do mero diagnóstico de uma região antes entendida como condenada ao fracasso, à luz das teorias climatéricas e determinismos raciais⁶⁹⁵, os médicos não apenas passaram a questionar tais métodos, como também vislumbraram os primeiros sinais da mudança de percepção sobre a situação do interior nacional: o Brasil estava doente.⁶⁹⁶

Os relatos desta expedição podem ser considerados um dos pontos de partida do movimento sanitário⁶⁹⁷, pois rastream as peculiaridades de um espaço geográfico então desconhecido, esquecido pelo Estado. Mais do que isso, estes documentos deram ensejo a uma tentativa de mudança e superação do quadro constatado, discutindo-se que na verdade o Brasil estava enfermo, o que conduziu a efervescência de ideias em matéria de higiene e saúde.

Estes dois personagens ocuparam posições de relevo no cenário político nacional do recorte temporal em exame [1920-1934]. Arthur Neiva que se formou em medicina em 1903, e dentre os cargos em que fora envolvido, foi membro da assembleia constituinte de 1933-1934, eleito deputado federal pela legenda do Partido Social Democrático [PSD] da Bahia, exerceu este cargo político até a outorga da carta constitucional de 10 de novembro de 1937, documento que encerrou as atividades da casa legislativa que pertencia.⁶⁹⁸

Belisário Penna, por sua vez, pouco após o vitorioso movimento de 1930 que pôs termo a primeira república, foi nomeado diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública [DNSP]. No ano subsequente, no mês de setembro, assumiu o cargo de ministro da Educação e Saúde, o exercendo por poucos meses.

Isto posto, para atingir os personagens que contribuíram para o florescimento da concepção eugênica no seio da assembleia constituinte, é valioso remontar algumas linhas que demarcaram a institucionalização da eugenia no Brasil. Em 15 de janeiro de 1918 fora

⁶⁹⁵ SCHWARCZ, Lília Moritz, **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.14.

⁶⁹⁶ DIWAN, Pietra. **Raça Pura**. Uma história da eugenia no Brasil e no mundo. 2.ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015. p.95.

⁶⁹⁷ HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil**. In: Saúde em Debate. Hucitec/Anpocs, 1998. p.49.

⁶⁹⁸ **Arthur Neiva**, nasceu em 22 de março de 1880, na capital da Bahia, cidade de Salvador. Iniciou seus estudos em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, mas acabou se transferindo para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, pela qual doutorou-se em 1903. Foi eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte pelo Partido Democrático Social da Bahia. GODINHO, Wanor R.; ANDRADE, Oswaldo S. **Constituintes brasileiros de 1934**. Grafica Santo Antonio, 1934.

fundada a Sociedade Eugênica de São Paulo [Sesp], por Renato Kehl, constituindo a primeira associação deste tipo na América Latina. O médico Arthur Neiva ocupou uma das cadeiras diretivas desta sociedade.⁶⁹⁹

Pouco tempo depois, no dia 11 de fevereiro de 1918, por iniciativa de Belisário Penna, fundou-se a Liga Pró-saneamento do Brasil. A instituição teve como membros nomes como Monteiro Lobato⁷⁰⁰, Arthur Neiva, Afrânio Peixoto, Miguel Pereira, dentre outros. Na ocasião Monteiro Lobato estava à frente da Revista do Brasil, veículo de informação que utilizou ostensivamente para propugnar suas ideias acerca do saneamento.⁷⁰¹

Diwan leciona que o interesse de Monteiro Lobato por questões atinentes ao saneamento se deve ao fato de seu relacionamento próximo com Arthur Neiva, sendo que no ano de 1916, quando Neiva estava à frente do Serviço Sanitário Paulista, Lobato o acompanhou em algumas viagens ao interior do estado, “o que proporcionou a Lobato um olhar mais ‘científico’ do que aquele que adquiriu como herdeiro da fazenda Buquira, nos arredores de Caçapava, interior de São Paulo.”⁷⁰²

No entanto, o interesse pelo saneamento do povo brasileiro na obra do literato é perceptível desde a publicação do conto “Urupês”, no jornal “O Estado de São Paulo” na data de 23 de dezembro de 1914. “Urupês” também foi o nome dado a uma coletânea de contos publicada no ano de 1918, que vendeu mais de 30.000 [trinta mil] exemplares entre 1918 e 1925⁷⁰³, livro que consagrou Jeca-Tatu, seu personagem símbolo, escrita contemporaneamente à sua vivência no vale do Paraíba, caracterizando o início do século XX no Brasil, mediante descrições esmiuçadoras, estabelecendo ótica depreciativa do caboclo brasileiro.

Valerá a pena, para efeito de exposição, esboçar alguns traços da produção literária de Lobato vinculada ao tema em estudo. Frise-se, desde logo, que o prisma que orienta esta tarefa não objetiva uma visão conspectiva, mas se propõe a fornecer pontos de uma paisagem geral, apenas para efeitos de uma contextualização preliminar.

⁶⁹⁹ A composição desta sociedade contava com 140 (cento e quarenta) membros de diversas profissões, interessados em debater a nacionalidade através de argumentos biológicos e sociais. DIWAN, Pietra. Op. Cit., p. 97.

⁷⁰⁰ **José Bento Monteiro Lobato** (1882-1948), nascido em Taubaté, São Paulo, no dia 18 de abril de 1882, fez graduação em Direito, dedicou-se à agricultura no Vale do Paraíba. Tem como algumas obras: Idéias de Jeca Tatu, conto, 1918; Urupês, conto, 1918; Cidades Mortas, conto, 1920; Negrinha, conto, 1920; O Saci, literatura infantil, 1921. LOBATO, Monteiro. **Urupês**. Globo Livros, 2007. p.5.

⁷⁰¹ DIWAN, Pietra. **Raça Pura**. Uma história da eugenia no Brasil e no mundo. 2.ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015. p. 101.

⁷⁰² Ibid., p. 102.

⁷⁰³ LOBATO, Monteiro. Op.Cit., p.11.

Embora o conto “urupês” focalize propriamente o plano da produção literária, sua leitura fornece pedras de toque para outros campos do conhecimento. Mediante uma retórica crítica, do texto de Lobato parecem decorrer nítidos sinais de rupturas que se acham definidas a partir de uma nova perspectiva sobre a figura do indivíduo brasileiro, como era o romantismo de Jorge Amado.⁷⁰⁴⁷⁰⁵

A ruptura pode ser registrada, por exemplo, através de sua leitura sobre os sertanejos e índios, sendo um personagem “ feio e brutesco, anguloso e desinteressante, tão incapaz, muscularmente, de arrancar uma palmeira, como incapaz...”⁷⁰⁶

Consagra neste conto um dos principais personagens da literatura brasileira, cujos atributos resumiriam toda a faceta do indivíduo do interior: um sujeito entregue a preguiça⁷⁰⁷, cuja existência se resume a vegetar de cócoras, não possuindo a capacidade de evoluir e sendo “impenetrável ao progresso. Feia e sorna, nada a põe de pé.”⁷⁰⁸

A angulação proposta por Lobato torna-se evidente: os personagens são os brasileiros do interior. Para ele, a figura do Jeca Tatu tinha como propósito “espremer todas as consequências da lei do menor esforço – e nisto vai longe.”⁷⁰⁹

Foi assim que Lobato estabeleceu um dos personagens mais famosos da literatura brasileira, a figura do Jeca. Na opinião do autor, o protagonista de urupês era o reflexo do brasileiro do interior, campestre, entregue às doenças, a preguiça e a ignorância. Na descida aos liames da obra, o escritor acentuou, dentre os fatores determinantes para a condição do Jeca, o meio em que este vivia. Ou seja, Lobato parece dar uma visão da ciência lamarckiana

⁷⁰⁴ Jorge Alencar faz parte da terceira geração da corrente literária de românticos, ao lado de nomes como os de Bernardo Guimarães e Franklin Távora.. Um dos exemplos de sua visão romântica do homem do interior brasileiro se depreende da leitura de “O Sertanejo”. Nesta obra, Alencar caracteriza o homem do sertão como um forte, acentuando seu domínio sobre as condições naturais a que estava submetido. TRINDADE, N.L. jeca tatu e a representação do caipira brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XXII,1998. Caxambu. Anais eletrônicos da ANPOCS, Caxambu: Anais, 1998. 2009.p.8

⁷⁰⁵ Isto se aclara na seguinte passagem textual:“ Pobre jeca tatu! Como és bonito no romance e feio na realidade!” LOBATO, Monteiro. **Urupês**. Globo Livros, 2007.p.170.

⁷⁰⁶ Ibid.,p.216.

⁷⁰⁷ Jeca Tatu é um piraquara do Paraíba, maravilhoso epítome de carne onde se resumem todas as características da espécie. Quando comparece às feiras, todo mundo logo adivinha o que ele traz:sempre coisas que a natureza derrama pelo mato e ao homem só custa o gesto de espichar a mão e colher – cocos de tucum ou jçara, guabiobas, bacuparis, maracujás, jataís, pinhões, orquídeas; ou artefatos de taquara-poca – peneiras, cestinhas, samburás, tipitis, pios de caçador; ou utensílios de madeira mole –gamelas, pilõezinhos, colheres de pau. Nada mais. LOBATO, Monteiro. Op. Cit. p.11.

⁷⁰⁸ “Porque a verdade nua manda dizer que entre as raças de variado matiz, formadoras da nacionalidade e metidas entre o estrangeiro recente e o aborígine de tabuinha no beço, uma existe a vegetar de cócoras, incapaz de evolução, impenetrável ao progresso. Feia e sorna, nada a põe de pé.” Ibid.,p.10.

⁷⁰⁹ Ibid., p.11.

neste ponto, sendo o Jeca o resultado dos infortúnios de uma vida submetida ao clima tropical.

De forma semelhante e mediante retórica explicitamente crítica, o autor colocou a alimentação do Jeca como outro elemento de base do insucesso de tais indivíduos. Apontou que o cultivo da mandioca não demanda grande labor, ao contrário, a facilidade de sua subsistência orientou a configuração de seu personagem.

O texto ultrapassa o cenário nacional e atinge os países europeus, em que seus indivíduos foram obrigados a serem engenhosos para garantia da própria existência.⁷¹⁰ A seguinte leitura permite verificar esta abordagem: “O vigor das raças humanas está na razão direta da hostilidade de ambiente. Se a poder de estacas e diques o holandês extraiu de um brejo salgado a Holanda, essa jóia do esforço, é que ali nada o favorecia.”⁷¹¹

As obras de Monteiro Lobato tornaram-se úteis para os interessados na reforma sanitária do país⁷¹², ao passo que tipificava a situação vivida no interior brasileiro, oferecendo uma espécie de roteiro, o qual fixava os principais pontos de uma realidade na qual estava inserido. Outro exemplo sobre sua inteligência extrai-se do conto “Bocartorta”⁷¹³, publicado no livro “Urupês”⁷¹⁵.

Da leitura de suas páginas, o autor parece lançar uma postura contrária à miscigenação das raças, ocasião em que logrou uma perspectiva de inferiorização da figura de um negro. Tal entendimento é captável em diversas passagens textuais, como a seguinte: “– o ladrão foi o negro... é preciso tocar de lá o raio do maldelazento. Aquilo, Deus que me perdoe, é bicho ruim interado.”⁷¹⁶

A montagem e as determinações próprias do personagem o estabeleceu de forma monstruosa, com considerações enfáticas acerca de sua feiura. Lobato avançou suas críticas para além dos limites da seara da beleza física, estendendo-as ao campo da moralidade. O conto que se inicia com descrições como: “Filho duma escrava de meu pai, nasceu, o mísero,

⁷¹⁰ SILVEIRA, Éder. **A cura da raça** eugenia e higienismo no discurso médico sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005. p.86 et seq.

⁷¹¹ Id.

⁷¹² HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento**: as bases da política de saúde pública no Brasil. In: Saúde em Debate. Hucitec/Anpocs, 1998. p.96.

⁷¹³ O conto “Bocartorta” foi originalmente publicado no escrito “Furacão de Botocúndia”, apenas posteriormente foi incluído na compilação intitulada “Urupês”. SANTIAGO, Silvano. **Ora (direis) puxar conversa!: ensaios literários**. Belo Horizonte: Ed. Universidade Federal de Minas Gerais. p. 267.

⁷¹⁴ O conto “Bocartorta” foi escrito no ano de 1915. LOBATO, Monteiro. **Urupês**. Globo Livros, 2007. p. 118.

⁷¹⁵ Silvano Santiago aponta que o título “urupês” dado a compilação de contos de Lobato foi sugerido por Arthur Neiva. O nome vislumbrado inicialmente por Lobato seria “Doze mortes trágicas”. SANTIAGO, Silvano. Op. Cit., p.268.

⁷¹⁶ LOBATO, Monteiro. Op. Cit., p.120.

disforme e horripilante como não há memória de outro”⁷¹⁷, encerra-se com a perpetuação de seu mau caráter quando o personagem se revela necrófilo.⁷¹⁸

Lobato é um dos intelectuais do início do século XX que se dedicou a tentativa de configurar o tipo étnico brasileiro, cujas concepções derivam de teorias europeias, em que a raça, o clima e as condições geográficas habitadas são condições fundamentais para se estabelecer a evolução de determinado povo.⁷¹⁹

Com suas obras, o escritor passou a ser um dos principais representantes do movimento eugenista no Brasil, sendo *Urupês* a obra que inspirou sanitaristas e denunciou o abandono e o descaso do Brasil sertanejo.⁷²⁰⁷²¹

Outra reunião de artigos de Lobato consta na obra “*Problema Vital*”, no ano de 1918.⁷²² Esta publicação teve patrocínio da Sociedade Eugênica de São Paulo e da Liga Pró-saneamento do Brasil, tendo sido prefaciada por Renato Kehl, um dos principais nomes dos estudos vinculados à eugenia no Brasil.

Monteiro Lobato incorporou uma formulação diferenciada ao brasileiro do interior, passou a perceber o Jeca Tatu menos como uma figura inferior, incapaz, culpado por sua preguiça e moléstias, ao contrário, passou a ser visto como vítima de sua condição, um paciente a mercê dos cuidados do Estado.

A linearidade dos primeiros escritos de Lobato sofre ruptura abrupta, de vilão a mocinho, Jeca Tatu passa a ser um indivíduo sofredor do descaso, da negligência governamental. A emergência da higiene e dos conhecimentos da medicina assumem-se como tônica em vários fragmentos do livro, o povo brasileiro precisava ser reabilitado através da higiene, uma vez que havia muita mão de obra, todavia, enfraquecidas, sob égide das doenças.

Este entendimento é possível através da leitura das seguintes palavras de Lobato: “Há fome de braços. [...] É que os braços estão aleijados. Há os de sobra, mas ineficientes, de

⁷¹⁷ Id.

⁷¹⁸ Ibid., p.131.

⁷¹⁹ O estudo das teorias europeias é de fundamental importância ao tema, porém não será objeto deste trabalho. Para tanto, conferir: **A Sociedade Pura** - de Darwin a Hitler de André Pichot - Instituto Piaget, 2002.

⁷²⁰ SILVEIRA, Éder. **A cura da raça**: eugenia e higienismo no discurso médico sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005. p. 89.

⁷²¹ Tal é o entendimento de Gilberto Hochman, segundo ele “o esforço para demonstrar que a doença gerava trabalhadores improdutivos e, portanto, constituía um entrave às atividades econômicas, produziu a melhor, mais conhecida e, talvez, mais eficiente propaganda do movimento sanitarista, a figura do Jeca-Tatu, que em escritos anteriores era condenado por sua insuperável indolência.” HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil**. São Paulo, Hucitec/Anpocs, 1998. p.76.

⁷²² Conforme consta na contracapa de livro, se tratava da reunião de artigos publicados no jornal “O estado de São Paulo” e organizados em volume por decisão da sociedade eugênica de s. Paulo e da liga pró-saneamento do Brasil. LOBATO, Monteiro. **Problema Vital**. São Paulo: Ed. Da Revista do Brasil, 1918.

músculos roídos pela infecção parasitária [...]. Entretanto, a solução definitiva para o problema eterno da lavoura quem dará é a higiene.”⁷²³

A obra “Problema Vital” foi publicada após as viagens ao interior do Brasil, que Lobato realizou com Arthur Neiva. Diwan imputa que em decorrência do estreito relacionamento entre estes, o olhar de Lobato sobre a situação do país adquiriu uma nova faceta científica.⁷²⁴

Silviano Santiago sustenta que a ilustração da morte permeia toda a obra do escritor Monteiro Lobato. Em Urupês, o protagonista estava à mercê de um espaço geográfico em decomposição, marcadamente pela miséria que conduz o indivíduo ao perecimento. A salvação de Jeca Tatu não era possível.⁷²⁵

Em contrapartida, em “problema vital” a redenção do brasileiro do interior passa a ser uma possibilidade. A regeneração do homem pelo saneamento, pela higiene deu a Jeca Tatu novos contornos, os quais corroboraram para a alteração dos horizontes de expectativas políticos e sociais do Brasil do início do século XX.⁷²⁶

A contundência da visão crítica sobre a situação degradante do caboclo brasileiro persiste ao longo deste escrito, não há margens sobre considerações imprecisas quando Lobato se refere ao seu personagem. Jeca Tatu estava aprisionado nas malhas de um sistema estatal que não o incluía em meio às políticas avançadas para o território nacional.

Este entendimento se depreende da passagem textual em que a apreciação de Lobato surge com o diagnóstico que existiam braços de indivíduos que poderiam se integrar nas lavouras brasileiras, mas eles eram ineficientes, porque seus músculos estavam entregues as moléstias parasitárias, obrigando a importação de mão-de-obra de outros países.⁷²⁷

⁷²³ Ibid., p. 19.

⁷²⁴ DIWAN, Pietra. **Raça Pura**. Uma história da eugenia no Brasil e no mundo. 2.ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015., 102.

⁷²⁵ SANTIAGO, Silviano. **Ora (direis) puxar conversa!**: ensaios literários. Editora UFMG, 2006. p.268-269.

⁷²⁶ Renato Kehl prefaciou a obra “Problema Vital” de autoria de Monteiro Lobato. Suas palavras ultrapassam a lógica de enaltecimento do texto e das meras congratulações ao autor. Kehl foi além, mostrou que foi a franqueza patriótica de Lobato que denunciou o desleixo do governo, propagando tanto o trabalho dos médicos Arthur Neiva, Oswaldo Cruz, Carlos Chagas e Belisário Penna a respeito das condições do brasileiro do interior, quanto o mérito atinente a ilustrar a dicotomia do interior brasileiro, porque apresentou o contraste entre a beleza natural do país, com suas florestas e fauna, ao lado do “[...]desconcertante estado de anemia física e moral de um povo que recebeu a mais rica prenda da terra, para que se iniciasse a cruzada em prol do saneamento.” KEHL, Renato. In: LOBATO, José Bento Monteiro. **Problema vital**. Revista do Brasil, 1918. Prefácio.

⁷²⁷ De acordo com o texto do autor: “Braços! Braços! Há fome de braços. [...]É que o braços estão aleijados. Há os de sobra, mas ineficientes, de músculos roídos pela infecção parasitária, o que obriga a lavoura ao ônus indireto de importar músculos europeus, ou chins, ou japoneses, o que haja, contanto que seja carne sadia e não fibras em decomposição. Entretanto, a solução definitiva do problema eterno da lavoura quem dará é a higiene.”Ibid., p.19.

Menos envolto em uma perspectiva depreciativa e teológica do caboclo brasileiro, em “Problema Vital” o escrito de Lobato adquire uma nova faceta, que é a redenção de seu personagem. Lançando o caminho para a resolução deste problema, em suas palavras: “[...] Entretanto, a solução definitiva do problema eterno da lavoura quem dará é a higiene.”⁷²⁸

A obra do literato explica não apenas as condições da população do interior brasileiro, como também se delineiam projetos para o progresso do Brasil, que se reduzem a um único verbo: sanear. Qualquer que seja o ângulo citado pelo autor, a solução era o saneamento. Para Lobato, um programa verdadeiramente patriótico consistiria no saneamento do Brasil. Sob a mesma lógica, a reforma eleitoral seria obtida perante o saneamento do Brasil.⁷²⁹

O saneamento deveria adentrar na agenda política brasileira antes que os países estrangeiros o fizessem por conta e proveito próprio, pois “se tencionamos subsistir como povo soberano, livres do pesadelo de ignominiosa absorção, o caminho é um só: sanear o Brasil.”⁷³⁰

A lógica que Lobato imprimiu ao estado de degenerescência física e decadência moral de seu personagem principal, que representa a população do interior brasileiro, edifica a concepção que passou a veicular na noção da emergência de um novo brasileiro: o país estava à mercê do desaparecimento da defesa higiênica, era preciso sanear.⁷³¹

Um fragmento, fruto de um prefácio à obra de autoria de Renato Kehl, Lobato deixou clara qual era sua proposta com a publicação de seus artigos no jornal “O Estado de São Paulo” no início de sua carreira: aprofundar seus conhecimentos em matéria de saneamento. Em suas palavras: “Vim a conhecer Renato Kehl no início da minha vida literária, certo ano em que, numa série de artigos de jornal, me pus a entender de saneamento.”⁷³²

Uma das obras de Monteiro Lobato que é importante para a discussão em marcha consiste no único romance que escreveu, o qual fora intitulado “O choque das raças” ou “O presidente negro” publicado em 1926⁷³³, dedicado a Arthur Neiva. Neste, Lobato elaborou

⁷²⁸ Id.

⁷²⁹ O fragmento assinala outros temas que teriam como solução o saneamento do Brasil, confira-se: “Programa patriótico, e mais que patriótico, humano, só há um: sanear o Brasil. Guerra com a Alemanha só há uma: sanear o Brasil. Reforma eleitoral só há uma: sanear o Brasil. Fomento da produção só há um: sanear o Brasil. Campanha cívica só há uma: sanear o Brasil. Serviço militar obrigatório só há um: sanear o Brasil.” LOBATO, José Bento Monteiro. **Problema vital**. Revista do Brasil, 1918., p.21.

⁷³⁰ Ibid., p.22.

⁷³¹ Ibid., p. 104.

⁷³² LOBATO, Monteiro. Prefácio de livro de Renato Kehl, Bio-perspectivas. KEHL, Renato; **Bio-perspectivas**: dicionário filosófico. Alves, 1938. p.17.

⁷³³ LOBATO, Monteiro. **O choque das raças ou o presidente negro**: romance americano do ano de 2228. Companhia editora nacional, 1926.

uma trama em que após a vitória da eugenia no século XX, no ano de 2228 os Estados Unidos se deparariam com um grave problema racial: a eleição do primeiro presidente negro.⁷³⁴

No ano de 2228 o mundo estava livre de três grandes pesos responsáveis por sobrecarregarem todo o corpo social, sendo que, como instrumento de combate a tais pesos, utilizariam em primeiro lugar a eugenia, para combate ao vadio. Os métodos de higiene seriam o aparelhamento que resolveria o problema dos doentes e, por fim, a eficiência geral, que daria fim ao pobre. “Era o fim da carga inútil, do parasitismo, mas sempre sob o sistema representativo.”⁷³⁵

No capítulo intitulado “eficiência e eugenia”, Lobato vinculou o eugenismo aos problemas de ordem moral da sociedade, enquanto que o princípio da eficiência liquidaria os obstáculos de natureza material.⁷³⁶

Não há dúvida quanto à tentativa de incorporação da concepção eugênica ao texto de Lobato, porém, para sanar alguma dúvida que reste acerca das intenções do literato, o mesmo as aclara em carta enviada a Renato Kehl, arquivada no Fundo Renato Kehl, do Centro de documentação da Fundação Oswaldo Cruz, na cidade do Rio de Janeiro:

Renato, Tu és o pai da eugenia no Brasil e a ti devia eu dedicar meu “Choque”, grito de guerra pró-eugenia. Vejo que errei não te pondo lá no frontispício, mas perdoai a este estropeado amigo. [...] Precisamos lançar, vulgarizar estas ideias. A humanidade precisa de uma coisa só: póda. É como a vinha. Lobato.⁷³⁷

Para a sondagem a que este trabalho se propôs, o rastreamento de tais fragmentos, embora não estejam assentados em estudos mais detidos, são suficientes para vislumbrar o pensamento de Monteiro Lobato sobre o indivíduo brasileiro, bem como a alteração de posicionamento sofrida pelo autor. A literatura de Lobato parece surgir integrada ao

⁷³⁴ “O choque abrirá fendas para a discussão de questões muito debatidas no início do século XX, tais como a imigração, o progresso dos povos, os avanços da ciência e da tecnologia, da estética e da beleza, assim como a civilização, evidenciando algumas facetas da vida social e política que’ tinham em vista a domesticação dos corpos, para torná-los mais aptos para o trabalho.” DIWAN, Pietra. **Raça Pura**. Uma história da eugenia no Brasil e no mundo. 2.ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015. p.107.

⁷³⁵ LOBATO, Monteiro. **O choque das raças ou o presidente negro**: romance americano do ano de 2228. Companhia editora nacional, 1926. p.149.

⁷³⁶ Se faz válida, ainda, a seguinte transcrição de fragmento do obra em apreço, por ser semelhante ao defendido em muitos momentos no pleito constituinte de 1933: “[...]e a caridade, a filantropia, a assistência pública e a defesa social outra coisa não faziam senão despende enormes quantidades de dinheiro e esforço na criação de hospitais, asilos, hospícios, prisões [...], abrigos para os produtos lógicos da má origem.” Ibid., p.211.

⁷³⁷ No Fundo Renato Kehl do centro de documentação da Fundação Oswaldo Cruz estão arquivadas 16 (dezesesseis) cartas de autoria de Monteiro Lobato endereçadas a Renato Kehl. A primeira é datada de 5 de abril de 1918 e a última é datada de 19 de novembro de 1946, pouco antes do falecimento de Lobato (1948). DIWAN, Pietra. **Raça Pura**. Uma história da eugenia no Brasil e no mundo. 2.ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015., p.110.

lineamento da produção científica nacional, uma escrita que apresenta pontos basilares que se propunham a modificar o cenário sócio-político brasileiro.

A descida aos meandros literários de Lobato importa ao tema da incorporação da concepção eugênica no texto da constituição brasileira de 1934, na medida em que, durante seu preparo, o uso da inteligência do literato foi feito explicitamente em alguns momentos, e velado em outros. Para essa ilustração, serão colacionados, em seguida, alguns fragmentos dos debates da Assembleia Constituinte de 1933-1934.

O deputado federal Vitor Russomano, eleito pelo partido Republicano Liberal do Rio Grande do Sul, ao encaminhar o tema da saúde pública para votação na Constituinte, destacou que o Brasil todo estava envolto no propósito de reforma, articulando que as vozes destoantes da assembleia, deveriam se unir em benefício da edificação de uma nova ordem constitucional.⁷³⁸

Para alcance de tal tarefa propôs que qualquer reforma política deveria começar pelo interior do país, “[...] porque é tempo de proclamarmos, alto e bom som, em nome das reivindicações populares, que se deve cuidar antes de tudo e acima de tudo da saúde pública, do bem estar físico do homem.”⁷³⁹

Esta nova ordem constitucional obtida pela reforma política deveria operar no eixo correspondente à fixação do tipo étnico brasileiro, livre não apenas de doenças como a tuberculose, verminoses e lepra, visando extinguir também o alcoolismo e a sífilis. Embora o deputado não tenha citado de forma explícita a teoria da eugenia, seu debate tangenciou os mesmos pontos sustentados pelos eugenistas.

Para além da sustentação dentro da seara do direito, o deputado alcança a literatura de Lobato para sustentar sua tese. Confira-se:

[...]fixar o tipo brasileiro, aquela figura que, imortalizada por Monteiro Lobato, contínua sendo corroído de Lepra, sugado pela malária e pelas verminoses, presa do alcoolismo, da sífilis e da tuberculose, para esse jeca, que é o cerne da nossa nacionalidade e que, na nossa inconsciência de civilizados, não procuramos reerguer para elevá-lo dentro da dignidade, quanto mais não fosse, da dignidade do próprio ser humano.⁷⁴⁰

⁷³⁸ RUSSOMANO, Vitor. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. VI, 1934. p.43.

⁷³⁹ *Ibid.*, p.49.

⁷⁴⁰ *Ibid.*, p.50.

À guisa de finalizar sua exposição, defendeu a necessidade da implementação da justiça econômica, a qual ditaria direitos como os atinentes à moradia digna e aposentadorias, somado a um plano básico de defesa sanitária individual e coletiva.⁷⁴¹ A concepção eugênica, em suas várias formas de manifestação, por sua vez, se viu integrada nas linhas em que Russomano pleiteou o direito a subsistência de toda a população.

Para ele o direito a subsistência da coletividade seria o primeiro dos direitos do homem. Ao declarar que era preciso forças físicas para o sustento do espírito, apontou a necessidade do desenvolvimento do corpo e do espírito na mesma medida, para atingir a unidade da perfeição humana.⁷⁴²⁷⁴³

Pouco após, Arthur Neiva, deputado federal pelo estado da Bahia e médico, como outrora apontado, possuía estreito vínculo de amizade com Monteiro Lobato. Ao longo de sua participação na assembleia constituinte de 1933-1934 contribuiu para a definição dos rumos políticos da questão imigratória nacional.⁷⁴⁴

A importância de seu discurso reside, para além do conteúdo de seus excertos, na consideração e articulação do emprego do vocábulo “Jeca”,⁷⁴⁵ quando remontava ao brasileiro do interior do país, o que conferiu tônica peculiar à sua voz no pleito constituinte.

Emitindo sua opinião sobre a questão da imigração da corrente japonesa, trouxe ao pleito lembrança de experiência profissional própria, especificamente da ocasião em que era responsável pela direção do serviço de profilaxia contra a malária. Neste caminho, afirmou que averiguou as condições dos imigrantes japoneses que aportavam no território nacional e avaliou a capacidade de trabalho dos mesmos, estabelecendo um paralelo com a figura “do nosso humilde e desprezado jeca”, momento em que caracterizou os nipônicos como resistentes e eficientes.⁷⁴⁶

⁷⁴¹ Id.

⁷⁴² Seu debate partia da premissa que existiam 5 [cinco] direitos que consubstanciavam os ideais do país: o da subsistência de todos, direito do trabalho a todos, assistência a todos, educação a todos e livre segurança ao ideal de todos. RUSSOMANO, Vitor. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. VI, 1934. p. 52.

⁷⁴³ “precisamos reagir contra uma filosofia que procurava, pelo ascetismo, aperfeiçoar apenas o espírito, esquecendo a harmonia da filosofia grego-romana, que fazia do desenvolvimento do corpo e do espírito as duas forças paralelas que se conjugam na unidade da nossa perfeição.”Id.

⁷⁴⁴ NEIVA, Arthur. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. VII, 1934. p.328.

⁷⁴⁵ Em uma pesquisa inicial, constatou-se o uso do vocábulo “Jeca” 10 [dez] vezes ao longo dos debates constituintes.

⁷⁴⁶ NEIVA, Arthur. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. VII, 1934. p.337.

Para Neiva, os perigos da imigração indiscriminada dos japoneses não residiam em argumentos atinentes a preconceitos de raça. Nesta senda, a ameaça decorria da capacidade de organização dos mesmos. Para ele: “os nipões são o milagre da organização e nós o prodígio da desorganização.”⁷⁴⁷

Quando tangenciou o assunto das moléstias trazidas por esta raça ao território nacional, citou tese sobre a eugenia da imigração, apresentada em 1929 por Azevedo Amaral. Declarou que o assunto da tese era objeto de fartos debates, pois se tratava de questão aberta na seara científica.⁷⁴⁸

Somando coro àqueles que desejavam derrotar as teorias climatéricas e sua articulação aos infortúnios da população nacional, afirmou que tal pensamento era fruto de preconceito, sendo que o saneamento era a chave para a resolução do problema do interior brasileiro. Em suas palavras: “Meu sapientíssimo mestre professor Miguel Couto, de doenças tropicais poderá dizer, muito melhor do que eu. Tal preconceito, porém está passando: o saneamento resolve todos os problemas.”⁷⁴⁹

O deputado federal Acúrcio Tôrres, em sede de discussão do requerimento n.9 de 1934, em que se pedia informações sobre a aplicação do decreto de reajustamento econômico [decreto nº 23.533, de 1º de dezembro de 1933]⁷⁵⁰⁷⁵¹ que, dentre os principais propósitos, visava a redução de cinquenta por cento do valor de todos os débitos de agricultores, contraídos antes de 30 de junho do ano de 1933.

Neste caminho, Tôrres apontou que o governo brasileiro precisava reajustar a economia do país, e fazendo uso de retórica crítica, trouxe à baila da figura de Jeca Tatu, ilustrando o cenário diretivo brasileiro como um governo que devia e não arcava com suas obrigações pecuniárias, caracterizado por seu estado permanente de mora, e que se via impedido de auxiliar o “operário, de amparar a criança, de assegurar o sossego aos inválidos, de ajudar o colono, de fazer do Jeca, que morre de inanidade e de anquilostomíase, no “hinterland” do Brasil, um homem forte, são, apto, moral e fisicamente.”⁷⁵²

⁷⁴⁷ Id.

⁷⁴⁸ NEIVA, Arthur. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. VII, 1934., p. 341.

⁷⁴⁹ Ibid., p.350.

⁷⁵⁰ BRASIL, **Decreto n. 23.533, de 1 de dezembro de 1933**. Reduz de cinqüenta por cento o valor de todos os débitos de agricultores, crontráidos antes de 30 de junho do corrente ano, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, Seção 1, 6 de dezembro de 1933, p. 22876.

⁷⁵¹ TÔRRES, Acúrcio. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. VIII, 1934. p.84.

⁷⁵² Ibid., p.89.

No dia 18 de dezembro de 1933, o deputado federal Theotônio Monteiro de Barros Filho, eleito pela legenda do partido legenda da Chapa Única por São Paulo Unido, sugeriu que se integrasse ao texto constitucional enunciado que previsse a criação de um órgão com atribuições eugênicas e educacionais, o qual deixaria a cargo da União o fomento das ações que pretendessem a fixação do tipo étnico nacional. Mais do que isso, o órgão se dedicaria ao combate à formação de territórios uni-raciais por estrangeiros.⁷⁵³

De fato, para Barros Filho, o Brasil não chegaria a constituir uma nação, apoiando sua fala na ausente evolução étnica nacional. Sobre a constituição racial brasileira incorporou aos trabalhos constituintes a obra de Euclides da Cunha, Licínio Cardoso⁷⁵⁴ e Oliveira Vianna. A ponte teórica foi utilizada pelo deputado para penetrar na problemática dos tipos étnicos que compunham o cenário nacional e que concorriam para o propósito da fixação da raça brasileira, ocasião em que acabou por sugerir alguns tipos de encaminhamento ao problema.⁷⁵⁵

O texto que elaborou para justificar a incorporação deste artigo se ancora em diversos pontos. O primeiro deles, faz uma análise conceitual do termo “nação” em seu viés etnográfico, concluindo que “não chegamos ainda a constituir uma. A nossa evolução étnica mal se esboça. Somos, por enquanto, um povo atípico.”⁷⁵⁶ Após, declarou que a evolução da raça nacional deve ser feita de modo inteligente, qual seja: pela recepção de imigrantes do ramo ariano sul-europeu⁷⁵⁷, visando a formação do tipo racial nacional aos moldes da “Alemanha Hitlerista e Itália fascista.”⁷⁵⁸

⁷⁵³ Incumbe à União promover e estimular, por meio de legislação adequada, todas as atividades tendentes à fixação do tipo étnico brasileiro: a) criando um órgão técnico destinado à coordenação das medidas tomadas pelos Estados nesse sentido, especialmente as de caráter eugênico e educacional; b) proibindo a formação, no território nacional, de agrupamentos concentrados de elementos alienígenas uninacionais ou uni-raciais. BARROS FILHO, Theotônio Monteiro. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. IV. p.274.

⁷⁵⁴ Embora o nome de Licínio Cardoso tenha sido citado por Theotônio Monteiro de Barros Filho, suas obras não serão examinadas, ao passo que o caminho escolhido para realizar este subcapítulo foi o de ilustrar alguns pontos dos escritos dos autores diretamente vinculados à eugenia, sendo que o nome de Licínio Cardoso foi instrumentalizado para pontuar a importância da bacia do São Francisco como fator de fixação e unidade do território nacional. Euclides da Cunha e Oliveira Vianna serão examinados nas páginas seguintes.

⁷⁵⁵ Dentre os encaminhamentos, indicou a recepção de imigrantes do ramo ariano sul-europeu, para a evolução da raça nacional. Id.

⁷⁵⁶ Id.

⁷⁵⁷ “Elas são, por via de regra, de fácil absorção, e também coincidem com os caracteres psíquicos fundamentais do nosso tipo étnico incipiente. Se o maior cuidado não presidir à nossa evolução neste terreno, iremos criar, de futuro, problemas gravíssimos, como, por exemplo, o da formação de minorias étnicas: além de dificultar e retardar de muito a formação do nosso tipo standard racial.

Se países milenares, de raça perfeitamente caracterizada e fixada se preocupam precipuamente com o problema (exemplo: a Alemanha hitlerista e a Itália facista), porquê havíamos nós de descurá-lo?” Id.

⁷⁵⁸ Id.

Pouco a frente, o deputado sugeriu a introdução de enunciado que torne incumbência da União a promoção e o estímulo de atividades que visem alicerçar o tipo étnico nacional. Tal medida se daria por meio de legislação que criaria um órgão que coordenasse tais medidas, notadamente as de atribuição eugênica e educacional. Este dispositivo também preveria a necessidade de implementação de medidas de combate à formação de territórios uni-raciais por estrangeiros.⁷⁵⁹

Um mês após, no dia 18 de janeiro de 1934, Barros Filho retomou o assunto em meio aos atos preparatórios da nova constituição, e na abordagem do tipo étnico nacional, lançou mão, novamente, dos mesmos intelectuais outrora citados. Esquemmatizou de modo sucinto o seguinte panorama: da obra de Euclides da Cunha, afirmou que pode ser captado um tipo de brasileiro, incipiente e mal fixado, porém havia um tipo nacional.

Citou os ensaios de Licínio Cardoso em torno da importância da bacia do São Francisco para a fixação e unidade do território nacional, e Oliveira Vianna com seus estudos acerca das populações setentrionais, que se dedicava a análise dos núcleos de fixação brasileira que estavam se estabelecendo nas zonas meridionais do Brasil.⁷⁶⁰

De toda sorte, reforçando o que anteriormente havia sustentado na assembleia constituinte, Barros Filho pleiteou a criação de um órgão técnico para a coordenação de medidas de ordem eugênica e educacional. Definindo-se livre de preconceitos de raça, afirmou não ter a intenção de vedar a entrada de correntes imigratórias, sendo que o órgão coordenaria tais movimentos, proibindo a formação, no território nacional, de agrupamentos concentrados de elementos alienígenas uni-nacionais ou uni-raciais.⁷⁶¹

No vigésimo segundo volume, quando discutiam a emenda n. 1619 proposta por Miguel Couto, a respeito da imposição de uma limitação numérica do aceite de imigrantes de determinadas raças que aportavam no território nacional, Arthur Neiva mais uma vez apresentou a figura do Jeca, caracterizando-o como desprezado e humilhado, precisando de amparo, fazendo “apologia do homem do sertão, que cada vez mais esquecemos; dos

⁷⁵⁹ “Incumbe à União promover e estimular, por meio de legislação adequada, todas as atividades tendentes à fixação do tipo étnico brasileiro: a) criando um órgão técnico destinado à coordenação das medidas tomadas pelos Estados nesse sentido, especialmente as de caráter eugênico e educacional; b) proibindo a formação, no território nacional, de agrupamentos concentrados de elementos alienígenas uninacionais ou uni-raciais.” Id.

⁷⁶⁰ BARROS FILHO, Theotônio Monteiro. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. VI. p. 235.

⁷⁶¹ Ibid., p. 248.

humildes conterrâneos nossos que, com espírito de sacrifício inaudito, que pode desafiar cotejo com o das raças mais capazes.”⁷⁶²⁷⁶³

Isto posto, vale dizer que não foi apenas a literatura de Monteiro Lobato que adentrou nos debates constituintes. Euclides da Cunha⁷⁶⁴, igualmente preocupado com a ilustração do estereótipo do indivíduo brasileiro, foi outro nome citado e vinculado ao tema da eugenia. Na obra “Os sertões”⁷⁶⁵, este propugnou que seu personagem, o sertanejo, constituía o núcleo, as raízes da nacionalidade brasileira, porque “o sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral”.⁷⁶⁶

A orientação deste escrito euclidiano delineou-se no sentido da tentativa da depuração dos contornos do brasileiro. Seu prestígio se dá em âmbito interdisciplinar, pois resulta de uma trajetória dialética entre sua interpretação do conflito de canudos, no nordeste da Bahia e seu trabalho literário, o que possibilita a emergência de linhas de investigação de natureza histórica, geográfica, sociológica, e conduz a debates na zona limítrofe dos interesses nacionais no momento do incipiente republicanismo brasileiro.

Sua obra se edificou na diferenciação entre sertão e litoral, e desvela a miserabilidade de uma região relegada ao ostracismo pelos detentores do poder. Em sua análise, critica a mestiçagem da população, de acordo com ele “a mestiçagem extremada é um retrocesso [...]”.

⁷⁶² NEIVA, Arthur. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. XXII. p.32.

⁷⁶³ Há outro excerto que consagra a figura do literato Monteiro Lobato, em que pese o assunto em debate não ser vinculado ao tema da eugenia no Brasil, sua leitura é válida ao passo que ele apresenta o brasileiro através de outro enfoque, menos como uma vítima, afirmando que já não é mais como o Jeca Tatu de antigamente. O deputado Negreiros Falcão, citou profecia de Alberto Torres, a qual rezava que o Brasil deveria assumir-se como uma república social, se constituindo como uma república previdente e que suprisse o povo, para este não sentisse a necessidade arrancar a força, o que os governos podiam lhe dar dentro da ordem. Dando razão ao sociólogo, sustentou que o governo não reconhece que o brasileiro de sua época já não é mais o mesmo “jeca tatu de ontem”, afirmando que talvez percam a paciência e tomem o controle do governo para si. FALCÃO, Negreiros. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. XIV. p. 410.

⁷⁶⁴ **Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha** (1866-1909), nascido no Rio de Janeiro, foi um escritor, jornalista, professor e poeta brasileiro, ocupou a cadeira nº 7 da Academia Brasileira de Letras. Morreu no Rio de Janeiro, no dia 15 de agosto de 1909. Dentre suas obras: *Os Sertões*, 1902; e *Contrastes e Confrontos*, 1906. MEDEIROS, Benício. **Euclides da Cunha: Caderneta de Campo**. org. Olímpio de Souza Andrade. Rio de Janeiro: Fundação da Biblioteca Nacional, 2009.

⁷⁶⁵ “Euclides da Cunha passou menos de um mês em Canudos. Não testemunhou o desfecho da guerra. [...] Embora curto, foi no entanto um período profícuo para o autor e fundamental para a história do século XIX e para a própria inteligência brasileira. Pois foi de sua curta experiência no *front* de Canudos que nasceu *Os sertões*, obra prima de nossa literatura.” Ibid., p.7-8.

⁷⁶⁶ CUNHA, Euclides. **Os Sertões**. Campanha de Canudos. 35 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991. p. 81.

De sorte que o mestiço – traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares – é, quase sempre, um desequilibrado.⁷⁶⁷⁷⁶⁸

O arcabouço teórico contemporâneo à escrita de “Os sertões” não via o passado da constituição racial do Brasil como dádiva, ao contrário, possuía olhar prospectivo, imputando à contingência de um futuro próximo o branqueamento da raça, uma vez que a mestiçagem era a causa de atraso nacional.⁷⁶⁹

Tal é posição de Lilia Moritz Schwarcz: cientistas, políticos, literatos do quadro nacional da primeira república possuíam árdua tarefa, inseridos em um ambiente miscigenado, tinham a missão de assimilar e compatibilizar as teorias estrangeiras, em que os europeus sempre assumiam roupagem de indivíduos mais evoluídos, com as problemáticas atinentes ao cenário brasileiro.⁷⁷⁰

Um convite à percepção aos diagnósticos de abandono e descaso do sertanejo pelo Estado brasileiro, o personagem de Cunha se caracteriza por ser um sujeito com péssima aparência física, tendo como um dos principais traços de personalidade a preguiça. Esta se refletia no modo de andar e falar do sertanejo. Contudo, o escritor aclara que quando necessário esse quadro de preguiça revertia-se e o sertanejo revelava força.⁷⁷¹

Ao longo dos debates constituintes “Os sertões” e seu protagonista não foram mencionados apenas em sede dos debates atinentes à implementação de medidas eugênicas na ordem constitucional, sendo utilizado em outros assuntos como, como exemplo, os de

⁷⁶⁷ Ibid., p. 77.

⁷⁶⁸ Confira o fragmento na íntegra: A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Antes as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso. O indo-europeu, o negro e o brasílico-guarani ou o tapuia, exprimem estádios evolutivos que se fronteiam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estimulante à revivescência dos atributos primitivos dos últimos. De sorte que o mestiço – traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares – é, quase sempre, um desequilibrado. Id.

⁷⁶⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz, **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 115.

⁷⁷⁰ Ibid., p.18 – 19.

⁷⁷¹ “[...]desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos.[...]É o homem permanentemente fatigado. Reflete a preguiça invencível, a atonia muscular perene, em tudo: na palavra remorada, no gesto contrafeito, no andar desaprumado, na cadência langorosa das modinhas, na tendência constante à imobilidade e à quietude. Entretanto, toda esta aparência de cansaço ilude. Nada é mais surpreendedor do que vê-la desaparecer de improviso. Naquela organização combatida operam-se, em segundos, transmutações completas. Basta o aparecimento de qualquer incidente exigindo-lhe o desencadear das energias adormecidas. O homem transfigura-se. Empertiga-se, estadeando novos relevos, novas linhas na estatura e no gesto;[...]. CUNHA, Euclides. **Os Sertões**. Campanha de Canudos. 35 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991. p.129-130.

imigração, quando a preocupação dos membros da assembleia se davam, em maior parte, na seara econômica.⁷⁷²

Euclides da Cunha com a figura do sertanejo e Monteiro Lobato com o caboclo, suas obras corroboraram para o movimento de intelectuais e políticos unidos em torno de um mesmo eixo comum: a reforma no âmbito da saúde, que viria a ser encetado ainda nas primeiras décadas do século XX.

Explica-se melhor: a literatura destes autores forneceu elementos que proporcionaram ao movimento que, mais tarde seria conhecido como sanitaria, o vislumbre dos perigos que permeavam a população da incipiente república brasileira, uma nação ainda em formação. Diante deste contexto, e em face do desejo pela construção de um país desenvolvido, o movimento sanitaria alterou os horizontes de expectativas político-sociais ao harmonizarem a concepção de sertões à de hospital, em que o descaso do poder público tornou-se umbilicalmente vinculada à ideia da propagação de doenças, emergindo, diante disso, um projeto político em matéria de saúde pública, que transformou a situação epidêmica do indivíduo do interior em problema político.

Esta é a posição de Hochman, que define que “o pré-requisito para políticas públicas eficazes de saúde e saneamento seriam alterações na ordem político-constitucional, no sentido do incremento da autoridade pública.”⁷⁷³ Assim, leciona que o nacionalismo tributário ao movimento sanitaria, que fora vivificado pela literatura, deveria ser compreendido a partir do prisma da interdependência social suscitada pela doença, sendo que “O hospital indicava a (oni) presença da doença e sua difusão, os sertões designavam o abandono e ausência de autoridade pública.”⁷⁷⁴

Ainda sobre o literato, Christian Edward Cyril Lynch, em artigo sobre o conceito, história e abordagens do pensamento político brasileiro, leciona que sob o aspecto substantivo das ideologias, a percepção dos autores nacionais inseridos nesta seara, se situam na “atrasada periferia ibero-americana conferiu ao PPB uma conformação temática e estilística específica.”⁷⁷⁵

⁷⁷² **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. VIII, 1934. p.216.

⁷⁷³ HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil**. São Paulo, Hucitec/Anpocs, 1998. p.88.

⁷⁷⁴ *Ibid.*, p.79.

⁷⁷⁵ LYNCH, C. E. C. Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.19. Brasília, janeiro - abril de 2016, p. 75-119. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010333522016000100075&lng=pt&nrm=iso&tlng=e>. Acesso em: 18/01/2017.

Isto porque, as elites nacionais partiam da premissa acerca da própria subalternidade e de seu retardo, concepção que orientou a edificação de sua cultura política. Nesse caminho, a maior parte do trabalho intelectual vincula-se com o tema atinente ao quadro do atraso nacional diante da comparação de outras sociedades, “[...] aquela do “Primeiro Mundo”, identificado como o polo positivo dessa relação especular, porque associado ao moderno [...]”.⁷⁷⁶

Neste ponto, Lynch afirma que a base temática do pensamento político brasileiro se dá em relação ao diagnóstico do retardo, do panorama do subdesenvolvimento do país e da necessidade impreterível do progresso, os quais seriam “meios conducentes à transformação das estruturas herdadas da colonização para alcançar a modernidade cêntrica.”⁷⁷⁷

Em decorrência do sentimento de não integrarem sociedades cujas produções intelectuais eram consideradas verdadeiras, os intelectuais brasileiros adotaram um estilo próprio de escrita, o qual tinha patamares baixos à luz de seu aspecto de abstração ou de sua ambição teórica. “O resultado foi um “estilo periférico” de redação e argumentação que contrasta singularmente com aquele, “cosmopolita” ou “universal”, que caracteriza as obras canônicas da teoria política europeia.”⁷⁷⁸

O autor se propôs a delinear algumas características que refletem este estilo periférico do pensamento político brasileiro. Dentre eles, o quinto remete ao direcionamento prospectivo do campo político, em que o passado não era visto como glorioso por estes intelectuais, pelo contrário, estes comumente o viam em seu viés negativo, propondo diagnósticos para a superação de suas adversidades. Por outro lado, seria no futuro que o país seria hábil a se desenvolver, se modernizando. Os depósitos de salvação da nação residam no Brasil do amanhã.⁷⁷⁹

Sob este influxo, o autor estabeleceu que no incipiente republicanismo brasileiro, Euclides da Cunha foi um dos intelectuais que se dedicaram a questão posta sobre o quadro nacional. Nas palavras do literato: “Estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desaparecemos”.⁷⁸⁰

⁷⁷⁶ Ibid., p.83.

⁷⁷⁷ Id.

⁷⁷⁸ LYNCH, C. E. C. Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.19. Brasília, janeiro - abril de 2016, p.83. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010333522016000100075&lng=pt&nrm=iso&tlng=e>. Acesso em: 18/01/2017.

⁷⁷⁹ Ibid., p.85.

⁷⁸⁰ CUNHA, Euclides da. [1975] apud LYNCH, Christian Edward Cyril. LYNCH, C. E. C. Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.19.

Este pensamento se dava, segundo Lynch:

A hipertrofia do horizonte de expectativas políticos resultou simetricamente numa atrofia do peso conferido ao espaço de experiências, ou seja, realizou-se à custa do prestígio das tradições políticas, associadas geralmente ao atraso – daí a profusão dos modismos e novidades estrangeiras.⁷⁸¹

Isto posto, voltando ao exame dos debates da Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934, o tema do exame pré-nupcial foi largamente debatido. Em uma das menções observadas, o deputado federal Luiz Sucupira, eleito pela liga eleitoral católica do Ceará como candidato independente, fixou sua posição de forma contrária à implementação da obrigatoriedade deste.⁷⁸²

Sucupira colocou o problema da compulsoriedade do exame pré-nupcial paralelamente ao da educação nacional, aproveitando o ensejo para oferecer denúncia acerca da ausência de médicos em regiões do interior brasileiro. Após acurada observação em que sustentou como e por que o enunciado que trazia a previsão da execução deste exame não deveria constar no texto final da constituição, concluiu que o mesmo se escora em balizas alheias à realidade nacional.

O deputado utilizou Euclides da Cunha em apoio à condição dos brasileiros do interior, replicando a inteligência deste quando afirmou que constituem o cerne da nacionalidade. Para ele, estas pessoas operavam para o progresso da nação e muitas vezes residiam em localidades que não dispunham de profissionais que pudessem cumprir os requisitos para a execução do exame, sendo que a obtenção do mesmo se daria apenas através de grandes sacrifícios, inclusive de ordem financeira.⁷⁸³

Ainda, no primeiro volume dos anais constituintes, consta discurso do chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, proferido na ocasião da instalação da Assembléia Nacional Constituinte, em que aproveitou, de acordo com suas palavras “para dirigir-me à nação e prestar-lhe contas dos meus atos, como Chefe do Governo Provisório”⁷⁸⁴.

Brasília, janeiro - abril de 2016, p. 75-119. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010333522016000100075&lng=pt&nrm=iso&tlng=e>.
 Acesso em: 18/01/2017. Id.

⁷⁸¹ Id.

⁷⁸² SUCUPIRA, Luiz. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. XIII, 1934. p. 75.

⁷⁸³ Id.

⁷⁸⁴ VARGAS, Getúlio. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. I, 1934. p. 45.

Na parte em que se propôs à discussão da educação e saúde, apontou que o progresso das nações se dava pela educação do povo, fazendo referência ao termo educação em sentido amplo, sendo “física e moral, eugênica e cívica, industrial e agrícola. Tendo por base, a instrução primária de letras e a técnica e a profissional.”⁷⁸⁵

Para situar a condição do indivíduo brasileiro, parece ter estabelecido um elo de aproximação com a caracterização do sertanejo elaborada por Euclides da Cunha na obra, apesar de não o explicitar. Nas palavras de Vargas:

A par da instrução, à educação: dar ao sertanejo, quase abandonado a si mesmo, a consciência dos seus direitos e deveres; fortalecer-lhe a alma. convencendo-o que existe solidariedade humana; enrijar-lhe o físico pela higiene e pelo trabalho, para premiá-lo, enfim, com a alegria de viver, proveniente do conforto conquistado pelas próprias mãos. No Brasil, o homem rude do sertão, sempre pronto a atender aos reclamos da Pátria nos momentos de perigo, é matéria prima excelente e, se vegeta decaído e atrasado, culpemos a nossa incúria e imprevidência, Por vezes, o seu aspecto é miserável, mas, no corpo combalido, aninha-se a alma forte que venceu a natureza amazônica e desbravou o Acre.⁷⁸⁶

O discurso de Vargas se construiu no sentido de que precisava dar educação ao sertanejo, “criai-lhe a capacidade de pensar, instruindo-o, educando-o, e rivalizará com os melhores homens do mundo.”⁷⁸⁷ O estímulo ao trato físico mediante a higiene e o trabalho, era pensado ao lado da auto responsabilização ante o atraso do povo, a salvação do brasileiro estava condicionada a um projeto por vir. Assim, “[...] todo brasileiro poderá ser um homem admirável e um modelar cidadão. Para isso conseguirmos, há um só meio, uma só terapêutica, uma só providência: - é preciso que todos os brasileiros recebam educação.”⁷⁸⁸

Finalizou tal ponto aclarando que era dever do Governo Provisório o aparelhamento e engrenagem de toda a nação na cooperação para a resolução do problema da educação nacional, criticando o fato de que a educação nunca foi tratada com seriedade no país.⁷⁸⁹

A referência ao autor que consagrou a figura do sertanejo na literatura nacional foi frequente ao longo dos debates constituintes, na pesquisa realizada⁷⁹⁰ nos anais da constituinte de 1933-1934, constatou-se 20 [vinte] menções a Euclides da Cunha e sua obra “Os Sertões”.

⁷⁸⁵ Ibid., p. 105.

⁷⁸⁶ VARGAS, Getúlio. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. I, 1934. p. 105.

⁷⁸⁷ Id.

⁷⁸⁸ Ibid., p.105 -106.

⁷⁸⁹ Ibid., p. 106.

⁷⁹⁰ A análise numérica se deu através do sistema de busca da Hemeroteca Digital.

Nos fragmentos analisados, este escrito foi instrumentalizado de modo que fizesse reverberar a apreensão não somente do cenário geográfico, como também o aspecto físico do brasileiro.⁷⁹¹

Isto posto, se adentrará à exposição de outra voz que não foi apenas frequentemente levantada em meio aos debates constituintes, como também possuía estreita ligação com a eugenia. Renato Kehl⁷⁹², que, segundo Diwan, não foi o único eugenista brasileiro, mas, foi o responsável por melhor planificar e demonstrar as expectativas de todos os eugenistas da nação.⁷⁹³

Como apontado anteriormente, Renato Kehl foi o fundador da Sociedade Eugênica de São Paulo, datada de 1918. Diwan divide os trabalhos de Kehl em duas fases distintas, a primeira seria uma eugenia sob enfoque da prevenção, semelhante aos propósitos dos médicos sanitários, marcadamente do período de 1917 até o ano de 1928.⁷⁹⁴

A segunda fase se caracteriza pela radicalização do pensamento de Kehl, que se iniciou após viagem realizada pela Alemanha e se estendeu pela década de 1930, em que passou a defender métodos de esterilização e restrição da imigração. Dentre seus principais interlocutores, cita-se nomes como o Oliveira Vianna e Monteiro Lobato, mantendo com este último uma relação epistolar.⁷⁹⁵

Para Kehl, Higiene e Eugenia consistiam em ramificações distintas da medicina. Diwan apresentou que os eugenistas não costumavam estabelecer limites entre estas matérias, confundindo-as, e que quando os anseios pela profilaxia social passaram a ecoar entre

⁷⁹¹ Stepan menciona que “Os Sertões” era o resumo das ciências da época. Nas palavras da autora: “[...] A clássica obra de análise social de Euclides da Cunha, *Os Sertões* (1902), que relatava a história de uma revolta armada dos sertanejos racialmente mistos de Canudos, na empobrecida região Nordeste do Brasil, sintetizava as ciências da época ao argumentar que ‘a miscigenação, além de obliterar as qualidades proeminentes da raça superior, serve para estimular o ressurgimento dos atributos primitivos da inferior[...]’ a eugenia -por definição, a ciência do ‘aprimoramento racial’ – poderia facilmente atrair intelectuais e profissionais convencidos da capacidade da ciência de criar a ‘ordem e progresso’ (o lema da república brasileira) que a composição racial do país perturbava.. STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p.54.

⁷⁹² **Renato Kehl**, nascido em Limeira no estado de São Paulo, na data de 22 de agosto de 1889. Formou-se farmacêutico em 1909 pela Escola de Farmácia de São Paulo, e em medicina no ano de 1915, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Publicou mais de 30 [trinta] livros sobre o tema da eugenia, como “Sexo e civilização (1933), Por que sou eugenista? (1937). Foi editor de algumas revistas, como a “Revista Terapêutica” que era financiada pela Casa Bayer do Brasil, laboratório alemão da Indústria Química e Farmacêutica, em que trabalhou como farmacêutico responsável e diretor médico, além de elaborar propagandas dos medicamentos da empresa. DIWAN, Pietra. **Raça Pura**. Uma história da eugenia no Brasil e no mundo. 2.ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015., p.124.

⁷⁹³ Ibid., 123.

⁷⁹⁴ Ibid., p.125.

⁷⁹⁵ Id.

médicos, juristas e intelectuais, a eugenia passou a ser pensada por alguns somente sob seu enfoque positivo, qual seja, o da prevenção.⁷⁹⁶

O eugenismo de Renato Kehl pensava moldar o corpo social segundo os ditames da beleza física e da retidão moral, sendo que esta tarefa seria possível apenas perante a ruptura com a ordem natural. Ou seja, Kehl pregava a desumanização dos corpos que, sob sua ótica, eram imperfeitos, disgênicos. O entendimento de feiura para Kehl não era restrita à beleza física, mas alcançava todas as imperfeições humanas, tais como as doenças. O feio de Kehl é um ônus para o Estado e um atraso para a sociedade.⁷⁹⁷⁷⁹⁸

A interpretação de Diwan sobre o conceito de feio de Kehl se dá com as seguintes palavras: “[...]A fealdade transforma-se em anormalidade e morbidez, impossibilitando a saúde do indivíduo. Mais do que isso, ela é a própria incivilidade. As associações feitas entre saúde e beleza são transpostas à doença e à fealdade.”⁷⁹⁹⁸⁰⁰ A eugenia pregada por Kehl entendia como fatores de degeneração os de origem genética, que não poderiam ser resolvidas por modificações no meio ambiente.⁸⁰¹

Ainda, a educação para Kehl era um dos instrumentos de regeneração humana dentre tantos outros que poderiam ser empregados, como a imigração ou a esterilização. Ele separava os ramos da educação, sendo que ela poderia ser sexual, física, pedagógica, higiênica e eugênica.⁸⁰²

⁷⁹⁶ Ibid., p.126.

⁷⁹⁷ Ibid., p.138.

⁷⁹⁸ Este entendimento se depreende da leitura da obra “A cura da fealdade”, em que “[...] a palavra fealdade, aqui empregada, tem uma significação mais ampla do que a do entendimento corrente. Não corresponde à falta de predicados físicos, de graça ou de outros atrativos, que fazem de um homem ou de uma mulher alvo de admiração e simpatia. A fealdade é encarada, sob o ponto de vista galtoniano e, como tal emprestei-lhe o sentido claro de disgenesia ou cacogenia. Em outros termos ela equivale à normalidade, à saúde integral.”. KEHL, Renato apud DIWAN, Pietra. Op.Cit., p.139.

⁷⁹⁹ DIWAN, Pietra. **Raça Pura**. Uma história da eugenia no Brasil e no mundo. 2.ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015., p.139.

⁸⁰⁰ A historiadora ainda afirma que a descrição da fealdade constitui parte do projeto eugenistas de intervenção no corpo humano, “[...]intencionando criar o corpo do novo homem e o corpo da coletividade – ideia de que cada um é responsável por si e pela saúde da coletividade, o que se traduz nas práticas que visam identificar o indivíduo feio como sinônimo de inapto ao trabalho, anormal, monstruoso, doente, degenerado e incivilizado.[...]Ibid., p. 138.

⁸⁰¹ Sobre o assunto, Diwan alerta que “Apesar de admitir a influência do meio como uma das causas de degeneração, ele é descrito por Kehl somente na sua dimensão física e climática. As relações humanas estão fora disso.” Ibid., p.143.

⁸⁰² Ibid., p.145.

Todos os ramos da educação operariam em um mesmo sentido, “conscientizar os indivíduos, principalmente as crianças, da necessidade do cuidado com o corpo para a proteção da hereditariedade e do Estado”.⁸⁰³

“Sexo e civilização” foi uma obra de Kehl publicada no ano de 1933, às vésperas da edição da segunda constituição republicana do Brasil. Em seu texto, Kehl acusou que o aparelhamento legislativo brasileiro não era patriota, pois se caso fosse, o Brasil estaria sendo orientado por leis de restrição à imigração e de regramento aos casamentos, todas de embasamento eugênico.⁸⁰⁴

Na própria contracapa deste livro, Kehl consagrou um pequeno excerto que resumiria o que seria o teor de seu pensamento no decorrer de todo o trabalho. Afirmou não existir outra saída para resolver a problemática dos males sociais, senão pelas leis de biologia. Mais do que isso, seu argumento tocava na impossibilidade de uma política racional que não se assentasse em princípios biológicos e que se frutificasse em paz e felicidade aos povos.⁸⁰⁵

Para Kehl, não importava qual o sistema político em tela, seja orientado por diretrizes econômicas, conservadoras, democráticas, socialistas, fascistas ou comunistas, todos seriam falhos, por não se inspirarem em leis biológicas, “Eis, por que, a política, por excelência, é a política biológica, a política com base na eugenia.”⁸⁰⁶

Kehl parece ter compilado não apenas as raízes de seu pensamento nesta obra, mas a utilizou também como uma cartilha de intenções, para o que deslumbrava como medidas atinentes ao adequado aprimoramento racial brasileiro. Após realizar um delineamento histórico da recepção da teoria da eugenia no Brasil, o autor visualizou algumas soluções de proveito eugênico, que deveriam ser aplicadas em prol da evolução da nação.

Estas se assentavam em matizes de natureza diversa, consistindo em recomendações à elaboração de leis referentes a instituição do exame pré-nupcial, esterilização de degenerados e de restrição as correntes imigratórias. Sobre este último ponto, Kehl apontou que “O Brasil, que já é um <<melting pot>> de raças, será dominado pelos elementos xanto-negroides, se uma política imigratória enérgica não vir, com preteza⁸⁰⁷, pôr cobro a tal ameaça.”⁸⁰⁸

⁸⁰³ Ibid., p.146.

⁸⁰⁴ KEHL, Renato. **Aparas eugenicis**: sexo e civilização (novas diretrizes).Livraria Francisco Alves de P. de Azevedo & cia., 1933.

⁸⁰⁵ Id. Contracapa.

⁸⁰⁶ KEHL, Renato. **Aparas eugenicis**: sexo e civilização (novas diretrizes).Livraria Francisco Alves de P. de Azevedo & cia., 1933.

⁸⁰⁷ Termo utilizado pelo próprio autor.

⁸⁰⁸ Ibid., p. 207.

Uma correspondência de Monteiro Lobato endereçada para Renato Kehl, datada de setembro de 1930, estabeleceu relação entre a literatura e os anseios pela modificação das estruturas sociais do país. Segundo Lobato “é um processo indireto de fazer a eugenia, e os processos indiretos, no Brasil, ‘work’ muito mais eficientemente.”⁸⁰⁹

Além da relação epistolar que Lobato mantinha com Kehl, os autores também prefaciaram o livro um do outro, como é o caso de “Problema Vital”, anteriormente observado e, “Bio-perspectivas” de autoria Renato Kehl e prefaciado pelo literato no ano de 1938.⁸¹⁰⁸¹¹

A concepção de que o Brasil estava doente e precisava de políticas voltadas a atender aos reclames da saúde pública nacional, ficou patente na arena política que frutificou o texto constitucional de 16 de julho de 1934. Os deputados articularam-se em enunciados que previam, por vezes, sanar, e por outras, prevenir as doenças que sofriam a sociedade nacional.

Essa percepção de que a saúde virou problema político foi também enfatizada pelo deputado Alfredo da Matta⁸¹², integrante do Partido Socialista do Estado do Amazonas, que entendia que deveria ser elaborado enunciado que determinasse a competência administrativa do Estado, definindo os direitos e responsabilidades em matéria de defesa sanitária da sociedade.⁸¹³

Explicando melhor: este ao se pronunciar sobre o tema da defesa sanitária da coletividade e sua respectiva assistência, expôs que deveria estar na esfera de competência da

⁸⁰⁹DIWAN, Pietra. **Raça Pura**. Uma história da eugenia no Brasil e no mundo. 2.ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015. p.111.

⁸¹⁰ Ibid., p. 110.

⁸¹¹ O prefácio elaborado por Monteiro Lobato à obra de Renato Kehl, aclara a estreita relação profissional que mantinham, confira-se fragmento: “não estranhe o leitor que esteja a prefaciando uma obra tão séria o sujeito menos adequado. Mas há para isso uma razão toda especial. Vim a conhecer Renato Kehl no início da minha vida literária, certo ano em que, numa série de artigos de jornal, me pus a entender de saneamento. Fanático que já era ele da Eugenia – ou da aplicação da ciência para melhorar o mau animal humano – procurou-me com proposta para editar em volume tais artigos e prefacia-los. Surgiu assim o “Problema Vital”, a primeira coisa, creio, que de mim saiu sob forma de livro e com o prefácio de Kehl. [...]”. KEHL, Renato. **Bio-perspectivas**: dicionário filosófico. Alves, 1938. p.17.

⁸¹² **Alfredo da Matta** nasceu em Salvador na Bahia em 18 de março de 1870, pertence ao Partido Socialista do Estado do Amazonas. Em 1893 formou-se em Medicina pela faculdade da Bahia. Exerceu medicina no começo de sua carreira, após foi diretor do serviço de higiene de Manaus; inspetor sanitário do serviço de higiene do Amazonas e diretor do serviço geral de higiene do mesmo estado. Pertenceu à Academia Nacional de Medicina e de ciências e vice-presidente do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. GODINHO, Wanor R.; ANDRADE, Oswaldo S. **Constituintes brasileiros de 1934**. Grafica Santo Antonio, 1934. p. 18.

⁸¹³ artigo 110, que trata da família, competindo à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos da lei federal: a) velar, pela pureza, sanidade e melhoramento da família; d) amparar a maternidade e a infância; f) proteger a Juventude contra toda a exploração bem como contra o abandono físico, moral e intelectual. MATTA, Alfredo. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. IX, 1934. p. 179.

União a elaboração de uma legislação sobre o tema da higiene, assistência social e eugenia.⁸¹⁴ Como justificativa de seu argumento, afirmou se tratar de um caminho labiríntico os trabalhos alusivos a estas matérias, sugerindo que a melhor solução seria atribuir a responsabilidade por sua organização a União, sob a coordenação de uma lei federal.⁸¹⁵

Matta estava inserido em momento de profundo descrédito quanto as condições sociais da nação, sua análise sobre os fatores de degeneração da raça, enquadrou a tuberculose como uma doença de tipo social que conduzia a desilusão e a morte. Após, seu discurso alcançou a sífilis, a qual também fora caracterizada como moléstia social. Sua tese assentava sobre a necessidade de se exigir severas medidas para salvaguardar a família e a sociedade, em vista dos perigos das sequelas que o quadro sífilítico provocava nos pacientes e em sua prole.⁸¹⁶

Sua exposição, além de ter se baseado em dados estatísticos, recorreu às fundamentações de Renato Kehl, somando aos debates constituintes as lições deste, estabelecendo elo entre a imposição do exame pré-nupcial e os cuidados com a raça. Mais do que isso, a elaboração de medidas eugênicas, como a que estava em pauta, resolveria, nas palavras de Kehl "o estado de miséria física em que se acha grande parte da população"⁸¹⁷, aplicando a ação da eugenia, a ciência de Galton.⁸¹⁸

Compreendendo o alcoolismo como um problema, declarando a íntima ligação deste com a decadência e degenerescência racial, e, ao mesmo tempo, estabelecendo um elo com os custos ao erário público decorrentes da manutenção dos afetados por este, Matta sugeriu a questão da esterilização eugênica, em meio a sua explicação sobre os prejuízos econômicos, mas não desenvolveu o assunto. Em suas palavras: “seria aqui o momento de referências fazer sobre a vasectomia, a esterilização, assinalando as leis norte-americanas, suíça e alemã. Julgo-me dispensado disto.”⁸¹⁹

Matta timbrou em declarar que para o poder público velar pela pureza e sanidade da família seria preciso que os nubentes correspondessem as qualidades de hígidez, pois deste modo proceder-se-ia ao melhoramento da prole, e, ao conseqüente melhoramento da raça. Para ele, tal assunto “encontra-se, portanto, o problema em pleno território da eugenia, e em franco domínio da União”, sendo que “[..] o exame médico antes do casamento poderá dar a

⁸¹⁴ Id.

⁸¹⁵ Id.

⁸¹⁶ Ibid., p. 182-183.

⁸¹⁷ MATTA, Alfredo. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. IX, 1934. p. 182.

⁸¹⁸ Ibid., p. 180.

⁸¹⁹ Ibid., p. 183-184.

devida solução garantidora que se tornará de todos os trabalhos nessa esfera da eugenezia.”

820821

A futura constituição cuidando da família, tutelando a formação pura e sã desta, ou seja, sendo uma entidade composta por membros saudáveis, uma vez aceita tal proposição e efetuada tais mudanças, o resultado seria o melhoramento da população e da raça. Sob este influxo, Matta foi um dos defensores da imposição do exame médico pré-nupcial como medida de aprimoramento racial, tal modelo corresponderia à ciência vislumbrada por Francis Galton em movimento.⁸²²⁸²³

Tratou de pormenorizar as doenças e as dividiu em subgrupos, sendo: doenças mentais e nervosas; familiares; sociais, as quais se incluem: sífilis, tuberculose, epilepsia e o alcoolismo. “Compete aqui a higiene, em sua ação proteiforme, mostrar a beleza de sua existência e a proficuidade da sua ação. Prevenir, portanto, evitar sempre. Eis o segundo ponto de vista, que é o sanitário, da eugenia.”⁸²⁴⁸²⁵

Sendo mais um defensor do exame pré-nupcial como instrumento de defesa da constituição familiar e da boa prole, citou, dentre os fatores de decadência e degenerescência racial, as sequelas decorrentes quadro sífilítico e do alcoolismo. Independente de qual elemento nocivo à composição racial que se remetesse, seu discurso tangenciou os custos que

⁸²⁰ Id.

⁸²¹ Tal deputado fez constar que “ Este exame foi sugerido pelas emendas 239 e 631, subscritas pelos ilustrados senhores Deputados Sebastião Oliveira e Alberto Surek e outros colegas, tendo também a de n. 357, assinada pelos ilustrados senhores Deputados M. Possolo e outros, esclarecido que a lei estatuiria os preceitos que melhor atendessem a boa procriação e ao desenvolvimento físico, intelectual e moral dos filhos.” Id.

⁸²² Fundamentou que Montesquieu declarou entre toda a dinâmica humana o casamento ocupa posição privilegiada no âmbito social, o que demanda ser regulado mediante legislação civil. “Montesquieu saneou, assim, o casamento pela lei; olvidou-se, porém, de apurar nele o saneamento da coletividade, da raça, como disse, e muito bem, Pinard. É o que ocorre em o nosso país.” Ibid., p. 182.

⁸²³ O deputado parece ir além da instituição do exame pré-nupcial como medida eugênica, seu discurso alcança a esterilização. Em suas palavras: “A Eugenia visa a aplicação de conhecimentos úteis e indispensáveis à reprodução, conservação e melhoria da raça. Teoricamente, e neste último caso, nada mais fácil do que suprimir os agentes principais, como rios longevos tempos de Licurgo, ou impedir se multiplicarem, como parece da prática, hodierna e voluntária, da vasectomia.” Ibid., p.187.

⁸²⁴ Sim, porquê há doenças e doenças. Umas sociais, a sífilis, a gonocócia, a tuberculose, a epilepsia, o alcoolismo; outras, mentais e nervosas; ainda outras, chamadas de caráter familiar, aliás pouco divulgadas, e que Apert tão bem abordou e discutiu (1927), seguindo as pegadas de Charcot quanto às devidas a heranças contínua, descontínua e matriarcal, e em que unicamente o médico poderá decidir, de acordo com o exame de validez dos dois nubentos, se o consórcio será ou não um perigo para ambos e à prole. Torna-se, por último, necessário acrescentar a lepra, a constituir um grupo isolado, e não menos perigoso que os demais em nosso país. Eis aí a ronda macabra e sinistra do infortúnio e da morte. Esta é o plenilúnia da desgraça. Id.

⁸²⁵ O vocábulo “eugênica” foi usado várias vezes pelo deputado, como se verifica da leitura deste fragmento: “Que doloroso contraste! Como tanto empenho e esforço em cuidar, selecionando, os animais, e deixar a família em tão flagrante plano de inferioridade eugênica! Deplorável estado de educação e de espírito! ” Ibid., p. 187.

estes geravam ao erário público, ao passo que consomem a saúde dos indivíduos, tornando-os improdutivos e dependentes dos proventos de assistência pública.⁸²⁶

Matta não explicitou qual a obra de Renato Kehl que utilizou para incorporar seu discurso, mas o certo é que este deputado pertencia ao grupo de indivíduos que partilhava a ideia de que o Estado deveria assumir o papel de agente reformador das condições de saúde e econômicas do país.

Em resposta as colocações de Matta, pronunciou-se o deputado Álvaro Maia⁸²⁷, deputado pelo partido União Cívica Amazonense, que incorporou à sua fala a obra “problema vital” de Monteiro Lobato, estabelecendo um fio condutor que integrasse os argumentos em debate no pleito constituinte, instrumentalizando-a para dar força aos envolvidos na eliminação dos fatores de atraso do país, tangenciando a problemática do descaso do poder público com o cuidado com o homem, tutelando, ao invés disso, do aprimoramento dos cuidados com cavalos e porcos.⁸²⁸⁸²⁹

Sobre a temática imigratória, Xavier de Oliveira, eleito deputado federal pelo estado do Ceará, declarou que os problemas desta preocupava tanto em seu aspecto político quanto nas questões nacionalistas e antropológicas, ou, mais modernamente, no enfoque eugenético.⁸³⁰ Apontou que os Estados Unidos e outros países do continente americano já estavam adotando uma política eugênica de imigração, mas que o Brasil estava cada dia mais longe de tal passo.⁸³¹⁸³²

⁸²⁶ Ibid., p. 182-184.

⁸²⁷ **MAIA, Álvaro Botelho.** Nascido no município de Humaitá, no estado de Amazonas, em 19 de fevereiro de 1893. Iniciou seus estudos em direito pela Faculdade de Direito do Ceará, porém concluiu seus estudos no Rio de Janeiro no ano de 1917, pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais. Fora eleito para a assembleia constituinte pelo partido União Cívica Amazonense, o qual fora um dos organizadores. A obra de Warnor Godinho não apresentou biografia sobre este deputado. Extraíu-se estes dados dos arquivos do CPDOC, organizado pela Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alvaro-botelho-maia>> Acesso em: 02/02/2017.

⁸²⁸ Maia citou ainda Belisário Pena, não se referiu de modo explícito a qual obra se referia, porém utiliza sua lição no que toca “que, se não forem tomadas providências enérgicas, o Brasil será dentro de algum tempo o leprosário do mundo civilizado.” MAIA, Álvaro Botelho. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. IX, 1934. p.186.

⁸²⁹ Id.

⁸³⁰ OLIVEIRA, Xavier. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. VI, 1934. p.450.

⁸³¹ Ibid., p.454.

⁸³² Enquanto Xavier de Oliveira prosseguia com sua arguição, outros deputados faziam algumas interrupções, tais como Arruda Falcão que remetendo-se ao que já proclamado em outro momento por Leví Carneiro, acreditava que “não estamos mais no tempo dos milagres de uma Constituição mandada dos céus por Moisés, ao que eu deveria responder que os céus ainda existem e também as condições milagrosas para uma Constituição de que poderá resultar, por força, o aperfeiçoamento do povo.” Ibid., p.458.

Para Xavier de Oliveira, o fator imigratório era ponto capital tanto para a constituição racial e eugênica para os países com as suas nacionalidades ainda em formação. Para ele, a obstaculização no Brasil era ainda maior do que em outros países em situação similar, e aduz que tal questão não preocupava os juristas membros daquela Assembleia Constituinte⁸³³. Em suas palavras:

[...]O problema que, para nós, é o número um, o da raça, o primeiro, o maior de todos, com o seu corolário irrecusável, a imigração, eu bem sei que não é ouvido com prazer pelos constitucionalistas da Casa, porquê, certamente, darão mais importância, por exemplo, à diferenciação que, juridicamente, possa existir entre domicílio e residência. Que importa a eugenia? E a imigração?[...]⁸³⁴

Continuou seu texto exaltando que a eugenia era o problema máximo da raça, e que esta teoria se relacionava com as questões econômicas, de saúde pública, imigração e educação, sendo pensada por todas “as nações que têm capacidade para se organizar eugenicamente.”⁸³⁵⁸³⁶

No delineamento de suas ideias a respeito da corrente imigratória de origem nipônica, defendeu apenas ser possível o engrandecimento e a organização das nações, mediante a valorização da qualidade dos sujeitos, ou seja, seria preciso priorizar o fator qualitativo em detrimento do quantitativo dos imigrantes que aportavam no cenário nacional, sendo que “precisamos, sim, de educação, de elevar o nível cultural do nosso povo, do nosso caboclo.”⁸³⁷

Em meio a sua exposição pediu que constassem nos anais constituintes uma carta enviada pelo eugenista.⁸³⁸ No seu conteúdo atravessavam-se razões de ordem da ciência eugênica, em que Kehl compreendia como crime de lesa-pátria o consentimento diante da recepção indistinta e anárquica dos indivíduos que aportavam no território nacional, especialmente de asiáticos.

⁸³³ Xavier de Oliveira expressa sua filiação à escola heredobiológica, da Alemanha, cujo principal representante é professor Rudine, que também tem outros dois deputados que partilham de suas lições: Pacheco e Silva e Miguel Couto. Sobre Rudine, Oliveira pontua: “Foram as ideias dele e de muitos outros sábios germânicos, que, de seus laboratórios, provaram que é preciso defender a raça germânica, seja como for [...]”Ibid.,p. 459.

⁸³⁴ Ibid., p.459.

⁸³⁵ Id.

⁸³⁶ Em mais uma interrupção ao discurso de Xavier de Oliveira, o deputado Alde Sampaio exalta a figura do mestiço, segundo ele: “Nossos grandes homens têm sido, de fato, mestiços e não são em minoria”. Id.

⁸³⁷ OLIVEIRA, Xavier. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. VI, 1934. p. 470.

⁸³⁸ Ibid., p. 472.

“A tanto equivale transformar o Brasil em uma verdadeira "Sapucaia" de raças.”⁸³⁹ A restrição vislumbrada às correntes imigratórias com base na inteligência de Kehl, pretendia estabelecer na ordem constitucional um enunciado que garantisse uma nação brasileira eugenicamente sadia e educada.⁸⁴⁰

Xavier de Oliveira usa os termos “eugênica”, “eugenicamente”, “eugenético” de modo similar, como se sinônimos fossem. Encerra sua exposição exaltando seu amor à pátria, e alegando não possuir preconceitos de raça, “tenho, entretanto, o preconceito da minha nacionalidade! Quero, assim, ver a nação brasileira, eugenicamente, sadia, educada e feliz, vivendo em paz e em harmonia com todos os países do globo! ”.⁸⁴¹

A menção ao trabalho de Kehl também foi feita pelo deputado classista Pacheco e Silva, eleito pelos sindicatos paulistas. Esta se deu na ocasião em que apontou que o enunciado constitucional encarregado pela previsão da educação eugênica deveria vir acompanhado da expressão “educação sexual”.⁸⁴²

Por razões de ordem humanitárias e econômicas, o deputado defendia a obstaculização da união entre indivíduos afetados por fatores que importavam à diminuição do vigor racial.⁸⁴³ Para ele, a imposição do exame pré-nupcial obrigatório, somado à instrução e propaganda eugênica, eram uma questão de patriotismo, contribuindo para a edificação da nação brasileira.⁸⁴⁴

O deputado se remontou a Renato Kehl para fixar seu posicionamento de que acreditava que o Brasil apenas seria uma grande nação no momento em que nele fosse desenvolvida “a consciência sanitária e cívica, quando todos os brasileiros souberem zelar

⁸³⁹ Id.

⁸⁴⁰ A íntegra da carta de Renato Kehl lida por Xavier de Oliveira na assembleia constituinte consta no 6º volume dos debates constituintes, especificamente na página 472. Confirma-se alguns de seus fragmentos: “é um crime de lesa-pátria permitir a entrada indistinta e anárquica, em massa de imigrantes, 'sobretudo' de asiáticos, no nosso país. A tanto equivale transformar o Brasil em uma verdadeira "Sapucaia" de raças. Precisamos que alguém se levante com energia e diga estas coisas, sem reboços, para ver si ainda se consegue demover os responsáveis pela administração do errado passo que vão dar. [...] Não se entope um país com povos de raças heterogênicas e inassimiláveis e, mesmo, que fossem assimiláveis. Um país não é um laboratório para experiências de cruzamentos. [...] Há razões muito mais sérias e muito mais complexas, especialmente eugênicas, e que, por infelicidade, ninguém leva em consideração. Sou radicalmente contrário a tais imigrações em massa. [...] Peço-lhe, pois, que com denodo se bata, enquanto é tempo, contra este crime de lesa-pátria. Não desejo que meus filhos ou netos tenham, um dia, de empunhar armas para defender o maior de todos os patrimônios, que é o de ser cidadão desta grande e bela terra. - (a.) Renato Kehl." Id.

⁸⁴¹ Ibid., p. 482.

⁸⁴² PACHECO E SILVA, Antônio Carlos. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. VIII, 1934. p. 222.

⁸⁴³ Sua justificativa se dava na medida em que era generalizada a inquietação acerca dos tarados de toda espécie. Tais indivíduos eram considerados um peso improdutivo e que sobrecarregavam o corpo social. Id.

⁸⁴⁴ Ibid., 222-225.

pela saúde física e psíquica, quando todos os brasileiros, enfim, se tornarem aptos para o trabalho e para a cidadania.”⁸⁴⁵

Pacheco e Silva defendeu nos anais que o ideal eugênico deveria ser norte a ser perseguido pelos responsáveis pela confecção de leis básicas, sendo que estas deveriam atender às necessidades essenciais do povo. Mais do que isso, frisou que isto era uma questão de patriotismo.⁸⁴⁶ Assim, declarou “cumpre-nos adotar um programa de defesa nacional da saúde, encarado sob os seus mais diversos aspectos; baseando-nos em fundamentos de ordem eugênica, racial e social, como se faz hoje nos países mais adiantados do mundo.”⁸⁴⁷⁸⁴⁸

A despeito da educação eugênica e de seu papel capital no aprimoramento da raça, Pacheco e Silva evocou as credenciais da Sociedade Alemã de Higiene Racial, fazendo eco das palavras de advertência desta:

A condição imprescindível para a consecução dos fins da higiene racial é a instrução e a educação eugênicas. Todas as escolas frequentadas pela mocidade devem ter cursos suficientes de Biologia e Eugenia. Todas as escolas superiores devem ser dotadas de cadeiras especiais para o estudo da hereditariedade humana e higiene racial (Eugenia), com possibilidades de pesquisas. A Eugenia deve constituir tema de ensino e de exame para os médicos e para as outras profissões, às quais assiste o dever de esclarecer o povo [...].⁸⁴⁹

Este deputado salientou a essencialidade do despertar da consciência ante a responsabilidade eugênica. Os cuidados com a constituição familiar deveriam ser entendidos como supremo bem de um povo, cabendo ao Estado tomar providências para tanto. Acentuou que o anteprojeto governamental deveria somar à educação eugênica as questões da educação sexual.⁸⁵⁰

No último volume dos debates constituintes, Joaquim Magalhães, eleito pela legenda do Partido Liberal do Pará, pouco antes da votação do enunciado que deixou a cargo de lei infraconstitucional o imperativo do exame pré-nupcial, ao defender a prática do mesmo, estabeleceu que seu pensamento, nesse aspecto, remontava aos estudos de Renato Kehl.⁸⁵¹

⁸⁴⁵ Ibid., p.228.

⁸⁴⁶ Id.

⁸⁴⁷ Id.

⁸⁴⁸ Aduziu, ainda, que “Devemos criar a nossa antropologia política, proporcionar meios para que o ambiente em que vive o nosso povo seja mais propício à saúde, velar pelas leis que regem a transmissão dos fatores hereditários às gerações futuras.” Id.

⁸⁴⁹ Id.

⁸⁵⁰ PACHECO E SILVA, Antônio Carlos. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. VIII, 1934. p.228.

⁸⁵¹ MAGALHÃES, Joaquim. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. XII, 1934. p.208.

Desacreditado da habilidade das medidas atinentes a higiene e educação serem suficientes para resolver o problema racial brasileiro, Magalhães acreditava na necessidade de uma lei que impedisse a propagação de caracteres genéticos indesejados, pois o cerne do aperfeiçoamento da raça estaria na seara da herança genética.⁸⁵²

Para tanto, citou a obra “Sexo e Civilização”⁸⁵³ de Renato Kehl, na qual o autor consagrou que “a educação e a higiene por mais perfeitas que sejam, não conseguiriam nem conseguirão impedir a decadência.” Em seu texto, explicou que o aperfeiçoamento racial estava à mercê de fatores de ordem hereditária, sendo preciso a imposição de medidas eugênicas para seu alcance.⁸⁵⁴

Declarando que o Brasil ainda não resolveu o mais elementar de seus problemas, o racial, remontou-se a ciência de Galton, construindo argumentos em torno da utilidade de seu caráter, qual seja, a “eugeniização da raça”.⁸⁵⁵

Delinear, em poucos traços, as vicissitudes do pensamento que permeava a concepção eugênica na constituinte de 1933-1934, implica em considerar apenas os intelectuais que diretamente foram utilizados em enunciados que tangenciassem a teoria da eugenia. O último nome que será examinado é o de Oliveira Vianna⁸⁵⁶, cujos escritos eram marcadamente voltados à composição racial brasileira, sendo um dos defensores da “arianização”⁸⁵⁷ da raça nacional.

Um de seus principais livros intitula-se “Populações meridionais do Brasil”⁸⁵⁸, datado de 1920. Nancy Stepan, tangenciado em seu texto aspectos da mentalidade aristocrática de Oliveira Vianna, assegurou que o autor vislumbrava a atenuação e posterior eliminação do perfil étnico mulato no Brasil. Isto se alcançaria em decorrência do cruzamento entre as raças, graças “ [...] a uma ‘influência regressiva de atavismos étnicos’ e do cruzamento de mulatos

⁸⁵² Id.

⁸⁵³ “Mas todas estas medidas, nada tem a ver com a conservação da espécie, a qual só se conserva, com efeito, pela transmissão hereditária e pela fecundidade dos melhores troncos. A educação e a higiene por mais perfeitas que sejam, não conseguiriam nem conseguirão impedir a decadência. O otimismo infantil de tantos políticos, pedagogos e filósofos que esperam estender às gerações futuras os benefícios atuais da assistência social, do esporte, da higiene física, da educação, etc. [...] não é senão o exemplo típico da mais grosseira ignorância biológica ou à falta mais completa de raciocínio.” Id.

⁸⁵⁴ Id.

⁸⁵⁵ Ibid., p 209.

⁸⁵⁶ **Francisco José de Oliveira Vianna** nasceu em 1883, na cidade de Saquerema no Estado do Rio de Janeiro. Faleceu em 1951 na cidade de Niterói, Rio de Janeiro. Em 1905, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Niterói. Jornalista, jurista, professor de Direito, sociólogo e historiador.

⁸⁵⁷ Termo utilizado por Oliveira Vianna na obra *Populações meridionais do Brasil*. VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. Senado Federal: Brasília, 2005. p.169.

⁸⁵⁸ Id.

com brancos, a linhagem mulata seria filtrada e eliminada ao longo do tempo, enquanto os brancos desenvolveriam clara predominância biológica sobre negros e mestiços.”⁸⁵⁹

Assim, desde o prefácio que escreveu para o seu livro em 1918, Vianna deixou as claras a tarefa a que se propôs: uma análise conjunta das instituições políticas, da geografia e da psicologia das populações, elementos que mutuamente moldavam o perfil dos diferentes indivíduos que compunham o território brasileiro.⁸⁶⁰ Pretendia situar a caracterização social do brasileiro de forma mais realista quanto os elementos informativos o permitissem, objetivando assinalar a distinção do povo nacional em relação aos demais, especificamente aos europeus, em decorrência de elementos, como a história, a estrutura, e pela peculiaridade de sua formação.⁸⁶¹

Vianna alertou que era um costume a referência ao povo brasileiro como se constituíssem um grupo homogêneo, mantendo as mesmas características pelo vasto território nacional. Para ele, ainda que fossem desconsiderados os fatores geográficos, climáticos e a distinta formação étnica da população brasileira, e, ainda, se fossem avaliados somente elementos históricos e sociais, seria possível distinguir três formações populacionais, sendo, em suas palavras: “a do norte, a do centro-sul, a do extremo-sul, que geram, por seu turno, três sociedades diferentes: a dos sertões, a das matas, a dos pampas, com os seus três tipos específicos: o sertanejo, o matuto, o gaúcho.”⁸⁶²

Em tópico que se dedicou ao estudo da dispersão dos paulistas, Vianna mencionou o conceito de eugenia duas vezes ao referir-se à bravura dos primeiros colonizadores portugueses, passando o entendimento de que os paulistas detentores do poder eram figuras eugenizadas devido à sua ascendência portuguesa. De acordo com o escrito por Vianna: “Na sua espantosa energia e fortaleza moral, os caudilhos bandeirantes bem revelam quão poderosas foram essas reservas de eugenismo acumuladas nos primeiros séculos.”⁸⁶³

⁸⁵⁹ Ibid., p.166.

⁸⁶⁰ Nas palavras de seu prefácio: “O primeiro destes ensaios, dedicado às Populações Meridionais, contém os estudos monográficos sobre os dois tipos sociais formados nos habitats do sul – o “matuto” e o “gaúcho”, que são os mais característicos. [...]” Ibid., p. 53.

⁸⁶¹ Ibid., p.51.

⁸⁶² VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. Senado Federal: Brasília, 2005. p 52.

⁸⁶³ “Os grandes domínios rurais dão às bandeiras o seu primeiro e principal elemento: os chefes. Esses grandes potentados territoriais trazem nas veias uma forte herança de bravura, de intrepidez, de audácia: são todos personalidades fortemente vincadas. Os primitivos colonizadores lusos, de quem descendem, representam a porção mais eugênica da massa peninsular: porque, por uma lei de antropologia social, só emigram os caracteres fortes, ricos de coragem, imaginação e vontade. Na sua espantosa energia e fortaleza moral, os caudilhos bandeirantes bem revelam quão poderosas foram essas reservas de eugenismo acumuladas nos primeiros séculos. Uma das primeiras razões para a concessão desesmarias é, aliás, ter batido o índio, ou penetrado o sertão, ou

Quando Vianna escreveu sobre a etnologia das classes rurais, também fez uso do arcabouço científico de Francis Galton. Em geral, Vianna sustentava uma posição negativa quanto aos mestiços, entretanto, ele admitia a existência de mestiços eugênicos, sendo que estabeleceu em sua frase um paralelo entre o termo “superior” e “eugênico”, como se, talvez, partilhassem da mesma carga axiológica. De acordo com os termos do autor: “Esses mestiços, eugênicos ou superiores, cuja existência é impossível negar, têm uma antropogênese ainda mal conhecida [...]”⁸⁶⁴

O autor assentou sua opinião anunciando que diante da análise dos mestiços, os estudiosos costumam partir de falsas premissas. Para Vianna, havia muitos tipos de mestiços, pois, “[...] há, porém, mulatos superiores, arianos pelo caráter e pela inteligência ou, pelo menos, suscetíveis da arianização, capazes de colaborar com os brancos na organização e civilização do País [...]”⁸⁶⁵ Ou seja, os mulatos eugênicos, sob ótica de Vianna, são os que, mediante o cruzamento com a etnia branca, se aproximam desta, por sua moral e por sua cor.

Oliveira Vianna não foi um intelectual dedicado ao estudo da eugenia, ele a incorporou em sua escrita, mas não se aprofundou em seus meandros.⁸⁶⁶ Mas, mesmo assim, sua obra atravessa a temática, a integrando em meio ao seu estudo dedicado à formulação e delineamento dos tipos nacionais.

O que parece ser um dos pontos de distinção da introdução da concepção de Vianna ao texto constitucional, é que a obra dele parece fornecer tônica diferenciada ao conceito da eugenia que estava em marcha contemporaneamente à publicação de sua obra.

Enquanto que o movimento em prol do saneamento do país assumia cada vez mais robustez, e a ideia de eugenia se relacionava cada vez mais com os preceitos de higiene e prevenção, Vianna sustentou sua relação com a questão racial, cujas diretrizes ultrapassaram a seara do debate entre os intelectuais do país, e adentrou ao debate da Assembleia Constituinte de 1933-1934, colaborando com a definição dos contornos do novo texto fundamental da política brasileira.

A relação de Vianna com o movimento eugênico também se esboça na obra “sexo e civilização” de Renato Kehl. Vale lembrar que o pensamento de Kehl, como apontado anteriormente, reflete a ideia da inabilidade e impotência de deixar a cargo apenas da

lutado com o flibusteiro normando ou neerlandês. Como na idade média, a seleção se faz, na sociedade colonial do II e III séculos, pela bravura, pelo valor, pela “virtude”, no sentido romano da expressão.” Ibid., p.139.

⁸⁶⁴ Ibid., p. 169.

⁸⁶⁵ Ibid., 169 e 171.

⁸⁶⁶ Constatou-se que “eugenia” e seus desdobramentos, como, “eugênica”, foram mencionadas 5 (cinco) vezes ao longo da obra.

educação e higiene a obra de regeneração humana.⁸⁶⁷ Isto posto, Kehl se remonta a Oliveira Vianna para fundamentar que os mestiços, são feios e fracos pois apresentam os vícios de seus ascendentes, sendo caracterizados pela instabilidade de caráter, sendo “elementos perturbadores do progresso nacional, sob o ponto de vista étnico e social.”⁸⁶⁸

Nesse sentido, declarou que “na opinião abalizada de Oliveira Vianna, a maioria dos mulatos e mamelucos padece de uma espécie de assimetria moral que lhes acompanha a inegável assimetria física; são quase todos moralmente incoordenados e incoerentes.”⁸⁶⁹

Kehl reiterou que não era cabível aos eugenistas serem favoráveis ao caldeamento racial, por motivos de ordem biológica e razões sociais.⁸⁷⁰ Assim, o livro de Vianna parece ter corroborado com o movimento eugênico, não sob o ponto de vista da discussão biológica, mas nos contornos frutificados de seus estudos detidos da formação dos muitos povos que constituem o povo brasileiro.⁸⁷¹

Isto posto, além dos fragmentos dos debates constituintes que citam Oliveira Vianna outrora expostos, vale a menção de mais um excerto atinente ao tema. No oitavo volume dos documentos da Assembleia Constituinte de 1933-1934, contribuição de Miguel Couto.

Suas palavras ecoavam no sentido de que as piores taras presentes na pátria brasileira eram a imprevidência, a qual conduzia à ignorância do povo e a imigração em massa de elementos perigosos, de toda ordem.⁸⁷² Proclamando não possuir preconceitos de raça ou cor⁸⁷³, justificava sua posição em diferentes bases. A primeira se dava na mestiçagem, característica étnica inerente à formação do povo brasileiro.⁸⁷⁴

⁸⁶⁷ Segundo Kehl, na obra *sexo e civilização*: “a educação, tão somente, elucidando, convencendo, não conseguirá o milagre da regeneração humana porque há cegos, há surdos, há cretinos, existem milhões de débeis mentais, para os quais a educação não esclarece nem persuade.” KEHL, Renato. **Aparas eugenicis**: sexo e civilização (novas diretrizes). Livraria Francisco Alves de P. de Azevedo & cia., 1933.p.50

⁸⁶⁸ Ibid., p.200.

⁸⁶⁹ Id.

⁸⁷⁰ Kehl sustentou que quando os eugenistas pedem exemplos de mestiços que se equiparem aos brancos que não sofreram caldeamento racial, em seu aspecto físico, psíquico, Mental. sempre observava que citavam poucos e já conhecidos nomes, apontando a limitação racial dos indivíduos com composição racial distinta. Ibid., p.201.

⁸⁷¹ Kehl continuou cruzando seu discurso com a lição de Vianna, fortificando as ideias deste com argumentos atinentes às ciências biológicas, como se depreende do seguinte fragmento: “com “o <<rigorismo mendeliano>> é facilmente defensável e, como verão, reforça o nosso ponto de vista contra tais cruzamentos.” Ibid, p.202.

⁸⁷² COUTO, Miguel. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. VIII, 1934. p.77.

⁸⁷³ Em suas palavras: Porventura alguém, neste país, é branco puro? O Dr. Oliveira Viana, no seu trabalho "Contingente negro para formação racial do Brasil", conta que entraram na América, até 1885, treze milhões de pretos do Congo, sem contar os de Mina, os de Benguela, etc. Pedro Calmon, em trabalho recentemente publicado sobre o mesmo assunto, disse: "Em 1768 havia na Baía um branco para 19 pretos e no Rio de Janeiro um branco para 17 pretos." Id.

⁸⁷⁴ Id.

A segunda era sobre a opacidade do conceito de raça, momento em que apontou a própria ignorância acerca da definição de tal termo e destacou que tampouco o corpo científico saberia delimitá-lo.⁸⁷⁵ Segundo Couto, “a ciência ainda não fixou o conceito de raça, há, contudo, senhores, grupos humanos completamente diversos e inconfundíveis. Há, enfim, pretos, amarelos e brancos; classifiquem-nos como quiserem, mas são diferentes.”⁸⁷⁶

Em seguida, expôs carta de Oliveira Vianna destinada ao Dr. Fidelis Reis, que se iniciou com os seguintes dizeres “o que devemos procurar aqui introduzir são raças que sejam ricas em eugenismo.” Em tal carta, Vianna aduziu que na raça brasileira havia o predomínio de sangues inferiores, quais sejam: o dos índios e negros. Segundo ele, o Brasil era formado por um povo com eugenismo pouco elevado, sendo que “tudo quanto fizermos em sentido contrário à arianização é obra criminosa e impatriótica.”⁸⁷⁷⁸⁷⁸

Após as colocações expostas, vale dizer que este tópico se dedicou a tentativa do estabelecimento de um fio condutor que integrasse as principais influências que pairaram na Assembleia Constituinte de 1933-1934, especificamente, entre os momentos em que a eugenia entrou na ordem dos debates políticos.

Vale a pena ressaltar que este não é um tópico sobre a obra de Euclides da Cunha, Monteiro Lobato, Renato Kehl ou de Oliveira Vianna, mas sim sobre o uso da obra destes para enrobustecer os diálogos que deram a origem aos dispositivos constituintes que, de alguma maneira sofreram influência da concepção eugênica.

Em um primeiro se efetuou o mapeamento da apropriação da literatura de Euclides da Cunha e Monteiro Lobato. Em que pese as obras citadas serem de natureza literária, ambas contribuem como um roteiro para o delineamento do perfil do brasileiro do interior, alcançando o entendimento de que a situação com que se encontravam era fruto das doenças e da negligência estatal.

Sendo essa a tônica geral destas obras – da denúncia concernente à situação do brasileiro do interior, muitas vezes esquecidos perante os olhos dos detentores do poder estatal – os intelectuais que eram contemporâneos à época que descreviam, detectaram as linhas gerais destas e estereotiparam as singularidades do sertanejo, o que se transformou em

⁸⁷⁵ Id.

⁸⁷⁶ Id.

⁸⁷⁷ Ibid., p.78.

⁸⁷⁸ Ainda, reiterou o argumento de Roquette Pinto, sendo contrário ao banimento da imigração japonesa sob argumento eugênico e antropológico. Id.

material de apoio aos que se entendiam responsáveis por conduzir os caminhos de uma nação em formação.

Na literatura pareceu dar-se a ascendência da doença como problema político, alterando os polos de responsabilidade quanto à situação em que muitos sertanejos se encontravam: das teorias climatéricas à negligência estatal, as obras em comento foram nortes para o encetamento do movimento sanitarista que ocupou a agenda política das primeiras décadas do século XX do país.⁸⁷⁹

Quando os textos destes literatos foram colocados na ordem do dia dos debates das Assembleia Constituinte de 1933-1934, ao lado da eugenia, a soma destes passou a funcionar como efetiva chave discursiva, por meio das quais distintas acepções poderiam ser apreendidas, deixando em aberto seu conteúdo, de forma que seja sempre mutável e servil de acordo com interesses de seu interlocutor.

A literatura de Cunha e Lobato, observadas em conjunto, lograram em fornecer a visão das condições resultantes do descaso governamental, levantando que tais questões essenciais de saúde deveriam ser solucionadas por força do aparelho estatal. O movimento sanitarista na primeira república, que tinha nomes como os de Arthur Neiva [deputado federal da constituinte de 1933-1934] como um de seus principais representantes⁸⁸⁰, parece ter sido um dos membros que se apropriou desta literatura, e que não apenas compreendia que a doença passível de transmissão delineava o perfil da população nacional, como também assumiu uma das posições de liderança na luta pela mudança de postura dos membros diretivos da nação quanto à esta problemática, ou seja, Neiva foi um dos responsáveis que colaborou por colocar em disputa os antigos contornos do sistema político republicano à matéria de assistência social então em marcha.⁸⁸¹

Monteiro lobato, especificamente, parece ter se engajado mais ativamente neste assunto cujo movimento viria a mudar as estruturas político-sociais do incipiente Brasil república, alcançando o mapeamento dos caracteres socioculturais e econômicos de uma nação em formação, estabelecendo o terreno para o pessimismo aristocracia nacional em relação à composição étnica do brasileiro. Isto é o que leciona Silvano Santiago, que

⁸⁷⁹ HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil**. São Paulo, Hucitec/Anpocs, 1998.p. 49 et seq.

⁸⁸⁰ DIWAN, Pietra. **Raça Pura**. Uma história da eugenia no Brasil e no mundo. 2.ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015. p.106.

⁸⁸¹HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil**. São Paulo, Hucitec/Anpocs, 1998. p.49.

completa: “ Nesse cenário tropicalista *avant la lettre*, Monteiro Lobato se instala como um escritor, dublê de médico, de sanitarista, de biólogo, de pregador bíblico e de economista.”⁸⁸²

O brasileiro, constituído pelo olhar do escritor Euclides da Cunha, era personagem caracterizado pelo abandono da assistência estatal, entregue às doenças e dotado de incapacidade cognitiva, sendo que, educá-lo com base nos ditames eugênicos, corresponderia na defesa dos interesses nacionais. Os constituintes, ao valerem-se da prerrogativa de salvação e regeneração do personagem brasileiro, partilhavam a concepção da necessidade de se estabelecer medidas legislativas que visassem instituir o estímulo ao trato físico e intelectual com base nos ditames bio-científicos.

Outra observação importante é sobre a contribuição de Oliveira Vianna e Renato Kehl. A relevância do uso das obras destes intelectuais reside não apenas no seu conteúdo, mas no desvelar do pensamento heterogêneo do corpo constituinte quanto a solução da salvaguarda da raça brasileira.

Explica-se: na contramão do movimento sanitarista, os dizeres destes autores se aproximam e se ligam a partir do diagnóstico contrário ao caldeamento de racial, como ação em benefício da evolução do tipo racial nacional.

Oliveira Vianna com a identificação do mestiço enquanto um tipo racial inabilitado de se autodisciplinar, com base em observações mais detidas, elaborou um roteiro para intelectuais e políticos motivados pela força de transformação, em que o mestiço inferior, ou seja, aquele não atingido pela arianização em sua moral e cor, consistia em um elemento instável, em decorrência da própria constituição psicológica e física, sendo uma ameaça à ordem moral, política, econômica e social.⁸⁸³

Por essas e outras razões, Vianna apontava a necessidade de um Estado que agisse de forma lenta e contínua, marcadamente “soberano, incontrastável, centralizado, unitário, capaz de impor-se a todo o país pelo prestígio fascinante de uma grande missão nacional.”⁸⁸⁴

Se, por um lado, o embasamento intelectual mobilizado pelos deputados membros da assembleia constituinte de 1933-1934, se escoram em teorias que instrumentalizam a eugenia sob diferentes acepções, isto abre a possibilidade de alguns desdobramentos.

⁸⁸² SANTIAGO, Silviano. **Ora (direis) puxar conversa!**: ensaios literários. Editora UFMG, 2006. p.275-276.

⁸⁸³ VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. Senado Federal: Brasília, 2005. p.254-255.

⁸⁸⁴ O autor aponta vários diagnósticos a serem atendidos pelo poder do Estado ao longo da obra em referência. *Ibid.*, p.366.

O primeiro deles se dá no sentido de que, seja qual fosse a intenção por trás da apropriação da concepção eugênica, o certo é que, tanto os que se preocupavam com fatores de ordem externa [saneadores] quanto os preocupados com as questões de ordem interna [configuração da carga genética] na conformação do indivíduo, almejaram o mesmo propósito: ambos colocaram na esfera de responsabilidade do Estado as ações de regeneração do indivíduo e salvação da raça brasileira.

Ou seja, o conceito de eugenia pareceu ter seus contornos alterados de acordo com cada composição de interesses políticos que assumia a tribuna constituinte, mas sempre apontaram para a intervenção estatal pelo bem da nação.

Em segundo lugar, parece que os legisladores constituintes sofreram influências de correntes de pensamento de natureza diversas, não podendo ser reduzida a um único termo ideológico. A Constituição promulgada em 16 de julho de 1934 consistia num mosaico, fruto da ampla combinação das irradiações teórico-científicas, sendo, nas palavras de Calmon: “[...] um complexo plano de direção e assistência, com as questões concretizadas, as hipóteses previstas, num objetivo estranho à ideologia ou à sistemática do constitucionalismo que antecedeu à Guerra mundial.”⁸⁸⁵

Não foi a intenção esboçar os distintos matizes de tal constituição, mas ilustrar algumas vozes que brotam das entrelinhas de um novo diapasão político-constitucional, que planejava anunciar os novos preceitos que coordenariam a sociedade brasileira.

2.4 Eugenia como conceito de movimento

O objetivo deste tópico é estabelecer alguns pontos de entendimento para definir se o conceito de eugenia pode ser considerado um conceito de movimento, ou seja, um conceito que reflete o fenômeno da temporalização, teorizado por Reinhart Koselleck.⁸⁸⁶

Para viabilizar esta tarefa, em primeiro lugar serão expostos alguns fragmentos da metodologia de Koselleck sobre uma nova semântica histórica dos conceitos na modernidade. Assim, analisando os passos do historiador em sua reflexão sobre um dos grandes feitos da modernidade, qual seja: o vislumbre de um futuro, submetido a um horizonte de contingências e do inesperado, o qual ruminou em afastar a tradicional visão circular imputada a história, extrairemos as ferramentas que auxiliarão o estudo dos significados do

⁸⁸⁵ CALMON, Pedro. **Curso de Direito Constitucional Brasileiro**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1937. p.358.

⁸⁸⁶ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

vocabulário político dos protagonistas do pleito constituinte de 1933-1934. Além da obra “Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos”, também serão fontes para a execução deste tópico, alguns dicionários do período.

Neste caminho, foi por meio de seu estudo de conceito de história [*Geschichte*], iniciado no recorte temporal datado do século XVIII, que se propiciou ilustrar que mecanismos e experiências apenas emergiram após o entendimento desta história [*Geschichte*] como um tempo novo.⁸⁸⁷

Frisou que o conceito moderno de história foi fruto da concepção iluminista sobre a progressiva dificuldade da “história de fato” ou da “história em si” [*Geschichte überhaupt*], “na qual os pressupostos e condições da experiência escapam, de forma crescente, a essa mesma experiência.”⁸⁸⁸

Isto se aplicaria para as duas perspectivas de história decorrentes de seu conceito moderno (“história de fato” e “história em si”, “quanto para a perspectiva temporal na qual passado e futuro realinham-se recíproca e alternadamente, de maneira contínua. Esta última tese, disseminada ao longo de todo o livro, constitui o objetivo final da categoria de temporalização.”⁸⁸⁹

Koselleck legou-nos lição acerca do conceito e a inelutável experiência de aceleração do tempo a ele contíguo.⁸⁹⁰ Ao tematizar conceitos que traduzem movimento, como progresso⁸⁹¹ e revolução⁸⁹², o historiador alemão concluiu que alguns conceitos podem transmitir a percepção de aceleração do tempo histórico, fenômeno que nomeia como temporalização, ou seja, os conceitos passam a exprimir a imagem de movimento histórico.

O historiador alemão, buscando interpretar os contornos do tempo histórico, invocou a inaptidão do passado e suas ferramentas de ordem cronológicas para situá-lo, estas seriam hábeis na apreensão dos fatos e ideias, dos projetos e ocorrências. Desde o início de seu livro advertiu que o tempo histórico não se confunde com o tempo cronológico, mas isto não quer dizer que o autor o olvide, pelo contrário, Koselleck estabeleceu fio condutor entre ambos,

⁸⁸⁷ Ibid., p.16-17.

⁸⁸⁸ Id.

⁸⁸⁹ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.p.17.

⁸⁹⁰ Para proferir tal lógica, Koselleck se refere à Robespierre no momento em que este conclamou seus concidadãos a acelerarem a revolução para alcançarem a liberdade forçosamente, “pode-se enxergar através disso um processo de secularização das expectativas apocalípticas de salvação”. Ibid., p. 69.

⁸⁹¹ Ibid., p.317.

⁸⁹² Ibid., p.69.

pois seria impossível o tempo histórico ser pensado sem as ferramentas advindas da compreensão físico-matemática da natureza, do tempo natural e sua mensurabilidade.⁸⁹³

Para ele, desde a segunda metade do século XVIII, se aglomeram traços que conduzem para “o conceito de um novo tempo. O tempo passa a ser não apenas a forma em que todas as histórias se desenrolam; ele próprio adquire uma qualidade histórica.[...] O tempo se dinamiza como uma força da própria história”.

Com base nesta lógica, a história passou a ser entendida em uma dimensão autêntica, toda história era história de um tempo, de uma forma que pode se apontar sua temporalização. Para ilustrar esta lição, Koselleck se propôs a mencionar alguns critérios. O primeiro deles, mencionou, como exemplo, a compreensão em torno da expressão “os séculos”.⁸⁹⁴

Explicou-se, inicialmente, que “os séculos” eram ferramentas auxiliares de cunho cronológico-aditivas utilizadas para classificar e ordenar diacronicamente as diversas matérias simultâneas. Entretanto, a partir do século XVII, passou a ser observado sob ótica histórica própria. Koselleck afirmou que, o século que foi palco do movimento iluminista, era entendido de forma singular pelos seus próprios contemporâneos, “estando consciente, por exemplo, em Voltaire, de ser diferente do século de Luís XIV.”⁸⁹⁵

Acrescentou que desde então se inaugurou a possibilidade de constatação nos acontecimentos e nos transcurso históricos “um tempo que lhes é imanente”, ou seja, um lapso de tempo distinto com uma duração que lhe é própria.⁸⁹⁶

Em seguida, passou para o próximo critério, que se pautava na experiência da anacronia das histórias diferentes, mas que ocorriam concomitantemente, sob a ótica do tempo cronológico. Segundo o autor, isto desvela não apenas o tempo interno de cada história, mas como este tempo próprio de cada acontecimento passou a organizar toda a história.⁸⁹⁷

Desenvolveu esta ideia diante da comparação do diferente grau de desenvolvimento entre os povos, estados, ciências, corporações, uns adiantados em relação aos outros, importando que, desde o século XVII, possibilitou-se a formulação do postulado da aceleração. Assim, apontou que “[...] esta experiência básica do “progresso”, que pôde ser

⁸⁹³ Ibid., p.14-15.

⁸⁹⁴ Ibid., p. 283.

⁸⁹⁵ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006. p.283.

⁸⁹⁶ Ibid., p. 284.

⁸⁹⁷ Id.

concebida por volta de 1800, tem raízes no conhecimento do anacrônico que ocorre em um tempo cronologicamente idêntico.”⁸⁹⁸

A experiência histórica a partir do século XVII, passou a ordenar, cada vez mais, as distinções entre o grau de desenvolvimento ou de organização científica, técnica ou econômica, que ocorriam em um mesmo tempo cronológico, o que conferiu a cada história um arcabouço temporal que lhe é particular.⁸⁹⁹

Koselleck leciona que a organização da história se dá segundo preceitos imanentes, com embasamento antropológico, os quais não podem se alterar em relação ao passado, “[...] mas a consideração histórica evoca também um “cedo demais” ou um tarde demais para influenciar o futuro, acelerando o esclarecimento.”⁹⁰⁰

O próximo critério é intrinsecamente vinculado com esta experiência do progresso, sendo a teoria da perspectiva histórica subjetiva, que consiste no fato de que toda história é fruto das escolhas do autor, escolhas que são da própria essência do trabalho historiográfico, que podem se alterar segundo limites sócio-políticos, por exemplo. Em palavras simples, este critério acena para a possibilidade de diferentes ilustrações de um mesmo acontecimento histórico, sustentando por diferentes óticas.⁹⁰¹

Mas este entendimento não se limita ao espaço, ele também avança no campo do tempo. Para Koselleck, os acontecimentos deixaram de ser entendidos como estáveis. Não se tornou possível, mas chegou a se tornar necessário, que os mesmos acontecimentos fossem novamente narrados e diagnosticados submetidos a um novo olhar historiográfico.

A história universal⁹⁰² está submetida continuamente à lógica da reescrita, e não pela descoberta de novas fontes, como seria evidente. Mas, pela compreensão histórica do próprio tempo. Explica-se: Koselleck, remontando-se a lição de Goethe, o cita com a seguinte escrita

⁸⁹⁸ Ibid., p.285.

⁸⁹⁹ Id.

⁹⁰⁰ Ainda, nas palavras de Koselleck, no horizonte do progresso, a simultaneidade do não simultâneo passa a ser a experiência básica de toda a história – um axioma que no século XIX foi enriquecido pelas mudanças sociais e políticas que trouxeram este axioma para a experiência diária.” Id.

⁹⁰¹ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006. p.286-287.

⁹⁰² Koselleck aclara o que entende por história universal no seguinte fragmento: “ A história é temporalizada, no sentido de que, graças ao correr do tempo, a cada hoje, e com o crescente distanciamento, ela se modifica também no passado, ou melhor, se revela em sua verdade. A “modernidade” [*Neuzeit*] confere ao passado como um todo uma qualidade de história universal. Com isso, a novidade de uma história que, cada vez que se produz, pensa em si como nova reivindica um direito sempre crescente sobre o conjunto da história. Torna-se evidente que a história, precisamente como história universal, precisa ser continuamente reescrita.”Ibid., p.287.

“[...] Pois o contemporâneo de um tempo que avança é levado a pontos de vista a partir dos quais o passado pode ser visto e julgado de maneira nova.”⁹⁰³

O historiador alemão assinalou que o destaque do período moderno em relação aos anteriores, se dá pela reflexão histórica e a percepção do movimento em direção ao progresso. Entretanto, esta necessidade de reescrita contínua do novo tempo da história não se dá apenas pelos motivos acima explicitados. A distância entre a experiência apresentada e a expectativa do que está por vir complementam este quadro.⁹⁰⁴

O quarto critério apresentado pelo historiador alemão parece se dar em direção do entendimento, grosso modo, de uma sociedade que nunca é, mas sempre está. Um estado permanente da consciência de um estado de transição social. O autor estabeleceu que desde o final do século XVIII, o tempo não era mais percebido como fim ou como início, mas como transição.⁹⁰⁵

Koselleck assinala duas conotações detidamente temporais desta experiência de transição: “a diferença de qualidade que se espera para o futuro, e, associada a isto, a mudança dos ritmos temporais da experiência: a maior rapidez com que o tempo presente se diferencia do passado.”^{906 907}

Esta percepção de um constante estado de transição se imputa, segundo o autor, a um tempo histórico submetido a prazos cada vez mais fugazes. A história passou a ser submetida não apenas à brevidade dos prazos das mudanças, mas também pela aceleração destas, a qual exaure as experiências continuamente.⁹⁰⁸

Como último critério, Koselleck apontou que diante do panorama de um horizonte de um tempo de transições aceleradas, a historiografia tradicional não apenas passou a encontrar dificuldades, como também perdeu a influência que gozava perante os historiadores profissionais.⁹⁰⁹

A tese do autor aponta que, sobretudo a partir da Revolução Francesa, foi que os elementos espaciais somaram-se aos temporais, que, no caminho traçado pela lógica da

⁹⁰³ GOETHE, J.W. Von. *Materialien zur Geschite der Farbenlehre*, in Werke, Hamburgo,t. XIV, 1960 (ed. De Hamburgo em 14 v.), p.7-269. Apud KOSELLECK, Reinhart. *Ibid.*, p.287.

⁹⁰⁴ *Ibid.*, p.287-288.

⁹⁰⁵ *Ibid.*, p.288.

⁹⁰⁶ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006. p.288.

⁹⁰⁷ Submetido a esta lógica, o autor afirma que tanto o progresso quanto a consciência histórica “temporalizam todas as histórias no processo único da história universal. [...] A consciência do caráter único da época torna-se permanente- um critério daquilo que mais tarde foi chamado de modernidade.”*Ibid.*,p.290.

⁹⁰⁸ *Ibid.*, p.289.

⁹⁰⁹ *Ibid.*, p.290.

aceleração, escrever a história do tempo presente passou a se tornar um ofício obstaculizado. A história em seu viés moderno frutificou conceitos temporais mais complexos, o que estabeleceu que a interpretação da história se fizesse mediante uma estrutura que atravessasse a experiência do passado, o presente percebido como uma transição e a expectativa do futuro por vir.⁹¹⁰

Em outras palavras, alarga-se o espaço entre a experiência do passado e a expectativa do futuro, ou seja, aumenta-se o hiato entre passado e futuro, ao mesmo tempo em que o presente se vê como uma lógica de ruptura continuada, uma dinâmica motivada pelo alcance de um futuro então desconhecido. Desde o século XVII, a aceleração tornou-se “uma experiência básica de tempo”⁹¹¹, delineando-se, assim, uma história cuja lógica reivindicava “categorias temporais de movimento”.⁹¹²

A dimensão temporal sobre a linguagem, segundo Koselleck, “a partir da Revolução Francesa deu colorido a todo o vocabulário político social. O fenômeno da temporalização não apenas conferiu novos contornos aos velhos conceitos, como fomentou a criação de novos, “todos encontrando seu denominador temporal comum no sufixo ‘ismo’”⁹¹³, compartilham como ponto em comum se delinearem das premissas parciais do campo da experiência.⁹¹⁴

Além disso, estes conceitos trabalham sob lógica inversa: a expectativa do futuro se opera na mesma medida da experiência que lhes faltam. “Trata-se de conceitos de compensação temporal. A fase de transição entre passado e futuro continua a ser escrita como um caleidoscópio por cada novo conceito.”⁹¹⁵

Koselleck citou alguns conceitos de movimento, como, a título de exemplo, “revolução” e “emancipação”⁹¹⁶, e sustentou que a lista dos conceitos de movimento pode ser aumentada de forma simples, sendo caracterizados por coeficientes temporais de mudança. Alertou que as dimensões temporais podem entrar nos conceitos em diferentes medidas, podendo pender para passado, para o presente ou para o futuro. Com isto, o autor lecionou

⁹¹⁰ Ibid., p.292-293.

⁹¹¹ Conforme as palavras do próprio autor, Ibid., p.294.

⁹¹² Id.

⁹¹³ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006., p.297.

⁹¹⁴ Id.

⁹¹⁵ Id.

⁹¹⁶ Ibid.,p.298.

que não apenas as situações históricas, como também os conceitos possuem uma estrutura temporal interna que lhe é imanente.⁹¹⁷ Assim:

Os conceitos políticos e sociais tornam-se instrumentos de controle do movimento histórico. São não apenas indicadores, mas também fatores de todas as mudanças que se estenderam à sociedade civil a partir do século XVIII. Só no horizonte da temporalização se torna possível que os adversários políticos se ideologizem mutuamente.⁹¹⁸

Koselleck responsabiliza tanto a Revolução Francesa quanto a Revolução Industrial pelo conteúdo dos conceitos terem cunho de antecipação, pois com estas revoluções se urgiu a necessidade da ordenação e reestruturação do corpo social de acordo com novos moldes. Estes novos conceitos se baseavam na perda da experiência e, por esta razão, se viam alimentados pelo vislumbre de novas expectativas, as quais se ilustravam mediante antecipações do futuro.⁹¹⁹

A partir dessas indicações, o autor colocou que cabe a história dos conceitos medir e analisar a diferença ou a concordância entre conceitos antigos e as correntes categorias do conhecimento. Para isto ser possível, ou seja, para possibilitar teorizar o tempo histórico, Koselleck elaborou duas categorias como ferramentas de auxílio teórico: espaço de experiência e horizonte de expectativa, uma vez que as fontes históricas, por si só, não são suficientes para alcançá-lo.⁹²⁰ Desta forma, Koselleck expôs sua tese:

[...] experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político.

O tempo histórico seria o resultado da tensão entre experiências e expectativas.⁹²¹ Esta tensão poderia ser estudada através correlação entre passado e futuro, analisando as duas

⁹¹⁷ Ibid., p. 299.

⁹¹⁸ Id.

⁹¹⁹ Isto de dava, segundo Koselleck, “[...] por razões morais, econômicas, técnicas ou políticas, esses conceitos exigem fins que abrigam desejos maiores do que até então a história pudera satisfazer.” Ibid., p.300-301.

⁹²⁰ Estas duas categorias “pretendem um grau de generalidade mais elevado, dificilmente superável, mas seu uso é absolutamente necessário. Como categorias históricas, elas equivalem às de espaço e tempo.” KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006. p.306-307.

⁹²¹ A experiência seria o passado atual, nela se confluem tanto as ações racionais quanto os comportamentos inconscientes, que estão ausentes ou que não precisam estar presentes no conhecimento. A experiência de cada um, que se transmite por gerações ou instituições, sempre se carrega consigo uma experiência de outrem. Nas palavras do autor: “[...] também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias.”

De toda sorte, a expectativa também possui vínculo estreito com o indivíduo, e ela se realiza no presente, mas voltada para o ainda não experimentado, para o que reside no campo da previsão. Koselleck aduziu que

categorias em movimento no seio das instituições do corpo social e nas vozes e ações, implícitas e explícitas, dos contemporâneos de determinado tempo.⁹²²

Estes sujeitos e instituições sociais, embora sempre vinculados à lógica do tempo cronológico, do tempo natural, a análise de seus espaços de experiência e de seus horizontes de expectativa resultam em um tempo único, uma cadência temporal imanente: o tempo histórico.⁹²³

Entretanto, uma ressalva se faz válida: a expectativa não se projeta totalmente da experiência, pois esta se exaure no passado. Isto porque “a experiência futura, antecipada como expectativa, se decompõe em uma infinidade de momentos temporais”⁹²⁴, a expectativa está sujeita a revisão, as experiências recolhem-se.⁹²⁵

Seguindo seu raciocínio, Koselleck reduziu a possibilidade de concepção da modernidade entendida como um tempo novo na medida em que o espaço entre expectativas e experiências aumentavam continuamente.

Antes de encerrar a exposição de Koselleck, vale mencionar um último apontamento sobre sua tese. Este se dá em torno do conceito de progresso, que foi criado no final do século XVIII. Em meio a muitos exemplos levantados, o autor apontou que a relevância da análise deste conceito se dá no fato de que, através dele, as expectativas se desvincularam das experiências, ou seja, o espaço de experiência não estava limitado pelo horizonte de expectativa, os limites entre um e outro cindiram-se.⁹²⁶

O autor frisou que o conceito de progresso foi “o primeiro conceito genuinamente histórico que apreendeu, em um conceito único, a diferença temporal entre experiência e expectativa.”⁹²⁷ Mais do que isso, o conceito de progresso foi o que permitiu a percepção que o tempo presente é um tempo de transição, pois o futuro não podia mais ser extraído da experiência, mas era certo de que a técnica e a ciência conduziriam este futuro a um novo mundo. Para o autor, “ciência e técnica estabilizaram o progresso como sendo a diferença temporal progressiva entre a experiência e a expectativa.”

“esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazer parte da expectativa e a constituem.” *Ibid.*, p.309-310.

⁹²² *Ibid.*, p.312-313.

⁹²³ *Id.*

⁹²⁴ *Ibid.*, p.310.

⁹²⁵ *Ibid.*, p.311.

⁹²⁶ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006. p.318.

⁹²⁷ *Ibid.*, p.320.

Não obstante, esta diferença temporal apenas se conserva se ela se altera incessantemente, ou seja, neste ponto se frutifica o fenômeno da aceleração. Esta altera os ritmos, a cadência temporal do progresso em âmbito sociopolítico e na seara técnico-científica.⁹²⁸ O historiador alemão concluiu seu pensamento da seguinte forma:

[...] Nossa tese dizia que, na modernidade, a diferença entre experiência e expectativa não para de crescer, ou melhor, que a modernidade só pôde ser concebida como um novo tempo depois que as expectativas se distanciaram de todas as experiências anteriores. Esta diferença, como vimos, encontrou sua expressão na “história em si” e sua qualidade específica de tempo moderno no conceito de “progresso”.⁹²⁹

Assim, exposto alguns pontos da teoria de Koselleck, vale mencionar que revisitar o momento político constituinte de 1933-1934, mediante análise da pregnância dos atos de fala dos legisladores engajados nesta disputa política, caminha em direção da apreensão da existência [ou não] de conceitos de movimento, à luz da tese Koselleckiana.

Especificamente, será analisado o conceito de eugenia em meio aos discursos constituintes. Os deputados pareciam estar familiarizados com a concepção eugênica, ao passo que seu termo se dava vinculado a diferentes balizas sócio-políticas. Além disso, verificou-se que seu uso se deu por partidos políticos distintos, tendo seu vocábulo sido submetido à instrumentação por atores políticos que assumiram a bandeira das profissões liberais, partidos políticos socialistas, liberais e representantes da Igreja Católica, como fora apontando anteriormente.

Esta composição política heterogênea envolvida com a teoria da eugenia ilustra, em primeiro lugar, que o conceito da eugenia não era vinculado apenas à eom uma corrente de pensamento, mas se fazia presente em meio aos discursos do proletariado, dos médicos, dos economistas, dos liberais e dos religiosos, exemplificadamente.

Isto posto, da teoria proposta por Koselleck, se depreende que os conceitos de movimento têm por intuito inaugurar um futuro novo, novas possibilidades que escapam da experiência e rompem em um contingente horizonte de expectativas.⁹³⁰

Para a história social, o autor assinalou que são conceitos que se incitam em direção à um corpo social sujeito a alteração em sua forma, em sua estrutura, pelo conhecimento

⁹²⁸ O autor explicou seu pensamento com o seguinte fragmento: “não apenas o fosso entre o passado e o futuro aumenta; a diferença entre experiência e expectativa é sempre superada, e de forma cada vez mais rápida, para que possa continuar viva e atuante.” Ibid., p.321.

⁹²⁹ Ibid., p.322.

⁹³⁰ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006. p.326.

científico e suas inovações. Possuem em seu núcleo não apenas interesses sociais, como também o exame clínico do pano de fundo científico e político de determinada conjuntura social.⁹³¹

Não apenas no Brasil, mas nos espaços territoriais que adentrou, a eugenia, como teoria do aprimoramento humano, ainda se encontrava além da experiência. Incorporada aos debates intelectuais, paulatinamente foi se assumindo como uma possibilidade de salvação do indivíduo, da nação brasileira. Assumiu-se como bandeira de esperança para homens envolvidos em um projeto de estruturação e delineamento de contornos sociais de uma nação incipiente.

— Os contemporâneos da recepção da concepção da eugenia no Brasil, parecem tê-la concebido como uma solução científica que romperia em um novo horizonte, como um método, com embasamento científico, que conduziria ao progresso e evolução da nação.

Parece ser um conceito que se esculpiu no território nacional sem linhas sólidas, rígidas, pois nele influía a confiança de se extinguir as doenças transmissíveis que afetavam os brasileiros, como a tuberculose e a sífilis; os vícios e os desvios de moralidade normalmente a eles associados, como o álcool; a higiene; a consciência social pela formação étnica, com a discussão da implementação do exame pré-nupcial; os cuidados físicos mediante exercícios físicos; chegando a alcançar os temas da imigração, da esterilização e até do aborto eugênico.

Foram muitas propostas veiculadas pelos intelectuais, médicos, políticos, mediante a instrumentalização do vocábulo “eugenia”, as quais romperam um novo horizonte de expectativas no âmbito nacional. A eugenia não poderia se refletir em relação às situações anteriores, mas ela certamente apontava para variadas possibilidades de um Brasil por vir, as quais foram submetidas, pouco a pouco, ao domínio dos homens de política.

À luz da teoria de Koselleck, vale pontuar que um conceito não acelera o tempo, mas ele tem a capacidade de transmitir a sensação de aceleração do tempo histórico. Isto se dá com os conceitos que traduzem movimento, o que o autor apontou como o fenômeno da temporalização, ou seja, um conceito que passa a indicar a ideia de movimento histórico.

A percepção do conceito de eugenia no território nacional parece refletir a noção da experiência de aceleração de um novo tempo, transformando as décadas da primeira república em uma situação de permanente percepção de transição, ao passo que, a cientificidade imanente do bojo deste conceito, vislumbrava prognósticos de salvação do país.

⁹³¹ Id.

Em decorrência da leitura das fontes expostas no primeiro capítulo, é possível conceber que a entrada impetuosa do conceito de eugenia na conjuntura nacional da primeira república, se deu pela necessidade urgida no âmago da intelectualidade brasileira, em primeiro lugar, da obtenção de um diagnóstico da situação do brasileiro do interior do país, e, em seguida, pelo imperativo de sua regeneração.

A entrada e emergência do conceito de eugenia no Brasil pode ser entendida como mais um efeito da modernidade vislumbrada por Koselleck em sua teoria, detidamente no ponto em que proporciona aos conceitos seu caráter de temporalização. O conceito em tela rompeu no horizonte de expectativas nacional a possibilidade da concepção da imanência de um novo homem, em um novo tempo que se colocava.

O coeficiente temporal deste conceito se verifica nas entrelinhas das expectativas de mudanças frutificadas em meio aos pensamentos dos atores sociais que assumiram a responsabilidade social de alterar os rumos da nação, dando uma nova coloração ao curso da história nacional.

Este coeficiente de mudança temporal do conceito de eugenia pendia para o futuro e se manifestava no seio do projeto de um país por vir, no qual, este vocábulo de cunho político-social, fora tomado como ferramenta de encetamento e direcionamento de um novo movimento histórico.

A apropriação política do conceito não se serviu apenas de seus indicadores técnicos-diretivos em torno do progresso biológico, mas também como fator de propulsão de uma série de transformações nas estruturas estatais, em termos de prestação de assistência social e saúde pública, que se avultaram não só na legislação, como também no pensamento da coletividade brasileira a partir de então.

O movimento eugênico, que contava em sua composição principalmente com membros profissionais da medicina, representava uma parcela expressiva do corpo social nacional que equiparava a situação racial brasileira à de outros países, possuíam a consciência do retardamento do Brasil em relação aos demais. Fato que parece ilustrar o teorema proposto por Koselleck, “da experiência da anacronia das histórias diferentes, mas cronologicamente simultâneas, comprova até que ponto o tempo interno das diversas histórias individuais veio a organizar toda a história.”⁹³²

⁹³² KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006. p.284.

Ou seja, havia a consciência que viviam um tempo histórico de transição, um tempo em que as mudanças se apresentavam urgentes, um tempo submetido a celeridade dos prazos de alterações dos contornos do presente, um tempo que não era, um tempo que estava.

A eugenia refletiu o sentimento de aceleração em um corpo político-social em transformação, ou seja, carregava a percepção de antecipação de situações ainda não experimentadas, assumindo-se como ferramenta consciente ao dispor do devir da ação política e social, ganhando espaço pela tensão do olhar dos intelectuais sobre as experiências do passado nacional, em confronto com as novas possibilidades de projeções do futuro, inseridas no tempo histórico próprio.

Foi a ideia do aprimoramento humano, inveterada pela cadência dos ditames técnico-científicos biológicos então em marcha, que urgiu a necessidade de readequar a sociedade sob uma nova configuração. Foram as variadas possibilidades, elaboradas em um presente em transição, que adentraram a segunda república nacional, sob o governo varguista.

As expectativas de um futuro por vir, tonificadas por vozes espalhadas pela intelectualidade do corpo social da primeira república, somaram-se em meio aos trabalhos preparatórios da nova constituição brasileira, norteadas pelo conceito de eugenia, as quais se desdobraram em uma série de probabilidades que adentrariam [ou não] o texto constitucional que regeria o futuro da nação.

Um documento que visava fixar um novo tipo de brasileiro, através das medidas atinentes ao controle da imigração, dos casamentos, da erradicação das doenças transmissíveis, da educação moral, a título de exemplo. Em suma: uma constituição que visava o saneamento físico e moral do povo brasileiro.

Assim, o dispositivo que consagrou a eugenia em um texto constitucional, de forma explícita, estabeleceu que a educação deveria ser eugênica. As fontes evidenciadas no primeiro capítulo sugerem que a eugenia não tem um significado cerrado, sendo um conceito que parece assumir novos delineamentos de acordo com o interlocutor que lhe lança mão.

Não obstante, verificou-se, ainda, a semântica do conceito conforme a linguagem oficial da época. Neste caminho, logo no início da análise das fontes que compõem este trabalho, atentou-se para o uso dos termos e suas variações. Por exemplo, no exame dos arquivos produzidos pela ~~Liga Brasileira de Higiene Mental~~[Liga Brasileira de Higiene Mental](#), verificou-se que, em seus primeiros estatutos, os médicos valiam-se do vocábulo “eugenética”. Em uma pesquisa aos dicionários da época, tanto os de língua portuguesa quanto dos especializados na linguagem científica da medicina do período em comento, não traziam especificamente este termo.

A maioria dos dicionários parecem assumir pensamento linear na definição do vocábulo “eugenia”, “eugénica”, verifique-se alguns exemplos:

No dicionário de autoria de Francisco Torrinha, datado de 1937:

Eugenesia s.f. qualidade do que é eugenésico. (Gr. Eu- + genesis, força produtiva)

Eugenésico adj. Que é próprio para aperfeiçoar a raça.

Eugenia s.f. Eugenismo s.m. ciência que trata das condições mais favoráveis à reprodução humana. (Gr. Eu+Genos, nascimento).

Eugénico adj. Relativo à eugenia.⁹³³

Nos dicionários redigidos por Cândido Figueiredo, não se verificou alterações que importem no conteúdo dos termos, mas um acréscimo destes relacionados ao tema da eugenia, no decorrer das edições. Na edição do ano de 1913, sendo replicados nas edições de 1924 e 1925, constam:

Eugenesia, f. qualidade de

Eugenia, f. Ciência moderna, que se ocupa do aperfeiçoamento da produção humana. (Do gr. eu +genos).⁹³⁴⁹³⁵

Em edição aproximadamente datada de 1949, acrescentou-se:

Eugénica, f. O mesmo que eugenismo: <apurado sistemáticamente por todos os métodos da selecção, pela eugénica de casta e pelo enjeitamento espartano dos degenerados. Ric. Jorge, *Sermões dum Leigo*, 123.

Eugenismo, m. Doutrina dos eugenistas.⁹³⁶

No dicionário de João Ribeiro, do ano de 1926, o qual, imputa-se ser o filólogo que estabeleceu o termo “eugenia” em detrimento de “eugenésica”, conforme aduziu Kehl em sua obra “sexo e civilização”, define o termo [e seus desdobramentos] aqui em estudo da seguinte forma:

eugenia s.f. estudo da boa procreação, da formação da boa prole. Der. Eugênicos, os de de boa prole. *Eugénica*, o mesmo que eugenia; *eugenizar* praticar a eugenia.

⁹³³ TORRINHA, F. **Moderno dicionário da língua portuguesa**: para os estudantes e para o povo. 6 ed., Porto: Livraria Simões Lopes, 1937. p.604.

⁹³⁴ FIGUEIREDO DE, C. **Novo dicionário da língua portuguesa**. V. 1, Lisboa: livraria clássica editora. 1913. p.736.

⁹³⁵ A edição de 1925 mantém os mesmos termos. FIGUEIREDO DE, C. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 4 ed. v.I. Lisboa: Portugal-Brasil sociedade editora. 1925. p.838.

⁹³⁶ FIGUEIREDO DE, C. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 4 ed. v.I. Lisboa: Portugal-Brasil sociedade editora. 1925. p.1138.

eugênica s.f. nome proposto como – eugenia – para a ciência e arte do aperfeiçoamento da prole humana. A forma – eugenia- parece-nos a preferível. Syn. Eugenésica.⁹³⁷

Acompanhando o mesmo conteúdo lexical dos anteriores, mas aprofundando-o, em decorrência de seu propósito específico, “Diccionario Medico Encyclopedico” de autoria de Ricardo D’Elia, datado do ano de 1926. assim encerrou o termo em estudo:

Eugenesia – estudo de todas as influencias que fazem progredir as qualidades latentes da raça humana e tendem a desenvolve-las ao mais alto grau. A eugenesia, sciencia, ou melhor, arte toda moderna, não é senão uma tentativa de actuação de um sonho antigo quanto a humanidade civil, o do aperfeiçoamento physico, intelectual e moral do individuo e consequentemente, da sociedade toda. [...] Presentemente a eugenesia é sobretudo a sciencia das boas uniões, da seleção sexual. [...] Os postulados fundamentaes da eugenesia são dois: necessidade de diminuir o numero de elementos ruins; necessidade de aumentar e aperfeiçoar os elementos sãos. [...] o Estado moderno não subsiste senão a mercê da resistencia vital e synergica dos indivíduos.⁹³⁸

De outro lado, alguns dicionários do mesmo período que foram consultados não apresentam o termo⁹³⁹. Isto posto, é possível levantar a hipótese de que o conceito de eugenia, entendido como motor propulsor de alteração das estruturas sociais, com direcionamento dado à luz das ciências biológicas, teve sua gênese na linguagem científica da época, sendo recepcionada nos dicionários dedicados a compilar os vocábulos então correntes, com poucas palavras, não refletindo o conteúdo conforme o propagado pelos atores sociais do período.

O único dicionário que fugiu à esta lógica foi o cuja editoração era proposta a definir os termos específicos da área médica, o qual consagrou que o conceito em tela ilustrava o propósito pelo aperfeiçoamento físico, intelectual e moral dos indivíduos, se tratando ser a ciência que regeria as boas uniões e a seleção sexual, o que aprimoraria os quadros sociais como um todo.

De toda sorte, vale mencionar que algumas expressões que frequentemente acompanharam os debates em torno da eugenia, sendo alguns também alcançados pelo texto constitucional de 16 de julho de 1934, parecem seguir a mesma lógica aplicada ao conceito de eugenia, ou seja, possuindo os delineamentos moldados em meio à conjuntura sócio-política, ultrapassando o significado encerrado nas compilações lexicográficas tradicionais, como é o caso de “higiene social” e “venenos sociais”.

⁹³⁷ RIBEIRO, J. Novo **diccionario encyclopedico ilustrado da Lingua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1926. p.564

⁹³⁸ D’ELIA, R. **Diccionario Medico Encyclopedico**. Ed. Braz Lauria: Rio de Janeiro.1926. p.304.

⁹³⁹ SÉGUIER, J. **Diccionario práctico**. 2 ed. Porto:Livraria Chadron. 1928.; SILVA, A. M. **Diccionario da Lingua Portuguesa recopilado**.1922.

Explica-se melhor: consultando alguns dicionários publicados em uma data próxima à dimensão temporal proposta [1920-1934], não se encontrou o termo “venenos” acompanhado de “sociais”, tampouco “higiene” seguida de “social”. Os termos foram procurados em dicionários de origem brasileira e portuguesa, sendo a maior parte deles dedicados à exposição da língua oficial então corrente, com exceção de um que se dedicou à exposição de verbetes da área médica, conforme já mencionado e utilizado como ferramenta de auxílio metodológico deste trabalho.

Por exemplo, no dicionário de autoria de Francisco Torrinha⁹⁴⁰, datado de 1937, localizou-se:

Higiene, s.f. parte da medicina que ensina a conservar a saúde; limpeza; regime alimentar.⁹⁴¹ (Gr. Hygiaineim, ter saúde)

Social, adj. Relativo à sociedade; que convém à sociedade.⁹⁴²

O mesmo acontece com a expressão “venenos sociais”, no dicionário de Séguier⁹⁴³, do ano de 1928:

Veneno, s.m. (lat. *Venenum*). Qualquer substância, que altera ou destroi as funções vitais.[...] *fig.* Tudo o que é elemento de corrupção moral. Malignidade: *o veneno da calúmnia*. Pessoa de má índole. [...] ⁹⁴⁴

Social, *adj.* (lat. *Socialis*). Sociável. Que diz respeito á sociedade: *a ordem social*. [...] ⁹⁴⁵

Ou seja, a partir de uma leitura conjunta dos termos, talvez o significado assumia certo grau de aproximação com a qual as expressões “higiene social” e “venenos sociais” se propõe, porém insuficientes, rasas, não alcançam a mesma profundidade de que a acepção política lhes imputam.

No pleito constituinte, em meio a discussão subscrita por nomes como os de Pacheco e [Ssilva](#), Theotônio Monteiro de Barros Filho e Carlota Queiroz, as medidas atinentes à higiene social eram aquelas relacionadas à luta contra doenças que importavam na saúde do povo, da raça brasileira, como a tuberculose, verminose, lepra, doenças venéreas, câncer.⁹⁴⁶ Assim, a

⁹⁴⁰ TORRINHA, F. **Moderno dicionário da língua portuguesa**: para os estudantes e para o povo. 6 ed., Porto: Livraria Simões Lopes, 1937.

⁹⁴¹ *Ibid.*, p.731.

⁹⁴² *Ibid.*, p.1229.

⁹⁴³ SÉGUIER, J. **Dicionário prático**. 2 ed. Porto:Livraria Chadron. 1928

⁹⁴⁴ *Ibid.*, p.1188.

⁹⁴⁵ *Ibid.*, p.1066.

⁹⁴⁶ **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. IV, 1934. p.176.

expressão “higiene social” parece representar um instrumento que positivou a transformação da doença em problema político, o que atendeu aos anseios dos intelectuais saneadores.

Em meio a esta mesma discussão, outro ponto parece ser digno de nota, é o que se refere ao uso do verbete “raça” em meio aos trabalhos constituintes. De acordo com os dicionários correntes, raça significava:

Raça, f. Conjunto dos indivíduos, que procedem da mesma família ou do mesmo tronco. Origem; geração. Conjunto de indivíduos, que conservam entre si, e através das gerações, relações de semelhança. Cada uma das variedades da espécie humana ou de qualquer espécie de animais. Classe; espécie. Variedade. Estirpe; casta. Qualidade. (It. Razza)⁹⁴⁷⁹⁴⁸

Raça s.f. casta; origem; conjunto de indivíduos originários dum mesmo povo ou família; qualidade; classe; réstea de sol; grêta no casco das bêstas.⁹⁴⁹

As fontes em exame não se dedicaram de modo contundente a apreciação de tal vocábulo, porém a leitura dos excertos até então colacionados parecem indicar que “raça”, em meio aos atos de fala dos atores sociais do período, era denotada de plurivocidade semântica, transpondo a significação encerrada no dicionário.

No pleito constituinte “raça” era mais do que um mero conjunto de indivíduos que compartilhavam relações de semelhança, a cautela sustentada pelos legisladores parecia se remeter às doenças hereditárias e moralidade. Em outras palavras, a discussão política em torno das questões da raça brasileira não seguia a lógica da linguagem oficial então atrelada à semelhança física, mas referia-se à constituição eugênica do indivíduo, preocupando-se com questões de saúde, como a prevenção de doenças hereditárias e desvios de moralidade.⁹⁵⁰

Ainda, o vocábulo “nação” foi operacionalizado ao longo de todo o debate constituinte, mas, foi em meio a discussão do deputado federal Theotônio Monteiro de Barros que seu conteúdo entrou em disputa no pleito político. Este alegou o uso do termo em seu viés etnográfico, pretendendo estabelecer que o povo brasileiro ainda não chegava a constituí-la,

⁹⁴⁷ FIGUEIREDO, C. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. V. 1, Lisboa: livraria clássica editora. 1924. p.1151.

⁹⁴⁸ O autor mantém quase o mesmo texto que elaborou para o vocábulo em dicionário que publicou em 1913, sendo: “Raça f. conjunto de indivíduos que procedem da mesma família ou do mesmo tronco: a raça humana. Origem; geração: raça nobre. Conjunto de indivíduos que conservam entre si, e através das gerações, relações de semelhança. Cada uma das variedades das espécies humanas ou de qualquer espécie de animais: a raça branca. Classe; espécie. Variedade. Estirpe; casta. Qualidade. (it. Razza)”. FIGUEIREDO DE, C. **Novo dicionário da língua portuguesa**. V. 1, Lisboa: livraria clássica editora. 1913. p. 496

⁹⁴⁹ TORRINHA, F. **Moderno dicionário da língua portuguesa**: para os estudantes e para o povo. 6 ed., Porto: Livraria Simões Lopes, 1937. p.1104

⁹⁵⁰ **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. IV, 1934. p.176. e p.490.

entretanto, não explicitou qual significado em que se apoiava. Nos dicionários utilizados nesta pesquisa constatou-se as seguintes acepções:

Nação f. Conjunto dos habitantes de um território, ligados por interesses comuns, e considerados como pertencentes á mesma raça. Região ou país, que se governa por leis próprias. O Estado. Naturalidade, procedência.⁹⁵¹

Nação s.f. Habitantes d'uma região que tem governo independente, de raça e lingua propria.⁹⁵²

Os dois apontam para uma união de sujeitos pelo elo racial e pela governança independente, localizados em determinado território. A concepção, bem como o debate conceitual são incumbências umbilicalmente vinculadas ao ofício historiográfico. Seguindo os passos de Koselleck, os conceitos reúnem em si a pluralidade da experiência histórica, e suportam o conhecimento e a significação de quem o produz, submetidos a determinadas lógicas sociais. Assim, o conceito só se realiza por meio das delimitações do próprio conceito, à luz da teoria da perspectiva histórica subjetiva.⁹⁵³

Neste sentido, extraindo-se dos atos de fala dos deputados encerrados nos anais constituintes analisados, parece que a preocupação que devotavam com a formação da raça brasileira mantinha estreita conexão com a noção de uma nação ainda por fazer, sendo a formação étnica do povo uma preocupação frequentemente levantada em meio às discussões da temática imigratória, um dos pilares da organização da nação brasileira.⁹⁵⁴

Rumo a finalizar à exposição aqui proposta, será examinado o termo educação. Nos dicionários, o primeiro verbete é datado de 1913, enquanto que o segundo é de 1937, o que possibilita uma leitura da educação antes da ascensão do movimento eugênico e também do momento posterior à positivação da expressão “educação eugênica” no texto constitucional de 1934. Assim, verificou-se:

⁹⁵¹ FIGUEIREDO, C. **Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa**. ed. V. 1, Lisboa: livraria clássica editora. 1924. p.959.

⁹⁵² SIMÕES DA FONSECA, J.R. **Novo dicionario encyclopedico ilustrado da Lingua Portugueza**. 1926. p. 915.

⁹⁵³ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006. p.286.

⁹⁵⁴ Ilustrando o paralelo feito entre composição racial e formação de uma nação, excerto de Xavier de Oliveira: “O problema das raças humanas, cada vez mais assume preponderância notável, entre os que em maior relevo são havidos pelas nações organizadas na hora atual da humanidade. De outro não sei que o sobrepuje: em importância para a vida dos povos, maximé, para um país em formação como o Brasil, pois, a meu ver, nenhum lhe corre parselhas na ordem das grandes, cogitações, que ora devem preocupar as suas "elites" científicas, e todos os seus homens de cultura, profana ou religiosa, nomeadamente, os seus homens de governo. O tema que me proponho desenvolver, certamente, não comporta uma incursão maior por esse emaranhado insolúvel, que é a formação racial -diria melhoramente- sub-racial - da nossa incipiente nacionalidade”V.4, p.546.

Educação f. ato ou efeito de educar. Polidez, cortesia.⁹⁵⁵

Educação s.f. ação ou efeito de educar; aperfeiçoamento das faculdades físicas, intelectuais e morais; conhecimento dos hábitos da sociedade; polidez. (L. educativo, -õnis)⁹⁵⁶

A primeira definição se apresenta de forma simples. Por outro lado, o segundo verbete parece ter sido delineado em decorrência das problematizações de ordem sócio-política então em marcha à época, e, embora não estando explicitamente o vocábulo “eugênica”, sua leitura se extrai das entrelinhas da frase “aperfeiçoamento das faculdades físicas, intelectuais e morais”⁹⁵⁷.

Esta hipótese conduz a mais um ponto do projeto de Koselleck, no qual determinado conceito, além de se caracterizar pelas marcas de seu tempo, sendo possível dele extrair conotações sociais e políticas do período em que fora empregado, o mesmo também acaba por provocar modificações no pano de fundo que o aclimata, abrindo novos horizontes e, simultaneamente, limitando as experiências possíveis.⁹⁵⁸

Mais do que isso, o coeficiente temporal do conceito de eugenia parece ter modificado alguns verbetes de natureza político-social, ou seja, ao imprimir novas possibilidades otimistas em um futuro, transformou não só o tempo presente em estado de transição, como também alguns termos que compunham o conjunto lexical que sustentavam a seara político-social então corrente.

Neste caminho, alguns termos repetidamente presentes em meio à discussão dos legisladores constituintes, tais como: profilaxia social; higiene social; venenos sociais; mal social; educação eugênica; eram termos de cunho sócio-político, e podem ter sua origem vinculada à incorporação da teoria da eugenia na conjuntura nacional. Entretanto, este apontamento é apenas uma sugestão, trata-se de uma questão ainda em aberto, a qual demanda uma análise sistemática própria, sendo passível de ser objeto de um estudo acadêmico específico.

Remontando-se à frase consagrada pelo historiador alemão “não há expectativa sem experiência, não há experiência sem expectativa”⁹⁵⁹, é a partir do entrelaçamento destas duas

⁹⁵⁵ FIGUEIREDO, Candido. Op. Cit., p. 602.

⁹⁵⁶ TORRINHA, F. **Moderno dicionário da língua portuguesa**: para os estudantes e para o povo. 6 ed., Porto: Livraria Simões Lopes, 1937. p. 517.

⁹⁵⁷ Id.

⁹⁵⁸ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006. p. 110.

⁹⁵⁹ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006., p. 307.

questões distintas, mas umbilicalmente ligadas, que se viabiliza a edificação do tempo histórico que ao mesmo tempo em que se corporifica, coloca em movimento as relações entre passado e futuro.⁹⁶⁰

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da eugenia no Brasil percorrida neste trabalho parece desvelar que apesar de ter sido uma teoria apropriada e operacionalizada principalmente pelos médicos psiquiatras, obteve ampla aceitação por todo o corpo social. O estudo dos bastidores políticos que deram origem ao texto constitucional, principal objeto da pesquisa proposta, apontou a familiaridade e aquiescência quanto a teoria da eugenia no pleito constituinte de 1933-1934, tendo sido chave discursiva articulada por políticos de distintas balizas sócio-políticas, como os representantes das profissões liberais, partidos políticos socialistas, liberais e da Igreja Católica.

⁹⁶⁰ Ao longo do trabalho, nas notas de referência e no conteúdo dos dicionários, buscou-se manter o português da época que se datam os documentos, em todas as outras fontes analisadas, foi feita a tentativa de reescrita de seus conteúdos de acordo com o português corrente, de forma contextualizada, mediante o auxílio de dicionários do período.

A eugenia foi uma teoria que se insurgiu em meio ao movimento científico moderno que visava a autonomização da técnica, e adentrou na conjuntura nacional entrecortada marcadamente por um período de tensões sociais em marcha.

Os personagens do período tais como, médicos, juristas e políticos ao se apropriarem de seu conceito, prevalecendo-se da plasticidade de suas definições, desenvolveram estratégias discursivas que soavam como uma explicação plausível para novos métodos de segregação humana e perpetuação das disparidades sociais. Estas ditavam uma gramática de regras comportamentais a serem acatadas pelo corpo social, as quais pouco a pouco foram ocupando as manchetes de jornais e atraíram os holofotes da seara política.

Mais do que isso. À maneira dos aficionados pelos ideais eugênicos, o desejo era no sentido de que as determinações traçadas com apelo biológico fossem acatadas de forma unânime não apenas pela população, por intermédio das campanhas e matérias veiculadas nos periódicos, a luta se dava para que fossem amparados através da legislação do Estado.

Mediante novos argumentos, a eugenia forneceu o sentimento de invulnerabilidade para aqueles que a operavam, sendo instrumento hábil a conservar a hegemonia social da pequena elite brasileira detentora do poder. As ferramentas de subjugação humana foram recicladas, e de forma modificada, serviram como aura de legitimação para ações que pretendiam aprimorar a raça brasileira e promover o progresso da nação, sendo que uma das principais chaves para essa mutação se dava em termos atinentes ao valor econômico dos indivíduos que a compunham.

A nova concepção do brasileiro, à luz da eugenia, representou o triunfo, simultaneamente teórico, científico e prático. O roteiro que pouco a pouco se perfilou, acabou por desvelar os contornos das ações de eugenia em meio ao debate político constituinte.

Nesse caminho, dos atos de fala dos atores envolvidos nas ações diretas da seara política, a qual contava com representantes de lados tensionados e em disputa, delineou-se que o brasileiro, deveria não apenas ter hábitos de higiene, como também ser educado moral e fisicamente. Além disso, não poderia ser um indivíduo entregue aos venenos sociais [álcool], devendo ser dotado de saúde mental e física, vocacionado ao trabalho e à constituição de família e prole hígida. Entretanto, estas definições não pareciam despropositadas, as apreensões pareciam sempre se referenciar ao valor econômico que o indivíduo representava e gerava perante os quadros públicos.

Isto posto, a assimilação do conceito de eugenia no incipiente republicanismo brasileiro pareceu refletir traços da experiência de aceleração de um novo tempo, a qual situou

o panorama nacional à consciência do condicionamento ininterrupto de sua efemeridade, ou seja, de seu estado temporário, fenômeno que Koselleck nomeou como temporalização.

A irrupção do conceito de eugenia no Brasil pode ser compreendida como mais um desdobramento dos efeitos da modernidade, à luz da elucidação delineada pelo arcabouço teórico Koselleckiano, especificamente quando o autor propõe a arregimentação de seu caráter de temporalização.

O conceito de eugenia proporcionou, no horizonte de expectativas nacional, a conveniência da adoção de uma política ditada pelas regras da ciência e seu corpo técnico, a qual propugnou um padrão modelar de homem, que viria a fixar o perfil étnico nacional. Em outras palavras, estabeleceria o que seria o brasileiro, atendendo a um dos problemas colocados pela efervescência do nacionalismo que se colocava.

Da cientificidade imanente ao núcleo deste conceito, vislumbravam-se prognósticos de salvação do país, os quais podem servir como um dos marcos de seu coeficiente temporal, extraído das entrelinhas do conjunto de expectativas ilustradas em um quadro de mudanças a que seriam submetidas as estruturas do corpo social, especificamente em termos de prestação de assistência social e saúde pública, estabelecidas não apenas na legislação, como também no pensamento da coletividade brasileira a partir de então.

Estas expectativas que rompiam em um novo e contingente horizonte do cenário nacional, eram concebidas em meio aos pensamentos dos personagens que assumiram para si a responsabilidade de dirigir os caminhos da nação então em formação, sendo que este coeficiente de mudança temporal do conceito de eugenia definia-se essencialmente prospectivo. Assim, a eugenia, verbete de natureza político-social, fora tomada como ferramenta de irrupção e orientação de um movimento histórico singular.

Os intelectuais envolvidos no processo de disseminação do projeto eugênico, que muitas vezes acabavam por equiparar a situação racial brasileira à de outros países, pareciam ter consciência daquilo que Koselleck estabeleceu como: experiência da anacronia das histórias diferentes, mas cronologicamente simultâneas. Isto se afirma ao passo de que pareciam possuir a percepção do retardamento do Brasil em relação aos demais países desenvolvidos.

Desta forma, os personagens envolvidos com o projeto da eugenia se viam envoltos pela lucidez de que estavam inseridos em um tempo histórico de transição, um tempo em que as transformações se colocavam prementemente, transmitindo a percepção de um quadro social que não era, mas estava.

A teoria da eugenia e sua aplicação técnica ao aprimoramento humano, dinamizada pela cadência dos ditames técnico-científicos biológicos então em marcha, se situava para além da experiência no momento de sua apropriação pelos contemporâneos nacionais. Seu conhecimento não poderia ser aplicado para alterar às experiências consumadas, pelo contrário, a eugenia foi uma ferramenta de auxílio para abertura de um futuro contingente, a qual paulatinamente adentrou o debate de domínio jurídico-político.

Em outras palavras, a eugenia transmitiu a sensação de aceleração do tempo em uma nação em construção, que culminou por desencadear a percepção de antecipação de uma conjuntura ainda não vivida. Conquistou espaço em meio aos debates intelectuais, sendo aproveitada diante da negatividade da visão dada pelos contemporâneos sobre as experiências do passado nacional, sendo instrumento servil aos que dela se apropriaram, possibilitando a inauguração de caminhos de um futuro por vir.

A eugenia como um conceito de movimento, seguindo os passos de Koselleck, teve como objetivo romper em um tempo histórico próprio, edificando novas possibilidades que se esgueiram da experiência e conduzem a um contingente horizonte de expectativas. Foram estas expectativas de um futuro por vir, que se agregaram ao debate que precedeu o texto constitucional de 1934.

Alguns fragmentos em meio aos textos preparatórios da Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1934 refletiram a influência desta ideia do aprimoramento humano. Seus legisladores parecem ter assumido como premissa a necessidade de adequar os preceitos constitucionais, que direcionariam a sociedade a partir de sua promulgação, sob uma nova configuração, as quais atenderiam ao propósito de fixar um novo tipo de brasileiro, através das medidas atinentes ao controle da imigração, dos casamentos, da erradicação das doenças transmissíveis, da educação moral, alcançando os temas da esterilização e do aborto eugênico.

Os trabalhos preparatórios desta Constituição tangenciaram pontos que visavam o saneamento físico e moral do povo brasileiro, capitaneados pelo conceito de eugenia, as quais se desdobraram em distintos mandamentos normativos que ao final desencadeariam no texto constitucional que regeria o novo Brasil por vir.

REFERÊNCIAS

Livros

CALMON, Pedro. **Curso de Direito Constitucional Brasileiro**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1937.

_____. **Curso de Direito Constitucional Brasileiro: Constituição de 1946**. Rio de Janeiro: Ed. Freitas Bastos, 1947.

COSTA, Jurandir Freire. **História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. 3 ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CUNHA, Euclides. **Os Sertões**. Campanha de Canudos. 35 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

DIWAN, Pietra. Raça Pura. **Uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. 2.ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

FONSECA, Ricardo Marcelo. **Introdução teórica à História do Direito**. 1ª ed. Curitiba: Juruá, 2012.

GOBINEAU apud DIWAN, Pietra. Raça Pura. **Uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2015.

GODINHO, R. Wanor. ANDRADE, S. Oswaldo. **Constituintes brasileiros de 1934**.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil**. In: Saúde em Debate. Hucitec/Anpocs, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. **Uma resposta aos comentários sobre o Geschichtliche Grundbegriffe**. In: JASMIN, Marcelo; FERES JUNIOR, João. História dos conceitos: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Ed. Loyola; IUPERJ, 2006b, p. 97-109.

KEHL, Renato. **Aparas eugenicas: sexo e civilização (novas diretrizes)**. Livraria Francisco Alves de P. de Azevedo & cia., 1933.

KEHL, Renato; **Bio-perspectivas**: dicionário filosófico. Alves, 1938.

LOBATO, Monteiro. **Problema Vital**. São Paulo: Ed. Da Revista do Brasil, 1918.

_____. **Urupês**. Globo Livros, 2007.

_____. **O choque das raças ou o presidente negro**: romance americano do ano de 2228. Companhia editora nacional, 1926.

MEDEIROS, Benício. **Euclides da Cunha: Caderneta de Campo**. org. Olímpio de Souza Andrade. Rio de Janeiro: Fundação da Biblioteca Nacional, 2009.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. Comentários à constituição da república dos Estados Unidos do Brasil. **Rio de Janeiro: Editora Guanabara**, v. 1, 1936.

PEIXOTO, Afrânio. **Criminologia**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1936. p.209-210. Apud STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p.100.

PICHOT, André. **A Sociedade Pura** - de Darwin a Hitler -Instituto Piaget, 2002.

POLETTI, Ronaldo. **A Constituição de 1934**. Fundação Projeto Rondon. Ministério do Interior, 1986.

ROSE, R.S. **Uma das coisas esquecidas**: Getúlio Vargas e controle social no Brasil – 1930-1954. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SANTIAGO, Silviano. **Ora (direis) puxar conversa!:** ensaios literários. Belo Horizonte: Ed. Universidade Federal de Minas Gerais. 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Hélio. 1934 – A constituinte. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 1969.

SILVEIRA, Éder. **A cura da raça** eugenia e higienismo no discurso médico sul-riograndense nas primeiras décadas do século XX. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

SIQUEIRA, Gustavo Silveira. **História do direito pelos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Lúmem Iuris, 2014.

STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil.** Senado Federal: Brasília, 2005.

Artigos em meios eletrônicos:

SIQUEIRA, G.S., RODRIGUES, J.S., AZEVEDO, F.G. S. O Direito De Greve Nos Debates Da Assembleia Nacional Constituinte De 1933-1934. **Passagens.** Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica Rio de Janeiro: vol. 6, n.2, p. 312-327, maio-agosto, 2014.

LYNCH, C. E. C. Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.19. Brasília, p. 75-119, janeiro – abril, 2016.

Periódicos

A FESTA de confraternização realizada no dia 27 deste mês. **Correio da manhã.** Rio de Janeiro, ano XXXIII, n.12.017, p.5, 31 de janeiro de 1934.

[A LEI alemã de esterilização dos doentes transmissores de taras.](#) **Archivos Brasileiro de Hygiene Mental.** Rio de Janeiro, ano VII, n. 1, p. 54, jan-mar. [de 1934.](#)

A PRÁTICA da Eugenia na Alemanha: O texto integral da lei de esterilização que tanta celeuma levantou e ainda levanta nos vários países do mundo”. **Correio da manhã** Rio de Janeiro, ano XXXIII, n. 12.036. p.1. 23 de fev. de 1934.

A SITUAÇÃO dos técnicos estrangeiros. **Diário Carioca.** ano IX , n. 2.497, Rio de Janeiro, p.10. 4 de setembro de 1936.

A VIDA metropolitana. **Diário Carioca**. Rio de Janeiro, ano VII, n.1.904, p.1, de 17 de janeiro de 1932.

AMBULATORIO RIDAVIA Correia. **O paiz**. Rio de Janeiro, Ano XXXVI, N. 13.031, p.3., 14 de junho de 1920.

[AMÉRICO, Valério. Urge amparar o gênero humano! A herança pathologica e as deformações congénitas. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano II, n. 314, p.1-2, 9 de junho de 1926.](#)

Anais da Colônia Gustavo Riedel. Rio de Janeiro: Papelaria e livraria Gomes Pereira 1942.

Annaes da Colonia de Psycopathas. Rio de Janeiro: Papelaria e livraria Gomes Pereira. 1928-1936.

Archivos Brasileiros de Hygiene Mental. outubro de 1929 a outubro-dezembro de 1934. Fundação Biblioteca Nacional.

[BERARDINELLI, Waldemar. O exame pré-nupcial e os factos do coração: como se preparar o terreno para tão grande conquista. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano II, n. 256, p.1, 12 de abril de 1926.](#)

[BEVILÁQUA, Clovis. O exame pré-nupcial medida victoriosa? **O Globo**. Rio de Janeiro, ano III, n.838, p.1, 18 nov. 1927.](#)

CRUZADA EUGÊNICA. **O paiz**. Rio de Janeiro, ano XLIV, n.15.888, p.3, 20 de abril de 1928.

CUNHA, Raul Leitão da. Devem ser esterilizados os enfermos incuráveis? **O Globo**. Rio de Janeiro, ano x, n. 3043, p.1, 5 jan. de 1934.

DA IMPORTÂNCIA higiênica do exame pré-nupcial. **O paiz**. Rio de Janeiro, ano XLII, n.15.309, p.2, 19 de setembro de 1926.

DEGENERANÇA E esterilizaçaõ. **Correio da manha**. Rio de Janeiro, Ano XXXIII, n. 11.877, p.2, em 20 de agosto de 1933.

ESTERILIZAÇAõ DOS criminosos. **O paiz**. Rio de Janeiro, ano XL, n.14.444, p.3, 7 de maio de 1924.

EUGENIA. **O paiz**. Rio de Janeiro, ano XLVI, n.16.665, p.3, 7 de junho de 1930.

[FAVERO, Flamínio. Num confronto rigoroso, as vantagens do exame pré-nupcial compensariam, e com grande saldo, quaisquer inconvenientes. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano II, nº 244, p.1, 30 mar. de 1926.](#)

FELICIDADE DO ponto de vista médico e eugênico. – Como garantir a felicidade de nossos filhos?. **Correio da manha**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.948, p.2, 30 de agosto de 1930.

FONTENELLE, Oscar. Devem ser esterilizados os enfermos incuráveis? **O Globo**. Rio de Janeiro, ano X, n. 3042, p.1, 4 de janeiro de 1934.

[_____ . Prossegue a discussãõ e votaçaõ do capitulo referente à família.](#)
[KEHL, Renato. Civilizando o amor para garantia dos lares e regeneraçãõ e defesa da nacionalidade: o exame pré-nupcial e o seu valor eugênico. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano II, n.216, p.1, 2 de março de 1926.](#)

[KROEFF, Mário. Os exames pré-nupciais e os actos triste inconsciência: sãõ impressionantes os elementos da estatística de males venereos. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano II, n. 219, p.1, 5 mar. 1926.](#)

LIGA EUGÊNICA contra o fumo. **O paiz**. Rio de Janeiro, ano XXXVIII, n.13.607, p.7, 21 de janeiro de 1922.

[LOPES, Ernani. Pela defesa da raça e da sociedade: o exame pré- nupcial na tela dos debates da Liga Brasileira de Higiene Mental. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano III, n. 248, p.1, 12 de maio de 1927.](#)

[MAGALHÃES, Fernando. Devemos instituir ao lado do exame pré-nupcial um curso especial de hygiene. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano II, n. 220, p.1, 6 de mar de 1926.](#)

[MEDEIROS, Amaury. O Congresso já se preocupa com a questão do exame pré-nupcial. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano III, n. 813, p.1, 24 de outubro de 1927.](#)

O CRESCIMENTO da população do globo: o número de “infra-homens” aumenta assustadoramente. **Correio da manhã**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 11.100, p.1, 25 de fevereiro de 1931.

O ESCOTISMO. **O imparcial**. Rio de Janeiro, ano XIV, n.4.500, p.11, 19 de abril de 1925.

[**O Globo**. Rio de Janeiro, Ano I, n.1, p.2., 29 jul. 1925.](#)

[**O Globo**. Rio de Janeiro, ano VI, n. 1794, p.5, 14 jul. 1930.](#)

[**O Globo**. Rio de Janeiro, ano X, n. 3180, p.1, 28 de maio de 1934.](#)

O MAIS rumoroso processo de interdição destes ultimos anos. **A noite**. Ano XXIX , Ed.9.916, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1939.

[O PROBLEMA dos deficientes mentais e o futuro da sociedade em face da esterilização eugênica. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano XLVI, n. 153, p.14, 28 jun. de 1936.](#)

O PROBLEMA imigratório sob o ponto de vista da hygiene mental – novos debates sobre o direito de curar. **Correio da manhã**. Rio de Janeiro, ano XXXII, n.11.581, p.3, 9 de setembro de 1932.

O SANEAMENTO. **O paiz**. Rio de Janeiro, ano XXXVI, n. 13.126, p.3, 27 set. 1920.

[OS BENEFÍCIOS do Estado com a aplicação da lei de esterilização. **A noite**. Rio de Janeiro, ano XXVI, n. 8.947, p.11, 9 jan. de 1937.](#)

OS GRANDES problemas da eugenia na Alemanha. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano XLIV, n. 25, p.15, 30 jan. de 1934.

OS GRANDES problemas da eugenia na Alemanha. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano XLIV, n. 25, p.15, 30 jan. de 1934.

[PEIXOTO, Afrânio. Os efeitos do exame pre-nupcial e a imperiosa necessidade dessa medida. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano II, n. 209, p.1, 23 de fevereiro de 1926.](#)

PELA FORMAÇÃO eugênica do Brasil. **O paiz**. Rio de Janeiro, ano XLV, n.16098, p.5, 16 de novembro de 1928.

PELO APERFEIÇOAMENTO da raça. **A noite**. Rio de Janeiro, ano XVII, n. 5.545, p.7, 2 de maio de 1927.

POLÍTICA DE imigração. **Diário Carioca**. Rio de Janeiro, ano VII, n. 1.677, p.6, 19 de janeiro de 1934.

PROBLEMAS PRELIMINARES da raça. **A noite**. Rio de Janeiro, ano XVIII, n.5.810, p. 7, 23 de janeiro de 1928.

RIBEIRO, Leonídio. Devem ser esterilizados os enfermos incuráveis? **O Globo**. Rio de Janeiro. ano X, n. 3043, p.1, 12 de janeiro de 1934

[ROCHA FARIA, Benjamin Antonio. Um problema ameaçador e urgente: a felicidade é impossível ao casal doente. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano II, n. 225, p.1, 11 mar. 1926.](#)

[SEIDL, Carlos Pinto. Encarando o duplo aspecto-teórico e prático da questão do exame pré-nupcial. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano II, n. 230, p.1, 16 de março de 1926.](#)

[SERÁ, ENFIM, uma realidade o exame pré-nupcial no Brasil. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano II, n. 828, p.1, 8 de novembro de 1927.](#)

SOUZA, Oscar Coelho de. Firmando os deveres do Estado em face da defesa sanitária: e defendendo a necessidade urgente da lei do exame pré-nupcial. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano IV, n.1033, p.1, 04 jun. de 1928.

TERRA, Fernando. As campanhas do <O Globo> em prol da nossa raça e da nossa humanidade: vários aspectos de um só problema social de prophylaxia. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano II, n. 211., p.1, 25 fev. 1926.

UMA DAS grandes campanhas do Globo que vae ser estudada na Camara dos Deputados. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano III, n. 303, p.1, 14 out. 1927.

VAMOS ELEGER <<o mais belo carioca>>. **O paiz**. Rio de Janeiro, ano XLV, n.16.255, p.5, 23 de abril de 1929.

Legislação

BRASIL. **Annaes da Assembléa Nacional Constituinte 1933-1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. XXI-XXII. 1937.

_____. Constituição (1934). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil-16 de julho de 1934**. Brasília, DF: Fundação Projeto Rondon-Minter, 1986.

_____. **Decreto n. 4.247** de 6 de janeiro de 1921. Regula a entrada de estrangeiros no território nacional. Diário Oficial da União Rio de Janeiro, RJ, Seção 1, 8 de janeiro de 1921. p.484.

_____. **Decreto n. 21.076**, de 24 de fevereiro de 1932. Decreta o Código Eleitoral. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, Seção 1, 26 de fevereiro de 1932, p. 3385.

_____. **Decreto n. 22.364**, de 17 de janeiro de 1933. Determina os casos de inexistência para a Assembléa nacional Constituinte. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, Seção 1, 28 de janeiro de 1933, p. 1849.

_____. **Decreto n. 22.621**, de 5 de Abril de 1933. Dispõe sobre a convocação da Assembleia Nacional Constituinte; aprova seu Regimento Interno; prefixa o número de

Deputados à mesma e dá outras providências. In Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, Seção 1, 8 abril de 1933, p. 6995.

_____. **Decreto n. 22.627**, de 7 de Abril de 1933. Aprova as instruções para a realização da eleição para a Assembleia Nacional Constituinte. In Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, Seção 1, 11 abril de 1944, p. 7217.

_____. **Decreto n. 22.696**, de 11 de Maio de 1933. Aprova as instruções para a execução do decreto nº 22.653, de 20 de abril de 1933, que fixa o número e estabelece o modo de escolha dos representantes de associações profissionais que participarão da Assembléa Nacional Constituinte. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, Seção 1, 15 maio de 1933, p. 9339.

_____. **Decreto n. 23.533**, de 1 de dezembro de 1933. Reduz de cinquenta por cento o valor de todos os débitos de agricultores, contráidos antes de 30 de junho do corrente ano, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, Seção 1, 6 de dezembro de 1933, p. 22876.

_____. **Decreto n. 24.215**, de 9 de maio de 1934. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros em território nacional. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ Seção 1, 18 de maio de 1934. p. 9451.

_____. **Decreto n. 24.559**, de 3 de Julho de 1934. Dispõe sôbre a profilaxia mental, a assistência e proteção á pessoa e aos bens dos psicopatas, a fiscalização dos serviços psiquiátricos e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, Seção 1, 14 de julho de 1934, p.14254.

_____. **Decreto n. 4778** de 27 de dezembro de 1923. Considera de utilidade publica a Liga Brasileira de Hygiene Mental, com séde nesta Capital. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, Seção 1, 29 de dezembro de 1923, p. 32952.

Teses

PEREIRA CRIFR, Julio. **Breves considerações sobre a transmissão de sífilis pelo casamento**.1893. Tese. (Doutorado em Medicina). Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia.

SANTOS LIMA, L.A.F. **Hygiene mental e educação**. 1927. Tese (Doutorado em Medicina). Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro.

NEVES FILHO, Manoel Tavares. **Da esterilização de anormais como fator eugênico**. 1921. 54 f. Tese. (Doutorado em Medicina). Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Dicionários:

D'ELIA, R. **Diccionario Medico Encyclopedico**. Ed. Braz Lauria: Rio de Janeiro.1926.

FIGUEIREDO DE , C. **Novo Diccinário da língua portuguesa**. V. 1, Lisboa: livraria clássica editora. 1913.

FIGUEIREDO DE, C. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 4 ed. v.I. Lisboa: Portugal-Brasil sociedade editora. 1925.

RIBEIRO,J. **Novo dicionario encyclopedico ilustrado da Lingua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1926.

SÉGUIER, J. **Diccionario práctico**. 2 ed. Porto:Livraria Chadron. 1928.; SILVA, A. M. **Diccionario da Lingua Portueza recopilado**.1922.

SIMÕES DA FONSECA, J.R. **Novo dicionario encyclopedico ilustrado da Lingua Portueza**. 1926.

TORRINHA, F. **Moderno dicionário da língua portuguesa: para os estudantes e para o povo**. 6 ed., Porto: Livraria Simões Lopes, 1937.

Trabalho publicado em anais de Congresso:

TRINDADE, N.L. jeca tatu e a representação do caipira brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XXII,1998. Caxambu. Anais eletrônicos da ANPOCS, Caxambu: Anais, 1998. 2009

Sites:

Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>> Acesso em: 12/09/16

Disponível em: <<http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/primeiras-paginas/sonho-drama-8893504>> Acesso em:20 de janeiro de 2017.

Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alvaro-botelho-maia>> Acesso em: 02/02/2017.

Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PA%C3%8DS,%20O.pdf>> Acesso em: 12/09/16.

Disponível em:

<<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/NOITE,%20A.pdf>>

Acesso em: 12/09/16

Disponível em:

<<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CORREIO%20DA%20MANH%C3%83.pdf>> Acesso em:12/09/2016.

Disponível em:

<<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/DI%C3%81RIO%20CARIOCA.pdf>> Acesso em: 12/09/16.

Disponível em: < <http://historiagrupoglobo.globo.com/hgg/index.htm>> Acesso em: 28/12/2016.

Disponível em: <<http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/primeiras-paginas/sonho-drama-8893504>> Acesso em:20 de janeiro de 2017.

Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alvaro-botelho-maia>> Acesso em: 02/02/2017.